

Yasmin Darviche

O trabalho em memória

ausências e resistências nas políticas
do patrimônio cultural em São Paulo



São Paulo
2022

Yasmin Darviche

O trabalho em memória

ausências e resistências nas políticas
do patrimônio cultural em São Paulo

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL,
SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 03 de junho de 2022.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de mestre
em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração:
História e Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Flávia Brito do Nascimento

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Darviche, Yasmin

O trabalho em memória: ausências e resistências nas políticas do patrimônio cultural em São Paulo / Yasmin Darviche; orientadora Flávia Brito do Nascimento. - São Paulo, 2022.

274 p .

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Patrimônio Cultural. 2. Trabalho. 3. Memória. 4. São Paulo. I. Nascimento, Flávia Brito do, orient. II. Título.

DARVICHE, Yasmin. **O trabalho em memória: ausências e resistências nas políticas do patrimônio cultural em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: 05 de maio de 2022.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Flávia Brito do Nascimento

Instituição: FAU-USP

Julgamento: *aprovada*

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Instituição: UFRJ

Julgamento: *aprovada*

Prof.^a Dr.^a Simone Scifoni

Instituição: FFLCH-USP

Julgamento: *aprovada*

São Paulo, 05 de maio de 2022.

Agradecimentos

À professora Flávia Brito pela generosidade, disponibilidade, orientação atenciosa e confiança.

À FAPESP pelo apoio financeiro concedido através do processo n.º 2018/26700-2, com o qual pude me dedicar integralmente à pesquisa.

À professora Simone Scifoni e ao professor Paulo Fontes pelas ricas contribuições ao trabalho.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “Patrimônio Cultural: História e Crítica”, especialmente à Claudia Muniz, Mariana Pessoa, Mariana Kimie, Thais Marcussi, Ana Pahor e ao Luca Fuser no compartilhamento do percurso desafiador da pesquisa.

À professora Beatriz Kühn pela generosidade e orientação no primeiro trabalho que me gerou questionamentos sobre o patrimônio cultural.

Aos funcionários da FAU USP, especialmente à Dina Leone e ao Ronaldo Motta, pelo auxílio com as questões burocráticas.

Aos técnicos, professores e pesquisadores que entrevistei, pelo compartilhamento de experiências e angústias decorrentes da pesquisa e da prática com a preservação do patrimônio no Brasil atual.

Aos moradores de São Roque, São Miguel Paulista, São Bernardo do Campo, e aos participantes do movimento operário no Estádio 1º de Maio. Sempre muito gentis, atenciosos e interessados em contribuir com a pesquisa.

À Denise Geribello, Thais Souza, Máira Barros, Stephanie Guerra, Paula Janovitch, Rebeca Lopes, Vanessa Correa, Tânia Knapp, Sabrina Fontenele, ao Philippe dos Reis, Diogenes Souza, Artur Duarte, João Kuhn, Felipe Poroger, Pedro Beresin, Silvio Oksman, Fernando Atique e Renato Cymbalista, pelas contribuições a este trabalho e também desde tempos anteriores a ele.

À Larissa Delanez e ao Vinícius Pavin por segurarem a barra de uma amiga mestranda em tempos de pandemia. Obrigada por existirem.

À Marina Brandão pelo apoio, amizade e pelas discussões descontraídas sobre patrimônio.

À Flávia Tadim, Renata Antonialli, Marina Menossi, Gabriella Almeida, Ana Paula Schacht, Cecília Infante, Juliana Kimie, Ananda Rodrigues, Brenda Leite, Flora Almeida, Raira Areco, Beatriz Torres, Caroline Costa, Rita Lobo, Brisa, Deka, Débora Piton, ao Gustavo Marques, Gustavo Vanini, Mateus Menoni, Thomas Basso, Marcelo Barbosa, Bruno Ceretta, Murilo Matos, Netinho e Alê(s), por me ensinarem o que é afeto.

Ao Hennan Gessi por tornar tudo bem melhor, menos mal ou mais normal.

À Valentina Santillan por me dar coragem.

À Girleide, ao Rada, ao Munir, à Valdimeres, à Leila, à Priscila, ao Pedro e à Luciene, por cuidarem de mim e me apoiarem sempre.

Este trabalho foi atravessado pelos efeitos sociais, econômicos, políticos, sanitários e psicológicos de um mundo em pandemia. Foram momentos difíceis mas nunca solitários.

A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce
[...]

Emicida - "A ordem Natural das Coisas"

Resumo

DARVICHE, Yasmin. **O trabalho em memória: ausências e resistências nas políticas do patrimônio cultural em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O futuro do trabalho é tema na atual conjuntura mundial. Da flexibilização dos contratos à organização de trabalhadores informais fica evidente a centralidade da questão. O tema compõe pautas econômicas e sociais, mas a invisibilidade do trabalhador como parte da política neoliberal parece justificar a redução de seu valor cultural. Por isto, esta pesquisa tem como objetivo compreender o que constitui o patrimônio do trabalho à luz de reflexões sobre suas representações para os sujeitos sociais, bem como para os órgãos oficiais de patrimônio que atuam no estado de São Paulo. Estabelece como objeto de análise três bens culturais localizados no estado de São Paulo: a Fábrica Brasital e antigas residências de operários em São Roque, tombados pelo Condephaat; a Companhia Nitro Química Brasileira, tombada pelo Conpresp; e o Estádio 1º de Maio, em processo de tombamento pelo Iphan. Tais escolhas baseiam-se em concepção ampla sobre o patrimônio do trabalhador, envolvendo trabalho, moradia, lazer e luta. Tem como períodos de análise a década de 1980 e os anos 2000, entendidos como momentos em que o campo do patrimônio teve condições de caminhar no sentido de ampliação conceitual e democratização das práticas de preservação. O desenvolvimento da pesquisa pautou-se em temas do patrimônio cultural nas três instâncias brasileiras, na história social do trabalho, e na historiografia da arquitetura voltada ao tema do trabalho; pesquisa bibliográfica específica a cada caso; visitas técnicas; processos de tombamento, e entrevistas com pesquisadores, sujeitos sociais, e técnicos do patrimônio envolvidos com os dossiês de estudo, com os processos de tombamentos, ou cujas trajetórias de vida foram atravessadas pela existência dos objetos analisados. Temas como patrimônio industrial, patrimônio como direito coletivo e propriedade privada, lugar de memória e museus compõem a análise.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Trabalho e trabalhadores industriais urbanos. Memória. São Paulo.

Abstract

DARVICHE, Yasmin. **Work in memory: absence and resistance of São Paulo's public cultural heritage policies.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The future of work is a topic in the current world conjuncture. From the flexibilization of contracts to the organization of informal workers, the centrality of the issue is evident. The theme composes economic and social agendas, but the invisibility of the worker as part of neoliberal policy seems to justify the reduction of its cultural value. Therefore, this research aims to understand what constitutes the worker's heritage in the light of reflections on its representations for social subjects, as well as for the official heritage institutions that operate in the state of São Paulo. It establishes as object of analysis three cultural heritages located in São Paulo: the Brasital factory and worker's former residences in São Roque, listed by Condephaat; Companhia Nitro Química Brasileira, listed by Conpresp; and the 1º de Maio Stadium, in the process of being listed by Iphan. Such choices are based on a broad conception of the worker's heritage, involving work, housing, leisure and struggle. Its periods of analysis are the 1980s and 2000s, understood as moments in which the field of heritage was able to move towards conceptual expansion and democratization of preservation practices. The development of the research was based on themes of cultural heritage in the three Brazilian instances, on the social history of work, and on the historiography of architecture focused on the theme of work; specific bibliographic research for each case; technical visits; listing processes, and interviews with researchers, social subjects, and heritage technicians involved with the study dossiers, with the listing processes, or whose life trajectories were crossed by the existence of the analyzed objects. Themes such as industrial heritage, heritage as collective right and private property, place of memory and museums composes the analysis.

Key-words: Cultural heritage. Work and urban industrial workers. Memory. São Paulo.

Lista de imagens

- Figura 1.** Planta de São Roque em 1939 (esq.), e vista aérea da cidade em 1939 (dir.). 49
- Figura 2.** Tecelagem Enrico Dell'Acqua, posteriormente denominada Brasital, sem data. 50
- Figura 3.** Interior da fábrica (sup.), sem data. Mapa com a organização dos setores da Brasital (inf.), alterado pela autora a partir de informações contidas no processo de tombamento e compartilhadas pelas entrevistadas. 52
- Figura 4.** Projeto das residências da Brasital que hoje compõem a Vila Aguiar. 54
- Figura 5.** Residências construídas pela Brasital. Avenida Santa Rita (esq. sup.). Rua Jamil Chad (dir. sup.). Rua Pedro Conti (esq. centro). Residência do diretor principal (dir. centro). Interior de uma residência da Rua Pedro Conti (inf.). 55
- Figura 6.** Time de futebol Clube Atlético Paulistano no campo de futebol localizado em frente às residências da avenida Santa Rita, década de 1970. 57
- Figura 7.** Edificações abandonadas na década de 1980. 59
- Figura 8.** Reportagens do jornal “O Democrata” sobre a retomada da Brasital. 60
- Figura 9.** Feira de artesanato nos antigos edifícios da Fábrica São Luiz em Itu, São Paulo. 62
- Figura 10.** Centro Educacional e Cultural Brasital atualmente, áreas externas. 64
- Figura 11.** Centro Educacional e Cultural Brasital atualmente. Áreas internas utilizadas durante a Feira de Ciência e Tecnologia (esq. e dir. sup). Sala de ginástica olímpica (esq. inf.). Biblioteca (dir. inf.). 64
- Figura 12.** Projeto de uso para o Centro Educacional e Cultural Brasital, 1993. Mapa presente no processo de tombamento, alterado pela autora. 65
- Figura 13.** Moradora de residência na avenida Santa Rita, década de 1950. 66
- Figura 14.** Residências da Vila Aguiar atualmente. Residências na avenida Santa Rita e rua Jamil Chad inseridas na proposta de tombamento de 2014 (esq. e dir. sup.). Residência totalmente modificada na rua Jamil Chad, não incluída no tombamento (esq. inf.). Residência na avenida Santa Rita multada por alterações na fachada após a decisão de tombamento (dir. inf.). 87
- Figura 15.** Mapa do perímetro de tombamento e área envoltória. 88
- Figura 16.** Edificações com outros usos. Escritório de advocacia na avenida Santa Rita (esq.). Barbearia na Rua Pedro Conti (dir.). 93
- Figura 17.** Vista atual do conjunto de residências da Vila Aguiar. 107
- Figura 18.** Manifestação de trabalhadores da Fábrica de Perus no Vale do Anhangabaú, 1962. 119
- Figura 19.** Primeiro grupo de trabalhadores da Nitro Química, 1936 (esq.). Trabalhadores na área de filtração de colódio, 1939 (dir.). 124
- Figura 20.** Panorama de implantação da Nitro Química em seus primeiros anos de funcionamento. Nele podemos observar ampla dimensão da planta industrial, assim como um amplo conjunto de áreas livres que serão ocupadas especialmente por vilas operárias. 125

Figura 21. Projetos de Marcelo Kiehl para a fachada para a Sede do Clube Social (sup.), escola da Vila Nitro Química (centro), e portaria principal (inf.).	126
Figura 22. Vila Nitro Química, década de 1940.	128
Figura 23. Edifício que abrigou a escola primária na Vila Nitro Química.	128
Figura 24. Vila Nitro Química atualmente. Podemos observar que muitas residências já foram alteradas, ou mesmo demolidas, com construção de novas edificações. Porém, o traçado urbano e a volumetria do conjunto, em geral, se mantém, como vemos nas imagens.	129
Figura 25. Moradoras da Vila Nitro Operária posam para foto em um campo de futebol de várzea na vila. Ao fundo, o trem da linha variante da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, 1976.	131
Figura 26. Equipamentos assistenciais da Nitro Química. Clube de Regatas, década de 1980, instalado em uma das curvas do rio Tietê (esq. sup.). Clube de Regatas, sem data (dir. sup.). Competição de atletismo em 1944 (esq. inf.). Creche e parque infantil, ao fundo a Sede Social do Clube (dir. inf.).	132
Figura 27. Greve dos trabalhadores da Nitro Química em 1986.	134
Figura 28. Situação dos edifícios por volta de 2009, quando começaram a ser demolidos (sup.). Novos equipamentos da Nitro Química, anos 2000 (inf.).	136
Figura 29. Chaminé de efluentes da Nitro Química.	139
Figura 30. Mapa de bens tombados da Nitro Química.	144
Figura 31. Condomínio Luzes da Mooca, São Paulo.	156
Figura 32. Mobilização contra a demolição de residências da Vila João Migliari, maio de 2019 (sup). E o resultado da demolição do quarteirão pelo qual o grupo lutou pela permanência, setembro de 2019 (inf).	157
Figura 33. Carnaval no Clube da Nitro Química, 1966.	162
Figura 34. Antiga portaria principal da Nitro Química fechada com um muro de alvenaria no início dos anos 2000.	163
Figura 35. Vista para a avenida Dr. José Artur Nova atualmente, à esquerda o muro da Nitro Química e à direita o terreno onde ficavam localizados os equipamentos assistenciais (sup.). Vista superior do centro de São Miguel Paulista com foco para a área da Nitro Química (inf.).	166
Figura 36. Residências da Vila Americana atualmente, incorporadas aos usos comerciais do centro do bairro.	166
Figura 37. Muro da Nitro Química após intervenção artística.	167
Figura 38. Edifício onde funcionou a Sede Social do Clube da Nitro Química, em profundo estado de deterioração.	168
Figura 39. Aerofoto de 1957 com destaque para a área da tecelagem Elni. Nela podemos observar o espaço destinado à prática de esportes, com o campo de futebol.	169
Figura 40. Construção da Rodovia Anchieta, década de 1950.	170

Figura 41. Estádio utilizado para os campeonatos sul-americanos em 1968.	172
Figura 42. Edificações da tecelagem Elni, década de 1970.	172
Figura 43. Edifícios ocupados atualmente pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Poupatempo.	172
Figura 44. Torre da Elni utilizada atualmente como guarita.	173
Figura 45. Greve na fábrica da Scania, 1978.	174
Figura 46. Assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos no Estádio 1º de Maio. Podemos observar a utilização das arquibancadas e o potencial de viabilização de eventos como este no Estádio.	175
Figura 47. Greve dos Metalúrgicos, concentração no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, 1980.	176
Figura 48. Retirada da pista de atletismo e construção de novas arquibancadas a partir de obras realizadas em 1983 no Estádio.	177
Figura 49. Estádio 1º de Maio atualmente.	177
Figura 50. Vista aérea da área do Estádio e antigos galpões da tecelagem Elni. Alterado pela autora.	178
Figura 51. Helicópteros da polícia militar sobrevoando o Estádio 1º de Maio. Cena recorrentemente lembrada pelos entrevistados para esta pesquisa.	180
Figura 52. Publicação sobre a carreta do dia 1º de Maio de 2021, que teve o Estádio como ponto de partida.	183
Figura 53. Chaminé da avenida Pery Ronchetti (esq.), e Árvore dos Carvoeiros (dir.), São Bernardo do Campo.	190
Figura 54. Casa de Chico Mendes, Acre, hoje transformada em museu.	201
Figura 55. Vila Operária de Delmiro Gouveia, Alagoas.	204
Figura 56. Mapa da proposta de tombamento do Estádio 1º de Maio.	211
Figura 57. Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte (esq.). Destaque para a área expositiva do Ofício do Fio e do Tecido (dir.).	231
Figura 58. Museu do Trabalho e do Trabalhador, São Bernardo do Campo. Corte esquemático (sup.), vistas externa e interna (inf.).	235
Figura 59. Museu do Trabalho e do Trabalhador, São Bernardo do Campo. Proposta de instalação audiovisual "Trabalho, trabalhador, trabalhar". Videowall suspenso, imaginário do mundo do trabalho e diversas visões sobre o que é trabalho.	236
Figura 60. Edificação finalizada, uso atual como Fábrica de Cultura.	239

Lista de siglas e abreviaturas

ABPF - Associação Brasileira de Preservação Ferroviária

AHD - *Authorized Heritage Discourse*

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

BNH - Banco Nacional de Habitação

CBCPP - Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus

CEC Brasital - Centro Educacional e Cultural Brasital

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo

CONPREHA - Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural da Estância Turística de São Roque

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo

CPC USP - Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo

CTPF - Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DADE - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DOCOMOMO - Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno

DPH - Departamento do Patrimônio Histórico

EMBRAESP - Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

GCR - Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados

GEI - Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural

GIPEM - Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC

IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensões

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites*

IGEPAC - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRFM - Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo

LPCF - Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário

MAO - Museu de Artes e Ofícios

MTT - Museu do Trabalho e dos Trabalhadores

PA - Plano de Ação

PAC-CH - Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas

PJMA-SR - Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente de São Roque

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PPR - Partido Progressista Reformador

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.

SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento

SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TDC - Transferência do Direito de Construir

TFG - Trabalho Final de Graduação

TICCIH - *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*

UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

ZEPEC - Zona Especial de Preservação Cultural

Sumário

Introdução	21
1. Habitação do trabalhador e a “indústria-patrimônio”	
A Fábrica Brasital de São Roque	41
1.1. Anos 1980, a industrialização como patrimônio no Condephaat	41
1.2. A Brasital como um caso de preservação do patrimônio industrial em São Paulo	48
1.2.1. Uma tecelagem em São Roque	48
1.2.2. “A Brasital é Nossa!”	58
1.2.3. O patrimônio municipal na esfera dos direitos coletivos	73
1.3. Anos 2000, ampliações teórico-metodológicas e contradições práticas	77
1.3.1. O conjunto da Brasital na narrativa do Condephaat	84
1.3.2. Os sentidos da habitação do trabalhador como desafio atual de preservação	89
2. Patrimônio industrial e os trabalhadores migrantes	
A Companhia Nitro Química Brasileira	109
2.1. Memórias e identidades do trabalho no patrimônio municipal de São Paulo	109
2.1.1. A Nitro Química como referência e o tombamento como recurso	109
2.1.2. Trabalho e trabalhadores industriais nas práticas municipais de preservação	111
2.2. Os sentidos patrimoniais da Companhia Nitro Química Brasileira	123
2.2.1. “A mãe de São Miguel”	123
2.2.2. A Nitro Química como desafio ao tombamento de indústrias “fora do padrão”	136
2.3. Discursos sobre o patrimônio: tombamentos e referências culturais	146
2.3.1. O industrial como categoria	146
2.3.2. Referências de uma cultura ligada à indústria em São Miguel Paulista	161

3. Resistência operária e arquitetura	
O Estádio 1º de Maio	169
3.1. O município, a metrópole e o patrimônio	169
3.1.1. O Estádio na cidade e nas memórias	169
3.1.2. A escala metropolitana e o patrimônio municipal em São Bernardo do Campo	185
3.2. Objetos culturais e fatos históricos, um tombamento em questão	192
3.2.1. A democratização do patrimônio no Iphan	192
3.2.2. O Estádio 1º de Maio e o Iphan	207
3.3. Memórias, trabalhadores e museus	216
3.3.1. O Iphan e os desafios sobre a memória nacional	216
3.3.2. Museu do Trabalho e dos Trabalhadores em São Bernardo do Campo	227
Considerações finais	242
Referências bibliográficas	251

Introdução

No início de 2021 a Ford anunciou saída do Brasil com o anúncio do fechamento das fábricas de Camaçari, na Bahia, de Taubaté, em São Paulo, e de Horizonte, no Ceará, processo que já havia sido iniciado no ano anterior, com o fechamento da fábrica em São Bernardo do Campo (GALIONI, 2020; ROUBICEK, 2021). Segundo a empresa, a previsão de demissões seria de cerca de 5 mil trabalhadores, mas segundo Júlio Bonfim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, este número seria em torno de 60 mil, considerando trabalhadores de empresas parceiras, satélites e prestadores de serviços (TRABALHADORES..., 2021).

O fim da produção da Ford no Brasil significa a redução de investimentos no país. A instalação da empresa, em 1919, foi um marco para a indústria automotiva brasileira. Desde a instalação, a fábrica passou por inúmeras transformações no modo de produção e em tempos recentes as empresas terceirizadas e prestadores de serviços compõem uma cadeia produtiva de ampla dimensão. Em depoimento ao Fantástico, em janeiro de 2021, um trabalhador demitido da Ford de Taubaté relata sua preocupação com o impacto para a cidade, onde muitas atividades organizavam-se em função desta dinâmica (TRABALHADORES..., 2021).

As transformações da indústria, dos modos de produção e do trabalho não são fato novo. Desde os anos 1970 e nas últimas décadas do século XXI os sistemas taylorista e fordista vigentes nas fábricas do século XIX e XX têm sido flexibilizados no contexto da expansão do capitalismo financeiro, intensificado por meio de tecnologias informacionais e digitais, e da redução do papel do Estado na proteção dos trabalhadores. A “uberização”, um novo modelo de trabalho em que as relações são individualizadas e invisibilizadas, revestidas da aparência de “prestação de serviços” é expressa nas plataformas digitais obscurecendo a exploração do trabalho (ANTUNES, 2020).

Atualmente o “precariado” (ANTUNES, 2020) enfrenta novos desafios de organização como o fato de não compartilharem um mesmo espaço de trabalho, mas há movimentos que demonstram a percepção de identidades coletivas e tiram da invisibilidade a exploração imbuída no novo modelo. Em maio de 2019 trabalhadores da Uber tentaram organizar uma greve mundial. No Brasil, o movimento dos Entregadores Antifascistas formou-se a partir da mobilização de trabalhadores de aplicativos de transporte contra a precarização de sua categoria (ENTREGADOR ANTIFASCITA..., 2021). Em 1º de julho de 2020 ocorreu o Breque dos Apps, a primeira paralisação nacional de entregadores de aplicativos e um dos principais exemplos dos processos atuais de precarização e superexploração do trabalho (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2020).

Em janeiro de 2021, funcionários da Google, Amazon e outras empresas do conglomerado Alphabet nos EUA formaram o Sindicato de Trabalhadores da Alphabet com o objetivo de colocar

em pauta políticas de pagamento, assédio e ética na empresa, representando importante posicionamento de defesa dos trabalhadores no ambiente antissindical do Vale do Silício (CONGER, 2021). Há ainda outras organizações de trabalhadores precarizados como o San Precario, na Itália, uma representação autônoma para conquistas de direitos, especialmente para imigrantes, e o Precári@s Inflexíveis, composto por jovens imigrantes precarizados ou sem trabalho em Portugal, todos formados a partir dos anos 2000 (ANTUNES, 2020).

Este novo ciclo de acumulação baseado na desconstrução das relações de trabalho por meio de flexibilização, informalidade e terceirização, ocorre na contramão dos esforços históricos de trabalhadores para conquistas de seus direitos. “Colaboradores” têm sido demitidos de seus trabalhos formais e tornam-se “empreendedores”. Em 2020 o Brasil alcançou a marca de 12,9 milhões de desempregados, e a informalidade chegou a 40%, sendo em torno de 40 milhões de trabalhadores à margem da legislação (ANTUNES, 2020).

Ainda que o mundo atual não mais se limite à fábrica, as preocupações expressas pelo trabalhador da Ford demonstram a profundidade de referências identitárias construídas em torno do trabalho naquela empresa que, em tempos recentes, já operava baseada na incorporação de tecnologias digitais e formas precarizadas de trabalho. Debates e previsões sobre o futuro do trabalho são centrais na atual conjuntura mundial. A pandemia do Coronavírus tem explicitado problemas decorrentes do processo de flexibilização do trabalho instaurado com a política neoliberal. O tema compõe pautas econômicas e sociais, mas o processo de dissolução do trabalhador formal parece justificar a redução de seu valor cultural ao longo do tempo.

O tema desta dissertação é o trabalho e os trabalhadores industriais e urbanos no patrimônio cultural, entendendo-os no conjunto de temas e sujeitos pouco contemplados pelo campo. Temos como objeto de análise a atuação dos órgãos de patrimônio no Brasil, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), a partir da reflexão sobre três bens culturais, a Fábrica Brasital e o conjunto de residências de operários localizados em São Roque, interior do estado de São Paulo, tombados pelo Condephaat; a Companhia Nitro Química Brasileira, localizada no bairro de São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo, tombada pelo Conpresp; e o Estádio 1º de Maio, localizado na cidade de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, em processo de tombamento pelo Iphan. Buscamos compreender o que constitui o patrimônio do trabalho à luz de reflexões sobre suas representações para os sujeitos sociais envolvidos, bem como para os órgãos oficiais de patrimônio que atuam no estado de São Paulo.

Olhamos para o trabalho e os trabalhadores urbanos da indústria no estado de São Paulo tendo em vista as consequências da transformação do capital sobre a indústria, o trabalho, as

idades, a memória e identidade dos trabalhadores. Entendemos as condições de existência, a experiência comum cotidiana, os modos de morar, as memórias e identidades como parte dos valores culturais do trabalho e dos trabalhadores, e o patrimônio cultural como um conjunto de artefatos, lugares, saberes, práticas sociais, memórias, e símbolos que só fazem sentido se atravessados pelas histórias de vida das pessoas (MENESES, 1996; SMITH, 2006; NASCIMENTO, 2021; SCIFONI, 2017).

Este enfoque decorre de inquietações que afloraram em pesquisas desenvolvidas anteriormente no âmbito da graduação em Arquitetura e Urbanismo na FAU USP. Entre 2013 e 2014 com a iniciação científica denominada “Patrimônio Edificado no Brás”, orientada pela Prof.^a Dr.^a Beatriz Kühl, e entre 2016 e 2017 com o Trabalho Final de Graduação (TFG) denominado “Os sentidos patrimoniais na periferia. Inventário de Referências Culturais para São Miguel Paulista”, orientado pela Prof.^a Dr.^a Flávia Brito do Nascimento. Nestas pesquisas temas como identidade, memória, cotidiano e trabalho afloraram como potenciais para estudo crítico das práticas e políticas de patrimônio cultural. Desde então, notamos que os trabalhadores industriais tinham presença tímida e permeada por tensões nos discursos construídos para o reconhecimento e preservação de bens culturais da industrialização.

Buscamos estabelecer visão ampliada sobre o patrimônio cultural e sobre o que compõe o patrimônio do trabalhador. Para isto, temos como parâmetro de crítica a hegemonia dos valores arquitetônicos, materiais e monumentais marcantes na trajetória do patrimônio oficial no Brasil e excludentes da memória e identidade de grupos sociais, como os trabalhadores. Os acenos à democratização do patrimônio na década de 1980 e as esperanças para sua efetivação nos anos 2000 justificam o recorte temporal da pesquisa. Refletir sobre o tema a partir do campo do patrimônio cultural é uma oportunidade à análise crítica sobre as narrativas oficiais para o patrimônio brasileiro, em que se baseiam, para quem se destinam e com quais propósitos se afirmam.

Entendemos o patrimônio como um campo de disputas (MENESES, 2009), em que o reconhecimento de um aspecto, de um momento, de um território, representa mais que uma ação de valoração, mas também estratégias político-culturais. Cotidiano e trabalho são, para Ulpiano de Meneses, “palavras de ordem” (2006, p. 53), dimensões fundamentais do patrimônio como prática social.

“[...] o caminho mais seguro para criar, no campo do patrimônio cultural, condições mais favoráveis para a inclusão social é, sem qualquer dúvida, o reconhecimento da *primazia do cotidiano e do universo do trabalho* nas políticas de identificação, proteção e valorização” (MENESES, 2006, p. 53, grifo do autor)

Para o autor, a cultura é um universo historicamente criado a partir de valores e sentidos associados a interesses hegemônicos, sendo, portanto, estratégicos e políticos. Nesse contexto, o tombamento, ação indispensável para a formulação de políticas e estratégias, atua como um meio institucional de definição de valor. A hegemonia dos discursos oficiais praticada pelo patrimônio ocidental é criticada por Laurajane Smith (2006) a partir da utilização do conceito do “discurso do patrimônio autorizado”. Para a autora, esse discurso é resultado da construção de um consenso social e nacional responsável por validar uma série de práticas e atuações sobre o patrimônio. Processos de valoração ligados à preocupação com qualidades materiais consideradas inatas aos bens, o que faz com que eles sejam vistos como uma representação de um momento passado que deve ser transmitido ao futuro, minimizando e obscurecendo processos identitários, apropriações e interpretações do presente.

Considerando a trajetória do campo nos anos 2000, e o fato de os três tombamentos em estudo terem surgido nas últimas décadas, nossa proposta inicial era entender o lugar da identidade e memória do trabalho e do trabalhador no campo do patrimônio nos anos 2000. Porém, o encaminhamento da pesquisa explicitou a década de 1980 como o momento em que as discussões sobre a cultura operária representaram um dos motes da reflexão crítica sobre o patrimônio brasileiro. Os temas abordados nos seminários e suas respectivas publicações “Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural” (ARANTES, 1984), e o “O direito à memória: Patrimônio Histórico e Cidadania” (DPH, 1992), ocorridos nos anos 1980 e 1990, bem como as recentes reflexões debatidas na Mesa Redonda “A década de 1980 em debate: novas fronteiras do patrimônio cultural no Brasil”, realizada durante o V Arquivemória, em 2017 (NASCIMENTO, 2017), e no Seminário “Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva”, em 2019, cujos resultados foram publicado nos Anais do Museu Paulista (NASCIMENTO; CHUVA, 2020), nos quais estive presente, fui monitora e participante da comissão organizadora, demonstraram a centralidade do universo do trabalho na historiografia, no patrimônio e nos museus naquela década. A ampliação do recorte temporal conferiu profundidade teórica a partir de uma perspectiva de como e porque os temas eram tratados com vistas à incorporação de ideais democráticos ao campo da cultura e do patrimônio, e puderam ser analisados em que medida reaparecem ou são ressignificados nos anos 2000.

O período entre o final de 1970 e a década de 1980 foi marcado por reivindicações sociais e ambientalistas pela qualidade de vida, contra a especulação imobiliária, a destruição de recursos naturais e dos bens culturais decorrentes do crescimento desordenado das cidades durante o “Milagre Econômico” (MOTTA, 2000). As greves dos trabalhadores metalúrgicos em São Bernardo do Campo, entre 1978 e 1980, transbordaram para uma mobilização nacional contra a ditadura civil-militar. Na década de 1980 a mudança na lógica do capitalismo industrial e a assunção do protagonismo dos trabalhadores na cena política provocou mudanças significativas

no campo da história social do trabalho, da memória, da história da arquitetura e do patrimônio cultural.

Desde a Revolução Industrial as indústrias tiveram papel indutor na urbanização, tornando-se parte das referências identitárias dos trabalhadores. A partir da década de 1970 a reestruturação produtiva desencadeou uma cadeia de alterações sociais, urbanas e econômicas. A busca por menores custos de produção e a introdução de novas tecnologias de produção, comunicação e transporte resultaram na diminuição dos postos de trabalho, fechamentos de fábricas, ou transferência da produção para outras localidades. Esta pesquisa enfoca as consequências dessas transformações em São Paulo. Estado que, no processo de industrialização brasileira, concentrou a produção industrial até a década de 1970.

A abertura econômica, desenvolvimento em informática e comunicações na década de 1990 alterou o tipo atividade econômica em São Paulo, voltada para atividades com adoção de novas tecnologias, que demandavam menos de mão de obra, sendo esta cada vez mais especializada. Somado a isso, outras regiões do estado e, principalmente, do interior do Brasil, passaram a oferecer melhores condições fiscais para as empresas, impulsionando seu deslocamento ou implantação nestas regiões. Esse processo culminou na desconcentração industrial e na reorganização urbano industrial no estado que, de espaço predominantemente industrial passou a metrópole financeira, ainda que a indústria, nos moldes atuais, mantenha forte participação econômica (PADUA, 2009; FIORAVANTI, 2009).

Na escala metropolitana, territórios como o ABC Paulista sentiram os efeitos dessa reorganização urbano industrial, refletidos na mobilização operária. Em escala local, muitos bairros e cidades se desindustrializaram, ou seja, deixaram de ter na indústria sua principal atividade econômica. Áreas como a Água Branca, Mooca, o Brás, a Lapa, a Barra Funda, o Belém, parte do primeiro momento de industrialização da cidade, ou São Miguel Paulista, Santo Amaro e distrito do Jaguaré, cuja industrialização ocorreu a partir da década de 1930, presenciaram o encerramento da produção, fechamento, abandono de inúmeras fábricas como expressões da desindustrialização e passam por diferentes processos de reestruturação urbana a partir de cada contexto específico (PADUA, 2009; FIORAVANTI, 2009).

Estes processos provocaram crises sociais e transformações no espaço urbano. A diminuição do emprego formal e as dificuldades de recolocação no mercado de trabalho levou ao empobrecimento de grande parcela da população (PADUA, 2007). Em São Paulo os imigrantes representavam maioria entre trabalhadores fabris até a primeira metade do século XX, mas a partir da década de 1940 esse grupo passou a ser majoritariamente formado por migrantes no interior do estado, de Minas Gerais e, principalmente, de estados do nordeste. Essas pessoas foram morar em locais compatíveis com suas condições de vida, vilas operárias das fábricas, de investidores privados, ou em loteamentos informais e favelas.

As lógicas industriais lhes proporcionaram um modo de vida composto pelo trabalho e em muitos casos respaldados por um sistema assistencialista advindos da empresa que foi, e vem sendo, reelaborado. A finalização de uma produção industrial representa o fim da atividade, entretanto, a “cultura industrial” sobrevive à própria indústria e passa por realidades pós-industriais ainda no século XXI. A relação com o emprego, especialmente para imigrantes e migrantes, era a espinha dorsal da compreensão de sua existência e sobrevivência porque organizou os modos de viver de muitas gerações. E a perda do trabalho representou uma ameaça à identidade, à cultura e à tradição criada em torno de sua ocupação (WRAY, 2011), ocasionando a reelaboração das percepções sobre o trabalho e seus lugares, expressa na positivação da memória e no apaziguamento de referências associadas à exploração.

O que resta desse processo é um conjunto material de espaços produtivos, residências, clubes de lazer, memórias e identidades de grupos sociais que vivenciaram a industrialização e a reestruturação urbano industrial no estado mais rico do Brasil. Cabe então pensar como o patrimônio no estado de São Paulo lidou com estes processos. Há um conjunto significativo de trabalhos produzidos no âmbito da arquitetura sobre a recuperação física dos espaços industriais, como de Beatriz Kühl (1998; 2008), Ângela Rodrigues (2012), Eneida de Almeida (2012), Eloisa Dezen-Kempter (2011), Manoela Rufinoni (2013; 2019), Ana Lara Lessa (2017), entre muitos outros, mas, pensar um patrimônio do trabalho envolve o questionamento sobre a elaboração e reelaboração de modos de viver e referências culturais em um contexto de transformações sociais, econômicas e urbanas.

A historiografia do trabalho no Brasil produzida a partir da década de 1980 propiciou discussões acadêmicas mais aprofundadas sobre a história do trabalho em relação ao que vinha sendo produzido desde a década de 1960. Os movimentos de contestação à ditadura refletiram na reivindicação da liberdade acadêmica propiciando estudos voltados à história operária. As traduções da historiografia marxista inglesa, representada por Edward Thompson (1987) e Eric Hobsbawm (1981; 1987) foram fundamentais para a ampliação do tema, período focado e fontes históricas. No Brasil as produções da década voltaram atenção à Primeira República (1888-1930) baseada em análises em torno da autonomia dos trabalhadores, fontes primárias anarquistas e sindicalistas, fortemente influenciados pelo movimento de redemocratização. Interessou-se pela vida cotidiana da classe, das comunidades, experiências para outros locais além do trabalho, e organizações políticas (FONTES; FORTES; MAYER, 2017).

O apoio a fontes como a documentação policial e história oral, decorrente da aproximação dos pesquisadores aos movimentos sociais representou nova metodologia para analisar a história (BATALHA, 2001; PAOLI, 1987; FONTES; CHALHOUB, 2009). Esta bibliografia, formada por Margareth Rago (1985), Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987), Sidney Chalhoub (1986), José Sérgio Leite Lopes (1987), Maria Célia Paoli (1987) e Ângela de Castro Gomes (2005

[1987]), interpreta o trabalho e o trabalhador inserido e submetido a um universo disciplinante que organizava sua forma de morar, tempo livre e religião. Mas também por sua força social tendo em vista a potência dos movimentos operários organizados entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Nesta década, a preocupação com a memória foi parte do processo de transformações da história social e do patrimônio, além de constituir como um campo em si. O “dever de memória”, presente na historiografia francesa desde o final da Segunda Guerra Mundial, expandiu o olhar para uma diversidade maior de grupos sociais. E entender o patrimônio como esfera de reivindicação de direitos conferia à memória dos diferentes grupos sociais um papel fundamental. As reflexões de Michael Pollak (1989; 1992) e Ecléa Bosi (1994 [1979]) demonstram como esse campo foi importante especialmente para pensar o operariado naquele contexto.

Ecléa Bosi nos mostra como as transformações na cidade em decorrência da alteração sobre a produção estão presentes na memória de velhos que foram trabalhadores da indústria. “A prematura senilidade engendrada pela cotidiana degradação do trabalho” (BOSI, 1979, p. XX), o envelhecimento, a perda da capacidade de trabalhar, a desvalorização dos operários e do trabalho em si, para além da perda dos suportes materiais demonstram como esse grupo social expressa um conjunto de narrativas que vão além da história oficial celebrativa da industrialização, do trabalho, da modernidade, do progresso. Além de indicar caminhos para compreendermos os processos de posituação das memórias do trabalho.

As transformações do mundo rumo à globalização, à mundialização dos valores culturais e a possibilidade da perda dos costumes e valores locais foi pano de fundo para constituição de conceitos como o de lugar de memória, por Pierre Nora (1993), que foi e tem sido utilizado para tratar de assuntos como a memória operária. Refletindo sobre o patrimônio operário na França, a historiadora Madeleine Rebérioux utiliza este conceito para considerar que lugares de trabalho, lugares de sociabilidade e lugares simbólicos fazem parte de um mesmo cotidiano do trabalhador. Segundo ela, “o horizonte operário jamais se limitou ao espaço de trabalho” (REBÉRIOUX, 1992, p. 51), o que insere os trabalhadores em uma teia de relações em que se cruzam trabalho, vivência, sociabilidade e resistência. Tais considerações dão condições para entender a potencialidade da memória na compreensão da história dos trabalhadores e da industrialização na cidade.

No patrimônio, a década de 1980 representou o momento em que os cânones e a ortodoxia preservacionista (RODRIGUES, 2000) começaram a ser questionados dentro dos órgãos de preservação, em especial no Iphan e nos órgãos estaduais e municipais constituídos em decorrência de iniciativas de descentralização das políticas de preservação promovidas pelo órgão federal a partir dos anos 1970. Técnicos e conselheiros buscaram responder às mobilizações sociais reconhecendo o patrimônio como um direito, atribuindo valor aos bens não

por si mesmos, mas por suas relações entre a paisagem, o espaço e a apropriação social que lhe dão suporte, conferindo dimensão histórica e sociológica para o patrimônio. Atraiu-se ao campo do patrimônio o fortalecimento de um estado democrático de direito com enfoque aos valores coletivos, não necessariamente unos, sobre os individuais (MOTTA, 2000).

O pensamento sobre o valor da cidade como conjunto, preconizando o conceito de “conservação integrada”, presente na Carta de Veneza, de 1964, aflorou no debate brasileiro colocando temas do patrimônio urbano, habitação, sujeitos sociais como protagonistas do patrimônio em debate (NASCIMENTO, 2017; NASCIMENTO; CHUVA, 2020). Presente nas reflexões de Ulpiano de Meneses desde 1978 (MENESES, 1978), o conceito de patrimônio ambiental urbano ampliou o olhar para a preservação do patrimônio como um recurso social, como resposta às demandas por direitos à cidade e à memória. A centralidade conferida ao mundo do trabalho e as reflexões sobre a cultura operária foram um dos temas que abriram espaço para outras identidades, como as questões raciais e de imigração.

No Iphan, o conceito de patrimônio ambiental urbano orientou o tombamento de vilas operárias e estudos sobre exemplares da habitação social brasileira. A interpretação dos objetos materiais como documentos teve importante reflexão na proteção de centros urbanos, como da cidade de Laguna, em Santa Catarina (NASCIMENTO, 2016b). No que diz respeito aos temas da industrialização podemos citar os tombamentos da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia, na Paraíba, em 1984, do Casarão do Chá de Mogi das Cruzes, São Paulo, em 1986, e da Fábrica Santa Amélia, em São Luís do Maranhão, em 1987.

No âmbito estadual, foi a partir da década de 1980 que se buscou representações mais ampliadas do patrimônio paulista (RODRIGUES, 2000) ainda que desde a formação do Condephaat, em 1968, a população pudesse realizar pedidos de tombamento, desafiando as práticas preservacionistas oficiais. As cidades resultantes do processo de alterações da industrialização, a descaracterização de espaços urbanos, a qualidade de vida, a cultura popular, e as relações de trabalho como parte da cultura e da memória fazem parte das reflexões da década. Tombamentos como da Vila Economizadora, em 1980, da Vila Maria Zélia, em 1982, são emblemáticos por representarem a incorporação dos estudos de história da cidade ao campo do patrimônio, e um outro olhar para a industrialização a partir de temas da moradia operária, condições de trabalho e a sociabilidade dos trabalhadores (NASCIMENTO, 2016a). Ocorreu também o reconhecimento de fábricas, indústrias, linhas e estações ferroviárias, para as quais o conceito de patrimônio ambiental urbano foi fundamental. Podemos citar o tombamento da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em 1987, e da Fábrica de Tecidos São Luiz, em 1983.

Na cidade de São Paulo a ampliação do conceito de patrimônio teve reflexos na criação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) em 1975, e do Conpresp, em 1985. Nesta instância o conceito de patrimônio ambiental urbano foi mais explorado através de práticas no

sentido de associação entre os campos do planejamento urbano e do patrimônio. Quando pensado no campo da preservação explicitou os desafios do instrumento do tombamento tornando necessária a concepção e outros instrumentos, como os inventários (MUNIZ, 2020). No campo do planejamento urbano a instituição da Z8-200 como medida de preservação de porções de território representou um instrumento de zoneamento com vistas à preservação da ambiência dos bens através de solução urbanística (TONASSO, 2019).

As transformações da cidade em nome do progresso, e uma possível perda de vínculo com o passado foram temas que permearam os debates do Seminário “O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania”, organizado em 1991, em que a figura do trabalhador operário teve lugar fundamental. O tema foi apresentado como um caminho para pensar a cidadania cultural e criação de novos direitos a partir da percepção da ausência de questões relativas aos trabalhadores livres e escravizados, nas políticas públicas de patrimônio (GARCIA, 1992). Foi durante a gestão de Luiza Erundina, entre 1989 e 1992, que esses temas ganharam força, com a proposta de instalação da “Casa de Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho” no edifício da Mansão Matarazzo, na Avenida Paulista, e o tombamento da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, em 1992 (ROSA, 2018).

No final desta década, os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal institucionalizaram a proteção do patrimônio cultural, enfocando os sujeitos sociais como fundamentais na consideração sobre como, o que, porque e para quem definir patrimônio cultural. Porém, a incorporação dos conceitos nas práticas de patrimônio, entendidos como política pública, encontrou desafios de diversas ordens, desde entraves internos aos órgãos de preservação até econômicos e políticos. Os tombamentos associados à industrialização, ao trabalho industrial e à moradia operária foram, de certa maneira, viabilizados também em função dos estudos voltados ao patrimônio industrial, que se fortaleceu nesta década.

O patrimônio industrial representou uma das dimensões da ampliação conceitual e temporal sobre o patrimônio durante a década de 1980. As preocupações em âmbito internacional resultaram na formação do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), em 1978. Compreender como patrimônio cultural a produção decorrente das transformações viabilizadas pela industrialização indicou uma possibilidade de alargamento do campo de interesse do patrimônio para outras arquiteturas, períodos da história, e temas.

A Inglaterra foi pioneira neste debate, na década de 1950, e na década de 1970 as discussões apareceram na Itália e na França (RUFINONI, 2013). Os novos programas para o patrimônio cultural permitiram que a arquitetura industrial passasse a ser reconhecida como patrimônio. No Brasil, e especificamente em São Paulo, esse debate esteve presente desde os anos 1970 em alguns reconhecimentos realizados pelo Condephaat, como a Estação Ferroviária

de Bananal, em 1974, e da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Iperó, em 1974, e a partir dos anos 1980 pelo Conpresp, da Fábrica de Cimento Portland Perus, do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela, em 1992, em função da valorização da herança industrial do estado. No Iphan o tema é mais timidamente focado, ainda que tenham ocorrido alguns tombamentos como da Estação Ferroviária de Lassance, em Minas Gerais, em 1985, o Engenho do Mate, no Paraná, em 1985, o Casarão do Chá, em São Paulo, em 1985.

Na década de 1990 o avanço da política neoliberal impactou na produção da história social do trabalho. Transformações internas à classe operária decorrentes da reestruturação industrial resultaram na crença de seu desaparecimento. Para que a própria história social do trabalho não perdesse valor surgiram instituições com o objetivo de preservar fontes históricas e dar visibilidade às experiências dos trabalhadores. Os museus do trabalho construídos na Europa e nos Estados Unidos representaram uma das medidas para “sobrevivência” dessa história por meio da preservação e transmissão para o futuro (BATALHA, 2001; FONTES; CHALHOUB, 2009).

A partir do momento em que ativistas do movimento dos trabalhadores passaram a ocupar o cenário político, tornando-se membros de órgãos legislativos, governos locais e estaduais, a pesquisa histórica voltou interesse aos processos de institucionalização do movimento trabalhista que ocorreu entre 1930 e 1964, da era Vargas até o início do regime militar. A alteração de visada passou a entender a presença de trabalhadores migrantes para além das visões tradicionais de atraso rural, presente na historiografia dos anos 1960. O populismo instituído durante a era Vargas passou por processos de revisão, abrindo espaço para análise das indústrias do nacional desenvolvimentismo (FONTES; FORTES; MAYER, 2017). A compreensão sobre o papel de empresas na promoção de equipamentos de saúde, educação e lazer passaram por análise do quanto representaram o papel do Estado em indústrias construídas em locais distantes dos núcleos urbanos consolidados, como foi o caso das indústrias instaladas em São Paulo a partir da década de 1940.

A partir dos anos 2000 a ascensão de governos de esquerda no Brasil, e em outros países da América Latina, despertou esperanças de abertura política ante ao avanço neoliberal da década anterior, assim foi possível reforçar a consolidação dos estudos do trabalho como um campo historiográfico especializado. Segundo Paulo Fontes, Alexandre Fortes e David Mayer (2017) a história do trabalho assumiu novas perspectivas, passou por ampliação de escopo, conceitos e objetos. Integrou questões de gênero, raça e etnia - escravos, domésticos, prostitutas, industriais, rurais -, uma gama maior de relações de trabalho no Brasil - livre, não-livre, formal e informal -, incorporando outras áreas industriais - para além de São Paulo e o Rio de Janeiro - e análise sobre as relações entre trabalhadores, o Estado e a política,

perspectivas transnacionais e comparativas, e uso de outras fontes como forma de acessar as vozes dos trabalhadores.

O aumento do número de trabalhadores informais demonstra que a cidade neoliberal parece, de fato, ter coroadado o esquecimento do trabalhador, e impõe desafios à afirmação dos direitos urbanos, à memória, à moradia e à cultura, tão reivindicados e discutidos nos anos 1980. Depois do desaparecimento de materialidades nas quais a memória operária se ancorou é fundamental pensar qual caminho o tema do trabalho e dos trabalhadores tomou no campo do patrimônio, levando em consideração que na história do trabalho as categorias de análise e olhares mudaram ao longo do tempo, entendendo-a como disciplina fundamental que embasa o conhecimento sobre os objetos a serem reconhecidos oficialmente como patrimônio.

No Brasil, a partir de 2003 com o governo Lula, o papel ativo do Estado foi fortalecido. A gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura conferiu à cultura papel estratégico na agenda do desenvolvimento do país. No âmbito do Iphan, o período foi valorizado como momento de democratização do patrimônio sobre o qual entendemos, por meio da vivência no campo, que a afirmação como política pública impulsionou reconhecimentos de ações decorrentes de uma ampliação conceitual que teve início na década de 1980, preconizadas na Constituição Federal de 1988. Democracia, abrangência territorial, inclusão social e diversidade cultural foram as “bandeiras” do momento, somadas à injeção de recursos e contratação de novos técnicos para o Iphan, fortalecendo a instituição através da implantação de políticas públicas de preservação (MOTTA, 2012; PORTA, 2012; PEREIRA, 2015; PAIVA, 2019; PISSATO, 2018; BRANDÃO, 2020).

Pesquisas desenvolvidas a partir da segunda década dos anos 2000 por Vanessa Figueiredo (2014), Danilo Pereira, Daniela Pistorello (2015), Marcelo Paiva (2019), Catherina Pissato (2018) e Marina Brandão (2020), estabeleceram reflexão crítica sobre a trajetória do Iphan enfocando “temas-chave” marcantes do processo de redemocratização do patrimônio a partir dos anos 2000, como o conceito de referência cultural, a política de patrimônio imaterial, o patrimônio ferroviário, a chancela da paisagem cultural e a relação entre patrimônio e desenvolvimento. No que diz respeito ao tema do trabalho e enfoque aos trabalhadores, existem entradas possíveis, como o reconhecimento do patrimônio do imigrante e do patrimônio ferroviário, para os quais contamos com as análises críticas de Daniela Pistorello (2015), Lucina Matos (2015; 2020) e de Lucas Prochnow (2014).

Há, contudo, resistências de diversos níveis no órgão federal que impedem uma efetiva atuação democrática no reconhecimento do patrimônio cultural, o que buscaremos refletir através de processos de tombamento em aberto ou indeferidos, como o da Vila Operária em Delmiro Gouveia (OLIVEIRA, 2018), em Alagoas, e o da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo do Campo. Considerando que estes entraves também refletem a atuação do órgão, a partir do qual analisaremos o caso do tombamento do Estádio 1º de Maio.

No âmbito estadual também ocorreram alterações a partir dos anos 2000. A criação da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) como instância vinculada à Secretaria de Cultura do estado alterou a organização do trabalho técnico. Embora o Condephaat tenha realizado tombamentos de bens da industrialização desde os anos 1970, nos anos 2000 a produção de estudos temáticos a partir de visões mais globais viabilizou a incorporação de narrativas atualizadas sobre a história social do trabalho em alguns casos. O “Estudo em Conjunto de Oito Indústrias Têxteis” voltado para algumas antigas tecelagens do estado, no qual se insere o estudo sobre a Fábrica Brasital de São Roque, incorporou temas do movimento operário, da conquista de direitos trabalhistas, entendendo os hábitos culturais e cotidianos dos trabalhadores em propostas de tombamentos de conjuntos inteiros compostos por fábricas, residências, escolas e outros equipamentos considerados fundamentais na compreensão dos valores do trabalho e da industrialização como patrimônio cultural (CONDEPHAAT, 2012).

Em âmbito municipal observamos um conjunto significativo de bens tombados a partir de 2016 cujos temas associam-se ao trabalho e aos trabalhadores. Podemos citar a antiga Fábrica Antártica e edificações no Belém, tombados em 2016, a antiga Fábrica de Tecidos Labor, tombada em 2017, o Conjunto das Oficinas da antiga São Paulo Railway, as instalações dos Armazéns Gerais Piratininga, e o antigo Almoarifado Municipal, tombados em 2018. Este conjunto representa, contudo, um reconhecimento voltado a bairros que se consagraram como industriais na virada do século XIX para o XX que se tornaram alvo de transformações urbanas em função dos interesses do mercado imobiliário. Há alguns bens que fogem a esta lógica territorial, como Conjunto Ferroviário do Jaraguá, tombado *ex-officio* em 2015, os remanescentes do Complexo Hidro-Ferroviário da Cantareira e Obras Civas, tombados em 2017, a Casa do Chefe da Estação de Itaquera, tombada em 2019, e a Companhia Nitro Química Brasileira, em São Miguel Paulista, tombada em 2012.

A reflexão crítica sobre os reconhecimentos realizados pelos órgãos de preservação no estado de São Paulo torna evidentes algumas lacunas e desafios, sendo a memória e as identidades com o trabalho um deles. Os debates atuais sobre o enfraquecimento dos corpos técnicos, desestruturação dos conselhos com vistas à entrega das cidades à iniciativa privada e uma, quase, negação da necessidade de existência de uma instância oficial de preservação do patrimônio cultural demonstram que já estamos, talvez, muito distantes daquilo que foi construído na primeira década dos anos 2000.

Veremos através dos estudos de caso que as práticas de patrimônio são permeadas de contradições em todos os tempos, mesmo nos períodos mais progressistas. Na década de 1980 o universo do trabalho e dos trabalhadores - rurais, urbanos, escravizados, industriais - teve alguma permeabilidade no campo. Então, cabe a este trabalho questionar em que medida a ampliação conceitual sobre o patrimônio nos anos 2000 se refletiu em ações mais abrangentes

de reconhecimento no que se refere ao tema. O patrimônio do trabalho teve espaço dentro desse contexto de ampliação conceitual? Quais são os desafios de inserção de novas perspectivas e novos temas em narrativas que visem a preservação dos bens através do tombamento? Porque é importante, hoje, pensarmos em um patrimônio do trabalho e do trabalhador?

No Brasil, a articulação para formação do Comitê Brasileiro do TICCIH ocorreu no início dos anos 2000 (TICCIH, 2003), mesmo período em que a categoria de patrimônio industrial foi institucionalizada pelo *International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)* através da “Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial”.¹ Em São Paulo a preservação desta matriz tem papel estratégico na configuração urbana e na paisagem da cidade tendo em vista os interesses do mercado imobiliário. Mas o tema suscita uma série de questões como a dimensão urbana, que não se resolve com tombamentos pontuais, e a incorporação da memória e identidade do trabalho como parte da prática democrática do patrimônio.

No campo da história da arquitetura o tema do trabalho foi objeto de estudo para autores como Maria Lucia Gitahy (1992), Telma de Barros Correia (1995), José Lira e João Marcos Lopes, responsáveis por organizar um volume dos Cadernos de Estudos do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC) denominado “Memória, Trabalho e Arquitetura” (2013), que reúne grande conjunto de artigos abordando questões ligadas ao trabalho e à produção da arquitetura. A bibliografia correspondente ao campo do trabalho visto sob a ótica da arquitetura, como pesquisado por Karina Monegatto (2008), Rita de Cássia Francisco (2013) e Lindener Pareto (2016) tem se voltado aos atores do processo de produção material dos objetos arquitetônicos, para a construção civil. Neste âmbito, um conjunto de profissionais não diplomados, como mestres, artífices, e peões, são iluminados por pesquisas que demonstram as lacunas deixadas pela historiografia da arquitetura voltada para edifícios de caráter monumental e para personagens específicos, como Ramos de Azevedo, ou arquitetos modernistas.

No campo do patrimônio cultural o tema foi pouco explorado, porém a produção é de grande relevância em explicitar a exclusão dos trabalhadores no patrimônio oficial, fazendo-o por diferentes entradas. Como mencionamos anteriormente, está presente nas reflexões de Madeleine Rebérioux (1992), cuja contribuição é pensar a aplicação do conceito de lugares de memória para a questão do operariado e demonstrar que o conjunto de referências extrapola o espaço da fábrica. Os outros estudos são mais recentes, produzidos a partir dos anos 2000.

A questão do trabalho é um dos fios condutores da narrativa de Laurajane Smith (2006), que toma os trabalhadores como um dos principais grupos sociais cujas referências são capazes de demonstrar a hegemonia das narrativas oficiais de patrimonialização no mundo ocidental. Na

¹ Em 2011 foram publicados os “Princípios de Dublin para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial” a partir de uma cooperação entre o TICCIH e ICOMOS, e outras cartas patrimoniais para conjuntos específicos, como o patrimônio industrial asiático. De toda forma, observamos que é a Carta de Nizhny Tagil o principal documento orientador de estudos e construção de valores sobre o patrimônio industrial no Brasil.

coletânea de artigos organizada por Laurajane Smith, Paul Shackel e Gary Campbell (2011) o trabalho como patrimônio, entendido a partir da ideia de classe, ocorre através da compreensão de como as classes trabalhadoras usam o patrimônio como recurso para refletir sobre o passado, reavaliar o presente e planejar o futuro. Reúnem um conjunto casos de preservação na Europa e nos EUA, fornecendo um parâmetro de comparação e perspectivas sobre como nestes países a patrimonialização, musealização e organização dos grupos ocorrem para reivindicação de direitos à memória e identidade. A perspectiva sobre a classe associa-se à visão estabelecida atualmente pela história social do trabalho, a partir da interseccionalidade entre gênero, raça, etnia e lugar.

Os estudos de Flávia Brito do Nascimento (2016a; 2021) em torno da preservação da arquitetura moderna, com especial atenção para os conjuntos de habitação social construídos pelo Estado no Brasil, França, Itália, Alemanha e países da América Latina, contribuem com a discussão do tema pois são entendidos como patrimônio do trabalho e dos trabalhadores por permearem o repertório afetivo, simbólico e memorial dos moradores. As configurações espaciais, os modos de morar, os papéis de gênero, o lugar da trabalhadora na casa, e o uso desses espaços ao longo do tempo são recuperados na medida em que explicitam as tensões em torno de preservação. Se na pesquisa realizada para esta dissertação o tema levou à análise crítica sobre o patrimônio industrial, as pesquisas de Nascimento demonstram que o tema também pode levar ao questionamento sobre as narrativas em torno do reconhecimento do patrimônio moderno e, principalmente, da habitação do trabalhador como patrimônio.

As reflexões de Simone Scifoni iluminam o tema do patrimônio do trabalho a partir da consideração da luta política como componente identitário, e o lugar de memória como uma alternativa aos processos hegemônicos de construção de valor sobre o patrimônio. Para ela, pensar o patrimônio do trabalho é pensar os lugares da memória operária como aqueles nos quais foi possível compartilhar “experiências sociais e cotidianas e, portanto, aqueles capazes de reter, guardar e expressar essas lembranças coletivas” (SCIFONI, 2013, p.102). São o trabalho ordenado, os meios para driblar esta ordem, a moradia fornecida, o controle sobre a família, o lazer regrado, a competição e a solidariedade, a aceitação e a resistência.

A condição do ABC Paulista como o principal polo industrial entre a década de 1950 e 1970 e as condições de trabalho, vida e luta dos trabalhadores são, para a autora, campo de análise crítica sobre um território cuja história e memória operária encontram pouco reconhecimento como patrimônio. Menciona a Vila Comunitária em São Bernardo do Campo, um dos primeiros projetos de habitação social em sistema de mutirão em 1985, a Vila Socialista, em Diadema, entendida como parte da memória da luta por moradia, e o Estádio 1º de Maio, utilizando a denominação popular de Estádio da Vila Euclides, como lugar de luta (SCIFONI, 2013).

As interpretações de Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni orientaram estudos emblemáticos sobre patrimônio cultural no âmbito do Iphan quando pertenciam ao corpo técnico da Superintendência Regional de São Paulo. Um deles trata-se do dossiê de tombamento do Estádio 1º de Maio, que será analisado nesta dissertação. E o outro foi o estudo dos bens culturais da imigração japonesa no âmbito do Inventário de Conhecimento do Vale do Ribeira de Iguape, em São Paulo. Trabalho e o cotidiano foram temas norteadores da construção de valores para os bens selecionados, entendidos como esfera de formação e prática dos valores culturais dos imigrantes japoneses na paisagem formada por fábricas, residências e terras onde cultivam o chá (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015c). Este trabalho demonstra como o tema da imigração, e migração, pode alimentar o campo de valores para o patrimônio do trabalho.

Aline Cruvinel (2020) aborda o patrimônio por meio da memória como uma forma de pensar o patrimônio da classe trabalhadora em seu sentido amplo. Tratando-se de uma dissertação elaborada em um curso de urbanismo, busca entender os reflexos da exclusão dos trabalhadores no campo do patrimônio no espaço urbano. Ao estudar o bairro de Bangu, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva da formação histórica do bairro associado à uma fábrica, e o desenvolvimento do local até os dias de hoje como bairro de trabalhadores no subúrbio carioca, sinaliza a importância da memória, identidade, ao cotidiano de moradia, lazer, luta e a sociabilidade dos grupos sociais como elementos referenciais. No que diz respeito à historicidade dos espaços percebe a pouca relação entre os novos usos atribuídos a antigas fábricas com a memória dos trabalhadores, para que o Shopping Bangu é o principal exemplo.

Seu tema e objeto de estudo em muito se assemelham ao da nossa pesquisa, mas o olhar através do materialismo histórico oferece contribuições outras, como a compreensão da memória como expressão e veículo da consciência de classe. Com isto, defende o uso da classificação “patrimônio operário” como uma categoria a ser reivindicada. Sua perspectiva também a levou ao questionamento sobre a preservação e os usos do patrimônio industrial. Percebeu que no Rio de Janeiro, assim como abordaremos para São Paulo, esta categoria revela forte apego aos valores da materialidade. Contudo, diferentemente da nossa realidade, o tema da indústria não faz parte da discussão do patrimônio no Rio de Janeiro, dado que nos três níveis de proteção a presença de exemplares da industrialização é muito pequena (CRUVINEL, 2020). Esta questão é relativamente diferente do que perceberemos para São Paulo, mas incorre em conclusão semelhante, que é a ausência do trabalho e dos trabalhadores como temas norteadores da construção de valor de patrimônio.

O olhar para o patrimônio do trabalho e dos trabalhadores como um processo decorrente de práticas sociais de trabalho, vivência, moradia e resistência, de um grupo social heterogêneo cujas referências ultrapassam os espaços produtivos, materiais, e os valores de

excepcionalidade arquitetônica requer, necessariamente, olhar questionador, como é expresso nestas pesquisas. São análises aprofundadas construídas a partir de diferentes enfoques, por meio da antropologia, história social, arquitetura, geografia e urbanismo, demonstrando a amplitude de campos que o tema envolve, oferecendo à nossa pesquisa importante base teórica multidisciplinar.

Pensar no patrimônio do trabalho e dos trabalhadores abre caminho para reflexão sobre quem se identifica com os discursos celebrativos da riqueza e pujança econômica paulistas legitimados pela categoria de patrimônio industrial. O patrimônio industrial opera na interpretação do patrimônio como documento da industrialização. O patrimônio do trabalho toca o campo dos direitos. A reorganização urbano industrial provoca memórias da dor, da perda, são sensíveis a um mundo que se transformou e alterou seus modos de trabalhar, viver, morar, socializar. Como incorporar isso ao patrimônio?

A definição dos estudos de caso representa um processo de aproximação com o tema. Após a finalização do TFG percebemos a potencialidade do caso da Nitro Química para pensar o patrimônio do trabalho como uma ampliação temática do objeto então estudado. Por isso, definimos como primeiro estudo de caso. As leituras sobre a história social do trabalho e as reflexões de Rebérioux (1992) sobre os lugares da memória operária nos levaram a buscar casos de patrimonialização que envolvessem outros lugares do trabalhador na cidade. Por isto, nos interessamos em analisar o caso do Estádio 1º de Maio, que já havíamos tomado conhecimento através dos artigos de Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni e, por fim, o da Fábrica Brasital, por envolver o tombamento da vila operária. Tivemos também como diretriz a escolha de processos de patrimonialização nas três instâncias brasileiras de forma a oportunizar a reflexão sobre a circulação de ideias, conceitos e entender se a ampliação conceitual, mais expressa no Iphan, ocorre nas outras instâncias em São Paulo.²

Assim, foi possível estudar espaços produtivos industriais e equipamentos assistenciais construídos entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, cujas historicidades expressam consequências da transformação global do capitalismo nas relações de trabalho, nos espaços produtivos, nas memórias e nas cidades, e se tornaram objetos do campo do patrimônio a partir dos anos 2000. O desenvolvimento da pesquisa pautou-se em três caminhos, 1. pesquisa bibliográfica sobre temas do patrimônio nos anos 1980 e 2000 nas três instâncias brasileiras, sobre a história social do trabalho, e historiografia da arquitetura voltada ao tema do trabalho, 2. aproximação aos estudos de caso por meio de pesquisa bibliográfica específica, visitas técnicas, pesquisa dos processos de tombamento, 3. entrevistas com pesquisadores, sujeitos sociais, e

² O projeto de pesquisa contava também com um quarto estudo de caso, a Vila Ferroviária de Paranapiacaba a partir de seu possível reconhecimento como patrimônio mundial pela Unesco. Porém, a profundidade de temas que a mundialização do patrimônio agregaria demandam um estudo específico para Paranapiacaba, pois seria necessário aprofundamento nas questões relativas à compreensão do conjunto como bem cultural por valores materiais, imateriais e de gestão. Estes fatores justificam a decisão em concentrar estudos nos outros três casos, cujas questões já são suficientemente interessantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

técnicos do patrimônio envolvidos com os dossiês de estudo ou com os processos de tombamentos.

A aproximação à bibliografia de história social do trabalho permitiu compreensão de como os autores nacionais e estrangeiros construíram narrativas sobre o tema e em que medida esta produção alimentou as narrativas do patrimônio nos estudos de tombamento de cada caso.³ Em razão da pandemia do Coronavírus, a partir de março de 2020 foi necessário repensar o encaminhamento da pesquisa, pois estavam previstas visitas técnicas, entrevistas e acesso aos processos de tombamento de bens cujas discussões complementam a análise dos objetos da pesquisa, como o da Fábrica de Cimento Portland Perus, da Fábrica Brasital de Salto, da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, e da Casa de Chico Mendes. Com isto, o acesso à bibliografia e aos processos de tombamento não digitalizados foi dificultado, exceto aos da Casa de Chico Mendes e da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, disponíveis digitalmente no sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informação) do Iphan.

No início de 2021 a FAU USP autorizou aumento do prazo para depósito da dissertação em 12 meses, possibilitando rearticulação da pesquisa. A adaptação ao trabalho remoto foi mais sentida no âmbito das entrevistas para os casos da Brasital e do Estádio 1º de Maio, para as quais foi necessário pensar alternativas. Para o caso da Nitro Química utilizamos o material organizado entre 2016 e 2017 para a produção do TFG. Naquela ocasião organizamos uma pesquisa de fontes orais a partir de temas como a existência da Capela de São Miguel Arcanjo, as memórias ligadas à Praça do Forró, os espaços e a identidade com a fábrica, a moradia, o trabalho, a sociabilidade, e a luta operária. Entrevistamos 17 pessoas, sendo migrantes nordestinos, comerciantes, membros de movimentos culturais e sociais do bairro, antigos trabalhadores da Companhia Nitro Química, e moradores das vilas operárias.

A seleção dos interlocutores ocorreu através da indicação de familiares, da participação em eventos promovidos por coletivos culturais da região leste da cidade e de indicações dos próprios entrevistados. Estas entrevistas foram determinantes para a interpretação do processo de tombamento da Nitro Química e, por isto, 13 delas estão incorporadas nesta dissertação. No mestrado, a organização de informações sobre este caso foi complementada com entrevistas feitas com o historiador Paulo Fontes, e com os técnicos do DPH, o arquiteto Walter Pires e a

³ A maior parte dela foi acessada na Biblioteca da FFLCH USP e nos acervos *online* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Sobre o campo da história da arquitetura e do patrimônio cultural, realizamos pesquisa na biblioteca da FAU USP, e em acervos digitais. Sobre cada um dos estudos de caso utilizamos as bibliotecas municipais de São Roque e São Miguel Paulista, também dispomos de arquivos virtuais como o Arquivo Histórico Digital de São Roque, e do Centro de Memória de São Bernardo do Campo. Os processos de tombamento foram interpretados como fontes primárias, sendo os exemplares físicos do processo da Companhia Nitro Química Brasileira e da fábrica Brasital acessados nos arquivos do DPH e da UPPH, e o exemplar do Estádio 1º de Maio disponibilizado digitalmente pelo Arquivo Central do Iphan. Para o caso do Estádio 1º de Maio realizamos pesquisa presencial, em dezembro de 2019, na Divisão de Preservação da Memória de São Bernardo do Campo para analisar os processos de tombamento da Torre da Elni, do Estádio pelo Compahc, e os dois Inventários de Bens Culturais de São Bernardo do Campo, produzidos em 2002 e 2012. E para o caso da Brasital, em outubro de 2020 realizamos pesquisa presencial na Procuradoria de Justiça de São Roque, onde está armazenado o inquérito civil que deu início ao processo de tombamento.

arquiteta Dalva Thomaz. Além disso, realizamos uma visita técnica aos elementos remanescentes da fábrica em outubro de 2019.

Para o caso da Brasital, em 2019 realizamos visitas técnicas à cidade de São Roque, especialmente ao Centro Educacional e Cultural Brasital (CEC Brasital), ocasiões em que entrevistamos duas funcionárias. Nestas conversas buscamos entender como se compunham as referências culturais destas atuais trabalhadoras com o lugar, mobilizando suas relações familiares, afetivas e do trabalho no campo da cultura. Já as entrevistas com antigos trabalhadores da fábrica, atuais proprietários das residências e cidadãos são-roquenses envolvidos com o patrimônio cultural foram dificultadas pela pandemia, seja por não conhecermos ninguém previamente, inadaptação aos meios virtuais ou recusa em tratar do tombamento das casas. No final de 2020, quando a situação sanitária do país parecia melhorar, realizamos duas idas a São Roque em que foi possível entrar em contato com algumas pessoas.⁴ Foi possível conversar com 12 interlocutores, sendo antigas trabalhadoras da fábrica, familiares de antigos trabalhadores, atuais moradores e proprietários das residências tombadas. E ainda dois cidadãos envolvidos com a preservação do patrimônio local, via *Google Meet*, totalizando 16 interlocutores. Conversamos também com técnicos da UPPH, a historiadora Deborah Neves, o arquiteto José Antônio Zagato e a atual diretora Elisabete Watanabe.

Para o caso do Estádio 1º de Maio todas as conversas foram realizadas via *Google Meet* em 2021. Realizamos entrevistas com três antigos trabalhadores que participaram ativamente dos movimentos operários em São Bernardo do Campo e da atividade sindical, e com dois atuais membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, totalizando cinco interlocutores. No que diz respeito aos técnicos, em 2019 conversamos com Denise Puertas de Araújo, à época Diretora da Divisão de Preservação da Memória de São Bernardo do Campo. Em 2020 entrevistamos a geógrafa Simone Scifoni, o historiador Carlos Gutierrez Cerqueira, a arquiteta Anna Eliza Finger, e o sociólogo Jorge Magyar, membro do Centro de Memória de São Bernardo do Campo.⁵

A dissertação está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 “Habitação do trabalhador e a ‘indústria-patrimônio’. A Fábrica Brasital de São Roque” trata do processo de tombamento da Fábrica Brasital e das residências construídas para os trabalhadores da fábrica. A tecelagem foi instalada em 1890 em São Roque, cidade do interior de São Paulo. Entre os anos 1930 e 1950 a empresa construiu casas destinadas a diretores e chefes de setores. Funcionou até a década de 1970 quando a produção foi concentrada na filial da cidade de Salto. A partir desse momento a

⁴ Nestas ocasiões nos mantivemos fora das casas, de máscara, distante dos interlocutores, exceto em três ocasiões em que fomos convidadas a entrar, mantendo distanciamento. Os roteiros foram adaptados para uma abordagem mais breve e direta às questões essenciais para entender suas referências sobre o morar, a fábrica e o tombamento.

⁵ Além das entrevistas voltadas aos estudos de caso, consideramos importante realizar conversas com a arquiteta e professora da FAU USP Beatriz Kühn, a historiadora Marly Rodrigues, a historiadora e professora da Unicamp, Cristina Meneguello, o historiador Marcelo Paiva, e o arquiteto Silvio Oksman, em que abordamos o patrimônio industrial e a memória do trabalho, os museus do trabalho, e as ações do Ministério Público em torno da defesa do patrimônio cultural.

fábrica foi abandonada e passou por processo de degradação física até 1987 quando foi transformada em Centro Educacional e Cultural Brasital. As residências foram vendidas aos antigos trabalhadores e desde então passam por diferentes processos de apropriação.

Analisaremos o percurso de atuação do Condephaat nos anos 1980, buscando entender como envolveu os temas da industrialização, do trabalho e dos trabalhadores para demonstrar em que medida entendemos a Brasital como um caso de preservação do patrimônio industrial em São Paulo. E chegaremos às reflexões sobre a atuação do órgão nos anos 2000, dado que o processo de tombamento da Brasital foi aberto em 2009 a partir de uma ação movida por cidadãos são-roquenses no Ministério Público de São Roque. No Condephaat, os estudos foram orientados para exemplares representativos da industrialização, tornando a Brasital e antigas residências operárias objeto de análise. Buscando agregar ao campo do patrimônio um conjunto mais diverso daquilo que já havia sido reconhecido como patrimônio industrial, pensando na valorização da memória dos trabalhadores de forma ampla, os técnicos defenderam o tombamento das antigas habitações operárias. A proposta de tombamento não é, contudo, um consenso entre técnicos do patrimônio e proprietários das residências, o que revela uma série de contradições atuais da lógica preservacionista, especialmente no que diz respeito ao tombamento da habitação.

No capítulo 2 “Patrimônio industrial e os trabalhadores migrantes. A Companhia Nitro Química Brasileira” abordaremos o caso de tombamento da Companhia Nitro Química Brasileira. A indústria química foi instalada em 1935 em São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo. Entre 1940 e 1960 construiu equipamentos assistenciais como creche, escola primária, clube de lazer e vilas operárias. A partir dos anos 1980 os equipamentos fabris tornados obsoletos foram abandonados e os edifícios voltados ao assistencialismo desativados, sendo demolidos ou abandonados. Este processo alertou setores da sociedade no bairro em prol de sua preservação no início dos anos 2000.

No DPH, embora o estudo de tombamento tenha expressado sensibilidade à dimensão histórica e social da vivência, trabalho e habitação, o tombamento, definido em 2012, recaiu sobre antigos espaços produtivos desativados, revelando um processo permeado de contradições narrativas e interesses particulares. Dentre os casos estudados, é o único efetivamente tombado e homologado. As contradições em torno da patrimonialização de uma indústria nacional-desenvolvimentista, instalada em um local fora do núcleo industrial da cidade de São Paulo, será base para reflexão sobre o patrimônio industrial como categoria. O capítulo trará análise sobre como a esfera municipal de patrimônio lidou com as demandas externas e a reorganização urbano industrial na cidade desde a década de 1970 aos dias atuais. E a interpretação das referências culturais de sujeitos sociais cujas memórias e identidades são

atravessadas pela Nitro Química servirá de base para a análise crítica sobre as tomadas de decisão do tombamento, em termos de objetos e narrativas.

O Capítulo 3 “Resistência operária e arquitetura. O Estádio 1º de Maio” trata do Estádio 1º de Maio como um exemplo de desafio às práticas seletivas do Iphan nos anos 2000. O Estádio, localizado em São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, foi construído em 1950 como praça de esportes para funcionários da tecelagem Elni, instalada na cidade em 1947. No final da década de 1970 foi palco de lutas operárias que se desdobraram em movimentos políticos pela redemocratização do país. Nele, foram realizadas as maiores assembleias dos trabalhadores metalúrgicos durante as greves de 1979 e 1980.

A tramitação para o tombamento federal teve início em 2009 através de uma mobilização municipal em torno da importância nacional do Estádio como parte da memória social e política dos trabalhadores, testemunho do movimento operário responsável por iniciar o processo de redemocratização brasileira. Esta visão encontrou entraves políticos dentro do Iphan. Para análise aprofundada, abordaremos a preservação do patrimônio em São Bernardo do Campo e a escala metropolitana como potenciais instâncias de reivindicação pelo patrimônio, as possibilidades de inserção do conceito de lugar de memória dentro do Iphan e, tomando como base a proposta do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores em São Bernardo do Campo questionamos a musealização do trabalho como caminho para a valorização da memória do trabalho tomando como exemplo museus do trabalho no Brasil, nos EUA e na Europa.

Estes casos oferecem amplo conjunto de espaços onde a sociabilidade se faz presente e é o que justifica e confere valor às interações entre trabalho, moradia e lazer na constituição do cotidiano dos sujeitos. Tais estudos são compreendidos como meios para reflexão sobre o tombamento como instrumento de proteção legal capaz de incorporar, na atualidade, a temática do trabalho no campo do patrimônio. A construção da identidade paulista tem a industrialização e a valorização do trabalho como bases ao progresso, à evolução humana, urbana, material e social, justificando a ideia de “locomotiva da nação”. Cabe pensar quais são as contribuições do campo do patrimônio na ratificação destas narrativas, bem como sua potencialidade em questioná-las.

1. Habitação do trabalhador e a “indústria-patrimônio”

A Fábrica Brasital de São Roque

1.1. Anos 1980, a industrialização como patrimônio no Condephaat

Na cidade de São Roque, interior do estado de São Paulo, está localizada a antiga Sede do Sítio Santo Antônio, reconhecida como patrimônio pelo Iphan em 1941 e pelo Condephaat em 1974. Para além de sua importância no período colonial, o século XIX foi incorporado pelas narrativas sobre a história da cidade como momento em que se desenvolveu urbana e economicamente como decorrência da instalação da Estação de Trem de São Roque, em 1875, parte da Estrada de Ferro Sorocabana que, por sua vez impulsionou a instalação de uma fábrica de tecidos, inicialmente denominada “Enrico Dell’Acqua e Cia”. Esta foi a primeira indústria no ramo do algodão a ser instalada no município, inaugurada em 1892 (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 2005). A partir de 1919 foi denominada Brasital.⁶

Esta tecelagem manteve-se em funcionamento até 1970, quando encerrou as atividades em São Roque. Com isso, as instalações fabris foram abandonadas e as residências construídas para operários entre os anos 1920 e 1950 foram vendidas aos trabalhadores. O espaço fabril permaneceu abandonado até a década de 1980 quando a prefeitura municipal, em parceria com o estado, desapropriou o imóvel, declarando-o de utilidade pública e implantou ali um centro cultural. A ressignificação da fábrica e o ato de “devolução” do espaço à população, oportunizando às futuras gerações o contato por meio de outras práticas pode ser entendido no contexto mais amplo da redemocratização brasileira.

Durante os anos 1970 e 1980 a condição de abandono de muitas edificações fabris e industriais anunciava a necessidade de discussões sobre o espaço urbano, envolvendo interesses do empresariado industrial, de agentes imobiliários e do campo da preservação. A gestão estadual de Franco Montoro (PMDB, 1983 - 1987) é recuperada por Marly Rodrigues (2000) como um momento em que se alimentaram esperanças de dinamização das ações do Condephaat em torno de questões de qualidade de vida urbana, valorização de memórias locais e políticas públicas de educação. O que configura um caminho para que pensemos como este órgão lidou com o conjunto de antigos espaços da industrialização como parte das preocupações sobre as cidades e a memória.

⁶ A fábrica recebeu diferentes denominações ao longo do tempo. Entre 1890 e 1899 foi denominada “Enrico Dell’Acqua e Cia”; entre 1899 e 1903, “Società Italiana di Esportazione Enrico Dell’Acqua”; entre 1903 e 1919, “Società Italiana per l’Esportazione e per l’Industria Italo-Americana”; e de 1919 a 1970, “Brasital S.A.”, como um nome formado a partir da junção das palavras de Brasil e Itália (MELLO, 2011; PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 2005; ROMANO, 1988).

A partir da década de 1980 a ortodoxia preservacionista praticada nos órgãos de preservação, passou a ser questionada em busca de representações mais ampliadas do patrimônio paulista Rodrigues (2000). Embora desde a criação do Condephaat, em 1968, a população pudesse entrar com pedidos de tombamento, as demandas por uma representatividade mais ampla para o patrimônio sempre desafiou os critérios técnicos. Solicitações de tombamentos para casarões, palacetes, cadeias, fóruns, em cidades estagnadas economicamente ou com surtos de desenvolvimento no interior ou na própria capital, desafiavam a prática preservacionista por tratar-se de edificações consideradas pelos técnicos “sem valor arquitetônico” (WOLFF, 2018). Nesse sentido, democratizar o patrimônio a partir de maior diálogo com a sociedade civil representou uma tentativa do órgão de alinhar-se ao processo de redemocratização brasileira.

Em 1971 foi criada a Secretaria Executiva do Condephaat, possibilitando a organização das unidades técnicas e em 1982 ocorreu a primeira contratação do corpo técnico (LESSA, 2017). Formou-se um corpo composto por 33 arquitetos, dentre eles Antônio Luiz Dias Andrade (Janjão), Carlos Lemos, e Nestor Goulart Reis Filho e 11 historiadores, como Ulpiano Bezerra de Meneses, Edgar de Decca, e Maria Auxiliadora Guzzo. Intelectuais como o geógrafo Aziz Ab’Saber e o antropólogo Antônio Augusto Arantes ocuparam a presidência entre 1982 e 1984, quando foram criados conselhos comunitários em cidades nas quais o Condephaat desenvolvia trabalhos com o objetivo de discutir problemas locais de preservação. Tais nomes figuram entre os intelectuais responsáveis pelas pesquisas e atualizações do campo da história cultural, arquitetura, geografia e antropologia nos anos 1980, e atuar também no órgão de patrimônio significou a relação entre a pesquisa e revisão crítica produzida nas universidades, e o avanço e atualização das práticas no campo da preservação (NASCIMENTO; SCIFONI, 2018).

O conjunto de artigos compilados no livro “Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural” resultante do Seminário “Cultura, Patrimônio e Preservação”, realizado em 1983, durante a presidência de Antônio Arantes, apresenta artigos da antropóloga Eunice Durham, da museóloga Waldisa Rússio, da arquiteta Helena Saia, do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, e do próprio Arantes. Demonstra que especialistas de diferentes áreas, muitos dos quais compunham o corpo técnico e o Conselheiro, pensavam os desafios e a política estadual de patrimônio, e trabalhavam para responder às demandas da sociedade por um patrimônio mais representativo, afetivo e menos fundamentado em saberes técnicos ou voltados à narrativa da identidade nacional (NASCIMENTO, 2016a).

As cidades resultantes do processo de industrialização, e os processos de descaracterização de espaços urbanos e naturais associados aos interesses de mercado dão um retrato da época e são retomados por Antônio Arantes (1984). A preocupação com a escala, qualidade de vida, e cultura urbanas, a memória coletiva, o valor de uso, as responsabilidades

técnicas, a função do patrimônio e dos museus na reconstrução do processo histórico, e os bens e os sujeitos sociais como parte do processo de preservação são temas presentes neste livro. A “virada antropológica” dos anos 1980 e as transformações na noção de cultura como processo tornaram-se fundamentais para entender as demandas da população e trabalhar com o patrimônio cultural. Como podemos observar no texto de Durham, ao expressar sua interpretação sobre a cultura presente em dimensões materiais e imateriais da vida cotidiana:

“no tratamento cerimonioso das recepções oficiais tanto quanto na etiqueta que regulamenta a relação do operário com o patrão; na pintura de um quadro assim como na preparação de um bolo; no entendimento de um livro de geografia como na capacidade de se locomover na cidade” (DURHAM, 1984, p. 26)

É importante notar que as relações de trabalho são entendidas como cultura, assim como a memória como direito de todas as classes, o que ilumina o caminho para compreensão da permeabilidade do trabalho e dos trabalhadores no patrimônio. Durham (1984) incorpora a discussão de classe, o sindicalismo e os operários demonstrando a mentalidade daquele momento assim como o reconhecimento da dificuldade de oficialidade desses temas como patrimônio:

“A imensa maioria dos operários do Brasil não tem a mínima ideia da história sindical. Quem tem ideia dessa história sindical são os intelectuais da universidade, que têm o tempo, o recurso e o treinamento para reproduzi-la. Agora, qual a possibilidade que têm os operários mesmos de recuperar essa luta, essas tradições? Só na medida em que no próprio meio sindical se conserva uma memória que se transmite oralmente de um para o outro. As pessoas não têm tempo, nem treinamento, nem lugar para ficar aprendendo o 'que foi a história sindical'. [...] Tomando novamente como exemplo os movimentos operários, pode-se verificar facilmente que toda sua história de lutas passadas não conta com marcos físicos (monumentos, museus, exposições, comemorações) que facilitem sua perpetuação na memória popular” (DURHAM, 1984, p. 32-33)

Estes momentos de reflexão permitiram o amadurecimento das ideias e a paulatina incorporação do cotidiano e da diversidade no conjunto de bens tombados. Influenciados pelas ideias de Ulpiano Bezerra de Meneses, buscaram inserir valores cognitivos, formais e afetivos aos bens, além de relacioná-los com a “identidade social”. Assim, às igrejas, sítios arqueológicos e fazendas de café, agregaram-se elementos de outras tipologias para diversificar a representação social do patrimônio (RODRIGUES, 2000).

Na história do trabalho a Primeira República (1888-1930) foi amplamente estudada a partir de fontes que contribuíram com a análise sobre a autonomia dos trabalhadores, fortemente influenciados pelo movimento de redemocratização (FONTES; FORTES; MAYER, 2017). Estas interpretações estão presentes nas produções de Margareth Rago (1985), Maria

Auxiliadora Decca (1987), Sidney Chalhoub (1896), cujas produções tiveram o trabalho de Edward Thompson (1987) como principal referência. A introdução de temas do cotidiano no campo de investigação da história, o valor atribuído à classe e o trânsito de ideias entre os campos da história e do patrimônio, para o qual a proposta de democratização era imperativa nos anos 1980, representaram uma abertura para a interpretação dos mundos do trabalho como patrimônio. As formas históricas de morar na cidade, entendidas como exemplos das transformações urbanas e dos períodos econômicos, entraram no patrimônio como decorrência da reformulação teórica das pesquisas de história da arquitetura. A possibilidade de se atribuir valor documental aos bens, no lugar da tradicional noção de monumento isolado, abriu caminho para preservação de vilas operárias como parte da história da formação dos bairros paulistanos (NASCIMENTO, 2016a).

O tombamento da Vila Economizadora em 1980 aconteceu em decorrência do pedido do arquiteto Carlos Lemos, então diretor técnico, em 1977. A Vila já havia sido indicada como de interesse para preservação no Inventário realizado juntamente com Benedito Lima de Toledo para a Coordenadoria Geral de Planejamento em 1974 (NASCIMENTO, 2016a; TONASSO, 2019). Segundo Ana Lara Lessa (2017) o tombamento da Vila Economizadora foi o primeiro caso que exprimiu considerações das diferentes fases da indústria no estado, valorizada pela memória de um segmento social da classe trabalhadora, o imigrante italiano. Seu reconhecimento foi construído a partir da valoração como documento da forma de morar, incorporando o conceito e patrimônio ambiental urbano, para a qual não foram mobilizados valores estéticos ou excepcionais.

Em 1985 foi aberto o processo de tombamento da Vila Maria Zélia, aprovado em 1992. Esta vila, assim como seu processo de tombamento, são emblemáticos para os anos 1980 nos estudos de história da cidade e do campo do patrimônio. Para Eva Blay (1985) a Vila Maria Zélia é um documento fundamental de uma época e de uma forma de ocupação do espaço urbano. Identificada como “mini-cidade”, permitiu considerações sobre a vida dos trabalhadores em muitas dimensões, por incorporar as casas, escolas, armazém, posto médico, bar, creche, farmácia, campo de futebol e igreja, além de ter sido implantada em terreno contíguo à fábrica. Estas características ofereceram aos pesquisadores um outro olhar para o período de industrialização de São Paulo a partir de temas como as condições de trabalho, a moradia, e a sociabilidade no tempo livre.

Assim como a Vila Economizadora, seu tombamento foi justificado como exemplar da forma de morar do operariado no início do século XX, pela preservação das características ambientais, pela importância histórica e arquitetônica na formação de São Paulo. Os tombamentos da Vila Economizadora e da Vila Maria Zélia são comparáveis por tratar-se de vilas operárias construídas no início do século XX e terem sido incorporadas na historiografia da

arquitetura nos anos 1980. Por seu valor histórico e arquitetônico tornaram-se patrimônio reconhecido pelo estado em um momento pretensa ampliação conceitual.

Entretanto, diferenciam-se pelo tipo de iniciativa de construção. A Maria Zélia foi uma vila construída pelo industrial Jorge Street para abrigar as famílias de trabalhadores das tecelagens Maria Zélia e Santana, a Economizadora foi construída pela Companhia Economizadora Paulista e destinava-se à moradia de trabalhadores por meio de aluguel. Esta é outra qualidade importante a ser ressaltada, pois foi indicativo de reconhecimento de lugar de moradia de trabalhadores urbanos que não se associa diretamente a uma fábrica específica.

Contudo, também é possível tecer críticas sobre o tombamento desses bens. Embora no tombamento da Vila Maria Zélia os valores simbólicos tenham sido levados em conta a partir dos estudos de Eva Blay e a da perspectiva historiográfica da história do trabalho e da arquitetura, não ocorreu envolvimento com os sujeitos sociais durante o processo de tombamento, tornando problemática a questão da preservação para os moradores das residências até os dias de hoje. O tombamento da Vila Maria Zélia demonstra que interlocuções entre o órgão e as populações locais ficaram circunscritas à esfera dos tombamentos, prevalecendo os saberes técnicos dos arquitetos (NASCIMENTO, 2016a).

A participação direta de moradores ou entidades envolvidas com o uso dos bens tombados raramente foram respeitadas. Neste caso é importante perceber as contradições expressas por um tombamento que previa a inclusão de objetos associados a uma história ainda não considerada pelo tombamento, inserindo a habitação operária no patrimônio oficial, mas o uso e o valor no momento do tombamento não foram considerados. Além disso, Nascimento (2016a) ressalta que a habitação social produzida durante a Primeira República teve maior atenção do patrimônio, enquanto que aquela produzida posteriormente, durante a Era Vargas, por exemplo, teve menor permeabilidade. Então pode-se entender que a complexidade e totalidade da produção habitacional para trabalhadores urbanos ainda é um tema a ser explorado pelos órgãos de patrimônio, e que o reconhecimento dessa dimensão se faz por meio de casos específicos.

Estudar a trajetória do órgão no reconhecimento de fábricas, indústrias, linhas e estações ferroviárias é outro caminho para compreensão dos objetos da pesquisa. Tombar fábricas faz parte da prática do Condephaat desde antes dos anos 1970, com tombamentos do Engenho dos Erasmos (*ex-officio*), da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (*ex-officio*), do Engenho do Rio Quilombo (*ex-officio*), e da Estação Ferroviária de Bananal em 1974. Porém, foram tombamentos focados em critérios arquitetônicos e históricos que privilegiavam o período colonial, e a industrialização como decorrência do ciclo econômico do café (LESSA, 2017).

Rodrigues (2000) compreende os tombamentos do Condephaat nos anos 1980 através de categorias, como “memória da natureza”, “memória da arquitetura”, “memória do ensino”,

“memória do ambiente urbano”, “memória da moderna indústria” e “memória da saúde pública”. A historiadora observou que espaços do trabalho foram agregados ao universo de bens tombados como responsáveis por representar a “memória da moderna indústria”. Citando como exemplos o tombamento da Fábrica de Tecidos São Luiz, em 1983, e das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM), na Água Branca, em 1986 .

Segundo Manoela Rufinoni (2019), a partir do final da década de 1970 passou a haver uma paulatina percepção da complexidade do patrimônio urbano nos estudos voltados à preservação de bens da industrialização. Dentre as complexidades do tema, os limites do próprio instrumento de tombamento, pensado originalmente para a tutela de edifícios considerados individualmente foram colocados em questão. Segundo ela, a compreensão do patrimônio ambiental urbano seria fundamental para a incorporação do patrimônio da industrialização no rol de bens reconhecidos. Recupera os tombamentos da Estação da Luz, em 1976, e da Estação de Trem de Campinas, em 1980, sobre os quais atribuíram-se valores históricos, arquitetônicos e paisagísticos, sendo mobilizado o conceito de patrimônio ambiental urbano; e o tombamento da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em 1987, sobre o qual se ressalta a participação da sociedade civil na defesa dos bens. Lessa (2017) considera o caso de Paranapiacaba inédito por abarcar uma visão mais “completa” do patrimônio industrial.

O conjunto das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM) na Água Branca era o maior aglomerado industrial do grupo Matarazzo. Nos anos 1960, com as transformações da indústria, se iniciou o desmonte e a venda das propriedades por parte da empresa. O potencial econômico do terreno e os estudos para definição da Operação Urbana Barra Funda alertou os setores da preservação do patrimônio para a iminência de transformações. Por isto, o Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo solicitou o tombamento ao Condephaat, reconhecendo o conjunto como “testemunho do transcurso da industrialização de São Paulo” (LESSA, 2017, p. 42) e o último exemplar de um conjunto de instalações industriais que acompanhavam a estrada de ferro a oeste na cidade.

Em 1985 o conselho aprovou a abertura do processo de tombamento, e em 1986 o corpo técnico apresentou uma proposta de tombamento baseada na importância do conjunto industrial para a consolidação daquela região da cidade, mobilizando conceitos associados ao patrimônio ambiental urbano. Entretanto, o então Secretário de Cultura, Jorge Cunha Lima, homologou uma versão diferente da proposta aprovada pelo conselho de modo a privilegiar os interesses dos proprietários na demolição do conjunto e na venda das terras, deslegitimando o estudo técnico, que previa uma compatibilização entre proteção e permissão para alterações.⁷ Este caso é

⁷ Entre os anos 1980 e 2000 ocorreram demolições, desmembramento do lote, e retificação da resolução de tombamento em decorrência do jogo de interesses em que nem o próprio Estado defendeu os interesses públicos. Questões de cultura, memória, identidade, do objeto como documento histórico, do patrimônio urbano e do conjunto, deixaram de ser consideradas em razão de articulações políticas para que o mercado atuasse livremente (LESSA, 2017).

abordado por Lessa (2017) para refletir sobre as contradições na atuação do Condephaat. Embora as questões relacionadas à incorporação da memória e cotidiano dos trabalhadores não tenham sido foco de sua pesquisa, é possível perceber que estas questões ficaram escanteadas no conflito geral em torno deste tombamento.

Rufinoni (2019) percebe que as ações do Condephaat encontraram dificuldade de expressar, através do tombamento, a compreensão dos remanescentes industriais como conjunto urbano, o que mostra uma contradição dada a própria condição de existência desses exemplares. Segundo ela, as discussões apareceram mais nos pareceres que, efetivamente, nas resoluções de tombamento e, como decorrência disso, os tombamentos voltavam-se aos bens isoladamente, suprimindo a compreensão de sua inserção no espaço urbano, como foi o caso das IRFM.

A mobilização dos valores de “patrimônio ambiental urbano” para tombamentos de remanescentes industriais são considerados fundamentais na representação das aspirações do órgão nos anos 1980, porém ocorreram em momentos pontuais, quando o conselho era presidido por profissionais permeáveis a esta interpretação. Ademais, ainda que representassem ampliação conceitual, prevaleceram os valores econômicos da industrialização, e o olhar para a arquitetura por meio de critérios de monumentalidade e excepcionalidade para os exemplares aos quais se podia associar a arquitetura fabril inglesa. As consequências desse tipo de olhar para o tombamento de indústrias, que não parece ter se modificado com os estudos de história social do trabalho e a ampliação dos estudos de história da arquitetura, foram a não incorporação de questões relativas aos trabalhadores industriais tal como foi feito para o tombamento das vilas, que também apresentam suas contradições.

Estas considerações demonstram que as tentativas de ampliação do órgão foram, muitas vezes, interpostas por conflitos políticos e disciplinares. Ainda que figuras como a do democrata Franco Montoro tenham ocupado o cargo máximo de decisões, ocorreu o que Simone Scifoni (2015) chama de “ajuste do patrimônio” para referir-se à flexibilização de decisões para satisfazer interesses de determinados agentes. Gestões posteriores a 1984 no conselho, como representada por Modesto Carvalhosa, entre 1984 e 1987, e Paulo Bastos, entre 1988 e 1989 não deram andamento a alguns projetos idealizados nas gestões de Antônio Arantes e Aziz Ab’Saber, além de confirmar posicionamentos do conselho alinhados à uma “missão” de conscientizar a população dos valores que o órgão pretendia preservar, baseados em conceitos mais restritos sobre cultura (RODRIGUES, 2000).

Segundo Rodrigues (2000) os desafios dos anos 1980 foram além do rompimento com as bases conceituais da ação preservacionista, com a história e memória oficiais. Prevaleciam posturas contribuintes à perpetuação da “ortodoxia preservacionista”, levando à dissociação entre expectativas e práticas. Segundo a autora, não houve nos anos 1980, uma efetiva

democratização da memória instituída pelo Estado, porque naquele momento a atuação do Condephaat foi compatível com a estrutura político administrativa da sociedade, na qual o direito à memória e ao passado ainda mantinham-se como privilégio de poucos. De acordo com Nascimento e Scifoni (2018), esse quadro abriu caminho para que nos anos 1990 o órgão sofresse com as pressões do mercado, retornando aos cânones da monumentalidade e excepcionalidade, que tensionaram e ainda tensionam a prática cotidiana no órgão e sua relação com a sociedade.

1.2. A Brasital como um caso de preservação do patrimônio industrial em São Paulo

1.2.1. Uma tecelagem em São Roque

A tecelagem Brasital ainda foi pouco estudada no âmbito acadêmico, seja no campo da história, da arquitetura ou do patrimônio cultural. Por outro lado, há um volume significativo de livros de história da cidade, notícias de jornais locais, revistas, catálogos de exposições, e blogs produzidos por instituições e pesquisadores são-roquenses do campo da história, jornalismo, ou memorialistas que buscam relatar a história de São Roque. Tais fontes abordam o surgimento da cidade da Colônia ao Império, enquadrando a instalação da tecelagem como importante para o crescimento da cidade. São base para compreensão da instalação da fábrica, e também para construções narrativas de outras ordens, como os estudos e pareceres técnicos de tombamento realizados pelo Condephaat.

As narrativas sobre a história da fábrica expressam abordagem aprofundada para o percurso profissional de seu idealizador, o industrial italiano Enrico Dell'Acqua, considerado o pioneiro na exportação da indústria de tecidos de algodão da Itália.⁸ A iniciativa de produzir tecidos na América Latina, especificamente em São Paulo, foi decorrente de um diagnóstico do reduzido número de tecelagens no Brasil e das vantagens econômicas de produção e venda no continente americano (MELLO, 2011; PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 2005; ROMANO, 1988). Em São Roque o industrial dá nome a uma rua no centro da cidade, e sua figura tem lugar destaque na biblioteca municipal.

A instalação geográfica da fábrica foi estrategicamente definida em um terreno próximo às margens dos rios Aracaí e Carambeí, dois rios que cortam a cidade. A existência da estação de trem em São Roque foi fator decisivo para a instalação da fábrica, possibilitando o transporte do

⁸ Enrico Dell'Acqua nasceu em 1851 em Abbiategrosso, no norte da Itália. Dedicou sua atuação profissional à produção têxtil, participando do mercado de tecidos em nível nacional através da venda a varejo e atacado. A fim de contornar a crise na indústria do algodão em função da escassez de matéria prima na Itália e o baixo consumo interno, iniciou tentativas de exportação de tecidos para outros continentes. A América Latina foi considerada potencial em razão da existência das colônias italianas. Em 1890 fundou a "Società per L'Esportazione di Prodotti Italiani nell'America del Sud" para exportação de produtos italianos e exploração das indústrias de tecelagem no Brasil e na Argentina. Assim, viabilizou a fundação da fábrica de tecidos em São Roque. Em 1898 fundou uma filial em Osasco, hoje região metropolitana de São Paulo. Em 1905 instalou uma filial na cidade de Salto, interior de São Paulo. Na Itália recebeu Medalha de Ouro pelo Ministério da Indústria e do Comércio. Em 1910, após seu falecimento, recebeu o título de "Cavaleiro do Trabalho", sendo notabilizado como um dos principais industriais e comerciantes da época (MELLO, 2011; PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 2005; ROMANO, 1988).

maquinário⁹, de produtos e da população imigrante que para lá transferiu-se em razão da oferta de trabalho. Os primeiros trabalhadores contratados eram imigrantes de origem italiana por se considerar que já possuíam conhecimento na operação de máquinas, recebiam cargos de mestres e contra-mestres com o objetivo de ensinar e controlar o trabalho dos demais (SANTOS, 2010; PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 2005). Após ser inaugurada, a fábrica empregava 400 trabalhadores. No início do século XX, eram 510 operários e em 1957, em torno de 3000 (MELLO, 2011).

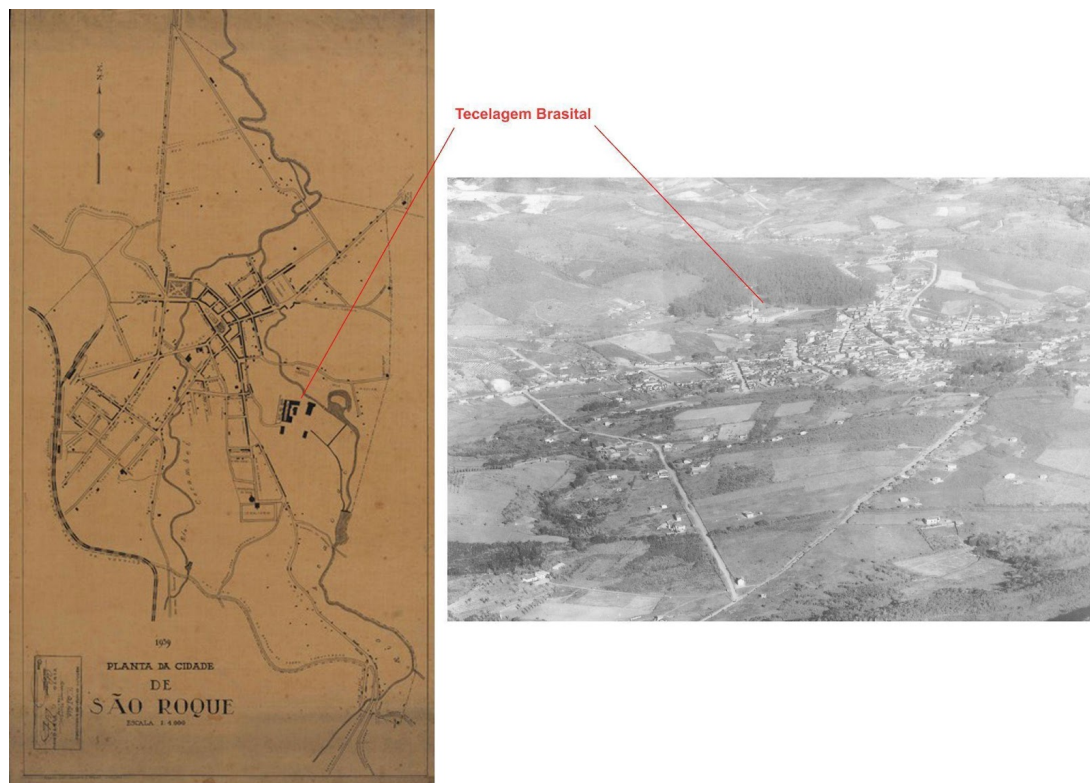


Figura 1. Planta de São Roque em 1939 (esq.), e vista aérea da cidade em 1939 (dir.).

Fonte: Arquivo Histórico Digital de São Roque. Disponíveis em <<http://www.arquivosaoroque.com.br/acervo/items/show/8>> e <<http://www.arquivosaoroque.com.br/acervo/items/show/466>>. Acesso em 23 set. 2019.

⁹ A Brasital não possuía setor de fiação, os fios de algodão eram importados da sede da empresa na Itália. Os teares foram importados da Inglaterra e da Alemanha, eram máquinas específicas para a produção de colchas, atoalhados e guardanapos (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 2005).



Figura 2. Tecelagem Enrico Dell'Acqua, posteriormente denominada Brasital, sem data.

Fonte: Arquivo Histórico Digital de São Roque. Disponível em <<http://www.arquivosao Roque.com.br/acervo/items/show/176>>. Acesso em 04 nov. 2019.

Segundo Eva Blay (1985) e Antônio Bandeira Júnior (1901), esta foi uma das mais importantes indústrias têxteis do estado de São Paulo, responsável pela produção diária de 10.000 metros de diferentes tecidos. Joaquim Santos (2010) atribui à instalação da fábrica o impulsionamento ao crescimento e progresso da cidade, indicando que durante o auge da tecelagem, em torno de 70% da população da cidade era funcionária da Brasital. A fábrica é mencionada em todas as produções sobre a história de São Roque, abordada a partir de aspectos econômicos de maneira a construir uma narrativa celebrativa do progresso. Tal abordagem envolve a figura de Enrico Dell'Acqua como engenhoso empreendedor a quem se atribui a instalação da estação de trem da Estrada de Ferro Sorocabana, e da Fábrica Brasital, assim como os aspectos decorrentes destas: imigração, o crescimento populacional e urbano, os modos de vida associados à inserção da cidade na rota das ferrovias e na economia industrial que se delineava para o estado de São Paulo.

O tema desta pesquisa envolve de maneira entrelaçada a história da industrialização e a história do trabalho no estado de São Paulo, e a forma como as interpretações sobre a indústria e o trabalho são apresentadas são, por vezes, contraditórias. A ideia da riqueza econômica paulista advinda da industrialização como decorrência da economia cafeeira e das ferrovias, faz parte de um discurso de celebração do capital, da técnica, do industrial e também do trabalhador, visto pela ótica do esforço em prol do progresso. Este fato não é exclusivo à bibliografia relativa à Brasital, mas a praticamente todas as indústrias do estado de São Paulo, à sinalizar o valor dado às famílias Matarazzo, Crespi, e a figuras como Jorge Street. Estes fatores justificam o hiato narrativo sobre o período em que a fábrica esteve em funcionamento, que poderia abordar o cotidiano de trabalho, as organizações dos trabalhadores, suas trajetórias de vida e também os processos de evolução urbana.

A abordagem para o cotidiano dos trabalhadores, como se organizavam, como eram as jornadas de trabalho, a relação entre patrões e empregados, a moradia e aos modos de morar, e a sociabilidade ainda não estão incorporados na bibliografia oficial sobre a Brasital, o que restringe o horizonte da pesquisa. A questão da imigração italiana tem maior consideração, o que parece ser parte do ideal de associação à cultura europeia, mais do que um recurso para refletir sobre a vivência dos imigrantes que se tornaram operários da fábrica. A menção que se faz aos trabalhadores ocorre no sentido de elevar a importância da fábrica em razão do número de funcionários, e também a partir de uma compreensão do trabalho unicamente como forma de progresso e motivo de orgulho.

Como mencionado, há poucos estudos com análises críticas sobre a Brasital, à exceção da documentação do Condephaat, especialmente o parecer técnico elaborado pela historiadora Deborah Neves que para além de recuperar a bibliografia do campo da história, agrega outras fontes para compreensão de aspectos arquitetônicos, econômicos e sociais, incorporando algumas informações sobre o movimentos operários ocorridos na fábrica. Segundo Deborah Neves (2014), a Brasital é um caso diferente na indústria brasileira por se tratar de uma filial de empresa italiana, enquanto que as demais tecelagens do Brasil eram de empresas constituídas em território nacional, o que representa, para ela, um caso de imigração do capital. A preocupação em demonstrar a engenhosidade dos aspectos construtivos da fábrica também está presente em sua narrativa, agregando informações sobre o funcionamento da hidrelétrica e os aspectos arquitetônicos e construtivos do conjunto.

A historiadora atribui valor ao sistema produtivo, caracterizando-o como engenhoso e sofisticado, comparando-o ao existente no Moinho e à Fábrica de Algodão New Lanark, na Escócia, reconhecidos em 2001 como patrimônio mundial da Unesco. O conjunto fabril da Brasital era formado por três blocos edificadas, no maior deles, onde ficava a roda d'água, funcionavam os setores de tecelagem, os cruzadores, espuladeiras, salas de estoque, tingimento, urdidura e dimensionamento. Em outro ficavam estoques, e o armazém de alimentos. E em outros dois, de menores dimensões, a sala de desenho e o escritório dos chefes, como buscamos representar no mapa da Figura 3.

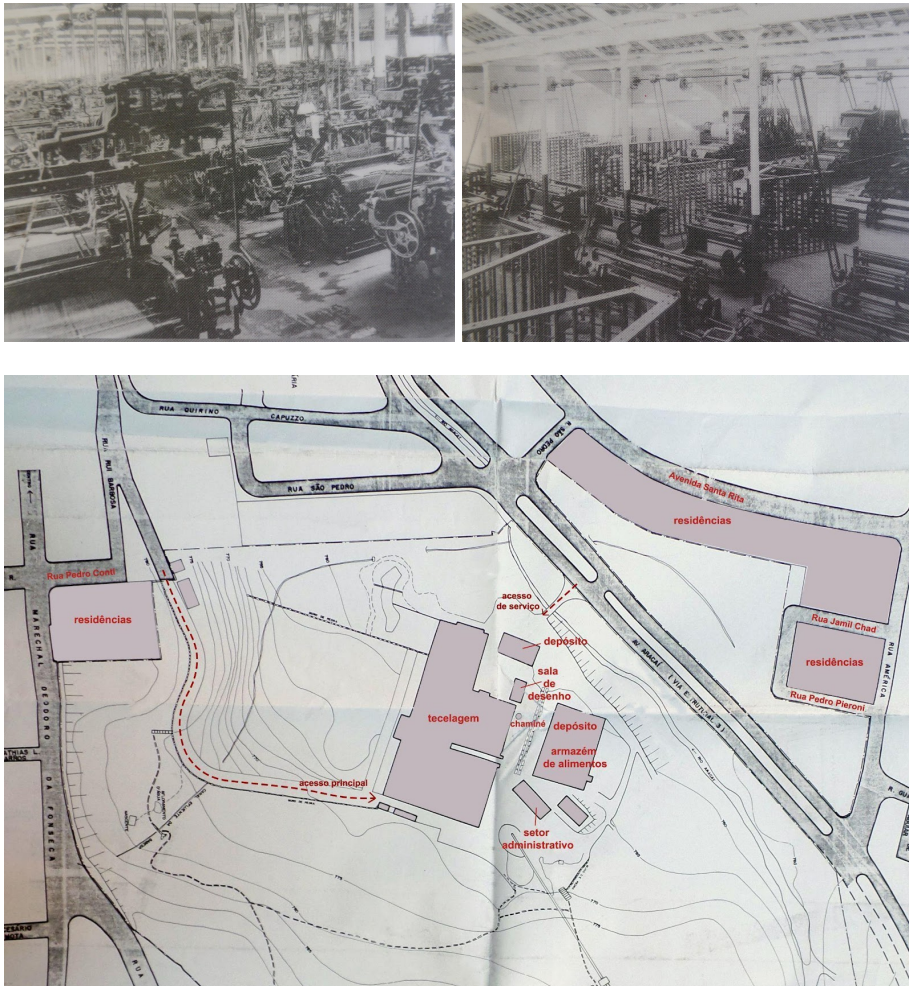


Figura 3. Interior da fábrica (sup.), sem data. Mapa com a organização dos setores da Brasital (inf.), alterado pela autora a partir de informações contidas no processo de tombamento e compartilhadas pelas entrevistadas.

Fonte: PREFEITURA (...), 2005, p. 2-3 (sup.). Levantamento planialtimétrico de 1993 presente no processo de tombamento. Condephaat, Processo n.º 59254, 2009. (inf.).

A ampliação da perspectiva sobre o objeto realizada por Neves (2014) resultou na apresentação e análise da produção de habitações operárias pela empresa, assim como reflexões sobre o modo de vida dos trabalhadores e as contradições relativas ao trabalho na fábrica. Através de Anicleide Rossi (1991) e Berna Valderrama e Melissa Oliveira (2008), que analisam aspectos da construção das vilas operárias construídas pela Brasital em Salto¹⁰, é possível compreender a lógica de construção das vilas operárias por parte da empresa.

¹⁰ As condições do terreno em São Roque impossibilitaram a ampliação da fábrica, levando à instalação de uma filial no município de Salto, a 60 km de São Roque. A Fábrica Brasital de Salto foi mais estudada que a Brasital de São Roque. Podem ser citados os estudos de Eloisa Dezen-Kempter (2007), Anicleide Rossi (1991) e Berna Valderrama e Melissa Oliveira (2008). Instalada em edifícios industriais já existentes, anteriormente pertencentes à Fiação de Algodão Júpiter, a Fábrica Fortuna e a Fábrica de Papel de Salto. Segundo Rossi (1991) a atuação da Brasital em Salto resultou na construção de vilas operárias, dentre elas, a Vila Brasital com 244 unidades, um armazém, açougue, creche e escola. Nos anos 1920 adquiriu a Companhia de força e luz, e a empresa de água e esgotos, tornando-se proprietária da maioria dos serviços prestados à população que, por sua vez, eram em sua maioria empregados da fábrica. Com o encerramento das atividades da Brasital em São Roque, concentrou-se nesta unidade a produção. Em 1981 a Brasital S.A. foi incorporada pela Moinho Santista S.A. A Fábrica Brasital de Salto foi tombada pelo Condephaat em 2014 e o seu processo foi uma das motivações para abertura do processo de tombamento da Brasital de São Roque.

Não existe um estudo científico aprofundado sobre as residências operárias construídas em São Roque, o que impede e dificulta a compreensão exata de quantas casas e em que momento foram projetadas e construídas. Segundo Telma Correia (2011) foram construídas duas vilas em duas fases distintas, uma na década de 1920, formada por 38 casas, e outra nos anos 1940 formada por cerca de 20 casas. Neves (2014) identificou um conjunto de 45 casas de períodos e tipologias distintas. Em razão dos poucos documentos que comprovam as datas de projeto e construção, as informações contidas no parecer técnico são proposições, fruto de estudos pioneiros da técnica a partir da análise arquitetônica em vistorias, e estudo de plantas e notícias de jornal.

Considerando as indicações destas fontes, a Brasital teria construído residências entre os anos 1920 e 1950, porém, se somavam 58, como indica Correia (2011) ou 45 unidades, como indica Neves (2014), não há fontes suficientes para comprovar. O que fica evidente através do estudo das plantas disponíveis no processo de tombamento é que foram construídas em três tipologias. As tipologias representam não somente a construção em diferentes períodos, mas também, destinação diferenciada a cada conjunto de trabalhadores a partir das funções desempenhadas na fábrica. As casas das Ruas Pedro Conti e Marechal Deodoro foram implantadas no local mais alto do terreno, nas proximidades da entrada principal da fábrica. Compunham as unidades destinadas aos mais altos cargos da empresa. As casas da Avenida Santa Rita, e das Ruas Jamil Chade e Pedro Dante Pieroni, no bairro hoje chamado de Vila Aguiar, também foram implantadas nas proximidades da fábrica, porém o acesso mais próximo era pela entrada de serviços, na parte mais baixa do terreno, às margens do rio Aracaí.

O primeiro conjunto é formado por quatro casas localizadas na Rua Pedro Conti. São casas geminadas duas a duas, com entrada lateral e alinhadas à rua. A fachada foi feita em tijolos aparentes e embasamento em pedra. A segunda e terceira tipologias, apresentadas na Figura 4, correspondem às residências localizadas na avenida Santa Rita, que somam 21 unidades, e nas ruas Jamil Chade e Pedro Dante Pieroni, que somam 20 unidades. As da avenida Santa Rita foram construídas no estilo bangalô, geminadas duas a duas, separadas do alinhamento do lote em três lados e fachada em tijolo aparente. As das ruas Jamil Chade e Pedro Dante Pieroni embora apresentem características semelhantes às casas da rua vizinha, são geminadas duas a duas, separadas do alinhamento do lote em três lados, e a fachada em tijolo aparente, não são no estilo bangalô, são menores e mais simples.

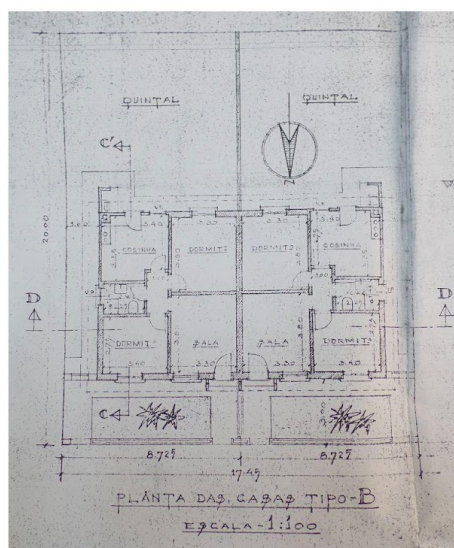
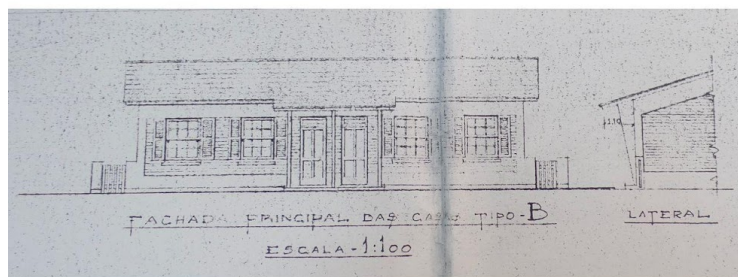
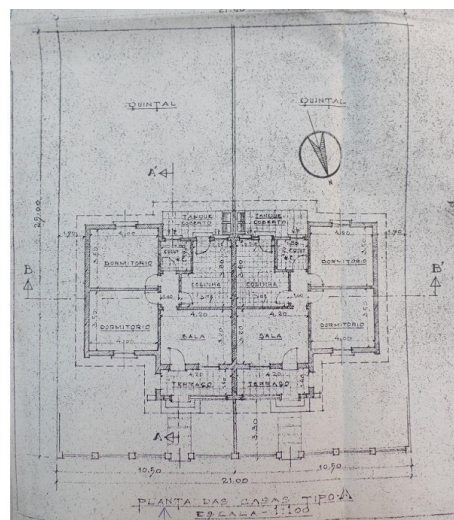
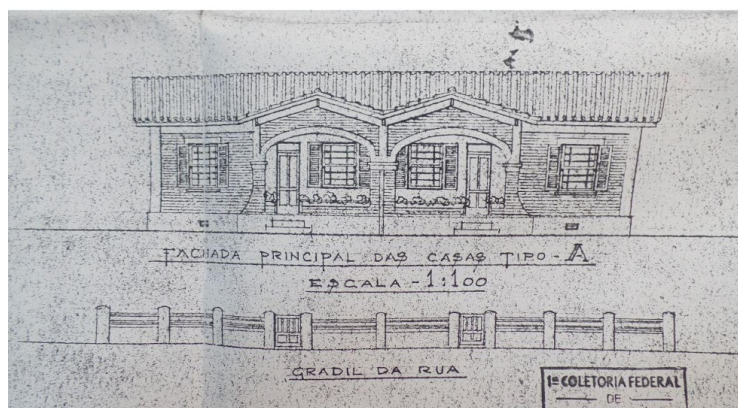
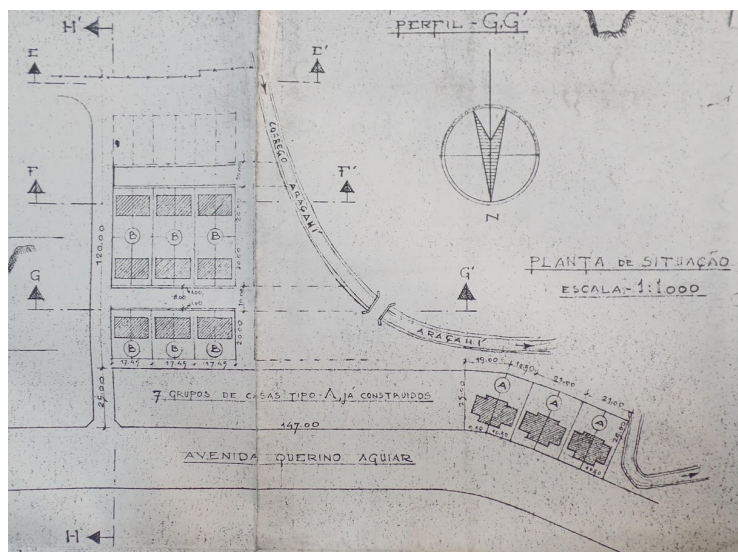


Figura 4. Projeto das residências da Brasital que hoje compõem a Vila Aguiar.

Fonte: Cópias presentes no processo de tombamento. CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009.



Figura 5. Residências construídas pela Brasital. Avenida Santa Rita (esq. sup.). Rua Jamil Chad (dir. sup.). Rua Pedro Conti (esq. centro). Residência do diretor principal (dir. centro). Interior de uma residência da Rua Pedro Conti (inf.).

Fonte: Fotos da autora, 2019 e 2020.

Em outubro de 2019, através de uma visita técnica guiada por Débora Leite, funcionária do Departamento de Cultura de São Roque, foi possível identificar a existência de mais uma tipologia formada por uma única casa localizada na Rua Marechal Deodoro. A “residência do diretor” é mencionada por Blay (1985), mas não mencionada no parecer técnico. É possível

perceber que é a maior de todas as residências construídas pela empresa. Segundo Débora Leite, esta residência possuía um acesso exclusivo à fábrica, por dentro do terreno. Até os dias de hoje é habitada pela família do último diretor. Foi possível entrar em apenas uma casa, localizada na rua Pedro Conti. O atual proprietário não tem familiares que trabalharam na Brasital mas, por iniciativa própria, conserva as características internas e externas da casa. Nas imagens da Figura 5 apresentamos algumas dessas casas atualmente, em que é possível observar que embora tenham passado por algumas modificações ainda compõem um conjunto de significativa manutenção de características arquitetônicas.

As considerações tecidas por Rossi (1991) sobre a atuação da empresa no município de Salto ajudam a compreender a sua dimensão urbana. Embora em Salto a Brasital tenha tido maior amplitude territorial, a iniciativa de construir as residências operárias é parte de um mesmo ideal sobre os modos de morar, de controle da vida e do tempo livre do operariado, garantindo a melhora na qualidade dos serviços prestados e a lealdade do funcionário ao trabalho. A autora salienta que com a construção das vilas o “lugar de morar” de algumas famílias operárias ficava determinado, e não misturado a outras funções, como o comércio, e refere-se a eles como “operários-moradores”¹¹.

Estas nomeações que associam a ocupação profissional ao tipo de relação com a moradia também são exploradas por Blay (1985) ao usar o termo “operário-inquilino”, pois para ela era importante entender as relações entre casa, operariado, empresariado e o Estado. A partir do pensamento sobre a história social do trabalho e sobre a formação urbana da cidade associada à industrialização, compreendeu o sentido da moradia nos processos de reajustamento das relações de produção como parte das relações de produção. Nesse sentido, o termo “operário-inquilino” foi apresentado pela autora para se referir à condição de vida dos trabalhadores urbanos, uma forma de expressar um duplo mecanismo de extração da mais valia, em que os trabalhadores eram explorados por serem operários e também inquilinos, e os patrões, por sua vez, eram os proprietários que extraíam valor do trabalho e da moradia.

Para além dos aspectos econômicos, arquitetônicos e construtivos associados à presença da Brasital na cidade, algumas produções bibliográficas de autores são-roquenses agregam outros aspectos que contribuem para a compreensão da dimensão da vivência e sociabilidade dos trabalhadores. Ayr Silveira (1989) em seu livro “Projeto Memória” apresenta um inventário de lugares, edifícios, celebrações, personalidades políticas e aspectos da cultura dos habitantes da cidade. A partir dele foi possível tomar conhecimento da existência de uma corporação musical denominada “Conti di Torino”, posteriormente chamada Corporação Musical Carlos Gomes,

¹¹ Embora não trate da Brasital de São Roque, Rossi (1991) contribui para compreensão ampliada sobre as questões de ocupação, formação, e dominação do espaço urbano por parte da empresa. Reflete sobre a influência das questões espaciais nas relações sociais sobre o trabalho, a moradia e o lazer. Apresenta abordagem que vai além da celebração da indústria e do industrial, utilizando estes fatos para compreender as questões de toda uma sociedade formada em razão da ocupação fabril.

fundada em 1897, formada por um grupo de imigrantes italianos trabalhadores da Brasital. Embora a banda não exista mais, o edifício sede, construído em 1919, ainda existe. O autor indica ainda a existência de um time de futebol denominado Ítalo Futebol Clube, cuja sede seria em um campo construído pela Brasital. Em informações no Dossiê de estudo de tombamento elaborado por pela historiadora Daisy de Camargo, que será objeto de discussão futura neste trabalho, havia um campo de futebol para os operários da fábrica. Acreditamos que tenha sido onde hoje está sediado o Clube Atlético Paulistano por sua proximidade com as antigas casas construídas para os funcionários da Brasital, conforme observamos na Figura 6.



Figura 6. Time de futebol Clube Atlético Paulistano no campo de futebol localizado em frente às residências da avenida Santa Rita, década de 1970.

Fonte: Arquivo Histórico Digital de São Roque. Disponível em <<http://www.arquivosaoroque.com.br/acervo/items/show/235>>. Acesso em 04 nov. 2019.

Estas fontes também comentam a existência de uma Sociedade Operária de Mútuo Socorro, fundada em 1904, cujo objetivo era auxiliar os operários em pensões, casos de doenças, alimentação. Utilizavam espaços da cidade como a Praça da Igreja Matriz e o Teatro São João - atual Cine São José. É considerada como uma das associações mais antigas de São Roque, com sede na rua Enrico Dell'Acqua. E de uma Cooperativa de Consumo de Empregados da Brasital, fundada em 1925, que funcionava em uma parte dos edifícios da empresa, oferecendo alimentos a baixo custo aos funcionários (DOCUMENTÁRIO ILUSTRADO..., 1957; PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 2005).

Os conflitos de classe compreendidos como parte da experiência do trabalhador urbano fabril aparecem em algumas referências bibliográficas consultadas. Há um tópico destinado ao movimento operário no parecer técnico de Deborah Neves, para o qual se baseou nas considerações de Silvia Mello (2011) presentes no blog “Andiamo...Memória Italiana em São

Roque”, a quem também consultamos diretamente. Ambas recuperam duas notícias publicadas em 1904 e 1909 no Jornal “O Sãoroquense” relatando greves organizadas por trabalhadores da Brasital.

Segundo Mello (2011) a greve de 1904 foi organizada para expressar a oposição dos trabalhadores à transferência da produção de tecidos para a Brasital de Salto, somada à insatisfação sobre as multas conferidas pelos examinadores de peças aos trabalhadores, e as longas jornadas de trabalho. Associa tal organização ao alinhamento político dos trabalhadores que reconheciam-se como anarquistas e socialistas. Conforme a leitura de Mello (2011)¹², os protestos ocorreram através da divulgação em boletins. Os trabalhadores foram acusados de causar danos físicos ao edifício - que posteriormente foram negados -, e a reação parece ter sido violenta, com mobilização da polícia. A retomada dos trabalhos ocorreu somente sete meses após o início da greve, e não houve negociação por parte do então diretor, que ameaçou demitir todos os funcionários e fechar a fábrica por tempo indeterminado. No período em que a fábrica permaneceu fechada, os operários realizaram uma conferência no Teatro São João, fator que demonstra a dimensão urbana das relações entre capital e trabalho, tendo um movimento grevista feito uso de um teatro municipal para sua reunião.

A partir dos anos 1960 o aumento da procura por tecidos sintéticos como náilon e rayon impactou a venda de tecidos de algodão e em 1970, após 80 anos de funcionamento, a Brasital encerrou as atividades em São Roque, transferindo todo o maquinário e concentrando a produção na filial de Salto. Após o fechamento, as instalações fabris permaneceram sob propriedade da empresa, porém foram abandonadas. Na mesma década as residências operárias foram vendidas aos trabalhadores.

1.2.2. “A Brasital é Nossa!”

A partir dos anos 1980, a desativação e abandono de inúmeras estruturas fabris instaladas entre o século XIX e início do XX impulsionou, em escala global, a incorporação e reestruturação de antigos espaços industriais conferindo-lhes outros usos (DEZEN-KEMPTER, 2012; ALMEIDA, 2012). O processo de desapropriação, restauração e instalação de um centro cultural nas antigas instalações da Brasital, entre final da década de 1980 e início de 1990 demonstra um exemplo das tentativas de salvaguarda do patrimônio industrial.

Ainda não existem registros sistematizados sobre o período em que a fábrica esteve desativada e o espaço abandonado, exceto pela imagem da Figura 7, assim como os aspectos da vida social em decorrência da transferência da produção para Salto. Este período é mais recuperado por notícias de jornal e relatos orais. Conforme relatado em entrevistas e conversas informais oportunizadas por visitas ao local, o espaço ficou abandonado durante as décadas de

¹² O documento original não foi encontrado na hemeroteca da Biblioteca Municipal de São Roque.

1970 e 1980 e em processo de arruinamento, servindo de abrigo a moradores em situação de rua e usuários de drogas, sendo estigmatizado como espaço perigoso e indesejado na cidade.



Figura 7. Edificações abandonadas na década de 1980.

Fonte: Autor desconhecido. Foto compartilhada pela entrevistada Débora Leite em setembro de 2019.

O sentimento de perda decorrente do fechamento é expressado por algumas entrevistadas. RL, antiga trabalhadora da tecelagem, e GA, filha de trabalhadores da Brasital, comentam que foi um momento de grande tristeza, pois a Brasital era a principal empregadora da cidade. Segundo GA “o fechamento da fábrica acabou com todos os serviços que nós tínhamos. Praticamente a cidade vivia com os filhos, maridos, todos trabalhando na Brasital” (informação verbal).¹³ Comentam que algumas pessoas foram transferidas para Salto, mas que nem todas as famílias tinham condições de se mudar para outra cidade. Os impactos psicológicos também foram apontados, relatando trabalhadores que mesmo após o fechamento, realizavam o caminho de acesso à fábrica como uma forma de manter-se próximos ao lugar, e de um cidadão são-roquense que se responsabilizou, voluntariamente, a zelar pelo espaço, realizando pequenos serviços de manutenção para que o local não entrasse em completo estado de arruinamento. Segundo Débora Leite,

¹³ Entrevista concedida à autora em 18 de outubro de 2019.

“Teve gente que endoidou mesmo, não conseguiram se recolocar. Eu sei do caso de um senhor que eu conheço a família, ele ficou doido, foi internado num hospício e acabou morrendo. Na cabeça dele não tinha saído, ele vinha trabalhar. Todo dia ele levantava e vinha trabalhar, chegava aqui e ficava andando, falando sozinho. Então foi uma coisa muito impactante” (informação verbal)¹⁴

Em 1987 este quadro começou a modificar-se. A prefeitura de São Roque em parceria com o estado, desapropriou as antigas instalações e o imóvel foi declarado de utilidade pública (SÃO ROQUE, 1987). Este episódio parece ter repercutido positivamente na cidade dada as notícias de jornal veiculadas com o slogan “A Brasital é Nossa!”. Nesse momento, liderada pelo prefeito Mário Luiz Campos de Oliveira¹⁵, os edifícios da antiga fábrica foram valorizados como patrimônio histórico da cidade e rememorados enquanto lugar de identidade e memória dos antigos funcionários (COM MUITA EMOÇÃO..., 1987).



Figura 8. Reportagens do jornal “O Democrata” sobre a retomada da Brasital.

Fonte: “O Democrata”, data desconhecida (esq.). “O Democrata” 9 de maio de 1987 (dir.). Acervo da Biblioteca Municipal Professor Arthur Riedel.

A jornalista e produtora cultural Silvia Mello realizou uma entrevista com Mário Luiz Campos de Oliveira em que o antigo prefeito recupera algumas características do projeto. Através dessa entrevista é possível compreender que Mário Luiz evidenciou o ato de transformar um espaço privado em espaço público destinado aos habitantes da cidade. A proposta era criar um espaço de educação, lazer e cultura, composto por um teatro ao ar livre, um borboletário,

¹⁴ Entrevista concedida à autora em 18 de outubro de 2019.

¹⁵ Mário Luiz Campos de Oliveira foi um engenheiro formado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, membro de uma família de políticos influentes em São Roque. Prefeito da cidade entre 1960 e 1963, posteriormente perseguido pelo regime ditatorial, e durante 1983 a 1988, vinculado ao PMDB (SILVEIRA, 1989; SÃO ROQUE: TRÊS..., sem data).

uma biblioteca, e percursos pela área verde circundante dos edifícios. O entrevistado citou brevemente as intervenções estruturais e técnicas para a recuperação de coberturas, pisos e tubulação hidráulica, mas o foco de sua fala foi sobre o uso, pensando em torná-lo útil e educativo. Mencionou que o projeto não foi executado em sua totalidade, e que levou em torno de quatro anos para ficar pronto (SÃO ROQUE MEMÓRIA..., sem data). Silvia Mello salienta que a segunda gestão de Mário Luiz na prefeitura de São Roque coincidiu com a eleição de Franco Montoro como governador do estado de São Paulo, configurando um momento político de oportunidade para realização de propostas voltadas ao campo da cultura, da memória e dos direitos sociais (informação verbal).¹⁶

As reconversões de espaços industriais iniciadas nos anos 1980 durante o processo de construção de cidades globais para as quais as identidades foram essenciais encontraram nos anos 1990, com o avanço do pensamento neoliberal sobre as cidades, grande incentivo ao processo de consumo e indústria cultural, ocasionando o surgimento de centros culturais, galerias, salas de espetáculos e museus a partir da associação à cultura e o incentivo ao turismo. Ações como a realizada na Brasital representaram tentativas de reinserção desses antigos espaços produtivos nas dinâmicas urbanas das cidades (DEZEN-KEMPTER, 2012; ALMEIDA, 2012; PEIXOTO, 2005; NAHAS, 2015).

Em âmbito internacional podemos citar a transformação da estação de trem Orleans e seu hotel no Museu D'Orsay, entre 1978 e 1986 (PEIXOTO, 2005). Também a recuperação da Fábrica da Fiat Lingotto em Turim, na Itália. Desativada em 1983, quando tornou-se objeto de reutilização a partir de um projeto do arquiteto Renzo Piano. O projeto previu um complexo multifuncional destinado à pesquisa, educação, cultura e tecnologia. Após as intervenções o edifício passou a abrigar lojas, escritórios e setores da Universidade de Turim e da Politécnica de Turim, espaços para exposições e congressos (MENEGUZZI, 2015). E as intervenções realizadas no parque industrial do Vale do Ruhr na Alemanha, no complexo siderúrgico de Völklingen, em siderúrgicas na Inglaterra, Suécia e Escócia, como foi o caso de New Lanark (DEZEN-KEMPTER, 2012).

No Brasil, a transformação da Indústria Brasileira de Embalagens, fabricante de tambores, instalada em 1930 no bairro da Pompeia, em São Paulo, em uma unidade do SESC entre as décadas de 1970 e 1980, é um dos principais exemplos da transformação de espaços industriais em centros culturais. Os antigos edifícios industriais foram destinados ao uso para exposições, encontros, leitura e lazer a partir do projeto de Lina Bo Bardi. Podemos também citar o antigo matadouro da Vila Mariana em São Paulo. Desativado em 1927, o conjunto passou por diferentes usos e adaptações, e em 1985 foi tombado pelo Condephaat. Nesta década foram elaborados projetos de restauro, inicialmente organizados por arquitetos do DPH, e em 1988 a administração

¹⁶ Entrevista concedida à autora em 08 de agosto de 2020.

municipal cedeu o espaço para a Cinemateca Brasileira, uso para o qual o edifício foi sendo adaptado até o início dos anos 1990 (ALMEIDA, 2012). E a Fábrica de Tecidos São Luís em Itu, São Paulo, tombada pelo Condephaat em 1983, transformada a partir dos anos 1990 em espaço cultural e para eventos (DEZEN-KEMPTER, 2012). Estes são exemplos que conformam um quadro do que estava em curso no mesmo momento em que foram implementadas as transformações físicas e de uso na Brasital em São Roque.



Figura 9. Feira de artesanato nos antigos edifícios da Fábrica São Luiz em Itu, São Paulo.

Fonte: foto de Jéssica Ferrari. Disponível em

<<https://www.itu.com.br/turismo/noticia/espaco-fabrica-sao-luiz-tera-feira-das-velharias-nesse-domingo-20190607>>. Acesso em 21 dez. 2021.

Embora a desapropriação tenha ocorrido na gestão de Mário Luiz Campos de Oliveira, a execução do “Projeto Brasital” viabilizou-se na gestão seguinte, de José Fernandes Garcia (PMDB - 1989-1992 e 2001-2004). Nesta gestão, Mário Luiz foi designado como administrador do centro cultural e suas ações o tornaram figura central nesse processo de retomada, seja através de notícias veiculadas pelo jornal “O Democrata” em 1987, seja em relatos orais das entrevistadas. Ele é celebrado como idealizador da “devolução” da fábrica à população, o que o torna um segundo personagem principal na história escrita e falada da Brasital.

O marco desse processo aconteceu em 1 de maio de 1987, quando o projeto para o Centro Educacional e Cultural Brasital foi apresentado em cerimônia organizada nos antigos salões da tecelagem. Nesta ocasião, o tema do trabalho industrial teve relevo e antigos funcionários da fábrica foram homenageados através de uma exposição sobre a Brasital, com fotografias, quadros, amostras de tecidos, carretéis, rocas, e outras peças. Ou seja, a recuperação física do espaço orientou-se a partir da constituição de lembranças e homenagens aos trabalhadores.

Denominado como Centro Educacional e Cultural Brasital (CEC Brasital), seria destinado a prestar serviços para a população, sendo nele instalados os Departamentos de Cultura, Educação e a Biblioteca Municipal, além de oferecer uma série de atividades, como cursos profissionalizantes do SENAI - mecânica, carpintaria, eletrônica -, costura, dança, música, ginástica olímpica, também uma padaria, espaço de brinquedoteca, exposições e eventos sociais.

Durante os primeiros anos da década de 1990 o espaço passou por processo de restauração. Internamente, como não havia mais funções fabris nem o maquinário, todos os espaços receberam novos usos e salas menores foram criadas a partir de divisórias em *drywall*. Os edifícios de armazém e tecelagem foram destinados ao Departamento de Cultura, e o edifício onde ficava a direção foi destinado ao Departamento de Educação.

O edifício do armazém passou a ser utilizado para as oficinas de costura. O pavimento térreo da tecelagem foi destinado à nova sede da Biblioteca Municipal, os dois salões da tecelagem foram transformados em espaços para exposições, feiras e um deles foi instalado um palco para apresentações teatrais e outros eventos. A estrutura metálica, a caixilharia, os hidrantes e a antiga tubulação de água, turbinas e rodas que moviam os teares foram preservados como forma de representação da antiga função do espaço.

Foi criado um teatro a céu aberto, jardins e em alguns espaços foram instalados pisos em pedra portuguesa, e em outros paralelepípedos. As pedras portuguesas foram aproveitadas para o desenho de animais, figuras aludindo a famílias e elementos fabris, como engrenagens. Na mata circundante foram instaladas trilhas, aproveitando o potencial ecológico do conjunto. Essas áreas externas visaram a criação de espaços de convivência, conferindo maior qualidade e uso integral do espaço. Através da observação de imagens dos anos de implantação da fábrica e início do século XX, comparando com o conjunto atualmente é possível observar que nenhum edifício foi demolido.

Foram três os momentos de intervenções no espaço físico: entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando foi transformada em centro cultural; em 1999, e em 2014, quando houve a restauração da cobertura e piso de uma das partes do salão principal de exposições. Através de visitas ao local é possível notar que estas intervenções viabilizaram novas funções dos espaços, sem impedir a compreensão do conjunto enquanto antigo espaço industrial. Uma mudança importante que parece ter ocorrido desde as primeiras intervenções nos anos 1990 foi a transferência do acesso principal, que passou a ser pelo antigo acesso de serviços, na avenida Aracaí. O antigo acesso, que dá frente à fachada do edifício principal, pela rua Rui Barbosa, tornou-se mais escondido pelo crescimento da mata. Nele foi instalado um estacionamento (DEZEN-KEMPTER, 2012; PREFEITURA..., 2005; NEVES, 2014). Nas Figuras 11 e 12 buscamos representar os principais usos atuais, bem como indicar os novos acessos.



Figura 10. Centro Educacional e Cultural Brasital atualmente, áreas externas.
Fonte: Fotos da autora, 2019.



Figura 11. Centro Educacional e Cultural Brasital atualmente. Áreas internas utilizadas durante a Feira de Ciência e Tecnologia (esq. e dir. sup). Sala de ginástica olímpica (esq. inf.). Biblioteca (dir. inf.).
Fonte: Fotos da autora, 2019.

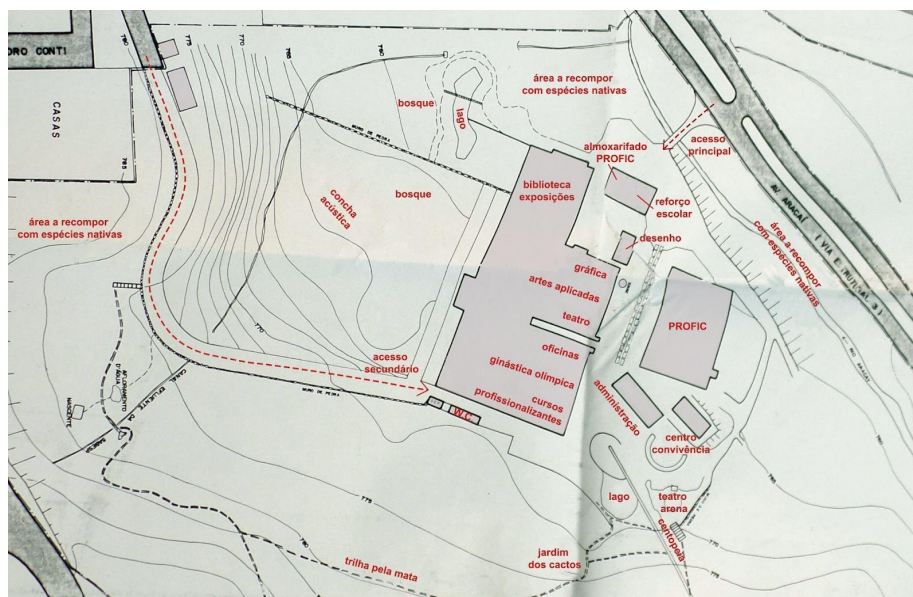


Figura 12. Projeto de uso para o Centro Educacional e Cultural Brasital, 1993. Mapa presente no processo de tombamento, alterado pela autora.

Fonte: CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009.

A tese de Eloisa Dezen-Kempter sobre o patrimônio industrial após a reestruturação econômica dos anos 1990, traz reflexões sobre a Brasital de São Roque sob a ótica da reabilitação de antigos espaços industriais. Segundo a autora, a iniciativa foi importante por ter partido da municipalidade e ter respeitado as especificidades materiais e imateriais da antiga fábrica. Materialmente por ter restaurado os edifícios, sem demolir ou construir mais, e imateriais por tentar contemplar a história e memória da cidade. Para a autora, o lugar “mantém a história viva e agrega novamente muitos habitantes por meio das atividades desenvolvidas nos antigos galpões da fábrica” (DEZEN-KEMPTER, 2012, p.14), aumentando a qualidade de vida da população, proporcionando incremento econômico, gerando empregos, e contribuindo para a formação da população da cidade.

A fim de refletir sobre esse processo de reconfiguração do uso mantendo a vinculação memorial e identitária do espaço, foi possível conversar com sete mulheres cujas trajetórias de vida foram atravessadas pela Brasital. As perguntas foram organizadas em torno de suas histórias de vida para acessar quais seriam as relações individuais com a Brasital, se habitam ou habitaram as casas construídas para os operários, como foi o processo de aquisição, como são atualmente os vínculos memoriais e afetivos com o espaço, e também sobre o tombamento. A partir desses relatos foi possível ter contato com a história da fábrica, das moradias, dos trabalhadores a partir da rememoração. Contribuindo com a compreensão sobre como se compõem as identidades com a Brasital, com o trabalho e com as residências a partir da realidade atual da cidade, da transformação do uso da fábrica ao longo do tempo, das transformações do trabalho, e a partir das experiências de vida individuais e coletivas das entrevistadas.

V e MI moram há 60 anos nas residências construídas pela empresa na avenida Santa Rita. Ambas relatam facilidade para acesso à casa como decorrência da posição em que membros da família ocupavam, e do benefício relativo ao baixo valor do aluguel. Demonstram possuir vínculos afetivos fortes com as casas, por serem o lugar onde constituíram suas famílias e viram os filhos crescer (informação verbal).¹⁷ MI pertence a uma família de operários que trabalhavam na cidade de Salto e depois transferiram-se para São Roque. Começou a trabalhar na Brasital com 14 anos, tendo sido tecelã por cinco anos, foi lá onde conheceu o marido. Relata ter saudade do momento em que a fábrica estava em funcionamento por representar uma boa oportunidade de trabalho, e pela facilidade de compra de alimentos a baixo custo no armazém da fábrica. A preocupação dos operários expressa já na greve de 1904, sobre a transferência da fábrica para Salto aparece em sua fala ao comentar o episódio do fechamento da fábrica, mencionando colegas cujas famílias tiveram a oportunidade de se mudar para Salto, para continuar trabalhando na Brasital.



Figura 13. Moradora de residência na avenida Santa Rita, década de 1950.

Fonte: Acervo da família Pociotti. Arquivo Histórico Digital de São Roque. Disponível em <<http://www.arquivosoroque.com.br/acervo/items/show/250>>. Acesso em 04 nov. 2019.

Uma conversa mais aprofundada foi possível com RL trabalhadora da Brasital por cinco anos, é também filha e neta de trabalhadores da fábrica, e seu pai foi ferroviário da Sorocabana. Confirma alguns fatos apresentados na bibliografia, como a maioria dos habitantes da cidade trabalharem na Brasital, dizendo “aqui na cidade quem não trabalhava na Brasital, homem principalmente, trabalhava na Sorocabana”. Seu avô era porteiro da Brasital e morava em uma das casas construídas pela empresa, por este trabalho conheceu sua avó, que era tecelã na fábrica.

¹⁷ Entrevistas concedidas à autora em 26 de novembro de 2020.

Sua fala demonstra ter ciência de que as casas eram destinadas apenas aos funcionários de mais alto cargo, e que os "peões" não tinham esse direito (informação verbal).¹⁸

Inicialmente trabalhou como espularina, que se tratava da mulher responsável por transportar um carrinho onde ficavam as tramas dos tecidos, auxiliando o trabalho das mulheres que trabalhavam diretamente nas espuladeiras. Conta que era um trabalho destinado às novas empregadas e que, caso se saíssem bem, podiam tornar-se tecelãs. Além dos muitos gestos que fazem parte da reconstituição de sua prática, comentou da dificuldade em aprender, "foi duro para decorar tudo...aquelas linhas, meu deus! Eu fiquei doidinha." (informação verbal).¹⁹ Após ser promovida à tecelã, diz que o trabalho tornou-se mais intenso,

"a gente tocava quatro teares. Dois aqui, dois aqui [demonstra com gestos]. De vez em quando voava umas espulas de lá, porque era tudo antigo. Não é que nem agora, tudo encaixinho, não tem perigo!" (informação verbal)²⁰

Comenta que as máquinas quebravam com frequência, pois eram velhas. E também,

"Eu gostava quando eu pegava alguém que ficava de férias, porque aí eu trabalhava o mês inteiro. Porque era por batida, sabe? Conforme batia aquelas espátulas prá lá e prá cá... dava mil batidas, de mil em mil era o que ganhava. A gente não saía do tear quase nem para ir no banheiro" (informação verbal)²¹

Ao ser questionada sobre o cansaço, comenta que entendiam aquela forma de pagamento como incentivo. Quando completou 19 anos casou-se e engravidou, por isso foi demitida, porém não menciona a demissão com pesar ou revolta, mas com compreensão, pois sua mãe também fora demitida quando engravidou. Segundo ela, nunca faltava nada a quem trabalhava na Brasital, inclusive recebiam prêmios quando alcançavam as metas de produção. Menciona ter ganhado uma série de toalhas e colchas, itens que guardou por muitos anos e fazem parte do que compõe sua memória e identidade como trabalhadora da Brasital.

A Brasital é mencionada por RL não somente como espaço de trabalho, mas também de criação de vínculos, mencionando que "atrás da chaminé" era um lugar utilizado para encontros amorosos "às escondidas". MI e RL expressam vínculos afetivos profundos com a fábrica, interpretando-a como o lugar que "as formou enquanto mulheres trabalhadoras", onde começaram a trabalhar muito jovens, onde criaram vínculos de amizade e, no caso de MI, conheceram os maridos. Para ambas, a Brasital é um patrimônio, "a mãe da cidade".

¹⁸ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

²⁰ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

²¹ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

Suas falas permitiram maior compreensão sobre o cotidiano de trabalho, sobre as funções, os turnos, a forma de conseguir emprego, e a hierarquia, aspectos que não estão presentes na narrativa oficial e permitem uma compreensão mais ampla sobre o que significava trabalhar na Brasital. Expressam quão profunda foi a ideologia de criação de vínculos afetivos entre patrões e operários através do fornecimento de alimentos a baixo custo, moradia, bonificações, e a associação à figura paternal para os patrões. RL diz que só tem boas recordações da Brasital, embora haja muitos pontos em sua fala que podemos entender como parte da exploração do trabalho, como trabalhar em quatro teares ao mesmo tempo, não sair nem para ir ao banheiro, ser demitida por engravidar, e a necessidade de aprender rápido o ofício.

A entrevistada GA é filha e neta de trabalhadores da Brasital, sua mãe era tecelã e seu pai trabalhava com o maquinário. Sua família paterna era composta por italianos emigrados de Veneza no final do século XIX. Na Itália, seus tios e avô eram funcionários de uma fábrica de cristais e também trabalhavam como músicos. Segundo ela, quando chegaram ao Brasil foram enviados ao Paraná para trabalharem com extração de madeira e, após a inauguração da Brasital, foram localizados pelos representantes da empresa por serem músicos e convidados para trabalharem na fábrica e formarem uma banda musical (informação verbal).²²

Embora não tenha trabalhado na Brasital enquanto funcionou como fábrica, GA apresenta muitas memórias herdadas, sua fala expressa como foram as trajetórias de algumas famílias de imigrantes em São Roque. É importante sinalizar que a “banda italiana” - acreditamos que se trate da “*Conti di Torino*”, banda musical mencionada por Silveira (1989) - formada em 1897 era composta por trabalhadores da fábrica e que tocavam nas ruas, festas, procissões, demonstrando que o trabalho, a sociabilidade, as festividades da cidade, são expressão de uma cultura que se formou em São Roque que envolve temas como a fábrica, a atuação da empresa, a imigração, a música, a cultura, a moradia, as relações familiares. Sua fala demonstra que é impossível falar de um aspecto sem mencionar o outro. Embora não tenha trabalhado na Fábrica Brasital, reconhece a importância dizendo que “Aqui para São Roque foi a melhor coisa que existiu. Deu emprego para todo mundo” (informação verbal).²³

É interessante perceber como o sentimento de pertencimento se mantém, e o da perda parece mobilizar a forma como falam da Brasital atualmente. Há uma aparente naturalização sobre aspectos como a demissão e o controle do trabalho. Também foi possível observar que a reiteração de narrativas com cunho celebrativo, voltadas para aspectos de produção, econômicos, ou focados na trajetória de Enrico Dell’Acqua, de certa forma, hierarquizam a discussão, tornando difícil encontrar fontes que tratem de outras abordagens, e também ouvir

²² Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

²³ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

das entrevistadas relatos que ultrapassem tais narrativas. Da mesma forma que expressam suas considerações sobre o tempo de trabalho, também estão envolvidas pela história e memória oficiais no entendimento coletivo sobre o que deve ser lembrado e transmitido.

A positivação da memória, bastante percebida nestas conversas, é objeto de reflexões de outros autores que refletem sobre o patrimônio cultural a partir da percepção de determinados grupos sociais. Aparece nas reflexões de Ecléa Bosi (1994 [1979]) em sua tese de livre docência para a qual entrevistou antigos trabalhadores de fábricas na cidade de São Paulo, e Flávia Brito do Nascimento (2019; 2021) quando aborda os vínculos afetivos de moradores de conjuntos de habitação social modernos no Brasil.

A partir de Bosi (1994 [1979]) é possível entender como a memória do trabalho é parte fundamental da memória da vida. A abordagem aos velhos entendidos como categoria social no contexto de sua sociedade industrial ocorreu pela intenção de perceber como interpretavam as mudanças da cidade. Identificou que o trabalho manual, mecânico e intelectual ocupou boa parte da vida de seus entrevistados, expressos através de movimentos do corpo e no campo das relações econômicas e sociais. A forma como seus entrevistados construíram as narrativas sobre o trabalho a levou a refletir sobre qual o caminho que os levava para a positivação ou apaziguamento das memórias.

“Todo de qualquer trabalho, manual ou verbal [...] acaba-se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador; este, ao recordá-lo na velhice, investirá na sua arte uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação. [...] Na velhice, quando já não há mais lugar para aquele “fazer”, é o lembrar que passa a substituir e assimilar o fazer. Lembrar agora é fazer. É por isso que o velho tende a sobrestimar aquele fazer que já não se faz” (BOSI, 1994, p. 480)

Suas considerações contribuem na compreensão dos relatos orais de antigas trabalhadoras da Brasital a partir de experiências passadas, neste processo, entendem-se como responsáveis por transmitir suas experiências como um aprendizado, atribuindo-lhe valor como algo que sustentou sua existência. Em depoimento, a entrevistada RL demonstrou grande orgulho em falar sobre o assunto,

“essa firma era muito grande, sociedade anônima, né! Tinha aqui, tinha em [Salto de] Itu, olha como eu me arrepio de falar da Brasital! Não tem como eu negar, para mim é um orgulho eu estar aqui hoje participando dessa entrevista!” (informação verbal)²⁴

²⁴ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

Esse processo de articulação das lembranças do passado, elaborado no momento presente, em narrativas que reinterpretem os sofrimentos do passado como “mais leves”, ou não tão importantes frente os benefícios conquistados com o trabalho, são abordados por Michael Pollak (1989). Baseado na interpretação sobre identidade social e memórias coletivas em situações limites, compreendeu que a memória é seletiva e o processo de rememoração passa por uma série de processos coletivos, individuais e também em relação ao que a história e memória oficiais são elaboradas. A ideia de coesão é fundamental quando analisa as memórias de grupos minoritários soterrados sob discursos oficiais, como uma operação coletiva sobre o que se quer salvaguardar. E em buscar valorizar a importância de acesso às memórias a partir da história oral indicou o quanto os indivíduos tendem a controlar suas lembranças de acordo com uma imagem oficial do passado.

Já em entrevistas realizadas com mulheres que trabalham ou trabalharam na Brasital enquanto Centro Educacional e Cultural pudemos acessar um outro conjunto de referências. Gema Alonso era professora da rede municipal de São Roque, por seus trabalhos vinculados à cultura, atuou como Chefe da Divisão de Cultura de São Roque entre 1993 e 1994, logo no início das atividades do CEC Brasital. Através de sua fala é possível perceber que suas propostas para o uso do espaço vinculavam-se à interpretação deste enquanto espaço formativo profissional, “mais que um centro cultural”, segundo ela. Isto vem da interpretação da função que a própria fábrica tinha, como principal espaço de formação e atuação dos trabalhadores em São Roque. Considerando que o encerramento das atividades produtivas limitou a possibilidade de emprego, o espaço, segundo ela, deveria ser utilizado para formação de profissionais (informação verbal).²⁵ Por isto, empenhou-se em criar oficinas pedagógicas, de leitura, de dança, de música, de artes plásticas, de línguas, de costura, de marcenaria, de culinária, organizou feiras e exposições de artesanato na Brasital, realizou trabalhos com as escolas municipais, oferecendo oportunidades de profissionalização para retorno financeiro ao município, e também de lazer (ALONSO, 2019).

Sílvia Mello é jornalista e produtora cultural, foi Chefe da Divisão de Cultura entre 2000 e 2004. Segundo ela, começou a se interessar pela história da cidade e da Brasital quando ingressou nesse cargo, envolvendo-se com questões de preservação do patrimônio. Em sua gestão foi criada a brinquedoteca, sistematização do acervo de Darcy Penteadado²⁶, e realização de eventos, como festival de inverno e peças de teatro. Mantendo as atividades e grupos de teatro, dança, música, como cursos profissionalizantes. Em sua visão, o CEC Brasital deve receber usos que condizem e valorizem a história do edifício. Entende que a ativação do espaço deve estar

²⁵ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2020.

²⁶ Darcy Penteadado foi um artista plástico, desenhista, gravador, cenógrafo, figurinista, literato, autor teatral e pioneiro militante dos movimentos LGBT brasileiro (DARCY PENTEADO, sem data). Por ter sido são-roquense é homenageado com uma exposição permanente no Centro Educacional e Cultural Brasital.

inserida em uma política pública que vise a valorização do espaço, da paisagem da cidade, do histórico e da memória (informação verbal).²⁷

Débora Leite é filha, neta e bisneta de trabalhadores da tecelagem. Em 2019 foi Chefe de Serviços Técnicos da Divisão de Cultura de São Roque. Para ela, trabalhar ali era uma forma de manter um vínculo de sua família com o espaço. Defende o uso atual e se entende como agente propagador da história do espaço ao longo do tempo. Em uma linha de pensamento semelhante à de Sílvia Mello, entende que é fundamental envolver os habitantes mais jovens da cidade no uso do espaço. Por isso, disponibilizava-se à realização de visitas guiadas com interessados no geral (informação verbal).²⁸

Rosemeire Tenório era Chefe da Biblioteca Municipal no momento de nossa conversa, também se entende como responsável pela preservação da memória e do espaço, valorizando seu local de trabalho pela densidade histórica, valor afetivo e memorial para a cidade. Diz que o Centro sempre recebe visitas de antigos trabalhadores da Brasital, momento em que aproveitam para rememorar o tempo de trabalho como parte de suas vidas (informação verbal)²⁹. Assim como Débora Leite, realiza atividades que visam envolver públicos mais jovens com a história do local, buscando criar vínculos afetivos de forma a se entenderem como parte daquela história e também responsáveis pela preservação. É importante salientar que esta função não existe oficialmente no Departamento de Cultura.

As falas das funcionárias do CEC Brasital permitem compreender que o uso tem permitido, ao longo do tempo, que novas gerações tenham contato com o espaço, ainda que suas famílias não tenham tido relações de trabalho com a antiga tecelagem. Compreendem-se como responsáveis diretas pela perpetuação das histórias e memórias atreladas ao espaço e, considerando que a mudança de uso não se refletiu na mudança do nome, talvez como estratégia de manutenção de uma identidade, criou-se mais um conjunto de “trabalhadores da Brasital”. As atuais trabalhadoras, Débora Leite e Rosemeire Tenório se entendem como “zeladoras” do espaço, realizando visitas guiadas com os interessados, e também responsabilizam-se por pequenos reparos no edifício, limpeza e fiscalização do uso, ainda que não sejam suas atribuições profissionais. Entendem que a destinação a tal uso foi o melhor a ser dado ao espaço (informação verbal).³⁰

O reconhecimento municipal da importância histórica da Brasital na forma de celebração de sua existência mobiliza eventos anuais. Em 2005, em razão da comemoração de 115 anos da Brasital, foi organizada uma exposição e um livro que funciona como catálogo da exposição. Em

²⁷ Entrevista concedida à autora em 08 de julho de 2020.

²⁸ Entrevista concedida à autora em 18 de outubro de 2020.

²⁹ Entrevista concedida à autora em 18 de outubro de 2020.

³⁰ Entrevistas concedidas à autora em 18 de outubro de 2020.

2015, na comemoração de 125 anos, também foi organizada uma exposição de trabalhos de alunos da rede municipal.

Estes momentos celebrativos demonstram que a preocupação com o uso do espaço para atividades formativas, exposições, encontros, e preservação da memória se mantém como as principais funções do espaço. Entre a formação profissional, expografia e musealização, as atuações destas profissionais demonstram posicionamento crítico sobre a responsabilidade da gestão municipal em garantir a permanência e o funcionamento do espaço como política pública. E que os desafios de atuação sempre decorreram dos interesses políticos de cada prefeitura em viabilizar atividades, e garantir o bom funcionamento da segurança, limpeza e acolhimento do público.

Ainda que possamos entender de forma crítica a recuperação do espaço e destinação ao “uso cultural da cultura”, a partir de reflexões de Ulpiano de Meneses (1996), também há de se considerar que, em comparação a um grande conjunto de fábricas de que foram abandonadas e demolidas, a destinação conferida a este espaço em São Roque parece estar sendo benéfica para a cidade, e já ter em si uma historicidade paralela à da fábrica, pois CEC Brasital existe há 30 anos. Por outro lado, há muita discussão entre pessoas que trabalham ou já trabalharam no Centro e posicionamentos mais favoráveis à destinação comercial do espaço, a partir do viés do turismo.

Nesse sentido, é importante mencionar que a cidade de São Roque foi classificada como Estância Turística em 1990, no mesmo momento da recuperação dos espaços físicos da Brasital. Esta classificação passou a conferir à cidade recursos destinados exclusivamente para o turismo através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE). Porém, em conversas com funcionários do CEC, da prefeitura de São Roque, e em visitas à cidade, foi possível notar que o investimento turístico da cidade concentrar-se sobre a Rota do Vinho, permeada por vinícolas, restaurantes, feiras de exposição e hotéis, que, inclusive, localizam-se longe do centro da cidade.

Entendemos a iniciativa municipal de desapropriar e restaurar um espaço de grande importância para determinados grupos sociais da cidade como a primeira ação de patrimonialização. Reativar e permitir novas apropriações pela população por meio dos vínculos afetivos, de memória e identidade é assunto caro ao campo do patrimônio. Tais ações sobre a Brasital ocorreram em um momento em que os direitos à memória, à cidade estavam sendo reivindicados por muitos grupos sociais e isso teve impactos de ordem política e social. “Devolver” o espaço aos habitantes no final dos anos 1980 é significativo no contexto da redemocratização brasileira.

Esse projeto pode ser entendido em um contexto mais amplo de intervenções sobre os vestígios da industrialização, como mencionamos. Mas torná-lo espaço cultural tendo como uma

das bases a ativação do sentimento de herança como ferramenta para fortalecimento de laços identitários entre a população da cidade conferiu um aspecto diferencial. Refletindo sobre o caso da cidade de Castleford³¹, na Inglaterra, que sofreu o processo de desindustrialização nos anos 1980, mas que através de organizações dos sindicatos e organizações de comunidade agiram na ressignificação da cidade cuja identidade se constituía em torno do trabalho, o senso compartilhado de herança possibilitou que tal comunidade se reerguesse e revertesse o processo de degradação física e social, processo que Laurajane Smith e Gary Campbell (2011) entendem como “regeneração emocional”.

Ainda que cada entrevistada tenha considerações críticas a fazer quanto ao uso do espaço, todas consideram que a Brasital é um patrimônio. Mobilizam valores cognitivos, recuperando narrativas oficiais sobre o “gênio criativo” de Enrico Dell’Acqua, e da história da fábrica; valores estéticos, pela excepcionalidade e ancianidade de sua arquitetura, e pelos materiais construtivos importados. Mas também pelos valores afetivos, pelas as histórias pessoais, familiares, memoriais; valores pragmáticos, do antigo uso como fábrica e do atual como centro cultural; e éticos, reconhecendo a importância da manutenção do espaço como capaz de fazer a ligação entre os eventos passados através da fruição no presente.

Segundo Smith e Campbell (2011) o patrimônio como processo cultural não é somente o ato de salvar o que é do passado, mas também se faz a partir da construção de conhecimento e reconhecimento do passado usado como ponto de partida para negociações do futuro. Embora em São Roque a iniciativa não tenha partido de organizações de antigos trabalhadores, a ação municipal foi um incentivo para a recuperação de tal identidade e para a ressignificação do espaço, o que se pode compreender como um processo de patrimonialização que prescindiu do tombamento.

1.2.3. O patrimônio municipal na esfera dos direitos coletivos

Em agosto de 1998 foi criado o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural da Estância Turística de São Roque (Conpreha). Em setembro do mesmo ano, o Departamento de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Roque, em conjunto com o Iphan, realizou um levantamento de edifícios de interesse para preservação.

Este levantamento deu origem ao Decreto Municipal n.º 5.221/98 que indicou bens imóveis passíveis de tombamento por considerar sua importância cultural, histórica, artística e arquitetônica, e solicitou que o Conpreha colocasse em discussão tais possibilidades de tombamento. Nessa lista constam 123 imóveis, dentre eles a Brasital e as residências das ruas

³¹ A cidade inglesa de Castleford organizava-se em torno do trabalho em minas de carvão. A partir da década de 1980 sofreu com o processo de desindustrialização. Nela o patrimônio foi usado para afirmar a autoestima e o auto respeito individual e coletivo em diversos níveis na comunidade (SMITH; CAMPBELL, 2011).

Jamil Chad, Pedro Conti, Pedro Dante Pieroni e avenida Santa Rita, contemplando assim o edifício da antiga fábrica e as habitações construídas pela empresa (SÃO ROQUE, 1998b).

Em 2000, quando Sílvia Mello assumiu a chefia do Departamento de Cultura de São Roque, organizou juntamente com Maurício Tavares de Lima e Ubiratan Foina uma representação à Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente de São Roque (PJMA-SR) objetivando mobilizar o poder público contra o abandono e demolições de edifícios que haviam sido declarados como de interesse histórico no Decreto n.º 5.221/98, sobre os quais ainda não havia nenhum posicionamento do Conpreha. Nesta carta demonstraram reconhecer o valor histórico e paisagístico dos edifícios. É importante notar que o acionamento do Ministério Público se deu em decorrência da omissão do poder público municipal em impedir as demolições e em não estabelecer o tombamento dos edifícios indicados no Decreto.

A partir do material recebido, a PJMA-SR deu início a um inquérito civil aberto em dezembro de 2000, com o título “Imóveis passíveis de tombamento que estariam sendo objetos de demolição” (SÃO ROQUE, 2000). Através deste inquérito, a PJMA-SR acionou o Condephaat e a prefeitura de São Roque. Ao Condephaat pediu considerações sobre a importância sócio cultural dos bens relacionados, de seu valor para fins de tombamento. Ao prefeito questionou a abertura de processo de tombamento dos bens indicados no Decreto n.º 5.221/98.

O inquérito esteve aberto entre 2001 e 2010. Nas respostas elaboradas pela prefeitura de São Roque é possível notar lentidão para formação, aprovação do regimento interno, ativação e decisão do Conpreha, impossibilitando qualquer ação de reconhecimento municipal. Em outubro de 2007, objetivando justificar a demolição de alguns edifícios listados após a abertura do inquérito civil, o assessor técnico da prefeitura, Roberto Godinho, emitiu uma resposta recuperando o Artigo 45 da Lei Complementar n.º 09/98 (SÃO ROQUE, 1998a) que indicava que os imóveis listados no Decreto deveriam ter recebido decisão sobre processos de tombamento dentro de 90 dias a partir da publicação da lei, como isto não ocorreu, os imóveis “foram liberados”. Completando, “Objetivamente neste momento não há nenhum imóvel passível de tombamento uma vez que nenhum imóvel foi indicado para este fim” (SÃO ROQUE, 2000, fl. 193). Em 2010 o então prefeito Efanu Nolasco Godinho (PSDB, 1997-2000 e 2005-2012) emitiu uma resposta indicando que no processo de revisão do Plano Diretor Municipal seria inserido o assunto da preservação do patrimônio cultural.

Em 2001 o Condephaat, na figura do então vice-presidente Ulpiano de Meneses, respondeu dizendo que nenhum dos bens indicados eram protegidos em nível estadual e que o órgão daria início ao estudo sobre o valor dos imóveis para fins de tombamento. Em 2006 o então presidente do Condephaat José Roberto Melhem informou à PJMA-SR que os técnicos estavam realizando estudos preliminares para identificação dos bens. Em 2007, o Condephaat enviou um mapa com indicação dos bens listados que ainda não haviam sido demolidos. Em

2008, a então Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, Marília Barbour, informou que o órgão havia concluído a instrução do processo, e que aguardavam manifestação do conselho. Em 2009 o processo de tombamento da Brasital de São Roque foi aberto, mas não há nenhum documento no inquérito civil que indique que o Condephaat comunicou este fato à PJMA-SR.

Em 2010, após uma série de solicitações da PJMA-SR à prefeitura e ao Condephaat, a promotoria concluiu que as respostas do Condephaat e da prefeitura não foram suficientes para comprovar que os imóveis em questão mereciam proteção especial, pois após todas essas solicitações não houve nenhuma ação municipal de tombamento, preservação ou impedimento de demolição dos bens indicados. E como o caso estava sendo analisado pelo Condephaat, consideraram desnecessário o prosseguimento da questão municipalmente, arquivando-o. Ao longo desse processo ocorreram demolições informadas à PJMA-SR o que indica que as gestões municipais entre 2000 e 2010 não se dedicaram ao tema da preservação do patrimônio por meio do tombamento, tema que terá graves implicações no processo e tombamento da Brasital pelo Condephaat, como será abordado adiante.³²

Em notícia veiculada no site da Câmara Municipal de São Roque em janeiro de 2020, o então vereador Marcos Augusto Issa de Araújo (Guto Issa) expressou manifestação contrária à destruição de edifícios de valor histórico no município e defendendo uma atuação efetiva do Conpreha. Através dela foi possível confirmar a inatividade do conselho nos últimos três anos, e o posicionamento de Issa na defesa da preservação do patrimônio cultural da cidade. Guto Issa (Podemos) foi eleito prefeito da cidade em 2020, e uma de suas principais pautas foi a preservação do patrimônio cultural. Suas insatisfações podem indicar que esta nova gestão implementará ações no sentido da preservação, com a reativação do Conselho, criação de uma Política Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, e implementação do Plano Municipal de Educação Patrimonial, conforme exposto nesta notícia (GUTO ISSA COBRA..., 2020).

Este caso permite reflexões para uma problemática atual, o acionamento do Ministério Público na defesa do patrimônio cultural entendido como direito de uma coletividade. De acordo com Denise Araújo, com a Constituição Federal de 1988 o Ministério Público passou a ser considerado responsável por garantir que as leis fossem cumpridas no sentido de defesa dos direitos dos cidadãos. Com isso, o princípio da participação se tornou estruturante, refletindo em instrumentos como a ação popular e a ação civil pública como ferramentas da sociedade. A defesa dos direitos pode acontecer por dois meios, pelo Termo de Ajustamento de Conduta

³² A desmobilização municipal suscitou questionamentos sobre a existência e atuação do Conpreha. Além da Lei Complementar n.º 09/1998 e do Decreto n.º 5.221/98 há outros decretos de 1998 a 2019 indicando nomeação de membros do conselho e aprovação de regimento interno, porém não foi encontrada nenhuma lista de bens tombados municipalmente. Assim, foi possível perceber que embora tenham ocorrido nomeações para a composição do conselho, não ocorreram atividades efetivas.

(TAC)³³, e pela judicialização. A ação civil pública é uma forma de judicialização dos casos de tombamento que, segundo Denise de Araújo, é uma questão fundamental na compreensão da proteção do patrimônio atualmente (informação pessoal).³⁴

Casos atuais como o Complexo Esportivo do Ibirapuera³⁵ demonstram que a judicialização tem sido uma forma de a sociedade civil acionar o poder público na defesa do patrimônio cultural. O sucateamento dos órgãos de patrimônio tem refletido na lentidão, dificuldade de atuação ou até inatividade dos órgãos de preservação do patrimônio no Brasil. Nesse sentido, Silvio Oksman acredita que o poder legislativo tem representado uma ferramenta de preservação já que o poder executivo tem enfrentado dificuldade de atuação. Segundo ele, a judicialização é um sintoma da forma de atuação dos órgãos de preservação atualmente. Por não se sentir representada nos órgãos de patrimônio, a sociedade passa a recorrer ao poder judiciário. E, embora este não garanta a proteção, ao menos tem o papel de pressionar os órgãos (informação verbal),³⁶ como fica evidente nas inúmeras notificações que a PJMA-SR fez à prefeitura e ao Condephaat ao longo de dez anos.

Entretanto, o tombamento por via judicial é outra questão suscitada nos debates atuais. Segundo Marcos Miranda (2021), a Constituição Federal permitiu também que no caso de omissão dos Poderes Executivo e Legislativo, o Judiciário poderá ser acionado. Entretanto, o judiciário não possui condições técnicas para fazer avaliação dos valores associados aos bens culturais, como possuem os técnicos dos órgãos de patrimônio, e isso coloca o impasse sobre quem está autorizado a estabelecer tal proteção legal.

Para Sabrina Fontenele e Silvio Oksman (2018) entender o patrimônio contemporaneamente é entender o campo de disputas em âmbitos sociais e urbanos. O patrimônio atualmente se insere em um debate político mais amplo e o acionamento do Ministério Público é uma expressão da prática democrática de interesses coletivos, tanto por parte da sociedade civil como por parte dos próprios órgãos de preservação. Em São Roque é possível compreender que a mobilização do poder judiciário na defesa do patrimônio cultural foi uma forma de expressão de cidadãos que já tinham envolvimento com o tema, preocupados com as ações de demolição. Foi efetivo por acionar a prefeitura e o Condephaat em busca por

³³ O Termo de Ajustamento de Conduta é um acordo celebrado entre o Ministério Público e o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo, e evitar a ação judicial (TERMOS DE AJUSTAMENTO..., sem data).

³⁴ Denise de Araújo. Destinatária: Yasmin Darviche. fevereiro de 2021. mensagem eletrônica.

³⁵ Desde 2018 o Complexo Esportivo do Ibirapuera é alvo de um edital de concessão à iniciativa privada com projeto de demolição do conjunto substituindo-o por estabelecimentos comerciais, de gastronomia e hotelaria, e uma arena multiuso. Reconhecido como patrimônio cultural por seus valores históricos, arquitetônicos, sociais, culturais, memoriais e esportivos, o questionamento desta concessão ocorreu em diversas frentes, como abaixo-assinados, manifesto da comunidade acadêmica, manifestações públicas de comentaristas esportivos, arquitetos e urbanistas. O encaminhamento do processo de tombamento no Condephaat, aberto em 2017, configurou-se como a principal solução prática. Porém, em novembro de 2020 a maioria dos conselheiros votou pelo arquivamento do processo. Em função disso, o Ministério Público foi acionado através de uma ação popular protocolada por especialistas, atletas e vereadores solicitando o tombamento pelo Conpresp, que abriu processo de estudo de tombamento. Enquanto o órgão municipal não apresenta uma resposta, em dezembro de 2020 a Justiça de São Paulo suspendeu a publicação do edital de concessão (NASCIMENTO; SCIFONI, 2020; YANG, 2021, PRIVATIZAÇÃO DO IBIRAPUERA..., 2020; ROLNIK, 2020; OKSMAN, 2020).

³⁶ Entrevista concedida à autora em 12 de fevereiro de 2021.

respostas. Municipalmente não gerou nenhuma forma de proteção, mas em nível estadual gerou a abertura do processo de tombamento que será analisado a seguir.

1.3. Anos 2000, ampliações teórico-metodológicas e contradições práticas

A partir dos anos 2000 as possibilidades de atuação do Condephaat começaram a mudar. A criação da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), em 2006, como uma unidade administrativa associada à Secretaria da Cultura do estado organizou o trabalho técnico em dois grupos, o Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI), responsável por tratar dos pedidos de tombamento e o Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados (GCR), responsável por aprovar e supervisionar conservação e restauro de bens protegidos. Esta nova organização previu orientar as demandas e tarefas atribuídas ao corpo técnico, cujo trabalho foi viabilizado pelo ingresso de novos profissionais em 2006 e 2009 através de concursos públicos.

Diretora técnica do GEI desde 2011, Elisabete Watanabe considera que estas mudanças internas foram fundamentais para a operacionalização dos processos de pesquisa, permitindo que os levantamentos fossem mais aprofundados, mobilizassem uma maior diversidade fontes, se aproximassem aos sujeitos sociais envolvidos e, assim, elaborassem narrativas mais diversas para os dossiês e resoluções de tombamento (informação verbal).³⁷ Sendo o grande volume de processos de tombamento sem encaminhamento desde a década de 1970 um dos principais pontos de atuação.

Essa nova moldura institucional do órgão estadual abriu caminho para outros olhares sobre o que compunha o patrimônio do estado de São Paulo. A forma encontrada pelos novos técnicos do GEI foi organizar os processos a partir de eixos temáticos e estudá-los em conjunto, produzindo Inventários Temáticos. Como exemplo podem ser citados o estudo do Conjunto de Obras de Vilanova Artigas, do Patrimônio Ferroviário, do Patrimônio Industrial, de Conjuntos Urbanos, de Fazendas Cafeiras, do Associativismo de Comunidades Negras, e dos Terreiros de religiões afro-brasileiras e Quilombos. Essa organização foi fundamental para garantir maior dinamismo aos processos e produzir narrativas a partir de visões mais globais, para além do monumento e da excepcionalidade arquitetônica (NEVES; ZAGATO, 2018).

Ao analisar o percurso de tombamentos da arquitetura moderna no Condephaat, Nascimento (2018a) observou que as práticas do órgão modificaram-se a partir da institucionalização da pesquisa acadêmica brasileira sobre o moderno, impulsionada pela criação do Comitê Brasileiro do Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios,

³⁷ Entrevista concedida à autora em 26 de agosto de 2020.

Sítios e Bairros do Movimento Moderno (Docomomo), em 1992, e a realização dos seminários da instituição, aumentando o interesse pelo tema. No início dos anos 2000 novos estudos monográficos permitiram a reconfiguração da forma como as obras do moderno eram compreendidas e a valorização de um número maior de arquitetos em relação às décadas anteriores. Análises sobre o conjunto da obra de Rino Levi e Vilanova Artigas demonstram, segundo a autora, o desafio atual das práticas seletivas do patrimônio, em um processo de tentativa de criação de critérios e sistematização dos conhecimentos sobre este tema, assim como foi para as tecelagens.

No “Estudo do conjunto das obras de Vilanova Artigas”, o corpo técnico procurou estudar a obra do arquiteto em sua totalidade enfrentando o desafio de que era impossível incluir toda sua produção. Neste caso, as novas perspectivas lançadas por um corpo técnico recém construído levaram ao olhar para além do monumento e dos valores excepcionais da arquitetura, pensando o conjunto e as relações urbanas. Contudo, as limitações e o pragmatismo da gestão limitaram tais apreciações do corpo técnico, e quando em discussão no conselho, as definições expressaram uma listagem seletiva apoiada em debates internos ao campo da arquitetura (NASCIMENTO, 2018a).

No que diz respeito ao patrimônio industrial, Deborah Neves avalia que o estudo sobre o patrimônio industrial nos anos 2000 buscou superar o esvaziamento do órgão nos anos 1990, quando houve enfraquecimento de narrativas que aliavam a história social aos tombamentos (informação verbal).³⁸ Um exemplo foi o “Estudo em Conjunto de Oito Indústrias Têxteis com processos na unidade” realizado em 2012 por uma equipe formada pelas historiadoras Deborah Neves e Amanda Caporrino, e arquitetos Adda Ungaretti, Alberto Cândido, José Antônio Zagato e Silvia Wolff.

Este estudo voltou-se para a Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte, em Sorocaba; a Companhia Taubaté Industrial, em Taubaté; a Argos Industrial, em Jundiaí; a Fábrica Labor, em São Paulo; a Tecelagem Japi, em Jundiaí; a Fábrica Brasital e Vila de Operários, em São Roque; e a Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Porto Feliz.³⁹ A análise de cada caso é precedida por considerações acerca do patrimônio industrial e de como a categoria foi mobilizada pelo Condephaat e pelo Iphan, apresentando um levantamento dos bens tombados reconhecidos como tal nos dois órgãos. As abordagens partem do momento em que as atividades produtivas foram encerradas, suscitando reflexões sobre o que fazer com os vestígios materiais da industrialização, e também sobre a atuação, ou omissão, dos órgãos municipais de tombamento. Segundo os técnicos, tal estudo objetivou dar insumos ao tombamento de cada bem, separadamente, mas também olhar para todos os bens em conjunto (CONDEPHAAT, 2012).

³⁸ Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

³⁹ Deste conjunto foram tombadas a Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte, a Companhia Taubaté Industrial e a Argos Industrial em 2017. Foram arquivados os processos da Fábrica Japy e da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens (NEVES, 2019).

Questões sobre o movimento operário e a conquista de direitos trabalhistas foram incorporadas à narrativa, interpretando os trabalhadores como inseridos no sistema disciplinar de produção, como operadores de máquinas, mas também como ativos em movimentos de reivindicação contra a exploração do trabalho, por seus alinhamentos políticos ao socialismo, anarquismo e comunismo, e por sua atuação na formação dos primeiros sindicatos, salientando que as primeiras greves do século XX tiveram os trabalhadores têxteis como protagonistas. Tal narrativa pode ser atribuída ao trabalho de um grupo interdisciplinar formado por técnicos com novas mentalidades, recém-chegados, possibilitando que considerações sobre os trabalhadores como sujeitos fossem incorporadas em narrativas para valorização destas antigas fábricas como patrimônio cultural.

A análise conjunta permitiu a organização de critérios de valoração que podiam ser adotados para todos os casos, como o pioneirismo tecnológico, importância econômica, a organização e o cotidiano dos trabalhadores, para o que as diretrizes preconizadas pelo TICCIH na Carta de Nizhny Tagil⁴⁰ legitimaram o uso da categoria de patrimônio industrial. Há ainda indicação para organização de rotas do patrimônio industrial, como a *European Route of Industrial Heritage*⁴¹, associando a preservação e valorização ao turismo (CONDEPHAAT, 2012).

Comentando sobre a dificuldade de realizar estudos sobre antigas indústrias envolvendo aspectos do trabalho e da vida dos trabalhadores, Neves salienta a escassez de registros, documentos, antigos trabalhadores em condições de rememorar suas histórias, e de produção científica, seja pela história ou arquitetura, acerca de muitas fábricas (informação verbal).⁴² Então a inclusão desse tema demandou que os técnicos buscassem fontes como atas de assembleias, documentos relativos à Sociedades de Mútuo Socorro, e arquivos de centrais sindicais. A partir disso, notamos que estes estudos representam uma primeira compilação de fontes históricas sobre estes casos. Isto os torna fonte bibliográfica, como é o caso da Brasital.

O “Estudo em Conjunto de Oito Indústrias Têxteis” pode ser entendido como exemplo do esforço dos técnicos em retomar estudos sobre os bens da industrialização a partir da revisão da produção historiográfica. Expresso em propostas de tombamentos de conjuntos inteiros de fábricas, residências, escolas e outros equipamentos considerados fundamentais na compreensão dos valores do trabalho e da industrialização como patrimônio cultural. Segundo

⁴⁰ A “Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial”, publicada em 2003, foi o primeiro documento de abrangência internacional destinado à caracterização, proteção e conservação do patrimônio industrial. Será analisada com profundidade no Capítulo 2 desta dissertação.

⁴¹ A *European Route of Industrial Heritage* (ERIH), Rota Europeia do Patrimônio Industrial, é uma rede de rotas regionais formada por paisagens consideradas de excepcional importância histórica em termos de patrimônio industrial, com vistas à promoção turística. São em torno de 16 rotas, envolvendo em torno de 2.000 lugares disponíveis para visitação. A ERIH é certificada como “Rota Cultural do Conselho da Europa”. Disponível em: <<https://www.erih.net/about-erih>>. Acesso em 14 jun. 2021.

⁴² Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

Neves, isso mudou a forma de estudar o patrimônio industrial no órgão, para o qual a atuação da historiadora Marly Rodrigues como diretora técnica foi fundamental (informação verbal).⁴³

A interpretação sobre a história do trabalho e dos trabalhadores expressa por Neves nesta e em outras pesquisas realizadas na condição de técnica de patrimônio reflete sua formação em História na primeira década dos anos 2000, momento em que já era possível estabelecer olhar questionador para a produção dos anos 1980 e 1990. A partir do final dos anos 1980, quando muitos ativistas do movimento dos trabalhadores passaram a ocupar o cenário político, a pesquisa histórica sobre o trabalho voltou interesse aos processos de institucionalização do movimento trabalhista que ocorreu na era Vargas até o início do Regime Militar, voltando atenção ao período entre 1930 e 1964 (FONTES; FORTES; MAYER, 2017).

A alteração de visada sobre a história do trabalho a partir da década de 1990 propiciou uma revisão sobre o populismo, incorporando análise sobre o assistencialismo, para as indústrias do nacional desenvolvimentismo e para os reflexos das migrações para locais distantes dos núcleos urbanos consolidados. A partir dos anos 2000, a história do trabalho assumiu novas perspectivas e olhares mais globais, integrando questões de gênero, raça e etnia vistos de forma interseccional, envolvendo uma gama maior de relações de trabalho, como a mão de obra livre, não-livre, formal e informal, trabalho doméstico, profissionais do sexo, industriais, rurais, incorporando outras áreas industriais, para além de São Paulo e o Rio de Janeiro, assim como o uso de outras fontes. Lançando luz sobre tópicos já amplamente discutidos, como a escravidão, as greves, o sindicalismo e o papel de políticas de trabalho, fazendo parte da formação da nova geração de historiadores a partir dos anos 2000 (FONTES; FORTES; MAYER, 2017).

Deborah Neves expressa este processo de revisão historiográfica. Seu trabalho no campo do patrimônio enquanto técnica apresentou desafios de análise ao deparar-se com um conjunto amplo de indústrias, vilas operárias, equipamentos assistenciais diversos, e uma série de particularidades na atuação de empresas, que demandaram interpretações para além da lógica marxista a partir da qual a exploração do capital era o cerne da questão (informação verbal).⁴⁴ A forte vinculação afetiva, a positivação da memória expressa nas falas de antigos trabalhadores, os movimentos contrários às desapropriações e demolições demonstravam a profundidade da importância do trabalho na vida das pessoas. Então, o discurso da qualidade de vida e da lógica paternal passaram a ser mobilizados para justificar uma lógica produtiva, construtiva e urbana, colocando em questionamento a ideia unívoca da subserviência ao patrão e a repressão como explicações exclusivas sobre a existência das vilas no espaço urbano (informação verbal).⁴⁵

⁴³ Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

⁴⁴ Casos citados pela técnica, como a construção de colônias de férias para trabalhadores da Companhia Taubaté Industrial, em Ubatuba, no litoral de São Paulo, desafiava as interpretações historiográficas pois se tratava de uma empresa que organizava férias remuneradas para os trabalhadores. Um processo que, para ela, questionou a lógica foucaultiana de compreensão. Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

⁴⁵ Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

As indústrias estudadas pertenciam ao período temporal sobre o qual historiadores e cientistas sociais se debruçaram na década de 1980, mas foram interpretadas a partir da revisão da historiografia da história do trabalho e da arquitetura. Tratando-se de um estudo voltado para a proteção oficial por meio do tombamento, foi necessária a compreensão dos valores daqueles objetos do ponto de vista do campo do patrimônio cultural. Isso não significa que a compreensão tenha desconsiderado as fundamentais relações que a moradia teve para as relações de trabalho, de controle, e também para a ocupação do espaço urbano com edificações que diferenciavam-se de cortiços e outras formas de habitação coletiva. Mas que colocou em questão a narrativa única sobre as vilas operárias como parte da repressão e vigilância das empresas. Deborah Neves entende que os estudos recentes, tanto em termos metodológicos, quanto a incorporação de mais objetos de estudo, deram condições para se questionar tal narrativa que, na década de 1980 se justificava pelo próprio período de abertura política (informação verbal).⁴⁶

Em um levantamento apresentado por Lessa (2017) é possível perceber que além década de 1980, o período entre 2007 e 2015⁴⁷ foram os momentos em que o Condephaat mais tombou bens inseridos na categoria de patrimônio industrial. Quando organizou o “Estudo em Conjunto das Oito Indústrias Têxteis”, Neves realizou um levantamento de bens industriais tombados pelo Iphan, ressaltando a pouca permeabilidade desse tema no órgão federal. Já no órgão estadual, identificou uma ampla gama de edifícios industriais tombados, o que para ela identifica São Paulo como “maior expoente industrial no país no século XX” (NEVES, 2019, p. 68). Salientando que em 2019 existiam 77 processos de tombamento de bens industriais no Condephaat.

De acordo com Ana Lara Lessa estes tombamentos recentes extrapolaram os critérios históricos e arquitetônicos, voltando-se para a urbanização, para a paisagem, e para aspectos sociais e simbólicos, “o que demonstra grande distanciamento da postura inicial de atuação do órgão” (LESSA, 2017, p. 116). Observou que no tombamento das Indústrias Têxteis São Martinho, em Tatuí, no ano de 2007, o Condephaat abordou pela primeira vez o patrimônio industrial entendendo o edifício fabril como lugar de trabalho, e sociabilidade inerente à atividade produtiva, e também lugar de conflitos sociais.

Manoela Rufinoni (2019) também identificou que a partir de 2010 alguns tombamentos de bens da industrialização passaram a agregar questões sociais, como a vida dos trabalhadores. Citando como exemplo os tombamentos do Complexo Industrial Carioba, em 2013, e da Argos Industrial, Creche e Vila Operária, em Jundiaí, em 2017. O processo de tombamento do Complexo Industrial Carioba havia sido aberto em 1983, seu tombamento recaiu sobre edifícios de tecelagem, usina, administração, a casa da família proprietária da indústria e uma série de edificações usadas para lazer, educação, saúde e moradia como forma de explicitar o modelo

⁴⁶ Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

⁴⁷ O período refere-se ao arco temporal estudado por Ana Lara Lessa em seu mestrado.

paternalista de produção industrial. E o reconhecimento da Argos Industrial é salientado por mencionar explicitamente as relações trabalhistas e sociais dos trabalhadores, e a memória operária industrial na resolução de tombamento.⁴⁸

O tombamento da Brasital de São Roque teve como uma das motivações o processo de tombamento da Brasital de Salto. Este ocorreu em 2014, quando foram reconhecidos valores histórico culturais, por representar o desenvolvimento do sistema de fábricas no estado de São Paulo, por remeter ao trabalho livre, constituir importante referência para a memória dos moradores de Salto. Foram tombados os elementos componentes do conjunto industrial, os armazéns, a residência do gerente e as casas operárias contíguas a esse conjunto.

Outro exemplo importante é o tombamento do Moinho Matarazzo realizado em 2018, cujo processo foi aberto em 1990. Para Neves, este tombamento foi o trabalho do órgão que, em tempos recentes, mais se aproximou da questão do trabalho e dos trabalhadores no espaço urbano. Responsável pelo parecer técnico, reconheceu que o bem possuía valor histórico por representar um dos mais antigos do estado, mas também por ter sido cenário, junto com a Tecelagem Mariângela, do início das greves de 1917. Com o arquiteto José Antônio Zagato, propôs o tombamento para os edifícios e para a rua Monsenhor Andrade, onde ocorreu o estopim da greve - o assassinato do sapateiro José Martinez. A rua foi inserida como objeto do tombamento e não como área envoltória. Segundo a historiadora, não seria possível elaborar uma narrativa para o Moinho Matarazzo e para a Tecelagem Mariângela sem tratar deste episódio (informação verbal).⁴⁹

No que diz respeito ao patrimônio ferroviário, Rufinoni (2019) entende que o olhar para complexos ferroviários compreendidos em suas realidades regionais nos contextos urbanos, ofereceu possibilidades de tombamentos mais abrangentes que os realizados nos anos 1980, por atentar-se ao caráter de conjunto. Salienta que nos anos 1980 os tombamentos voltavam-se mais às estações de trem considerando sua excepcionalidade arquitetônica e construtiva, enquanto que recentemente vêm se tombando complexos ferroviários.⁵⁰ Lessa (2017) também observou que os tombamentos dos complexos ferroviários englobaram critérios de valoração diversos, como o significado simbólico para a população, as formas de morar e a memória.

A comparação de bens associados à produção, moradia e sociabilidade dos trabalhadores urbanos industriais tombados pelo Condephaat nos anos 1980 e 2000 mostram que os estudos recentes têm trabalhado no sentido de compreender a intersecção dos processos produtivos e

⁴⁸ Segundo Neves (2019) o posicionamento do conselho foi por arquivamento do processo em vista da demolição parcial do conjunto. Porém, uma munícipe se pronunciou na fase de recursos, e a partir disso o tombamento foi aprovado. Ressalta que este é o último exemplar têxtil em Jundiá.

⁴⁹ Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

⁵⁰ Os tombamentos denominados "Conjuntos da estação ferroviária", realizados de 2011 até 2020, são muito significativos. Voltaram-se para cidades como Rio Grande da Serra, Jundiá, Franco da Rocha, Caieiras, Vinhedo, Botucatu, Araçatuba, Avaré, Atibaia, Águas da Prata, entre outras.

ideológicos. Narrativas mais aprofundadas e ampliadas permitiram que em uma mesma resolução se incluíssem espaços produtivos, habitacionais, de lazer, educação, saúde, sendo interpretados sob uma ótica que envolve história da arquitetura, da industrialização, e em alguma medida tocam as questões de trabalho. Nos anos 1980 tais bens foram tombados em separado e somente as vilas operárias foram interpretadas como decorrência da ampliação conceitual no sentido de incorporação do patrimônio operário. Mas embora os tombamentos de fábricas tenham representado ampliação do período temporal e dos objetos, não parecem ainda ter servido para o questionamento da narrativa associada ao progresso e à identidade paulista totalizante por uma série de contradições entre o conceito e a prática de patrimonialização.

Neves e Zagato (2018) sinalizam que tem sido crescente a participação social nas demandas por tombamento, o que interpretaram como resposta positiva aos trabalhos de aproximação do órgão à sociedade civil. Mas ainda que a abertura aos interesses da sociedade civil faça parte da política do órgão desde sua formação, a incorporação destas demandas ainda é incipiente. As inquietações da área técnica sobre a dimensão social dos tombamentos, potencializado pelo caso da Vila Maria Zélia (SCIFONI, 2017), sinalizou aos técnicos a necessidade de mudança de comportamento para desconstrução da trajetória de atuação restrita do órgão. As “Oficinas de Patrimônio” começaram a ser realizadas em 2017, visando a formação e capacitação de agentes locais na preservação do patrimônio.

Mas a educação patrimonial não se constitui como uma prática consolidada no órgão, é sinalizada por Watanabe, Neves e Zagato como um dos principais desafios do órgão. Trata-se de um processo em constante aperfeiçoamento, implantado muito recentemente e sobre o qual ainda há poucas análises. Os interesses de proprietários privados são citados pelos técnicos como uma problemática profunda, atual e ainda não resolvida (informação verbal).⁵¹

Assim como associamos visões mais globais para a história do trabalho e da industrialização a partir da formação de Deborah Neves, a formação acadêmica do arquiteto José Antônio Zagato em políticas públicas, ingressante do corpo técnico em 2009, também tem tido reflexos na atuação do órgão. O arquiteto entende que tornar as oficinas e as audiências públicas uma prática do órgão, no sentido de construir um processo participativo, seria a melhor forma de pensar as potencialidades do tombamento para a população. Questões práticas e desafios técnicos envolvendo os ônus e bônus do tombamento para as populações locais permeiam as reflexões de Zagato sobre a atuação dos técnicos atualmente (informação verbal).⁵²

Watanabe e Zagato entendem que tal articulação tem mudado a forma de instruir os tombamentos, entendendo cada vez mais que o envolvimento e os processos participativos devem ser feitos desde o início. Sinalizam a gestão da historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna, entre

⁵¹ Entrevistas concedidas à autora em 31 de outubro de 2019, 26 de agosto de 2020, e 27 de agosto de 2020.

⁵² Entrevista concedida à autora em 27 de agosto de 2020.

2013 e 2015, como presidenta do Condephaat por possibilitar a realização de sessões públicas do conselho, publicizando os procedimentos, abrindo mais canais ao diálogo, e possibilidades de oferecimento de contrapartidas aos proprietários quando do tombamento dos bens, construindo caminhos para refletir sobre uso econômico do bem tombado, dado que um dos principais desafios é demonstrar que o tombamento não recai, necessariamente, em desvalorização econômica.

Contudo, vê-se atualmente uma nova política governamental de desidratação do órgão. Para além das reflexões sobre as narrativas difundidas pelo tombamento, a composição dos Conselhos tem sido objeto de preocupação. Em abril de 2019 o governador João Dória anunciou mudanças restringindo o número de representantes da sociedade civil e das universidades públicas paulistas. A diminuição da participação das universidades, a supressão da manifestação dos técnicos durante as reuniões do conselho, e a redução dos profissionais de áreas como a geografia, antropologia e ciências sociais, tem resultado na imobilização do órgão enquanto espaço de problematização (NASCIMENTO; SCIFONI, 2018; NEVES; ZAGATO, 2018).

Com isto, casos polêmicos como a reversão do tombamento do Polígono da Saúde e o arquivamento do tombamento do Complexo Esportivo do Ibirapuera tornam-se comuns. Então notamos que a trajetória do órgão é permeada por contradições decorrentes de diferentes ordens, de disciplinares a políticas, por pressões internas e externas. Refletindo em perspectiva histórica, Marly Rodrigues (2018) entende que foram oscilantes os momentos em que o órgão se esforçou para romper com antigos critérios de atribuição de valor. Desde o período de formação, houve momentos em que ideias de renovação tiveram maior abertura e outros não.

1.3.1. O conjunto da Brasital na narrativa do Condephaat

Na década de 1970 o arquiteto e professor da FAU USP Gustavo Neves da Rocha Filho desenvolveu, a pedido do Condephaat, inventários sobre edificações consideradas de interesse para preservação em diversas cidades no estado de São Paulo. Tais estudos foram publicados no início dos anos 1980, com volumes específicos para cada cidade. A cidade de São Roque foi contemplada, dando origem ao “Levantamento Sistemático de Bens Culturais do Estado de São Paulo - São Roque”.⁵³ Este foi o mais antigo estudo sobre o patrimônio da cidade de São Roque elaborado pelo órgão estadual. Rocha Filho sinalizou áreas onde predominavam edifícios com maior “herança cultural”, excluindo edifícios de construção recente (à época), considerados sem “mérito arquitetônico”, enfocando o período colonial até meados do século XIX (ROCHA FILHO, 2005 [1982]).

⁵³ Baseado em critérios tradicionais proclamados pela história da arquitetura, o autor classificou as edificações como casa térrea de porta e janela, casa térrea de meia morada ou morada inteira, casa térrea para comércio, casa de sobrado com residência em cima, casa de porão de porta e janela, de meia morada, de morada inteira, casa de sobrado com porão, casa de porão com entrada lateral e casa isolada em meio a jardins (ROCHA FILHO, 2005 [1982]).

Embora as residências operárias e a Fábrica Brasital não tenham sido incluídas, este inventário foi uma das bases em que os técnicos do Condephaat se apoiaram para o estudo de tombamento decorrente da solicitação da PJMA-SR. Em 2001 foi aberto o Processo n.º 40.899/01 para estudo das edificações do centro histórico de São Roque.⁵⁴ Acredita-se que tenha sido este conjunto de documentos que deu origem ao processo de tombamento direcionado exclusivamente à Brasital e às habitações.

O primeiro estudo de tombamento foi realizado pela historiadora Daisy de Camargo em 2001, é composto por um histórico e fichas de identificação de alguns exemplares edificados considerados interessantes para preservação na cidade. É possível observar que suas fontes foram compostas pela bibliografia oficial de São Roque, como o “Documentário Ilustrado do Centenário de São Roque”, de 1953, produções sobre Enrico Dell’Acqua, como a “*Gli italiani nel Brasile*” produzida pelo Círculo Italiano, também fontes primárias, como periódicos locais, o estatuto da Brasital, e o inventário produzido por Gustavo Neves da Rocha Filho. Baseada em valores históricos, ressalta a Brasital como uma das primeiras unidades fabris no setor têxtil do Brasil, contribuinte da história da industrialização no estado de São Paulo. De certa forma, o valor conferido pela historiadora ao momento de instalação da fábrica, aos responsáveis, ao quadro de chefes, ao produto, às seções da tecelagem, e ao momento de abandono e degradação dos espaços físicos da fábrica, reproduzem a narrativa oficial sobre a indústria, baseada em critérios econômicos.

Este estudo foi completado com fichas de identificação das edificações consideradas de interesse, nas quais as residências operárias foram incluídas. Estão presentes considerações sobre seus aspectos físicos e destinação diferenciada de acordo com as funções desempenhadas pelos trabalhadores. Indica que, naquele momento, grande parte dos moradores eram antigos funcionários e mantinham “grande vínculo com a memória da empresa” (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009, fl. 40). Além disso, cita a construção de um campo de futebol, posteriormente transferido para a municipalidade. Sobre tais aspectos, comenta,

“Talvez fosse digno de estudo a verificação da importância desses equipamentos criados pela Brasital, que trazem à tona a sofisticação e a grandiosidade de um dos primeiros complexos fabris de grande porte do Estado de São Paulo e que pode assumir uma certa relevância para a história da industrialização e da cidade de São Roque” (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009, fl. 40).

A instrução do processo foi produzida em 2008 pela historiadora Edna Kamide e pela arquiteta Tereza Pereira. A partir de um novo levantamento sobre os bens indicados para preservação no Decreto n.º 5.221/98, indicaram que muitos exemplares já haviam sido demolidos

⁵⁴ Este processo provavelmente traz mais informações de como o inquérito foi recebido dentro do órgão estadual. Porém, não foi possível acessá-lo no arquivo do órgão por conta do fechamento decorrente da pandemia do Coronavírus.

entre 1998 e 2008, mas que as edificações da antiga fábrica Brasital e as residências construídas pela empresa seriam de interesse para preservação. Por isto, em 2009 foi aberto um outro processo de tombamento especificamente para os edifícios de antigo uso fabril e para as residências construídas pela empresa (informação verbal).⁵⁵ A existência do processo de tombamento da Brasital de Salto, aberto neste mesmo ano, foi outro fator que motivou os técnicos a sugerirem a abertura do processo de tombamento para a filial de São Roque.

O “Estudo em Conjunto de Oito Indústrias Têxteis” representou visões mais globais sobre a industrialização no estado de São Paulo. Dentre as tecelagens estudadas, a Brasital destacou-se pela solução tecnológica do sistema de produção de energia hidráulica e por representar um conjunto praticamente íntegro de antiga vila operária, em comparação com as outras indústrias (CONDEPHAAT, 2012). E a interpretação estabelecida por Deborah Neves permitiu a elaboração de um parecer técnico que se apoiou em valores materiais, excepcionais e econômicos, comumente mobilizados nos processos voltados à fábricas e indústrias, agregando ao reconhecimento da Brasital aspectos que permearam os estudos de história do trabalho nos anos 2000, bem como a institucionalização da categoria de patrimônio industrial através da Carta de Nizhny Tagil.

Tal construção narrativa mostrou-se alinhada aos escritos mais recentes sobre história social do trabalho, enfocando através de análise interseccional o cotidiano dos trabalhadores fora das fábricas, as relações de gênero e as greves operárias. Como os estudos anteriores sobre a Brasital haviam sido realizados em 2001 e 2008, a historiadora responsabilizou-se por realizar novas vistorias e elaborar uma proposição atualizada de tombamento. No parecer técnico encontramos argumentos sobre a caracterização arquitetônica dos espaços fabris, feita através da mobilização de valores de ancianidade - pela manutenção da estruturas hidráulicas e construtivas dos edifícios -; de excepcionalidade - associando as soluções estéticas ao estilo das fábricas construídas em Manchester, na Inglaterra -; e de monumentalidade.

Há recomendação para o tombamento das habitações como materialidade representativa do modo de viver da população operária, compondo, juntamente com a fábrica, uma paisagem de interesse para preservação. As residências foram ressaltadas como parte da execução de um programa industrial de controle social, por atestar a importância do ambiente urbano, da dimensão cotidiana, da memória dos modos de morar e socializar do trabalhador, e como documento indicador da presença do trabalhador na cidade, importante para a perpetuação da memória do trabalho (NEVES, 2014, p. 35).

⁵⁵ Um outro caminho de análise para este caso é a escolha por centrar estudos em bens a partir de uma pré-categorização de patrimônio industrial, em detrimento de um conjunto mais amplo de bens localizados no entorno do centro histórico de São Roque. Em conversa com Elisabete Watanabe, atual diretora do GEI, a historiadora fez uma ponderação sobre a relação entre as demandas do Ministério Público e os limites de atuação do corpo técnico. Geralmente pedidos para análise de muitos bens em conjunto demandam mais tempo e análise mais aprofundada, o que é dificultado pelo tempo exíguo que o Ministério solicita, em torno de 30 dias. E que por isso é necessário fazer escolhas, centrar estudos a partir de bases que já tenham, como é o caso do estudo em questão. Entrevista concedida à autora em 26 de agosto de 2020.

Tal visão resultou em uma ampliação do número de residências a serem inseridas no tombamento, para as quais foram propostos diferentes graus de proteção.⁵⁶ Nos estudos realizados em 2001 foram indicadas 22 residências, em 2008 esse número aumentou para 34, e a proposta apresentada no parecer final indicou 41 residências. O aumento do número de unidades é decorrência de compreensão mais flexível sobre o que pode compor o patrimônio tombado, superando a ideia do “original” e valorizando a ideia da ambiência e da paisagem, incorporando unidades que já apresentavam algum nível de alteração física. É importante notar que a residência da rua Marechal Deodoro, antiga residência do diretor principal, não foi considerada em nenhuma das propostas.



Figura 14. Residências da Vila Aguiar atualmente. Residências na avenida Santa Rita e rua Jamil Chad inseridas na proposta de tombamento de 2014 (esq. e dir. sup.). Residência totalmente modificada na rua Jamil Chad, não incluída no tombamento (esq. inf.). Residência na avenida Santa Rita cuja proprietária foi multada por realizar alterações na fachada após a decisão de tombamento (dir. inf.).

Fonte: Fotos da autora, 2019. Google Street View (esq. inf.).

O parecer é finalizado com uma proposta de tombamento integral do conjunto, conforme indicado na Figura 15, acatada por Pedro Puntoni, conselheiro relator. Para o historiador foi

⁵⁶ No que diz respeito às residências, propõe diretrizes para sua preservação, dividindo as unidades em três grupos baseados no nível de descaracterização, com propostas específicas para cada um deles. O grupo 1 formado por residências que apresentam baixa descaracterização, consideradas passíveis de reversão, sobre as quais a preservação incidirá sobre aspectos exteriores - fachadas, cobertura e implantação; o grupo 2 formado por residências com médio nível de descaracterização, passíveis de reversão, sobre as quais qualquer nova intervenção externa deverá acontecer no sentido e recuperação de elementos da fachada, cobertura e implantação; e o grupo 3 formado por residências que apresentam nível avançado de descaracterização, sobre as quais a proteção será no sentido de orientar novas intervenções de maneira a adequá-las ao conjunto, levando em consideração a volumetria, dimensões, vãos, texturas, entelhamento e implantação (NEVES, 2014).

importante retomar a atribuição de valor baseada na relação entre a atividade industrial com o cotidiano dos trabalhadores, entendidos como homens e mulheres comuns cujas vidas foram permeadas pelo trabalho. Seguido da aprovação, a prefeitura de São Roque e todos os proprietários foram notificados, para os quais foram disponibilizados 15 dias para apresentação de contestação, como normativo do órgão.

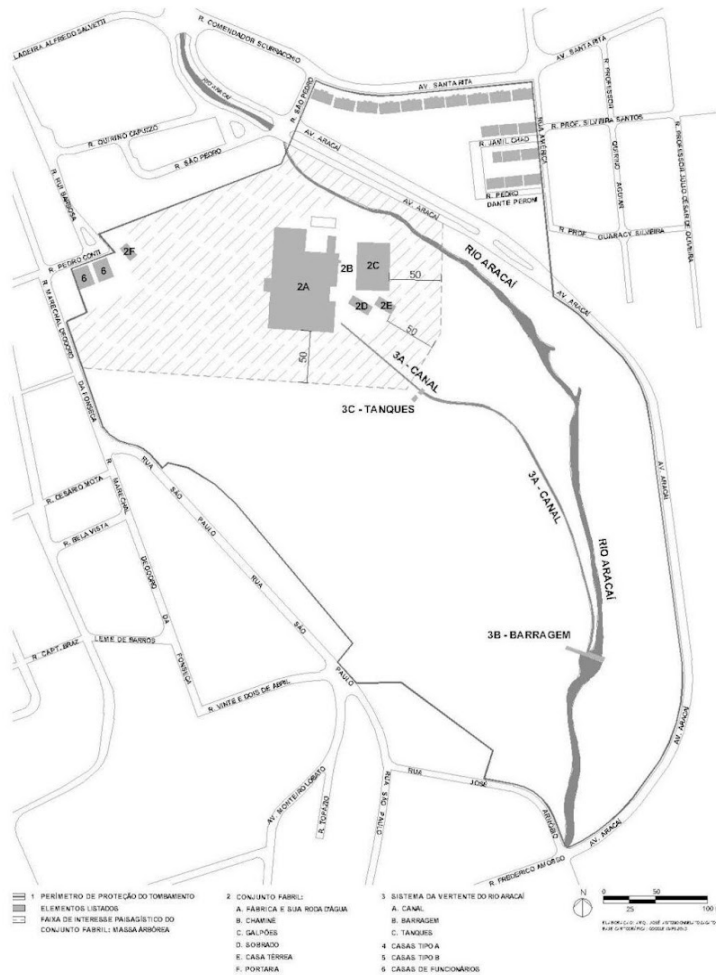


Figura 15. Mapa do perímetro de tombamento e área envoltória.

Fonte: CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009. fl. 627.

Para o prosseguimento da discussão é necessário ressaltar dois pontos. Primeiramente, embora Neves entenda que o tombamento é mais uma forma de reconhecer valor e cancelar a proteção do bem (informação verbal),⁵⁷ o processo de reapropriação da fábrica como centro cultural e os valores afetivos, memoriais e identitários criados a partir desse novo uso não são aspectos considerados como parte dos valores de patrimônio cultural, mas sim somente seu uso enquanto tecelagem. Segundo, até 2017 não há documentos que indiquem processos participativos de construção de valor envolvendo moradores/proprietários atuais das

⁵⁷ Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2019.

residências e os técnicos do Condephaat. A partir disso podemos reunir considerações sobre os desafios conceituais e práticos da preservação e as contradições que os anos 2000 têm apresentado ao patrimônio através de temas como a historicidade dos bens, os usos ao longo do tempo, as referências culturais, os direitos de propriedade e a educação patrimonial.

1.3.2. Os sentidos da habitação do trabalhador como desafio atual de preservação

A compreensão da Brasital como herança envolve apropriações de seu espaço desde a década de 1980. Fundamentada na consideração de patrimônio histórico, a prefeitura tomou parte dos destinos da antiga tecelagem antes de qualquer proteção oficial por órgãos de patrimônio. Compreender como o patrimônio oficial tem buscado atuar na proteção de um bem já apropriado pela municipalidade há 30 anos requer reflexão sobre alguns aspectos que ultrapassam o valor do objeto enquanto associado somente à memória da industrialização. Atualmente o Centro Educacional e Cultural mantém-se em funcionamento recebendo público local interessado nos cursos extracurriculares, oficinas, biblioteca, feiras ou usando o espaço como ponto de encontro, lazer e descanso.

Através de visitas ao espaço, foi possível notar que a proposição de uma nova dinâmica não ocorreu com objetivo à mercantilização ou consumo associados unicamente ao turismo, como foi a tônica dos anos 1990 sobre os espaços culturais. As falas das funcionárias do CEC Brasital indicam que a existência do Centro permite o contato com o espaço, e reivindicação de uso para diferentes funções. Sua existência tem permitido a criação de novas identidades e memórias e a materialidade continua sendo suporte de construções de significados.

A partir de 2015, quando da primeira aprovação do tombamento do conjunto, seguido da notificação aos proprietários, o processo tomou rumos tortuosos e explicitou questões que tensionam o campo do patrimônio atualmente. Em 2016 os cidadãos notificados organizaram um abaixo assinado solicitando ao Departamento de Planejamento e Meio Ambiente de São Roque que intermediasse o cancelamento do tombamento de suas casas (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009). No documento apresentado pelos proprietários constavam as seguintes considerações:

“Vimos por meio deste, solicitar que a Sr.^a intermedie ao CONDEPHAAT, a fim de NÃO ser concedido o tombamento dos imóveis, tendo em vista que várias casas já estão descaracterizadas, que precisam de manutenções por serem construídas em área de brejo, por isso as paredes, tijolos ficam úmidos, apodrecimento das madeiras, o esgoto é baixo, não tendo drenagem suficiente; o muro ou grade deve ser alto, para maior segurança dos moradores. A reforma é necessária para a melhoria das condições habitável das residências” (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009, fl. 517)

Em 2017 o Condephaat recebeu duas solicitações, da Câmara Municipal de São Roque, em que o abaixo assinado estava anexado, e da Divisão de Cultura de São Roque. Esta solicitava o desmembramento do processo em dois, um voltado para a fábrica e outro para as casas dado o interesse em recursos financeiros decorrentes do tombamento para viabilizar o restauro do piso e da cobertura de um dos salões da Brasital. Esta proposta justificava-se para que o tombamento da antiga fábrica fosse mais rapidamente aprovado, sem depender dos problemas a serem tratados com os moradores/proprietários das residências.

Em uma primeira resposta do Condephaat, Elisabete Watanabe reforçou a ideia de que o tombamento não impediria transformações, mas que as intervenções deveriam passar por análise para que evitassem “descaracterização do imóvel, face à sua importância como elemento referencial para a história da industrialização em São Paulo” (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009, fl. 524). Posteriormente os moradores/proprietários enviaram outra carta reivindicando que suas residências não fossem incluídas no processo de tombamento da Brasital, indicando a seguinte justificativa,

“Os moradores e as moradoras [...] Entendem, mas com a devida vênia, que a área residencial que no passado guardava harmonia com a arquitetura do prédio industrial denominado Fábrica Brasital, simplesmente não existe mais. [...] O tombamento da Vila Operária significará a imobilização de casas que nada mais têm a ver com o projeto original, o que contribuirá para a desvalorização de seus imóveis, único patrimônio que possuem” (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009, fls. 529 e 530).

Após o posicionamento dos moradores/proprietários, os técnicos Deborah Neves e José Antônio Zagato organizaram duas Oficinas de Patrimônio, em abril e novembro de 2017. A partir do material produzido para a oficina realizada em novembro podemos notar que o foco da atividade foi o esclarecimento da proposta de tombamento das residências, os procedimentos para solicitação de intervenção no Condephaat, e os incentivos financeiros.

Podemos notar que os técnicos buscaram esclarecer aos proprietários que as intervenções físicas naqueles patrimônios protegidos seriam capazes de garantir maior valorização aos imóveis desde que fossem compatíveis, respeitassem e realçassem os valores culturais atribuídos. Retomaram a relação de todas as residências indicadas na proposta de tombamento e os parâmetros de análise sobre o estado de conservação de cada residência de maneira a justificar a organização nos três diferentes grupos de níveis de proteção. Foram retomados os conceitos de referência cultural e patrimônio a partir da Constituição Federal de 1988, ressaltando o parágrafo em que prevê que o poder público, em colaboração com a comunidade, deverá promover a salvaguarda do patrimônio cultural.

Como forma de reforçar a importância de uma política pública municipal para as intervenções, apresentaram o Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios a partir da experiência em Iguape, São Paulo. Acreditamos que por ser o valor venal o principal ponto de conflito e preocupação dos proprietários, os técnicos buscaram apresentar os valores investidos e a origem dos investimentos em Iguape, demonstrando que o projeto envolveu a prefeitura municipal, o Senai e um patrocinador privado. E que a partir desses investimentos o Projeto conferiria benefícios aos proprietários, que passariam a contar com profissionais especializados em construção civil, conservação, manutenção e ofícios artesanais. E no que tange aos incentivos públicos, recuperaram a Lei Rouanet, o ProAc, a isenção parcial ou integral de IPTU, e uso do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).⁵⁸

Imbuídos do objetivo de esclarecer que o tombamento recairia sobre aspectos externos das edificações e que os proprietários receberiam uma cartilha com orientação e detalhes sobre as possibilidades das intervenções, defenderam a ideia de que tombamento não é sinônimo de congelamento (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009). Segundo Zagato, buscaram expressar a visão de que o tombamento, visto em sua função ampla, não se reduz a uma visão economicista da preservação, mas que fora pautado em valores identitários e simbólicos, tentando ativar a percepção da importância daquelas casas para coletividade, para a cidade, ainda que tivessem sido modificadas (informação verbal).⁵⁹

Porém não houve negociação, os moradores/proprietários mantiveram sua posição durante estas ocasiões e, até o momento em que a pesquisa foi realizada, estavam mobilizados contra o tombamento. Após esta aproximação, em 2018, Deborah Neves e José Antônio Zagato, produziram outro documento ratificando a importância do tombamento integral de todos os elementos indicados. Neste demonstram compreender o posicionamento dos proprietários, para os quais a importância do instrumento tornou-se relativa dado que não viam a necessidade de tombamento pois suas medidas de manutenção já eram entendidas como uma forma de acautelamento. Mas reforçaram o posicionamento técnico entendendo-se como responsáveis por defender a preservação de bens considerados importantes para a coletividade. Salientaram que o tombamento independe da concordância dos proprietários por corresponder a interesses transgeracionais da sociedade, não se limitando à temporalidade de posse do bem (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009).

Em 2018 o tombamento foi novamente colocado em pauta pelo Conselho. Embora o conselheiro Victor Hugo Mori apontasse a descaracterização física como uma questão a ser analisada, o parecer elaborado pelo conselheiro Nilson Ghirardello acompanhou a proposta do corpo técnico. Ao refletir sobre o posicionamento contrário dos proprietários, comentou ser

⁵⁸ O material produzido para a oficina realizada em novembro constou de slides e foi, gentilmente, compartilhado por Deborah Neves, a quem agradecemos.

⁵⁹ Entrevista realizada em 26 de agosto de 2020.

entrave comum, ratificando que deveria prevalecer o posicionamento dos técnicos. Assim, o tombamento foi aprovado pelo Conselho.

Após nova notificação os moradores/proprietários entraram com recursos e solicitaram uma oitiva, ocorrida no segundo semestre de 2019, mas que também não alterou o posicionamento do conselho. Em fevereiro de 2020 foi realizada uma outra reunião na qual estivemos presente. Nesta, o tema suscitou novos questionamentos de conselheiros acerca dos valores materiais das residências, inclusive de Victor Hugo Mori, que manifestou-se novamente sobre a falta de levantamentos arquitetônicos das casas, acompanhado pelo presidente Carlos Augusto Fagin, que entendeu esta ausência como medida para acusar pouco conhecimento sobre o objeto por parte do corpo técnico. Destoou somente a fala do conselheiro Eduardo Costa⁶⁰ em se posicionar favoravelmente ao tombamento das residências operárias entendidas como a expressão da existência do trabalhador na cidade.

Com estas provocações houve manifestação da técnica Deborah Neves reunindo explicações sobre o olhar estabelecido para aquele conjunto residencial. Voltou a comentar que o processo apresentou os projetos das residências, mas que condições materiais e estado de preservação não foram a linha condutora da construção de valores, ainda que o conjunto apresentasse manutenção das principais características arquitetônicas, salientou que os níveis de tombamento foram pensados a partir de cada residência, e que os técnicos se responsabilizariam pela elaboração da cartilha com orientação e detalhamentos sobre as possibilidades das intervenções. Após nova votação o processo foi aprovado. Atualmente aguarda homologação.

As transformações na lógica do capital industrial a partir dos anos 1970 refletiram-se no fechamento da tecelagem e venda das residências aos trabalhadores da Brasital. A partir de análise das certidões dos imóveis contidas no processo de tombamento foi possível perceber que algumas delas permanecem com as mesmas famílias, mas muitos proprietários atuais não são mais antigos trabalhadores da fábrica, e nem pertencem a famílias de trabalhadores. Em sua maioria mantém-se o uso residencial, exceto por quatro delas, em que funcionam um escritório de advocacia, uma imobiliária, um *pet shop* e um salão de cabeleireiros, representadas na Figura 16. Tais alterações não incorreram, necessariamente, em alterações físicas, assim como a proposta de tombamento não expressou juízo de valor sobre os novos usos.

⁶⁰ Representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil na condição de suplente de Renato Anelli.



Figura 16. Edificações com outros usos. Escritório de advocacia na avenida Santa Rita (esq.). Barbearia na rua Pedro Conti (dir.).

Fonte: Google Street View (esq.). Foto da autora, 2019 (dir.).

Com vistas a nos aprofundarmos na forma como o processo foi recebido e é interpretado pelos moradores/proprietários atualmente, buscamos aproximação através da realização de entrevistas. Desde as primeiras visitas presenciais ao CEC Brasital e conversas com as funcionárias Débora Leite e Rosemeire Tenório foi possível notar uma interpretação desvinculada entre as casas e a antiga fábrica. Um passado associado à produção fabril e à dinâmica do trabalho na tecelagem eram referenciados à Brasital, tinham naquele espaço um elo para a memória. Já para as casas as referências foram diferentes. O discurso sobre sua existência pautou-se mais no presente que no passado, como foi possível notar em fala de Débora Leite, filha de trabalhadoras da Brasital que, embora revelasse uma profunda relação afetiva com esse passado e com os edifícios históricos do CEC, disse que não via mais relações entre a antiga fábrica e as casas, questionando, assim, a proposta de tombamento.

Em virtude da pandemia do Coronavírus, a aproximação direta e realização de entrevistas com moradores/proprietários das residências foi dificultada, então buscamos alternativas como conversas por mensagens via redes sociais. O contato foi bastante custoso pois, já mobilizados contra o tombamento, apresentaram muita resistência à conversa. A primeira tentativa, com a proprietária que recebeu notificação de multa⁶¹ por ter realizado alterações na fachada de residência, resultou em uma conversa breve em que a interlocutora não demonstrou interesse em falar sobre o assunto, dando respostas breves como “ Brasital sim é um bem público dá pra ser tombada”, “hoje as casas são particulares e os proprietários são contra o tombamento”. Quando questionada se percebia alguma relação entre as casas e a Brasital, respondeu apenas “não”, e posteriormente não respondeu mais nenhuma questão (informação verbal).⁶² Esta

⁶¹ Quando as alterações realizadas pelos proprietários ocorrem após a abertura do processo de tombamento, ou o tombamento efetivo, não passam por processo de aprovação pelo órgão competente, e incidem diretamente sobre elementos considerados importantes para a preservação, o órgão gera uma notificação para ciência do proprietário, que pode recorrer dentro de um prazo determinado, com vistas à anulação da multa.

⁶² Entrevista concedida à autora em 17 de novembro de 2020.

resistência nos alertou para quão desgastadas estavam as relações dessas pessoas com qualquer agente ou pesquisador que tratassem do assunto.

No momento em que a situação sanitária do Brasil indicava sinais de melhora, realizamos uma visita técnica São Roque com o objetivo de tentar contatos diretos com os moradores, abordando-os com questões breves como quanto tempo moravam nas casas, se tinham relações de trabalho ou familiares com trabalhadores da Brasital, se tinham conhecimento sobre o tombamento e como havia sido o contato com os técnicos de patrimônio. As dificuldades de contato ficaram evidentes com a recusa de alguns deles em falar do assunto, enquanto que outros se dispuseram à troca de ideias.

Este contato foi feito com nove moradores/proprietários. Em geral foi possível notar que há um padrão de posicionamento contrário ao tombamento, porém diferentes posturas no que diz respeito à vinculação por valores memoriais, afetivos e econômicos. Quatro dos entrevistados trabalharam na Brasital e moram nas casas há, aproximadamente, 60 anos. Suas casas apresentam poucas modificações na fachada, embora tenham realizado modificações internas. Seus posicionamentos sobre o tombamento revelam um distanciamento da discussão e pouca compreensão sobre o instrumento. Foram obtidos relatos como, “Eles vieram, fizeram duas reuniões e foram embora”, da moradora V, que disse “saber muito por cima” sobre o tombamento (informação verbal).⁶³

Parecem posicionar-se contrariamente em razão da interpretação negativa que se reforçou ao longo do tempo e por relações conflituosas que alguns proprietários tiveram com o órgão estadual. A manutenção das características externas de suas residências aparece em suas falas como expressão do valor memorial da casa. Segundo a entrevistada V, “não vejo necessidade de tomar a casa porque não tenho interesse em mudar”. Segundo LG sua casa é uma relíquia, não muda as características porque “a ama como ela é” (informação verbal).⁶⁴

A antiga residência do diretor geral da Brasital, habitada há 57 anos por sua família, não faz parte do conjunto a ser tombado. Embora em mau estado de conservação, mantém grande parte das características originais. Porém, ao ser questionada sobre a possibilidade de tombamento da casa, D disse “se tomar a casa a gente perde tudo o que tem, é nosso único patrimônio” (informação verbal).⁶⁵

As falas desses entrevistados apresentaram vínculos memoriais e identitários profundos, mobilizando o passado associado à indústria, como a origem da casa, a possibilidade de acesso à moradia, e a relação simbiótica entre a memória e a materialidade, sendo a casa a representação de sua vida ao longo dos anos, o local onde foram morar ao se casarem, onde nasceram, ou onde

⁶³ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2020.

⁶⁴ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2020.

⁶⁵ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2020.

criaram os filhos. A casa é onde se ancoram os vínculos entre passado e presente e a memória tem papel fundamental na composição de seus valores de patrimônio no presente. As ações de manutenção física demonstram justamente que eles se reconhecem como responsáveis pela preservação, e a permanência de características o mais próximo do original reflete sua identificação com aquela imagem.

Há, por outro lado, entrevistados que se posicionam mais enfaticamente contra o tombamento relatando insatisfação por não terem sido consultados. Seus discursos baseiam-se na narrativa de que não há mais relações entre as casas e a antiga fábrica. Três deles são filhos de trabalhadores da Brasital, e outros dois não têm relações familiares com trabalhadores da Brasital. Mobilizam o esforço para comprarem as casas e entendem o tombamento como uma injustiça por não poderem interferir em suas propriedades mais livremente, há também considerações de que as modificações foram realizadas antes do tombamento e, por isso, não faz sentido terem que realizar processos de reversão.

Embora reconheçam suas casas como seus patrimônios individuais, considerações como o fato de não verem valor no conjunto, o tombamento como impositivo, a desvalorização imobiliária e o cerceamento de seus direitos individuais sobre a propriedade estão presentes em todos os depoimentos. Entendem que a ação do órgão estadual foi autoritária por não levar em consideração as condições e necessidades atuais de vida naquelas residências. Falas como “o proprietário não tem direito a nada”, ou “o Condephaat fica com os bônus e nós com o ônus” são recorrentes.

A partir desta aproximação foi possível localizar aqueles que organizaram a mobilização contra o tombamento. Até aquele momento, MB demonstrou estarem envolvidos com figuras políticas municipais, como o vereador Newton Bastos e o então prefeito Cláudio Góes (PSDB, 2017-2020) que teriam posicionamentos contrários ao tombamento. Segundo ele, caso o tombamento fosse homologado, os proprietários solicitariam indenização. Entende como autoritárias algumas atitudes do órgão, dizendo,

“Eles são privilegiados e nós continuamos pagando as coisas. É a mesma coisa que você ter uma coisa que você estima, eu pegar, me apossar, dizer que é meu...e não é verdade [...] Outra coisa, aqui a maioria das casas já não preservam mais a estética, a única casa que é esteticamente igual aqui é a casa do sr. Adão falecido, agora lá é banho e tosa [...] O restante aqui é tudo mexido. Enfim...os moradores não querem. A maioria dos moradores são pessoas idosas, vai deixando a herança para o filho, vai deixando um elefante branco. [...] Eu fui em São Paulo na reunião do Condephaat. Fui eu e o Niltinho Bastos, vereador. Ele está conosco, entende! E o prefeito aqui também é ao contrário, o Cláudio Góes. [...] Segundo consta, ia ser tombado. O historiador... nem conhece aqui [...] Então eles vão tomar, só falta para ser tombado assinar no livro do tombo. Mas ainda não foi assinado. Estamos aguardando” (informação verbal)⁶⁶

⁶⁶ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2020.

Posturas mais aborrecidas como de PA, “isso que fizeram conosco é uma injustiça! A gente não sabe como fazer!”. Associando o tombamento a uma ação “comunista” de “tomada da propriedade das casas pelo Estado”, confirmando a informação de V, que os técnicos apareceram duas vezes “depois nunca mais” (informação verbal).⁶⁷ Após uma série de tentativas frustradas de contato, estas conversas foram muito frutíferas, pois os próprios interlocutores pareceram interpretar esse momento como uma oportunidade de expressar seu posicionamento e até buscar ajuda. Ainda que tenham sido realizadas conversas breves e com apenas nove moradores, acreditamos que estes depoimentos já são importante fonte de análise das contradições inerentes à lógica preservacionista.

Foi possível perceber que muitos proprietários não têm conhecimento aprofundado sobre o instrumento do tombamento e nem se as casas foram, efetivamente, tombadas. Quando questionados se suas casas são patrimônio, entendem que sim. Aqueles que trabalharam na Brasital mobilizam valores afetivos, memoriais, e os moradores/proprietários recentes mobilizam o valor econômico. Ambos associam a casa ao seu trabalho de anos. Segundo MB, a casa “É o fruto da minha vida. Eu trabalhei a vida inteira para ter essa casa” (informação verbal).⁶⁸

O caso específico de notificação de multa a uma proprietária que realizou intervenções em sua residência após a abertura do processo de tombamento reitera a culpabilização dos moradores sobre alterações físicas realizadas em suas propriedades ao longo do tempo. A moradora alegou que não tinha conhecimento prévio do processo, pois isso não solicitou autorização do Condephaat.⁶⁹ A notificação foi vista como muito negativa por todos com quem conversamos e parece ter contribuído para a visão sobre o órgão, sobre o tombamento e até mesmo sobre a ação de Sílvia Mello, Maurício Tavares de Lima e Ubiratan Foina em mover, no início dos anos 2000, a ação civil pública que deu início a esse processo. Os proprietários viram nesta ação uma atitude “autoritária” e “intrusiva” de Mello em “interferir” em suas casas (informação verbal).⁷⁰

Podemos observar que as contradições são ainda mais profundas que aquelas estabelecidas entre os moradores/proprietários e os técnicos e conselheiros do Condephaat, por partirem de compreensões distintas entre agentes do próprio município, demonstrando que a ideia de preservação por meio do tombamento não era consenso e não foi construída coletivamente desde a escala local. Os moradores/proprietários não foram consultados nem

⁶⁷ Entrevistas concedidas à autora em 26 de novembro de 2020.

⁶⁸ Entrevistas concedidas à autora em 26 de novembro de 2020. Não foi possível conversar com um número maior de pessoas, de forma a entender de forma mais completa o real posicionamento dos proprietários. O que é possível notar é que ainda permanecem posicionamentos combativos e receosos.

⁶⁹ Em 2016 o Conselho reuniu-se para discutir o caso desta residência, colocando em pauta se a reversão das intervenções deveria ser cobrada antes ou após a definição final do tombamento, dado que o corpo técnico ainda não havia finalizado a retificação da proposta de tombamento. Nesta reunião, presidente e conselheiras ressaltaram a problemática em torno da falta de comunicação do órgão em orientar a proprietária sobre a abertura do processo de tombamento. Após discussão, o conselho votou pelo indeferimento do projeto de regularização solicitado à proprietária (CONDEPHAAT, 2016).

⁷⁰ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2021.

mesmo quando da criação do Decreto Municipal n.º 5.221/98 que deu início à ação civil pública mobilizada pela PJMA-SR.

Suas narrativas organizam-se no sentido de demonstrar que para eles não fazia mais sentido associar o conjunto atual ao passado fabril, utilizando a ideia de descaracterização como uma estratégia para deslegitimar a imagem da integridade da vila. Até os que mobilizam valores memoriais entendem que não há mais relação entre o conjunto de casas e a fábrica, e nem mesmo como um conjunto em si. E foi justamente na ideia de conjunto, e valor coletivo de patrimônio que se basearam os técnicos. Segundo Neves e Zagato, embora os moradores/proprietários entendam a importância de suas casas como patrimônio individual, não a compreendem como patrimônio comum, no sentido de coletividade (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009). E então cria-se o embate entre o direito à memória como um direito coletivo, do patrimônio como direito difuso, e o direito à propriedade. A própria historiadora reconhece os desafios enquanto técnica quando diz,

“Se a gente fala que é patrimônio, dá a entender que é de todo mundo. E as pessoas se sentem invadidas em sua privacidade, na sua liberdade, eu entendo isso [...] É muito bonito a gente falar da educação patrimonial quando tudo dá certo. Mas não é o caso, não deu certo assim. Não foi exatamente um inventário participativo, mas a gente dividiu [...] Mas mesmo assim isso não os convenceu. E aí, a gente não tomba? Não, a gente tomba. Infelizmente neste momento a gente tem que usar a discricionariedade do Estado, vai lá e tomba. A gente vai abrir mão do direito difuso? Patrimônio é direito difuso” (informação verbal)⁷¹

Este relato, somado às outras considerações como a do conselheiro Nilson Ghirardello em entender que esse embate de direitos é comum no campo do patrimônio não parecem ter sido levados adiante na discussão do Conselho em que estivemos presente, no sentido de compatibilizar todos esses direitos como válidos.

Ao aproximar-se de moradores do Conjunto Residencial da Mooca, em São Paulo, Nascimento (2019; 2021), pode perceber que a ativação do sentimento de pertencimento e ação pela preservação ocorreu a partir da iminência da perda do espaço dos jardins, onde ocorria a sociabilidade dos moradores. E esse sentimento coletivo pautou-se em referências culturais de uma história de vida de trabalho, sociabilidade e vida cotidiana, não apoiados unicamente em valores arquitetônicos, mas numa compreensão conjunta dos valores materiais e imateriais.

Flávia Brito do Nascimento salientou os impactos econômicos, físicos e sociais do processo de dissolução dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), em que as moradias foram colocadas à venda. Esse processo, segundo ela, “significou a dissolução definitiva do projeto social” (NASCIMENTO, 2019, p. 130), levando os moradores a se organizarem em condomínios. Em São Roque o fim da atuação da empresa Brasital da cidade, sendo a venda das

⁷¹ Entrevista concedida à autora em 31 de outubro de 2021.

casas uma indicação da dissolução da associação entre moradia e trabalho também apresentou impactos físicos, econômicos e sociais, mas por não se tratarem de moradias coletivas a forma de interpretar e atuar sobre a habitação foi diferente.

O processo de compra da casa é explicitado pelos entrevistados como uma conquista, seja por famílias de pessoas que trabalharam na Brasital, ou por aqueles que nunca trabalharam lá. A ideia de patrimônio afetivo e venal se misturam nos discursos que ressaltam a importância de ter trabalhado na fábrica como meio de acesso à casa, mas também o esforço posterior de compra. E para aqueles que são filhos de trabalhadores há ainda um sentimento de orgulho e pertencimento em se manter naquele lugar. O que os liga afetivamente à casa é desde o aspecto familiar à possibilidade econômica de compra, sendo as alterações físicas um processo natural de adaptação à vida, seguindo critérios estéticos, de segurança e ideias sobre o morar.

Em São Roque a união dos moradores/proprietários, ou mesmo a narrativa expressa por eles, em dizer que “todos” eram contrários ao tombamento, também ocorreu a partir de uma ideia de perda. O que o diferencia dos moradores do IAPI Mooca é que a perda foi associada aos direitos de propriedade. Isso acende à discussão para as interpretações diferenciais sobre valores coletivos e individuais pois, em sendo proprietários de residências, consideram-se com maior liberdade para intervir em suas propriedades, diferentemente de moradores de condomínios residenciais, em que há, necessariamente, uma ideia de coletividade organizada por meio do compartilhamento de um modo de viver e de gerir o espaço de moradia (NASCIMENTO, 2021). Por se tratarem de residências que foram incorporadas ao tecido urbano as questões são diferentes, e a aquisição do direito de propriedade tornou-se um discurso potente, o que se evidencia na fala de MB:

“Eu fiz um sacrifício para comprar essa casa aqui, hoje eu não mando na minha casa. Faz 11 anos que está em processo! Quando eu comprei, em 2009, eu recebi depois de uns meses a carta, dizendo que não podia mexer em mais nada Aqui tinha um pilar com corrente, tinha um poste na frente. Sorte que eu já havia derrubado tudo. [...] Agora se quisesse ficar sob algum regulamento, eu ia comprar uma casa num condomínio, que é cheio de regras. Então é isso. Tá tudo errado” (informação verbal)⁷²

Também podemos compreender a profundidade desse embate ao recuperarmos a análise de Blay (1985) ao contrapor ao termo “operário-inquilino” o de “operário-proprietário”. A partir de sua interpretação, a transferência da propriedade das casas para os trabalhadores conferia a estes uma outra condição enquanto trabalhadores urbanos, pois as relações de trabalho não teriam mais a casa e os modos de morar como meio de ajustamento. Resta-nos pensar nas rupturas e permanências dos laços afetivos com a casa. A própria autora expressou a

⁷² Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2021.

compreensão sobre essa diferença ao interpretar os relatos orais de seus entrevistados, moradores de vilas operárias construídas em associação à fábricas. Ao tratar da vila operária do Cotonifício Crespi, observou:

“As casas da vila do Conde Crespi são atualmente todas (menos uma) propriedade particular; seus moradores são na maioria operários ou operários aposentados. As antigas lutas operárias não são mais do que uma dimensão histórica, marcando um passado sofrido, porém, superado. Há uma sensível visão de que não se mora numa vila, mas numa travessa, numa rua, indicando que se mora não numa casa de propriedade do dono do trabalho, mas numa porção de cidade que foi conquistada através da propriedade privada.” (BLAY, 1985, p. 281)

Essa alteração de percepção, de “vila operária” para uma “porção de cidade” contribuem para a análise deste caso desde que compreendamos que a função do trabalho enquanto valor se alterou ao longo do tempo. Antes o trabalho era o que o vinculava ao direito à moradia, agora o trabalho é o que o vincula ao direito de propriedade.

Estas questões são abordadas por Nascimento (2021) como uma agenda de pesquisas que relaciona habitação social e patrimônio cultural, provocada pelos usos cotidianos de habitações modernas. Os estudos de Blay (1985) e Bosi (1979) são clássicos estudos brasileiros que realizaram o esforço de compreensão dos sentidos de vida a partir de memórias de trabalhadores em relação ao trabalho e a moradia, relacionam-se diretamente com a pesquisa desta dissertação por enfocarem trabalhadores industriais urbanos e moradores de vilas operárias, dando condições para a percepção da profundidade das vivências na construção de referências culturais das pessoas.

Contudo, segundo Nascimento (2021) esses conjuntos, hoje incorporados ao tecido urbano, são pouco apropriados como parte da história social do trabalho e do trabalhador, assim como é ainda incipiente a compreensão sobre a participação dos sujeitos sociais na história da habitação e os espaços de moradia em transformação. São, talvez, estas lacunas que explicam as contradições que observamos no percurso do tombamento das casas da Brasital.

A propriedade garantiu aos moradores o direito de construir para si um espaço de vivência mais “particular”, de apropriar-se dele em termos físicos. Podemos entender essa mudança de interpretação com raiz nas alterações das relações de trabalho. Mas esta interpretação também não significa que não haja nenhuma ideia de coletividade, pois ela foi prontamente acionada quando da necessidade de posicionamento frente ao órgão de preservação. E todas essas experiências individuais constroem o posicionamento dos sujeitos sociais, sendo um dado e também influenciados pelo campo do patrimônio.

Não nos cabe questionar se o direito de propriedade é, ou não, legítimo enquanto postura para posicionar-se contra um tombamento, mas entender em que medida ele é

acionado. A liberdade individual e a ideia de desvinculação daquela porção de cidade com o passado industrial apresenta porosidades se pensarmos na própria experiência de visita ao local. Em São Roque os espaços destinados ao turismo não estão localizados no centro da cidade, onde estão a Brasital e as residências em questão. Durante as visitas à cidade passar pelas ruas nunca foi uma ação “invisível”, sempre havia uma espiada pela janela demonstrando curiosidade sobre quem seria aquela desconhecida.

Os moradores se conhecem, conhecem a história das casas pela sucessão de proprietários, conhecem os usos e costumes atuais. Assim como Nascimento (2021) observou para os conjuntos residenciais modernos, as construções identitárias no conjunto de casas construídas pela Brasital na primeira metade do século XX, antes mobilizadas pelo trabalho operário, hoje constroem-se de outra forma, os elos com o passado existem, mas há uma série de outras ligações que não podem ser negligenciadas. Resta-nos questionar, quais trabalhadores pretende-se contemplar com o tombamento da forma como foi previsto?

Assim como Nascimento (2019; 2021) percebeu, o patrimônio venal faz parte das construções de sentido no presente, assim como o afetivo e cultural. A ideia de propriedade privada expressa pelos proprietários passou a ser entendida pelos técnicos do patrimônio como a expressão de uma individualidade ou de certo, “egoísmo”, em entender o valor das casas apenas por critérios econômicos, em um processo de deslegitimação de seu posicionamento. Por outro lado, essa característica é entendida por Nascimento (2021) como um fator imprescindível no que diz respeito ao patrimônio da habitação atualmente.

O papel das instituições municipais tendo como foco as consequências da inoperância do Conpreha também devem ser considerados. Esta lacuna foi retomada por MB ao demonstrar indignação sobre o fato de o conselho não existir enquanto para apoiá-los ou, ao menos, orientá-los,

“Nem o Conpreha tá formado ainda. Faz uns dois, três anos que vou lá para saber, porque nós queríamos que para tomar o imóvel da cidade o Conpreha fosse favorável. Mas nem isso tem. Tá tudo errado!” (informação verbal)⁷³

Embora a Brasital permeie a história da cidade e já tenha feito parte de processos que ratificam seu valor de patrimônio para a municipalidade, não recebe nenhuma proteção oficial em nível municipal. Segundo Paulo Mazzaro deve-se associar a ausência da instância municipal aos interesses políticos das prefeituras. Durante os anos 2013 a 2016, na gestão do prefeito Daniel de Oliveira Costa (PMDB), a prefeitura esteve mais alinhada à ideia de preservação do patrimônio e dispunha-se a contribuir com o trabalho no Condephaat (informação verbal).⁷⁴

⁷³ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2021.

⁷⁴ Entrevista concedida à autora em 24 de setembro de 2020.

Em 2014 foi viabilizado o restauro da cobertura e pisos de uma parte dos salões da Brasital. Esperando que o tombamento em nível estadual contribuísse com a destinação de verba, representantes da prefeitura começaram a articular-se com os técnicos do Condephaat, porém como o processo andou muito devagar, acabaram buscando recursos do DADE. Em 2015 aconteceu a “I Conferência Municipal sobre Educação Patrimonial” com o tema “Educação Patrimonial – Uma proposta para a preservação do meio ambiente histórico-cultural do município”, quando foram convocados todos os interessados no patrimônio cultural da cidade e aqueles que tinham projetos voltados para a educação patrimonial.⁷⁵ Segundo Paulo Mazzaro este evento teve o objetivo de criar condições para que os cidadãos são-roquenses propusessem melhorias para o patrimônio cultural da cidade, e formar mão de obra local especializada para realizar intervenções físicas (I CONFERÊNCIA MUNICIPAL..., 2015).

Neste período o arquiteto da prefeitura que, teoricamente, fazia parte do Conpreha, intermediou a relação entre Condephaat e moradores/proprietários. Porém na gestão seguinte, de Cláudio Góes (PSDB, 2017-2020), não foi dada tanta atenção ao patrimônio e a proposta dos cursos de educação patrimonial não foi levada adiante. Segundo Paulo Mazzaro esta descontinuidade prejudicou o andamento da relação entre o Condephaat e os moradores/proprietários, pois a própria prefeitura não estava interessada em pensar incentivos fiscais para os proprietários e nem em criar condições para intermediação, como, por exemplo, tornar o Conpreha ativo (informação verbal).⁷⁶ Teria sido esta uma estratégia municipal para refrear o andamento do processo?

Outro reflexo foi a pouca participação de servidores públicos municipais durante as Oficinas de Patrimônio organizadas pelo Condephaat em 2017. Ainda que antes das Oficinas tenha sido realizada uma reunião em que estiveram presentes as técnicas Deborah Neves e Adda Ungaretti, e representantes municipais, o então Vice-Prefeito José Weber Macedo, a Diretora da Divisão de Cultura, Mari Dineri Moraes, o diretor de Desenvolvimento Econômico, Esporte, Turismo e Lazer, Márcio Feltrin, o Chefe da Divisão de Turismo, Maurício Vasconcellos, a Chefe da Divisão de Educação, Gabriela Alonso, a Chefe da Divisão de Promoções e Eventos, Marina Ribeiro, e um representante da equipe de Manutenção da Brasital, na ocasião das Oficinas não houve comparecimento de nenhum representante da prefeitura (CONDEPHAAT, Processo n.º 59254, 2009). Assim, a relação entre técnicos e moradores/proprietários tornou-se conflituosa não somente por incompatibilidade de interesses, mas pelo processo de interação ter sido pontual e pouco aparelhado. Além de São Roque não possuir órgão de patrimônio ativo, o Condephaat vem sendo enfraquecido, com equipe técnica reduzida e sobrecarregada, dificultando processos de construção coletiva de preservação.

⁷⁵ Contou com a participação de Valéria Rossi Domingos, vice-presidente do Condephaat à época, da museóloga Karina Alves Teixeira, do prefeito Daniel de Oliveira Costa, membros do Conpreha, vereadores e diretores dos departamentos da Prefeitura de São Roque.

⁷⁶ Entrevista concedida à autora em 24 de setembro de 2020.

Nesta prática expressou-se o que é considerado um dos principais nós do tombamento, que é lidar com uma negativa dos proprietários. A educação patrimonial, defendida como um dos grandes avanços do patrimônio neste período, é valorizada enquanto representativa de experiências positivas. Mas o caso da Brasital suscita questionamentos. Qual o limite entre a participação social e a ação do Estado? Quais as razões para o posicionamento tão resistente e combativo dos moradores/proprietários? As oficinas de patrimônio teriam chegado tarde ou não foram suficientes? Porque os moradores/proprietários não viram no tombamento uma vantagem?

Em um artigo para o Dossiê Especial sobre educação patrimonial produzido pelo CPC USP em 2019, Scifoni (2019) problematiza a educação patrimonial vista como tábua de salvação. Teria sido esta a expectativa dos técnicos no caso da Brasital? O tombamento da Vila Maria Zélia, entendido como um dos primeiros a reconhecer o lugar de habitação operária como patrimônio é um exemplo do que Scifoni (2017) diz que a renovação conceitual da década de 1980 não se realizou completamente porque os procedimentos e gestão do patrimônio continuaram ocorrendo de forma discricionária, ou seja, “de cima para baixo”. Isto gerou relações conflituosas entre moradores e órgãos de preservação em que uma das questões era a falta de esclarecimento sobre o significado do tombamento.

As “Oficinas de Memória Vila Maria Zélia” foram decorrentes de uma ação civil pública por parte do Ministério Público Estadual, em que deliberou-se que os órgãos de patrimônio deveriam realizar um processo de recharacterização participativa na Vila (SCIFONI, 2017). Ocorreu em 2015, como uma iniciativa de construção de caminhos para gestão compartilhada do patrimônio por meio da aproximação entre as instituições de preservação do patrimônio e os moradores do conjunto tombado, para a qual foram utilizadas estratégias de ação que fazem parte do campo da educação patrimonial.⁷⁷ Segundo Scifoni (2017),

“Partiu-se do pressuposto de que a salvaguarda deste patrimônio operário e do trabalho da cidade de São Paulo somente se efetivaria com o envolvimento de seus moradores, em um processo horizontal, dialógico e participativo” (SCIFONI, 2017, p. 186)

Segundo Neves e Zagato (2018) este trabalho foi importante por aproximar o poder público aos cidadãos, indicando mudança de comportamento do GEI em lidar com tombamentos nos quais estão envolvidos muitos atores. Segundo Zagato, a partir dessa experiência os técnicos começaram a buscar meios de construir processos mais participativos, como foi o caso de São Roque. Neves relata que houve esforço em construir um processo aberto e participativo com os

⁷⁷ Participaram Deborah Neves, Elisabete Watanabe e Carolina Soares (Condephaat), Raquel Contier e Dulcilei Cipriano (DPH), Louise da Silva e Doris Lenate (Associação Cultural Vila Maria Zélia), Luis Marques (Grupo XIX), Simone Scifoni, Jordi Ximenes, Fernanda de Almeida e Samiyah Becker (Geografia USP), Sandra Marciano e Thais de Souza (Instituto Memórias do Brasil) e Marcella Eiras, Lana Santa'Ana e Andreia Deodato (Cidade Paralela) (SCIFONI, 2017).

proprietários em São Roque, mas que estas ações não lograram êxito, causando frustração tanto aos moradores/proprietários, quanto aos técnicos.

Ao analisarmos o processo é possível notar que as estratégias de aproximação não compuseram uma metodologia de trabalho desde o início do processo, ou seja, não se tratou de um inventário participativo, até mesmo porque esta prática começou a ser incorporada no Condephaat posteriormente. Essas oficinas em São Roque foram uma das primeiras experiências da área técnica. O exemplo do tombamento do Centro Histórico de Iguape e dos Bens da Imigração Japonesa em Registro e Iguape, amplamente celebrados como uma das principais experiências de educação patrimonial já realizadas, estava acontecendo naquele momento, permeado de tensões, e somente após a finalização, com reflexões críticas das técnicas (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015b) e estudos acadêmicos como o de Catherina Pissato (2017), José Antônio Zagato (2017) e Danilo Pereira (2018) que se pode ter maior noção da dimensão deste caso como uma experiência de sucesso para o campo do patrimônio como um todo.

Através da experiência com a Vila Maria Zélia podemos também perceber quanto o caso da Brasital demonstra superações e permanências em relação às práticas de tombamento de décadas anteriores. Embora se tratem de indústrias e vilas operárias construídas em períodos semelhantes, a visada historiográfica sobre a Brasital e a vila operária foi diferente daquela estabelecida para a Vila Maria Zélia, mas as ações posteriores aos tombamentos parecem ter ocorrido como um rescaldo, pois nos dois casos os moradores não viram no patrimônio uma vantagem.

O impasse entre buscar compreender as motivações dos moradores/proprietários em não querer que suas casas sejam tombadas e a afirmação do patrimônio como direito difuso representa os limites e desafios de atuação do órgão atualmente. E indica a ainda necessária mudança de lógica de pensamento sobre o patrimônio não para aquilo que os objetos representam, mas por sua natureza enquanto referência cultural. Compreendendo este conceito como capaz de conferir aos sujeitos sociais o foco das construções de valores de patrimônio, como aqueles de onde partem os valores e para quem as práticas se destinam (FONSECA, 2000).

Pensar na forma como os sujeitos sociais elaboram os sentidos do passado face ao presente e quais são suas referências culturais seria uma forma de construção coletiva sobre o patrimônio. Porque foi a partir da forma como estas pessoas relacionaram-se com suas casas que permitiu que elas chegassem ao presente da forma como estão, isso é um dado para a preservação. E assim como Nascimento (2019) observou para os moradores dos conjuntos habitacionais modernos, interessa pensar a preservação a partir de vínculos de memória e pertencimento com espaços de moradia estabelecidos pelos moradores, entendidos como protagonistas.

A compreensão do patrimônio tombado como algo que está em um nível superior ao da vida cotidiana presente no posicionamento dos moradores/proprietários expressam a histórica ausência de interação dos órgãos de preservação com as populações locais. É sabido que a prática cotidiana do órgão, com seus desafios teóricos e práticos oferece uma série de barreiras a este tipo de análise, e é justamente a partir dessas escolhas, como um dado sobre a atuação no campo, que podemos refletir sobre como, e se, tem sido possível incorporar aspectos do cotidiano dos trabalhadores ao patrimônio. Segundo Nascimento (2021) o desafio para a salvaguarda de habitações está na medida que necessitam práticas de gestão pautadas no envolvimento direto do Estado em ações dialógicas com moradores na construção coletiva de sentidos e significados. Através do relato de MB isto não parece ter acontecido,

“Falamos do caso dela lá no conselho [proprietária notificada] [...] Os conselheiros, os membros pensam que são os senhores da terra. Eles sentam e você tem medo até de olhar na cara deles. Aquela mesa comprida, ficou eu aqui, Niltinho aqui, presidente aqui, muito mau educado! A gente falando, um não olhando na cara do outro. Não tão nem aí com a coisa. [...]”

Aí na outra reunião eu perguntei para a Deborah, você apresenta o que é discutido aqui lá em São Paulo, transfere para eles o nosso parecer? Porque dá impressão que não, porque chega lá e tá tudo bem, tudo bonito” (informação verbal)⁷⁸

Este caso explicita a necessidade de superação da ideia de que para preservar o patrimônio deve-se conhecê-lo (SCIFONI, 2019), e que as Oficinas de Educação Patrimonial tem a “missão” de sensibilizar o olhar, conscientizar para a preservação, ou difundir conhecimento. De acordo com Scifoni, “A casa do trabalhador muda no tempo, assim como mudam a sociedade, o trabalho e o próprio trabalhador” (2017, p. 189). Suas considerações sobre os moradores da Vila Maria Zélia em muito encontram as inquietações sobre o caso de São Roque. Podemos considerar que as residências eram patrimônio do trabalhador operário quando eram destinadas a esse grupo social, e ainda se mantém como patrimônio do trabalho, pois é fruto do esforço de quem lá vive atualmente.

Provocados pela crítica de Nascimento (2021) sobre a salvaguarda da domesticidade e os aspectos internos das residências, frente à forma como o patrimônio da habitação social moderna tem sido, ou não, realizado, somados às diretrizes propostas para a preservação das casas, que recaí sobre aspectos físicos de implantação, volumetria, aberturas e revestimentos externos, observamos ainda mais a tendência à predominância da visão monumentalista sobre os objetos, ainda que em sua interpretação teórica esses valores tenham sido cotejados com os aspectos sociais de vivência de trabalhadores operários. E em compreender dessa forma, ressalta que a legitimação das novas formas de morar tensiona as intenções de preservação, como é o

⁷⁸ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2021.

caso da Brasital. O que associa-se à necessária vinculação da proteção ao planejamento, compreendendo como parte de uma política pública.

Podemos questionar quais alternativas práticas - incentivos fiscais, principalmente - foram oferecidas aos proprietários após as oitivas. Na reunião realizada em fevereiro de 2020, a única questão apresentada pelo conselheiro Victor Hugo Mori foi a falta de informações sobre a arquitetura das casas a serem tombadas, nesta ocasião não houve discussão sobre o posicionamento dos moradores/proprietários. No que diz respeito aos incentivos financeiros MB disse,

“Nós não temos benefício nenhum. Estavam estudando, na segunda reunião que nós fomos, um abatimento no IPTU. Sabe quanto é meu IPTU aqui? 200 e pouco por mês, sabe quanto eles iam dar de desconto? 20%, é irrisório. Então... estava em estudo ainda. Não tem jeito! Vantagem para nós, moradores, não tem nenhuma [...]” (informação verbal)⁷⁹

Suas preocupações financeiras são válidas e demonstram que seria fundamental buscar saídas no Plano Diretor Municipal como instrumento de gestão de interesses públicos e privados. A questão do incentivo ao patrimônio e aos proprietários é tema comum que permeia muitas tensões e reflexões atuais. Segundo Sônia Castro (2010) o tombamento é um ato administrativo que confere à área envolvida a necessária articulação de interesses superpostos em relação aos municípios. Quais seriam os instrumentos que a municipalidade, como a instância responsável pelo planejamento urbano segundo o Estatuto da Cidade, poderia lançar mão e se responsabilizar?

O caminho que a administração municipal oferecia até a última gestão era de apoio em não tombar, resta saber como será a atual. Como trabalhará na garantia dos interesses públicos, no qual se engloba o tombamento, e dos privados, no qual se englobam o uso e a fruição, para o qual devem ser previstos direitos a incentivos fiscais como abatimento ou isenção de IPTU, transferência do potencial construtivo, compreendido por Castro como um "instrumento poderoso de compensação, e redistribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização, que muito ajudará na preservação do patrimônio imobiliário urbano [...]” (CASTRO, 2010, p. 48)

O desconhecimento das questões operacionais sobre este ato administrativo criou o estado de alarme, uma saída seria aproximar da administração municipal as competências burocráticas, como o exame e aprovação de projetos e licenciamento, que é um dos pontos de insatisfação dos entrevistados para esta pesquisa em explicitar revolta com o que já imaginam que seja um longo caminho de espera para a aprovação de um projeto.

⁷⁹ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2021.

Em conversa com Elisabete Watanabe ficou claro que os membros da UPPH e do conselho tomaram conhecimento destas insatisfações, e como forma de defesa comentou sobre outras limitações intrínsecas à propriedade privada, como a necessária aprovação de projeto de reforma na instância municipal, para qualquer edificação (informação verbal).⁸⁰ Mas de todo modo a desburocratização, maior agilidade e simplificação do nível de exigências por parte dos órgãos de preservação, auxílio às obras e clareza prévia de critérios para a conservação, como pontos indicados por Castro (2021), são fatores que contribuiriam com a compensação.

Não parece haver, entre os proprietários em São Roque, intenção de demolição das casas para construção de edifícios em altura, nem mesmo pressão imobiliária para isto, mas sim reflexos dessa interpretação sobre o tombamento como instrumento oneroso ao proprietário, principalmente por passarem a ser responsabilizados pela conservação adequada de seus imóveis protegidos. Este fato é entendido por Castro (2021) como uma desigualdade na distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização por contradizer uma das diretrizes do Estatuto da Cidade que impõe justamente a distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização.

Em 2005 houve a revisão do Plano Diretor Municipal de São Roque, elaborado em 1998. O perímetro urbano foi dividido em macrozonas urbanas, dentro das quais determinadas áreas de especial interesse. A partir do mapa de “Macrozonas de Consolidação Urbana”⁸¹ observamos que as residências da Vila Aguiar estão inseridas na “Zona Urbana Residencial de Baixa Densidade” (ZUR-bd), enquanto que a Brasital e as residências da rua Pedro Conti estão na “Zona Urbana Central”. E a partir do mapa de “Áreas de Especial Interesse” é possível notar que a área onde estão as casas não recebem nenhuma indicação, diferentemente da área da Brasital, inserida na “Especial Interesse Ambiental”.

A “Zona Urbana Residencial de Baixa Densidade” (ZUR-bd) refere-se a uma área predominantemente residencial com ocupação homogênea no que diz respeito ao padrão das edificações e tamanho dos lotes, o que confirma nossa observação sobre o conjunto em questão. Não estão inseridas, por exemplo, na “Zona Urbana Residencial de Alta Densidade” (ZUR-ad) para onde está previsto padrão de ocupação mais denso. É ainda importante apontar que o tipo de preservação previsto corresponde à proteção ambiental, com indicação da “Zona Urbana de Preservação Ambiental”, dentro das “Macrozonas de Consolidação Urbana”, em função da preservação paisagística da área urbana, sendo vedado qualquer parcelamento do solo, na qual não se insere a Brasital. Esta, por sua vez, foi inserida na “Zona Urbana Central”, que compreende a área central da cidade com destinação predominante de comércio, serviços e indústrias. Há

⁸⁰ Entrevista concedida à autora em 26 de agosto de 2020.

⁸¹ A “Macrozona de Consolidação Urbana” corresponde à porção de território municipal com áreas de ocupação urbana densa, inclui setores com concentração de população residente e investimentos em infra-estrutura já executados, onde deve ser estimulada a ocupação de áreas efetivamente urbanizadas e não edificadas, e promover a melhoria de áreas já ocupadas por meio de complementação da infra-estrutura e saneamento básico (SÃO ROQUE, 2005).

ainda indicação de um corredor de verticalização, a “Zona Urbana Corredor de Verticalização”, que compreende a avenida Antonino Dias Bastos e avenida John Kennedy, na área central da cidade, o que confirma que não há pretensão de verticalização na área das residências (SÃO ROQUE, 2005).



Figura 17. Vista atual do conjunto de residências da Vila Aguiar.

Fonte: Foto da autora, 2019.

Segundo o Plano Diretor municipal, a Transferência do Direito de Construir (TDC) é autorizada a proprietários de imóveis situados em zonas de preservação ambiental, e também daqueles destinados à preservação por interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural, mas como as residências não estão em área onde foi previsto mais alto potencial de uso, o valor que receberiam com a TDC não seria vantajoso, o que justifica a solicitação de indenização.⁸²

A indenização é apontada por Castro (2021) como uma solução comum, como ocorreu no caso da Casa Warchavchik em que a desapropriação do imóvel foi a saída encontrada em nível estadual. Entretanto esses instrumentos são questionados pela autora por representarem ou ratificarem a desigualdade do processo de urbanização, pois, em interpretação mais alargada, é uma forma de o poder público expressar concordância com o tombamento como instrumento oneroso aos proprietários, invertendo “as conquistas jurisprudenciais de décadas, pelas quais foi considerado o entendimento da não indenizabilidade da proteção cultural ou ambiental” (CASTRO, 2021, p. 203).

⁸² O agravamento desta situação é apontado por Castro (2021) sobretudo em entender que esses mecanismos compensatórios são contornos do problema principal, a desigualdade no tratamento urbanístico da cidade, baseado no maior e melhor uso do potencial fundiário, que mantém a profunda diferença de preço entre imóveis tombados e não tombados. Indica a Outorga Onerosa do Direito de Construir como o melhor instrumento de planejamento que minimizaria os conflitos de interesses públicos e privados quando diz respeito à preservação do patrimônio imobiliário urbano (CASTRO, 2021).

Refletir sobre se estão certos os técnicos ou os moradores/proprietários não é vantajoso porque coloca em oposição dois grupos de agentes fundamentais na preservação do patrimônio. As considerações aqui apresentadas questionam as narrativas e tomadas de decisão de ambos os lados, de forma a não corroborar o senso comum de que os proprietários são “antagonistas do patrimônio”, ou que os técnicos atuam de forma autoritária. Conforme observou Nascimento (2021) a dimensão da habitação é um dos elos frágeis do patrimônio por algumas razões, pela oposição entre interesses públicos e privados, construída a partir de interesses de cada parte, e pelas dificuldades de interpretação conceitual sobre a passagem do tempo como parte da condição de existência desses espaços, justamente por estarem em uso.

O posicionamento dos proprietários reflete a política atual de desmonte do papel do Estado, de deslegitimação do papel dos órgãos de preservação de atrelar o desenvolvimento à renovação e a renovação à destruição do antigo, sendo o tombamento um vilão do crescimento e instrumento de desvalorização imobiliária. Há de se considerar que são recorrentes os processos de demolição desses conjuntos considerados de “arquitetura menor”, cotidiana, menos importante, sem excepcionalidade, em função da “renovação da cidade”. A situação atual das residências e também da Brasital demonstram que a preservação não decorreu do tombamento, mas sim de seus usos e apropriações ao longo do tempo, condições que abrem caminho para pensar em possibilidade de preservação sem este instrumento. Entretanto, não podem servir de justificativa para sua deslegitimação.

Por fim, há de se considerar a potência do discurso oficial sobre o patrimônio industrial. Nenhum dos agentes envolvidos com este caso questiona o valor arquitetônico, monumental, histórico, e memorial dos antigos espaços produtivos da Brasital pela via da excepcionalidade. Enquanto que espaços que serviram de moradia dos trabalhadores suscitam tensões. Falas como “a Brasital tem que ser tombada, ela sim é patrimônio”, são recorrentes entre os entrevistados. Demonstram a permanência da ideia tradicional de patrimônio como relativo a bens do passado, representativo de narrativas gloriosas de grandes figuras históricas, de períodos específicos, expressão de uma cultura erudita e, atualmente, voltadas a usos culturais.

O que parece ocorrer é que para as residências seria necessário um processo mais longo de construção narrativa, enquanto que a Brasital já é, em si, patrimônio. A ela também seria necessário um processo ampliado de atribuição de valores do trabalho, como buscou-se fazer para as residências. Sua função como tecelagem predomina sobre uma compreensão ampliada sobre todos os processos pelos quais passou para chegar hoje da forma como está. Essa problemática lateraliza a discussão sobre locais de produção como espaços de representatividade dos trabalhadores, no sentido de superar e questionar a narrativa celebrativa do poder econômico e romantizada sobre o trabalho.

2. Patrimônio industrial e os trabalhadores migrantes

A Companhia Nitro Química Brasileira

2.1. Memórias e identidades do trabalho no patrimônio municipal de São Paulo

2.1.1. A Nitro Química como referência e o tombamento como recurso

A Companhia Nitro Química Brasileira⁸³ foi uma indústria química instalada em 1935 em São Miguel Paulista, bairro da zona leste da cidade de São Paulo. A oferta de trabalho atraiu milhares de trabalhadores e suas famílias para um bairro cuja infraestrutura urbana restringia-se a um pequeno território no entorno da Capela de São Miguel Arcanjo, a empresa lançou mão do sistema assistencialista construindo vilas operárias e equipamentos de saúde, esporte, lazer e educação para os funcionários, compondo parte fundamental da identidade do bairro por, aproximadamente, 50 anos. Em virtude de crises econômicas e das transformações do capital, da indústria e do trabalho desde a década de 1980, a empresa passou por transformações que alteraram a existência física e simbólica da indústria no bairro, alertando aqueles que tiveram suas vidas atravessadas pelo trabalho para uma possível perda desta referência.

As transformações da cidade de São Paulo nos anos 2000 representadas pelo avanço da fronteira imobiliária sobre antigos espaços industriais, alertaram alguns setores da sociedade em São Miguel Paulista para uma possível demolição dos edifícios da Nitro Química e a utilização do espaço para um novo empreendimento. Em 2001 a Nitro Química possuía 18 mil m² de área construída desocupada, com instalações industriais abandonadas e sujeitas à demolição. Em razão da falta de informações sobre o futuro da área, formou-se o Fórum pela Preservação da Nitro Química, composto por membros da Associação dos Trabalhadores Aposentados Químicos e Plásticos de São Paulo, professores vinculados ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), ao Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), e moradores da região, com o objeto de posicionar-se contra o estado de abandono e demolições que vinham ocorrendo aos equipamentos industriais (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

Em março de 2003 este grupo entregou ao DPH um pedido de tombamento para o Complexo Industrial da Companhia Nitro Química Brasileira. O pedido mobilizou o conjunto da antiga indústria por seu valor histórico, interpretando-a como patrimônio industrial,

⁸³ Neste trabalho utilizaremos o termo Nitro Química, como é popularmente conhecida.

reconhecendo os trabalhadores como responsáveis pelo progresso da indústria e do bairro.⁸⁴ A preocupação com o destino da fábrica e do terreno foi expressa através da proposta de transformação dos antigos equipamentos fabris em espaços culturais, tomando como exemplo os casos do Sesc Belenzinho, Sesc Pompeia e da Fábrica Adamastor em Guarulhos⁸⁵.

“Durante mais de 67 anos, milhares de trabalhadores vindos de todas as regiões do Brasil e de vários outros países se empregaram nessa indústria. A maioria deles instalou-se em São Miguel e firmemente ajudou a construir o progresso desta região da cidade. A Nitro, como carinhosamente chamada, foi durante anos a maior indústria de São Paulo, e uma das maiores do país, chegando a possuir 9.000 trabalhadores. Seu conjunto arquitetônico é exemplo de uma fase decisiva da industrialização brasileira e possui valor simbólico de enorme importância. [...] Assim, acreditamos que a preservação da Nitro Química, fundamental para a memória da cidade, poderia e deveria ser acompanhada de uma ampla discussão sobre a transformação em um espaço cultural, educacional e comunitário que possa ser amplamente utilizado não apenas pela comunidade são-miguelense, mas por toda a população de São Paulo” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fls. 3 e 4)

O historiador Paulo Fontes foi figura chave nesse processo. O desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado sobre a Nitro Química lhe possibilitou articulação com grupos sociais locais e participação no Fórum pela Preservação da Nitro Química, sendo um dos principais redatores da carta enviada ao DPH. Em paralelo, Fontes colaborou com a formação do Comitê Brasileiro do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), que ocorreu no início dos anos 2000. Por isto, notamos que a carta recupera o olhar desenvolvido pelo historiador a partir de seus estudos em história do trabalho (FONTES, 1997; 2008b), assim como interpreta o objeto como patrimônio industrial.

Segundo Fontes, a mobilização para o tombamento partiu de uma compreensão do patrimônio industrial como patrimônio do trabalho, da experiência e sociabilidade dos trabalhadores como uma forma de articular o patrimônio ao universo dos trabalhadores. Salientou ainda que o contexto político, com a prefeitura gerida por Marta Suplicy (PT,

⁸⁴ Datada de 11 de março de 2003, a carta é assinada por 12 representantes de instituições e moradores do bairro e da região leste da cidade, João Kleber Souza (professor, na época diretor do Sindicato dos Profissionais do Ensino Municipal (SINPEEM), conselheiro Regional da APEOESP, e morador da região), Andréia de Lima (professora, na época diretora do SINPEEM e moradora da região), José Cecílio Irmão (na época presidente da Associação dos Trabalhadores Aposentados Químicos e Plásticos de São Paulo), Idevanir de Souza (na época Secretário da Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Daniel Pires de Carvalho (morador de São Miguel e ex-funcionário da Nitro Química), Paulo Fontes (historiador, na época professor doutor da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo) (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

⁸⁵ O Sesc Belenzinho, projetado pelo arquiteto Ricardo Chahin em 1996, foi construído no antigo espaço onde se instalava a tecelagem Moinho Santista. Instalada em 1934, as atividades da fábrica foram finalizadas nos anos 1980 e as instalações do Sesc inauguradas em 1998 (CINCO CURIOSIDADES SOBRE..., 2015). O Sesc Pompeia, projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi em 1976, é decorrente do projeto de reutilização de parte de edifícios industriais onde funcionou a Indústria Brasileira de Embalagens. Em 1986 foi inaugurado centro de lazer (TOMBAMENTO DO SESC POMPEIA..., 2015). A antiga fábrica de Casimiras Adamastor, em Guarulhos, iniciou suas atividades em 1946 e funcionou até 1980. Em 2000 as antigas instalações foram tombadas em nível municipal e em 2003, a partir de projeto do arquiteto Ruy Ohtake, foi transformada em Centro Educacional e Cultural. Disponível em: <<http://grucultura.guarulhos.sp.gov.br/espaco/13241/>>. Acesso em 24 jan. 2020.

2001-2005), bem como a composição do DPH no início dos anos 2000, representavam um quadro que parecia sensível ao tema (informação verbal).⁸⁶

Após oito anos em discussão no DPH, em 2012 alguns remanescentes da Nitro Química foram reconhecidos como patrimônio cultural pelo Conpresp. Os valores considerados foram a importância histórica da fábrica no crescimento e urbanização do bairro, como marco no processo de industrialização da cidade, a importância econômica, social e cultural dos conjuntos industriais e elementos arquitetônicos, entendidos como patrimônio industrial, e o valor paisagístico de alguns elementos constitutivos da fábrica como marcantes na paisagem histórica do bairro.

Antes deste, a Capela de São Miguel Arcanjo era o único bem tombado em São Miguel Paulista, reconhecida pelo Iphan, em 1938, pelo Condephaat, em 1974 e pelo Conpresp, em 1991. Valorizada oficialmente enquanto patrimônio industrial, a Nitro Química representou a ampliação do objeto e do período temporal em relação ao bem reconhecido anteriormente. Mas a potência do discurso oficial sobre a industrialização, bem como os valores sociais e memoriais obscurecidos ao longo do processo de reconhecimento oficial merecem análise aprofundada pois trata-se de um exemplar de indústria do período nacional-desenvolvimentista, localizada fora do núcleo industrial paulistano consolidado entre o final do século XIX e o início do XX, que passou e passa por processos que ora se assemelham ora se diferenciam da trajetória de outras antigas áreas industriais na cidade.

2.1.2. Trabalho e trabalhadores industriais nas práticas municipais de preservação

A memória do trabalho entendida como parte dos direitos sociais a serem reconhecidos e implementados pelo Estado teve lugar significativo nas ações municipais no campo da cultura e do patrimônio entre a década 1980 e início dos anos 1990. As transformações ocorridas nas cidades ao longo das décadas de 1960 e 1970, e os movimentos no sentido de ampliação do conceito de patrimônio criaram panorama favorável para a criação do órgão e conselho municipais de patrimônio em São Paulo⁸⁷, em que reivindicações por direitos como parte do processo de redemocratização refletiram na necessidade do município aproximar-se de questões particulares (TOURINHO; RODRIGUES, 2016).

A busca por ampliação das ações de preservação em São Paulo a partir da dimensão urbana foi respaldada pela conformação do conceito de patrimônio ambiental urbano (TOURINHO; RODRIGUES, 2016) como capaz de responder às novas demandas conceituais e práticas do patrimônio. Para Ulpiano Meneses este conceito foi criado com o objetivo de

⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 30 de agosto de 2019.

⁸⁷ Para além da metrópole paulista, a municipalidade e temas ligados ao patrimônio urbano suscitou reflexões como a de Flávia Brito do Nascimento (2018b) sobre o Corredor Cultural no Rio de Janeiro, de Moisés Soares (2017), sobre as políticas patrimoniais e de planejamento urbano do centro antigo de Curitiba, e de Ana Lúcia Meira (2004), sobre políticas públicas e participação dos cidadãos em Porto Alegre.

qualificar a compreensão sobre o patrimônio como um artefato, um conjunto de “coisas físicas produzidas pelos homens, ou a natureza transformada em objeto da ação cultural, incorporada pela vida urbana” (MENESES, 1978, p. 45). O “patrimônio ambiental urbano” permitiria que aos bens se atribuísse sentido não por si mesmos, mas pelas relações entre a paisagem, o espaço e a apropriação social que lhe dão suporte, conferindo dimensão histórica e sociológica para o patrimônio. A questão territorial, ambiental, a memória social, a ideia de preservação como decorrente da resistência e apropriação, o patrimônio como um direito e a associação entre os campos do planejamento e do patrimônio eram pautas colocadas em discussão através deste conceito (TOURINHO; RODRIGUES, 2016).

Este tema foi e tem sido objeto de reflexão de Andrea Tourinho e Marly Rodrigues (2016), Paula Andrade (2012), Vivian Barbour (2017), Mariana Tonasso (2019) e Claudia Muniz (2020). Embora tenha tido curta trajetória, os discursos envolvidos com o tipo de preservação que defendia ainda são pertinentes na busca por maior proximidade entre as práticas de preservação e as demandas sociais para o reconhecimento de outras identidades. Segundo Muniz (2020) interpretar a preservação a partir do conceito de patrimônio ambiental urbano significava pensar o equilíbrio entre as edificações, os usos, a infraestrutura urbana, a paisagem natural e a população, com o objetivo da qualidade de vida. Quando associado ao tombamento, o conceito explicitou os desafios do instrumento em abranger as dimensões ambiental, urbana e social, para além da arquitetônica, tornando necessária a concepção de outros instrumentos. Nesse sentido, os inventários foram utilizados como uma possibilidade no campo da preservação, por sua aproximação com a escala urbana e questões de ordem social.

Municipalmente, as mobilizações sociais em busca de direitos à memória e à cidade refletiram na forma como o DPH atuou desde 1975 quando foi criado, dispondo de conceitos e instrumentos para tentar abarcar a complexidade e multiplicidade cultural da cidade de São Paulo.⁸⁸ A compreensão da dimensão urbana do patrimônio se refletiu em iniciativas de inventariação, inseridas no “Programa de Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos”, cuja proposta era abranger todo o território municipal.⁸⁹ A configuração da gestão municipal na Secretaria de Cultura, com direção do DPH pelo arquiteto Murillo Marx (1975-1981) e da Divisão de Preservação pela arquiteta Carla Milano (1975-1979), e também na gestão seguinte, com direção do DPH pela arquiteta Regina Meyer (1983-1985), gestão da Divisão de Preservação pela historiadora Maria Luísa Dutra (1983-1989) viabilizaram o projeto do “Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo” (IGEPAC), a partir de 1983 (MUNIZ, 2020).

⁸⁸ O Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) foi criado a partir de uma perspectiva de inovação das práticas que orientavam a proteção do patrimônio em São Paulo procurando atrelar as questões relativas ao ambiente urbano, e buscando superar as práticas tradicionais estabelecidas pelo Iphan e pelo Condephaat na cidade a partir da incorporação das demandas sociais.

⁸⁹ De acordo com Muniz (2020) a equipe técnica do DPH encontrou dificuldades para a execução deste Programa. Como possível motivo a autora atribuiu à troca sequencial de prefeitos e secretários da cultura entre os anos 1982 e 1983, o que pode ter gerado ausência de diretrizes e recursos orçamentários para a área da cultura.

O IGEPAC-SP foi concebido com o objetivo de consolidar um acervo documental para subsidiar políticas de preservação e planejamento urbano, dado que naquele momento a proteção legal na cidade era realizada a partir do enquadramento na Z8-200, mas também como fonte de conhecimento e base para a compreensão do que compunha o patrimônio ambiental urbano.⁹⁰ Os primeiros IGEPAC realizados foram para o bairro da Liberdade em 1983, e Bela Vista entre 1983 e 1985, em função de ameaças de transformação. Esta metodologia foi praticada até os anos 2000 para outros bairros da cidade, como o IGEPAC Luz-Bom Retiro, em 2000. Segundo Walter Pires, a proposta era começar pelos bairros do centro e ir ampliando para os adjacentes, porém com o início da atuação do Conpresp, em 1989, o tombamento de grandes áreas urbanas, a incorporação dos bens tombados pelo Iphan e Condephaat por meio de tombamentos *ex-officio* aumentou a demanda de trabalho, o que dificultou à equipe técnica prosseguir com a realização dos inventários da maneira como eram feitos até então (informação verbal).⁹¹ A partir de 1992 tornaram-se mais escassos e alguns não foram finalizados.⁹²

A metodologia que configurou o IGEPAC nos anos 1980 foi qualificada por Tourinho e Rodrigues (2016) como um louvável esforço de aprimoramento das atividades de preservação estabelecidas pelo órgão, além do objetivo embasar o planejamento urbano da cidade. Através destas fontes e reflexão sobre a aplicação dos IGEPAC é possível notar que a metodologia não consolidou-se como instrumento de proteção⁹³ e encontra limitações até os dias atuais.

As reflexões de Tonasso (2019) indicam que antes da preservação do patrimônio na esfera municipal por meio do tombamento, a instância do planejamento urbano responsabilizou-se por tais ações através da Z8-200, presente na Lei Geral de Zoneamento de 1972, implementada a partir de 1975. Através do enquadramento nesta categoria de bens e porções de território, as “manchas urbanas”, consideradas de interesse à preservação, a Z8-200 representou um instrumento de zoneamento com vistas à preservação da ambiência dos bens através de solução urbanística, demonstrando afinidade com o conceito de patrimônio ambiental urbano. A problemática em torno da aplicação da Z8-200 repercutiu em movimentações em torno do estabelecimento de um conselho municipal de preservação, com autonomia em relação ao setor de planejamento, e poder de decisão.

Em 1985 foi instituído o Conselho Municipal de Preservação (Conpresp), ativado em 1989, como decorrência de demanda do DPH a uma instância própria responsável por determinar

⁹⁰ Inicialmente, a metodologia estava prevista para 27 bairros da cidade, entre eles Liberdade, Bela Vista, Consolação, Cambuci, Santa Cecília, Mooca, Barra Funda, Sé, Pari, Brás, Belenzinho, Tatuapé, Penha, Ipiranga, Vila Prudente e Santana. O que reflete a escolha para bairros inseridos no centro expandido da cidade, com exceção da Freguesia do Ó e Santana. Na porção leste da cidade, englobava os bairros mais próximos ao centro, com limite no bairro da Penha (MUNIZ, 2020).

⁹¹ Entrevista concedida à autora em 17 de setembro de 2019.

⁹² Claudia Muniz (2020) indica que em 1992 foi realizado o Igepac Ipiranga, antes da Santa Ifigênia, realizado em 1997, e também do Luz-Bom Retiro, em 2000, e acredita que a ordem dos bairros tenha sido alterada de acordo com prioridades técnicas e políticas de diferentes gestões municipais e/ou processos de transformação urbanas significativos.

⁹³ Os IGEPAC serviram de base para determinações de tombamento, como o da Bela Vista em 2002, do Ipiranga em 2015 e do Cambuci em 2017.

tombamentos, prescindindo das instâncias federal e estadual, e do campo do planejamento. A partir de 1989 a Z8-200 deixou de ser efetiva, pois a preservação passou a ser feita por meio do tombamento, e não foram aprovados novos enquadramentos para aquela zona (TONASSO, 2019). Em 1992 todos os bens da Z8-200 foram objeto de um processo de tombamento pelo Conpresp.

Para Cíntia Rodrigues (2017), o período compreendido pelo início dos anos 1980 até 1992 foram tempos de importantes conquistas do âmbito da democracia, quando debates referentes à preservação do patrimônio despontaram no cenário social e político da capital. Segundo a autora, a formação do Conselho Municipal refletiu as propostas da prefeitura em criar uma instituição de patrimônio com estrutura mais ágil e aberta à participação da sociedade. Entre 1989 e 1992 na gestão de Luiza Erundina (PT, 1989-1992) a Secretaria de Cultura foi gerida pela filósofa Marilena Chauí e o DPH pela historiadora Déa Ribeiro Fenelon.

Em 1991 o DPH organizou um seminário denominado “O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania”, que resultou em um livro homônimo publicado em 1992. Este seminário e esta produção escrita documentam quanto a memória como ferramenta para entender as relações entre patrimônio e cidadania foram uma preocupação naquele momento. As transformações físicas das cidades em nome do progresso, intensificadas pelo avanço das privatizações, alertaram o setor da preservação para uma possível perda de valor dos espaços públicos e dos valores coletivos, assim como os vínculos com o passado (DPH, 1992).

Segundo Maria Clementina Cunha (1992) e Déa Ribeiro Fenelon (1992) o seminário teve como objetivos o debate interno sobre práticas e políticas de preservação e a discussão do próprio conceito de patrimônio. Segundo Marilena Chauí (1992) era necessário que o órgão municipal refletisse sobre suas ações para não repetir as práticas tradicionais dos órgãos estadual e federal, no sentido de questionar o caráter oficial, institucional e celebrativo da preservação.

Temas como o direito à memória, à cidade, à cidadania, o público e o privado, o mercado imobiliário, a preservação e o planejamento, o sentido antropológico de cultura, as classes sociais, os lugares de memória, a ideia da perda, o patrimônio ambiental urbano, os usos da cultura, e a preservação estiveram presentes em reflexões expostas por Marilena Chauí, Edgar de Decca, Maria Stella Bresciani, Ulpiano Bezerra de Meneses, Déa Fenelon, entre outros. Refletem a percepção da dimensão política do trabalho no campo do patrimônio, preocupação com o futuro pós-redemocratização, da memória como dimensão fundamental da cidadania, da necessidade do diálogo com os grupos sociais, e da importância de se constituir uma política cultural municipal (DPH, 1992).

A ideia de classe social, com enfoque aos trabalhadores operários, foi um dos eixos que permeou os textos, como o de Marilena Chauí e Marco Aurélio Garcia. Garcia (1992) defendeu o tema como um dos caminhos para pensar a cidadania cultural, demonstrando percepção da

ausência de questões relativas às classes subalternas - escravizados e trabalhadores livres - nas políticas públicas de patrimônio. Colocou em discussão a questão das tradições populares associando-as às experiências dos trabalhadores em momentos como as celebrações do dia 1º de Maio, entendidas como a expressão de identidades coletivas e distintas das concepções sobre identidade nacional. Segundo o autor, olhar para tais tradições seria uma forma de reequacionar a preservação da memória e das tradições populares.

O texto da historiadora francesa Madeleine Rebérioux (1992) expressou o esforço em analisar de forma inter relacionada as questões de memória, de lugar de memória e do trabalho operário. Temas em discussão naquele momento como decorrência das transformações políticas, sociais e econômicas da França pós 1989. Suas considerações expressam que a memória operária não era apenas a memória do trabalho, mas também da sociabilidade em momentos fora da fábrica, e que os trabalhadores, assim como as mulheres e os estrangeiros tornaram-se grupos de interesse. Os lugares da memória operária eram, para ela, lugares de trabalho - oficinas, fábricas, usinas -, lugares de sociabilidade - cafés e outros lugares de presença masculina - e lugares simbólicos - aqueles promovidos a símbolos por processos conscientes de militância simbólicos pela luta. Para a autora, a cultura do trabalho e a cultura militante deveriam ser interpretadas como diferentes dimensões da cultura operária.

Ao final do livro foram apresentadas resoluções do Congresso, entendidas como diretrizes para atuação do órgão, nestas figuravam a inserção direto à memória nas políticas públicas de patrimônio como princípio norteador da ampliação conceitual de patrimônio, integração dos órgãos de diferentes instâncias, democratização dos conselhos, criação de linhas de financiamento para obras de conservação e restauro, garantia da inserção do patrimônio ambiental urbano nos planos diretores, e inventários como metodologia prioritária, elaborados através de participação social (DPH, 1992).

Segundo Jaime Rodrigues (2011) a ativação do Conpresp foi fundamental para que a discussão do patrimônio se tornasse pauta da Secretaria de Cultura, oferecendo resistência aos embates que envolviam setores do mercado imobiliário, grandes proprietários particulares e os órgãos de preservação. Um deles ocorreu em torno do tombamento da Mansão Matarazzo, ao qual foi associada a instalação da “Casa de Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho” no edifício da Mansão, localizado na Avenida Paulista.

O destino da Mansão Matarazzo já havia sido pauta de discussões no Condephaat desde o início dos anos 1980, quando receberam do DPH solicitação para o tombamento. Defendendo que o tombamento não deveria proteger bens de arquitetura estrangeira, o então conselheiro Carlos Lemos opôs-se ao tombamento alegando falta de valor arquitetônico ao exemplar projetado na Itália pelo arquiteto Marcello Piacentini. Seus aspectos formais foram considerados desconectados dos padrões arquitetônicos locais. Assim, o processo foi vetado. Porém, em 1989,

após tentativa de demolição do edifício, à qual especulou-se participação de membros da família Matarazzo, o Condephaat reabriu o processo. As tensões decorrentes dos interesses imobiliários sobre a terra foram apresentadas à Carlos Lemos, que reavaliou seu posicionamento indicando que a ameaça à demolição tornou-se critério para posicionar-se a favor do tombamento (RODRIGUES, 2011).

Na instância municipal, o Conpresp aprovou o tombamento em 1990 (RODRIGUES, 2011; LESSA, 2017). Tal aprovação seguiu-se da declaração de utilidade pública, através do Decreto n.º 27.727, de 11 de abril de 1989, e indicação de desapropriação do imóvel para destinação a um museu do trabalho. Para Rodrigues (2011) a expedição do Decreto logo após a abertura do processo de tombamento em nível municipal indicou rapidez inusual do poder público, mas refletiu a articulação entre DPH e Prefeitura para colocar em prática a proposta do museu. Contudo, a proposta era controversa, pois embora os especialistas do campo do patrimônio se posicionassem a favor do tombamento, a discussão sobre o museu não teve lugar. Há poucas referências sobre esta proposta de uso.

É importante salientarmos a potência de um projeto que propunha a “preservação da memória dos trabalhadores na terra do trabalho” em um “espaço tradicionalmente associado à riqueza industrial” (RODRIGUES, 2011, p. 20). Tratou-se de uma das diversas representações de como o tema do trabalho foi central na política do Partido dos Trabalhadores durante a gestão de Luiza Erundina, mulher nordestina oriunda de movimentos sociais e populares na Paraíba. Erundina buscou colocar em prática um programa social envolvendo o debate sobre o direito urbano com vistas à maior participação popular nas decisões e atenção às periferias da cidade, em um processo entendido como inversão de prioridades para as políticas públicas (ERUNDINA..., s.d.).

No que diz respeito à questão habitacional, viabilizou projetos e obras de conjuntos residenciais após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), urbanização de favelas e recuperação de cortiços, que refletem a procura por oferecimento de espaços de moradia com maior qualidade arquitetônica para os trabalhadores (BONDUKI, 1993), dentre os quais podemos citar o Conjunto Habitacional Rincão, no bairro da Vila Matilde, e o Conjunto Habitacional Celso Garcia, localizados na zona leste de São Paulo. O aumento do orçamento destinado à área social durante sua gestão viabilizou a construção de creches, campos de futebol de várzea e instalação de ruas de lazer (ERUNDINA..., s.d.). Em São Miguel Paulista, implementou a construção de um palco na praça Padre Aleixo Monteiro Mafra, ratificando seu uso como espaço de lazer e sociabilidade através desse equipamento, com isso a alcunha de Praça do Forró se popularizou e permanece até os dias de hoje.

A Secretaria da Cultura e o DPH foram considerados fundamentais para suas propostas de desenvolvimento da cidadania. A ampliação da ideia de cultura, buscando superar a

associação ao “erudito” colocava as pessoas em primeiro lugar, dando papel de destaque à questão cultural em todas as políticas urbanas de sua gestão, como habitação, transportes e educação. A partir da perspectiva de participação democrática da classe trabalhadora nas ações desenvolvidas pela prefeitura, o patrimônio cultural foi visto como central (ROSA, 2018).

Além do projeto “Direito à Memória”, que orientou as ações do órgão e viabilizou a realização do Seminário anteriormente mencionado, possibilitou a restauração e reforma das Casas Históricas do Município, como a Casa n.º 1 e o Solar da Marquesa de Santos (ANVERSA, 2020). A retomada do “Concurso de Ideias para Renovação e Preservação do Bexiga”, que havia sido proposta em 1987 durante a gestão de Jânio Quadros, ampliou a concepção original do projeto e o colocou em prática a partir da concepção política de participação democrática. O envolvimento direto de moradores, trabalhadores e proprietários de imóveis na região, conferiu caráter inovador e pioneiro nas práticas do planejamento urbano e da preservação do patrimônio. E o projeto “Oficinas da Memória”, que consistia em atividades com movimentos sociais e populares no sentido de socialização de conhecimentos, registro e preservação de suas memórias foi realizado com antigos trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, em Perus (ROSA, 2018) e associa-se ao tombamento da fábrica.

O projeto de um museu para o trabalhador demonstra como, no final dos anos 1980 e início dos 1990, as transformações do trabalho colocaram a memória operária em pauta no órgão municipal de patrimônio. Embora essa discussão estivesse presente, a proposta não foi encaminhada. O projeto passou longe das discussões frente os embates para o tombamento da edificação, não chegou ao nível de projeto executivo, curadoria, nem pesquisa de conteúdo (RODRIGUES, 2011), e nunca mais foi retomado em São Paulo.

“O projeto de Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho simplesmente desapareceu da pauta em meio à discussão sobre o destino da mansão. Mais uma vez, a memória do trabalhador desapareceu, mesmo que neste caso foi apenas uma ideia. O Conpresp não seria o lugar da discussão dessa ideia, mas em outros órgãos da Secretaria de Cultura do Município não resta pista dela.” (RODRIGUES, 2011, p. 20)

Já o tombamento da Mansão Matarazzo mobilizou o campo do patrimônio. Foi retomado no “O direito à memória”, em uma mesa em que estiveram presentes representantes do setor imobiliário defendendo a ideia de que a preservação estava sendo aplicada com excessos, tornando explícitas as tensões nas relações entre grandes proprietários e órgãos de preservação (DPH, 1992). Ideias sobre tombamento como congelamento, de subutilização, subocupação, deterioração ou uso indevido em relação ao valor da terra e as possibilidades de aproveitamento econômico e de renovação urbana estavam presentes e refletem as concepções do

neoliberalismo que tomava força a partir da década de 1990 e uma possível explicação para a diluição dos temas relacionados aos trabalhadores da indústria.

Entre 1990 e 1995, foram abertos os primeiros processos de tombamento em nível municipal. Em 1991 foram publicadas 21 resoluções, sendo expressivo o número de bens tombados *ex-officio*. O reconhecimento voltou-se a casas bandeiristas, igrejas, bens representantes do movimento moderno, o traçado urbano dos bairros Jardins, bens ligados à imigração, industrialização, habitação e trabalho - como o Edifício da Antiga Hospedaria dos Imigrantes, a Vila Economizadora, a Estação da Luz, e remanescentes da antiga Estação do Brás - e também ligados às narrativas de progresso da cidade - como o Mausoléu do Soldado Constitucionalista e o Monumento às Bandeiras (CONPRESP, 1991). Foram abertos processos para bens que suscitavam diferentes enfoques e valores, como o Parque do Anhangabaú, e o núcleo original da Freguesia do Ó, tombados em 1992, e o Parque do Ibirapuera, tombado em 1997 (RESOLUÇÕES / SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, s.d.).

Algumas resoluções de tombamento deste período envolveram vários imóveis, como o tombamento *ex-officio* dos imóveis já reconhecidos pelo Condephaat, e o tombamento do Vale do Anhangabaú envolvendo mais de 200 imóveis (PRATA, 2013), representando tombamentos de manchas urbanas, em consonância com a propostas de interpretação do patrimônio ambiental urbano na superação da visão monumentalista do patrimônio (FENELON, 1992). Em 1992 foram expedidas 48 resoluções, sendo 11 tombamentos realizados pelo órgão, cinco tombamentos *ex-officio*, e 19 resoluções de abertura de processo de tombamento (RESOLUÇÕES / SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, s.d.). Dentre os bens tombados, podemos citar a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP), um dos primeiros casos de tombamento realizados pelo Conpresp em área industrial e merece destaque como caso emblemático da atuação do DPH.

O conjunto industrial foi instalado em 1924 no distrito de Perus. Associadas à fábrica, foram construídas três vilas operárias, a Vila Portland, Vila Fábrica e Vila Triângulo, o Clube Esportivo Portland, além de estruturas de comércio, assistência médica, e infraestrutura básica, sistema de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. Em 1954, a fábrica foi adquirida por José João Abdalla, conhecido como “o mau patrão”. Na década de 1970, por conta das dívidas da empresa, a fábrica foi a leilão, mas foi retomada pelo Grupo Abdalla, proprietário até os dias de hoje. Em 1987 os últimos trabalhadores foram remanejados para fábricas em Cajamar, e a Portland Perus encerrou suas atividades (BORTOTO; BEZERRA, 2019).

O descaso em relação à manutenção das estruturas industriais e a diminuição dos postos de trabalho propiciou a organização operária a partir dos anos 1950. A longa trajetória de luta dos Queixadas a partir do reconhecimento de seu papel nas relações entre capital e trabalho, tornou o movimento um dos mais importantes da história de luta dos trabalhadores no Brasil. Atuando

sob o princípio da não violência ativa, protagonizaram uma greve de sete anos, entre 1962 e 1969, e representaram um novo panorama de atuação sindical, envolvendo as famílias dos trabalhadores na sustentação do movimento. A partir desta experiência realizam desde a década de 1970 trabalhos em escolas e outras fábricas transmitindo valores do princípio da não violência ativa e da memória de luta dos trabalhadores (BORTOTO; BEZERRA, 2019). Sua ação foi fundamental para a construção narrativa e a definição dos objetos a serem tombados.

Segundo Regina Bortoto e Maria Helena Bezerra (2019) a greve não tocou somente o âmbito do trabalho dentro da fábrica, mas muitos espaços do bairro, pois os vínculos permeavam a vida dos trabalhadores em greve. Desde o momento em que os Queixadas iniciaram as lutas, envolveram-se em propostas de desapropriação do terreno, e transformação da Fábrica em Centro de Cultura e Lazer. Compreendem assim, como um projeto de fortalecimento social a partir da identidade como operários diretamente afetados pela exploração, expressando as diversas dimensões de luta e fortalecimento local em um contexto de reivindicação por direitos civis, sociais, memoriais, associados à redemocratização brasileira.



Figura 18. Manifestação de trabalhadores da Fábrica de Perus no Vale do Anhangabaú, 1962.

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. Disponível em

<<http://memorialdaresistenciasp.org.br/nos-mulheres-da-periferia-perus/>>. Acesso em 22 dez. 2021.

O tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora realizado em 1987 pelo Condephaat mobilizou os antigos trabalhadores da fábrica a favor de sua preservação. Formaram uma comissão apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, recebida em 1991 por Marilena Chauí e Luísa Erundina, que se dispuseram a auxiliar no processo de preservação. O projeto “Oficinas da Memória” foi realizado com pessoas envolvidas com o movimento operário da fábrica e com sua preservação (ROSA, 2018). Esta demanda resultou na colaboração do DPH para a organização do “Centro de Memória do Sindicato da “Cimento Perus””, para o qual foi necessário um estudo sobre a fábrica e sobre o movimento

operário que, por sua vez, deu origem ao processo de tombamento da Companhia (BORTOTO; BEZERRA, 2019). O trabalho de técnicos de diferentes áreas, como historiadores, sociólogos e arquitetos, que tinha como cenário um movimento organizado próprio muito anterior ao processo de tombamento, resultou em um tombamento emblemático sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores urbanos industriais até os dias de hoje. Publicada em 1992, a resolução de tombamento⁹⁴ reconhece o valor histórico, social e urbanístico do conjunto das instalações da Companhia, a importância dos equipamentos industriais remanescentes para a história da tecnologia, o papel da Estrada de Ferro Perus-Pirapora e,

“a importância da memória enquanto alicerce na construção da história e a relevância da memória dos trabalhadores da CBCPP enquanto símbolo de determinada forma de organização, luta e resistência dos trabalhadores” (CONPRESP, 1992)

Associado ao tombamento, uma parte da área da antiga fábrica foi decretada de utilidade pública pela prefeitura, com vistas à implantação de um Centro Cultural do Trabalhador, porém como a propriedade manteve-se com a família Abdalla, o projeto não foi executado.⁹⁵ Segundo Walter Pires, o esforço dos técnicos em traduzir as referências dos trabalhadores no processo de institucionalização do patrimônio, respaldados pelo trabalho de levantamento, organização documental, entrevistas, registros de memórias e filmagens, permitiram estabelecer olhar ampliado para aquele patrimônio. A aplicação das propostas políticas defendidas durante a gestão de Luiza Erundina estruturaram uma ponte ideológica importante entre o patrimônio e a política naquele momento (informação verbal).⁹⁶ É possível que o tombamento da Fábrica de Perus seja, até hoje, o mais significativo no que diz respeito ao tema em estudo.

Estas considerações nos permitem observar que até o início dos anos 1990 a atuação do órgão municipal representou uma tentativa de continuidade das discussões dos anos 1980. Mas com a entrada de Paulo Maluf (PPR, 1993 - 1996) na prefeitura de São Paulo a desidratação dos órgãos de patrimônio, que já vinha sendo enfrentada nos âmbitos estadual e federal, atingiu o DPH e o Conpresp, estendendo-se até os anos 2000. Sendo a redução e não renovação do corpo técnico um problema que persiste até os dias atuais.⁹⁷

⁹⁴ Os bens tombados foram a área da antiga Companhia - edifícios produtivos, residências operárias da Vila Triângulo, Vila Portland, Vila Fábrica, residências onde funcionaram a administração e a assistência médica, o traçado do caminho das ruas, e o traçado do córrego próximo -, e o edifício da Sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento e Gesso de São Paulo. Tombou-se, em caráter *ex-officio*, as instalações e o acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, incluindo-se uma edificação denominada Casarão da Ferrovia e a Casa do Tráfego (CONPRESP, 1992).

⁹⁵ A luta pela reapropriação da fábrica para uso público permanece até os dias de hoje, sendo defendida por grupos como o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, a Comunidade Cultural Quilombaque, o Centro de Memória dos Queixadas, e a Universidade Livre Colaborativa em Perus.

⁹⁶ Entrevista concedida à autora em 17 de setembro de 2019.

⁹⁷ De 1995 a 2000, as resoluções publicadas indicam ações mais internas do órgão, como regulamentações e diretrizes de atuação. Neste período, foram tombados apenas quatro bens, o Edifício Bretagne, um imóvel na Rua Marquês de Paranaguá, o Parque Ibirapuera, e o Mirante do Jaguaré. Além de casos de exclusão de bens em processos de tombamento e encerramentos de processos, como a exclusão de alguns edifícios do processo de tombamento do bairro da Bela Vista (RESOLUÇÕES / SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, s.d).

Os anos 2000 têm sido marcados por um grande volume de demolições em decorrência de novas dinâmicas urbanas controladas pelo mercado imobiliário e as ações municipais precisam lidar com tal problemática, evidenciando a necessária articulação entre o planejamento urbano e a preservação do patrimônio. Com o Estatuto da Cidade, em 2001 a tônica para a “função social da propriedade” e “participação social” tornou-se presente no campo do planejamento urbano em São Paulo. No Plano Diretor Estratégico de São Paulo, em 2002, foi criada a Zona Especial de Preservação Cultural (Zepec), detalhada na Lei de Uso e Ocupação do Solo e nos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras em 2004, cuja perspectiva era de continuidade às práticas adotadas com a Z8-200.

Para Angela Rodrigues (2012) a partir de 2004 a configuração das Zepec permitiu a sinalização de complexos industriais para os quais foram abertos processos de tombamento. Recuperando exemplos de galpões da Mooca tombados em 2007, e a Zepec estabelecida para a Lapa, que resultou no tombamento do Sesc Pompéia, da Estação Ciência, edifício administrativo da Companhia Melhoramento de São Paulo e da Vidraria Santa Marina, em 2009. As reflexões de Tonasso (2019) sobre a relação entre preservação do patrimônio cultural e planejamento urbano contribuem para refletir sobre a problemática da desconexão das instâncias de tombamento e zoneamento, assim como a utilização restrita do tombamento como instrumento de preservação, já que por sua pesquisa entendeu que a Zepec não se consolidou como uma alternativa ao tombamento, mas sim como um reforço, contribuindo com o esvaziamento de seu sentido como instrumento de proteção.

Pensar o patrimônio enquanto instrumento de afirmação de identidades, histórias e memórias é, necessariamente, considerar um processo complexo de escolhas. O choque de interesses de Estado e de governo foram salientadas por Walter Pires e Dalva Thomaz, alertando para a importância da composição e definições do conselho em consonância aos interesses de governo, sobrepondo-se aos interesses de Estado (informação verbal).⁹⁸ Se o conselho foi criado em 1985 para garantir maior autonomia em relação ao setor de planejamento, os encaminhamentos relativos à sua constituição são fatores que colocam em questão o condicionamento dos tombamentos à sua configuração. A transformação na composição dos conselhos relaciona-se diretamente ao seu poder de operacionalização da identificação e administração do patrimônio, é natural dado o caráter mutável das concepções e demandas sociais, sendo o espaço legítimo de debates de ideias. E é sobre essa potencialidade que têm imperado os interesses políticos recentemente (ARANTES, 2019).

A partir de 2001 o número de abertura de processos de tombamento voltou a crescer (RESOLUÇÕES / SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, s.d.). Dentre estes, notamos que muitos bens poderiam ser analisados através dos valores ligados ao cotidiano de trabalho e

⁹⁸ Entrevistas concedidas à autora em 17 de setembro de 2019 e 25 de setembro de 2019.

relações sociais dos trabalhadores, mas nem todos mobilizam tais fatores. Há um conjunto significativo de bens tombados a partir de 2016 que podem ser associados ao tema dos trabalho e dos trabalhadores, como a antiga Fábrica da Antártica e edificações no Belém, tombados em 2016, a antiga Fábrica de Tecidos Labor, tombada em 2017, o Conjunto das Oficinas da antiga São Paulo Railway, as instalações dos Armazéns Gerais Piratininga, o antigo Almoarifado Municipal, e a Casa do Chefe da Estação de Itaquera, tombados em 2019. Mas observamos que as edificações que se voltavam diretamente à produção, como indústrias, armazéns, galpões, gasômetro, oficinas, a importância atribuída foi associada à instalação e consolidação da indústria em São Paulo para os quais são mobilizados fatores históricos e arquitetônicos. Enquanto que os tombamentos de vilas, casas isoladas, equipamentos de educação são mobilizados por seu caráter na composição da memória e do cotidiano dos bairros e dos trabalhadores, mas não são associados diretamente à categoria de patrimônio industrial.

A análise permitiu perceber também que a maioria dos tombamentos recaiu sobre bairros consagrados como industriais, como a Mooca, Lapa, Brás, Belém, Ipiranga, com exceção de casos na região norte, com a revisão do tombamento de Perus, em 2004, o Conjunto Ferroviário de Perus, tombado *ex-officio* em 2015, o Conjunto Ferroviário Jaraguá, tombado *ex-officio* em 2015, os remanescentes do Complexo Hidro-Ferroviário da Cantareira e Obras Civas, tombados em 2017; e região leste da cidade, em Itaquera, no Tatuapé e em São Miguel Paulista, como a Nitro Química, tombada em 2012.

A chaminé da antiga Companhia União dos Refinadores foi tombada em 2010, articulada ao tombamento dos Galpões da Mooca, realizado em 2007. O tombamento exclusivo da chaminé foi decorrência de sua existência como único elemento remanescente do conjunto das antigas instalações da Companhia União dos Refinadores, ameaçado pelo processo de valorização imobiliária da região. Segundo Dalva Thomaz, a existência da chaminé como referencial para os moradores do bairro da Mooca foram motivadores da elaboração do dossiê (informação verbal).⁹⁹ Na resolução de tombamento foram mobilizados valores históricos, urbanísticos, e o patrimônio industrial, justificando o valor da chaminé como vinculado às especificidades da produção industrial, como importante elemento da paisagem e como referencial simbólico (CONPRESP, 2010).

A Creche Marina Crespi fez parte das edificações construídas para dar suporte aos operários do Cotonifício Crespi. Tombada em 2017, a partir de valores de uma excepcionalidade arquitetônica do edifício, projetado pelo arquiteto italiano Giovanni Bianchi, considerado importante registro das modificações da arquitetura paulistana, e como equipamento assistencial e educacional. A resolução compreendeu o objeto como parte do patrimônio construído pela família Crespi na Mooca, responsável por marcar a história do bairro e do

⁹⁹ Entrevista concedida à autora em 25 de setembro de 2019.

operariado (CONPRESP, 2017). Neste, é tênue o limite entre a compreensão ampliada para outro espaço do bairro que não fosse exclusivamente da indústria, e que mobilizava a história dos trabalhadores, mas muito sedutor o discurso que engloba o edifício na narrativa oficial de valorização arquitetônica e celebração dos “ilustres” personagens da história da industrialização em São Paulo.

O caso do Conjunto Residencial da Mooca, construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI-Mooca), pode agregar à discussão por representar os modos de morar dos trabalhadores urbanos da indústria. Segundo Flávia Brito do Nascimento (2019) a venda da área livre do conjunto residencial usada como parque pelos moradores, e a consequente perspectiva de construção de novos edifícios mobilizou os moradores a solicitarem o tombamento como forma de preservar a área de lazer. Em 2018 o conselho foi favorável ao tombamento (CONPRESP, 2018). A narrativa implementada para a construção dos valores de patrimônio voltou-se ao fato de sua produção alinhar-se à prática do pensamento sobre habitação popular para trabalhadores urbanos, orientando a decisão do tombamento para a importância dos edifícios em si. Para a área livre, vendida a um empreendedor privado, houve apenas definição de um gabarito máximo para ocupação. Conforme ressaltado pela autora, embora o tombamento tenha sido solicitado a partir de valores como referência à histórias de vida, trabalho, sociabilidade e experiências cotidianas, os principais valores elencados oficialmente voltaram-se às características urbanas e arquitetônicas.

Podemos observar que os bens tombados municipalmente também enfocam, em sua maioria, edifícios produtivos em áreas consagradas pela história como industriais em São Paulo. Diferentemente do caso do tombamento da Fábrica de Cimento Portland-Perus a permeabilidade demonstrada pelo órgão municipal aos valores sociais ligados à história e memória do trabalho e dos trabalhadores não aconteceu para diversos outros casos de tombamento de fábricas, galpões, residências e outros espaços de sociabilidade do trabalhador na cidade. O percurso de tombamento da Nitro Química, assim como outros casos mencionados anteriormente, demonstra que as demandas para preservação da memória e identidade de grupos sociais mobilizados por meio do patrimônio impõem desafios aos conselhos e aos técnicos na produção da narrativa para reconhecimento oficial.

2.2. Os sentidos patrimoniais da Companhia Nitro Química Brasileira

2.2.1. “A mãe de São Miguel”

A Nitro Química foi implantada sob atuação de uma associação entre José Ermínio de Moraes, Wolf Klabin e Horácio Lafer que estreitaram laços com o governo de Getúlio Vargas em

busca de auxílio financeiro para compra do maquinário de uma antiga indústria norte-americana e instalação em São Miguel Paulista. Segundo Sylvio Bomtempo (1970) e Paulo Fontes (1997), a possibilidade de implantação de uma indústria de grande porte em um local marcado por uma paisagem rural teve a grande disponibilidade de terrenos próximos ao leito do Rio Tietê, a existência e proximidade com a linha variante da ferrovia Central do Brasil, a estação de trem de São Miguel Paulista, e a Rodovia São Paulo-Rio de Janeiro, atualmente denominada Avenida Marechal Tito, como elementos propulsores. Entre 1935 e 1936 o maquinário chegou à São Miguel Paulista acompanhado por um grupo de trabalhadores norte-americanos especializados na operação das máquinas. A indústria foi inaugurada oficialmente em 1940 e fez parte do projeto varguista de implantação e fortalecimento da indústria de base no Brasil.

Compreendendo sua inserção no sistema nacional desenvolvimentista do governo Vargas, Fontes (1997) interpretou a Nitro Química como uma empresa estatal que se auto proclamava a serviço do povo brasileiro. Sustentava os ideais de criação de uma família, a “família nitrina”, baseada no paternalismo como estratégia para fortalecer as relações com os funcionários no sentido de evitar posicionamentos contrários e conflitantes à lógica de trabalho e de vida impostos pela empresa. O assistencialismo à saúde foi, segundo ele, o primeiro a ser desenvolvido em razão dos constantes acidentes de trabalho, o que contribuía para a deterioração da imagem da empresa.

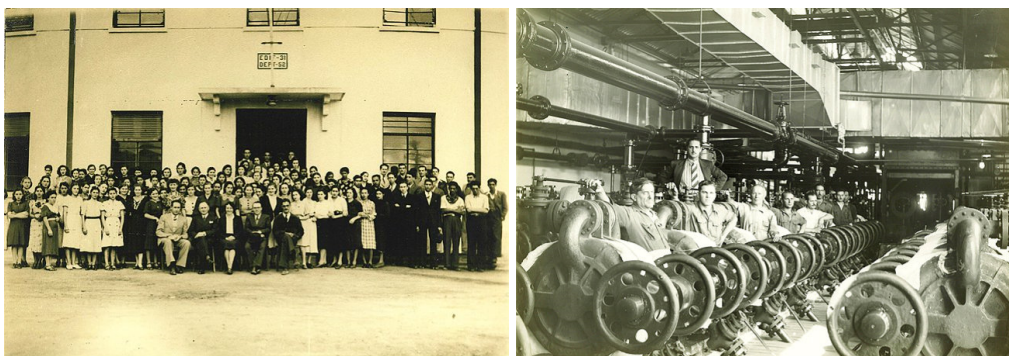


Figura 19. Primeiro grupo de trabalhadores da Nitro Química, 1936 (esq.). Trabalhadores na área de filtração de colódio, 1939 (dir.).

Fonte: Acervo Memória Votorantim.



Figura 20. Panorama de implantação da Nitro Química em seus primeiros anos de funcionamento. Nele podemos observar ampla dimensão da planta industrial, assim como um amplo conjunto de áreas livres que serão ocupadas especialmente por vilas operárias.

Fonte: Acervo Memória Votorantim. TONAKI, 2013, p. 36.

Formado em História na década de 1980, Paulo Fontes expressa em suas pesquisas uma narrativa alinhada às transformações do campo a partir do final desta década, quando a pesquisa histórica voltou atenção para as indústrias do nacional desenvolvimentismo, revisando o populismo e os processos de institucionalização do movimento trabalhista instituído durante a Era Vargas. A partir desta perspectiva procurou analisar a presença dos trabalhadores migrantes para além das visões tradicionais de atraso rural, oportunizando a compreensão sobre o papel de empresas na promoção de equipamentos de saúde, educação e prática de esportes tomando para si atribuições que deveriam ser do Estado em indústrias construídas em locais distantes dos núcleos urbanos consolidados (FONTES; FORTES; MAYER, 2017).

Ao estudar a Nitro Química, Fontes apresenta preocupação sobre a análise local do bairro de São Miguel Paulista e sobre a relação entre a consciência do “ser trabalhador” e ser residente em um bairro como processos entrelaçados envolvendo participação política, criação de identidades de comunidade e movimentos sociais (FONTES; FORTES; MAYER, 2017). Esta análise

indica um caminho de reflexão sobre o trabalho urbano por meio da atuação dos trabalhadores, e dá condições para análises no campo do patrimônio, como veremos.

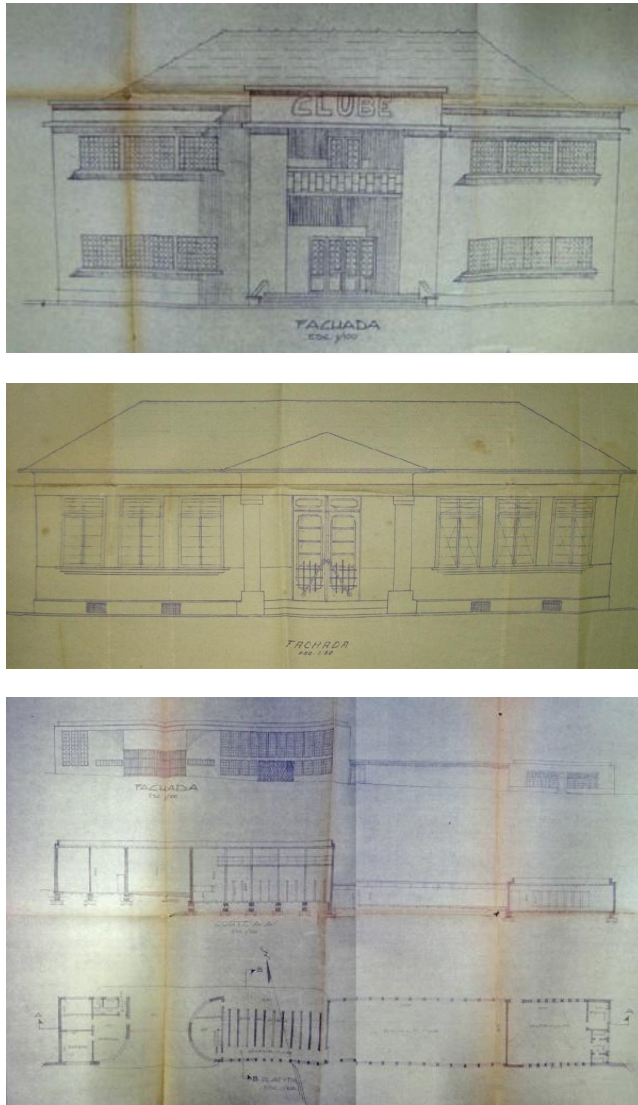


Figura 21. Projetos de Marcelo Kiehl para a fachada para a Sede do Clube Social (sup.), escola da Vila Nitro Química (centro), e portaria principal (inf.).

Fonte: Acervo da Divisão de Arquivo Municipal de Processos de São Paulo (MDGDP-2). TONAKI, 2013, p. 143, 134 e 125.

O conjunto arquitetônico construído entre 1930 e 1960 foi objeto de estudo de Luciana Tonaki (2013). Em sua pesquisa, observou que as soluções formais e características arquitetônicas foram associadas aos propósitos de atuação da Nitro Química, até mesmo porque os edifícios foram projetados por Vicente Russo, José Artur Nova e Marcelo Milliet Kiehl, arquitetos e engenheiros da própria empresa. Foram construídos farmácia, açougue, berçário e creche, restaurante, padaria e armazém, ambulatório, escola, clube social, clube de regatas, e hospital. A autora observou que este conjunto fez parte de um plano geral de ocupação, cujas

edificações em estilo art déco eram a característica arquitetônica principal. O rigor geométrico, a racionalização dos volumes e a ornamentação simplificada, aplicados, principalmente, na solução das fachadas, associados à máquina e à velocidade justificavam o ideário da empresa de apresentar-se como moderna e alinhada à produção industrial brasileira. Os projetos para o clube social, escola e portaria principal, apresentados na Figura 21 são exemplos desses princípios formais.

Além dos edifícios, observa que a fábrica teve atuação na construção do tecido urbano de algumas partes do bairro, como na construção das Vilas Americana e Nitro Química, assim como em infraestrutura para interligação da fábrica com o bairro e com a ferrovia. A avenida Dr. José Artur Nova, construída a partir do desvio da Estrada de Arujá, que passava no meio dos terrenos adquiridos para implantação da indústria, é interpretada como marco da presença da fábrica na cidade. Oferece, assim, condições de compreender a construção de uma paisagem associada à industrialização e a um ideia de modernidade e progresso (TONAKI, 2013).

As residências de trabalhadores construídas pela empresa compuseram duas vilas diferentes. A Vila Americana foi construída com o objetivo inicial de receber os cerca de 50 profissionais norte-americanos que deram suporte à Nitro Química nos primeiros anos de funcionamento. Foi implantada próxima à estação ferroviária e à Capela de São Miguel Arcanjo, em local isento de alagamentos, território privilegiado no bairro. As casas foram posicionadas no centro do lote, o que possibilitou a existência de jardins. Após o retorno dos norte-americanos, foi ocupada por diretores da empresa. Já a Vila Nitro Química foi destinada a funcionários de cargos intermediários cuja função era considerada de grande importância para o bom funcionamento da fábrica. Foi projetada para ter 594 lotes em 20 quadras, dos quais foram implantados 295 (TONAKI, 2013). As residências unifamiliares eram geminadas duas a duas ou isoladas nos lotes, em sua maioria térreas, com varanda fronteira.

Baseada nos estudos de Eva Blay (1895), Tonaki (2013) compreende as casas da Vila Americana e Vila Nitro Química como parte dos mecanismos de funcionamento da fábrica, concentrando em espaços próximos à indústria os empregados essenciais para a produção. A escola primária instalada na Vila Nitro Química, por exemplo, é entendida como parte do projeto de disciplinarização da família operária. Da mesma forma compreendeu a existência do berçário para a liberação da mão de obra feminina, incluindo mais membros da família no trabalho fabril, e na possibilidade de separação de alguns serviços domésticos dos espaços internos à casa.



Figura 22. Vila Nitro Química, década de 1940.

Fonte: Arquivo CPDOC São Miguel Paulista, Fundação Tide Setubal. CONPRESP, Processo nº 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 292.



Figura 23. Edifício que abrigou a escola primária na Vila Nitro Química.

Fonte: Foto da autora, 2017.

Estas vilas operárias tiveram importante papel na conformação do território urbano de São Miguel Paulista, mas loteamentos particulares e residências construídas pelos próprios habitantes, ações que originaram a Vila Nitro Operária, são também fundamentais para compreensão da relação entre a ocupação do espaço, o trabalho, e a atuação da empresa. A vivência na Vila Nitro Operária e o estudo acadêmico de Antônia Rocha (1992) permitiram que a autora nos apresentasse outro caminho para a compreensão da existência da Nitro Química. Esta vila não é contemplada pela história oficial, em produções escritas pela própria empresa, nas reflexões de Bomtempo (1970), ou pelo trabalho de Tonaki (2013). Entretanto, sua existência oferece condições para o estudo do objeto de forma ampliada, para além do que se tem consagrado sobre a história institucional.

Segundo Rocha (1992), o loteamento que deu origem à vila é atribuído a Mardoqueu Schimith, um investidor que previa a construção de uma vila com porte de cidade. A vila leva em

seu nome parte do nome da fábrica pela associação identitária das famílias de trabalhadores. Diferenciando-se das vilas Americana e Nitro Química, a Vila Nitro Operária foi caracterizada como local de precariedade desde o início de sua formação, por ser entendida como espaço de moradia de pobres e migrantes. Entretanto, a autora aborda como lugar onde a sociabilidade dos moradores, através de ajuda mútua e momentos de lazer, facilitada pela identificação com origem migrante consolidou uma identidade própria no lugar fazendo parte da memória afetiva de quem nela morou e mora.



Figura 24. Vila Nitro Química atualmente. Podemos observar que muitas residências já foram alteradas, ou mesmo demolidas, com construção de novas edificações. Porém, o traçado urbano e a volumetria do conjunto, em geral, se mantém, como vemos nas imagens.

Fonte: Fotos da autora, 2017.

Através de pesquisa com fontes orais realizada em 2017 em função do TFG (DARVICHE, 2017), acessamos um conjunto de interpretações sobre a história da fábrica e de seus trabalhadores que já vinham sendo indicadas nos trabalhos de Fontes (1997; 2008b) e Rocha (1992). As perguntas foram estruturadas de forma a abordar as motivações para migração para o bairro, os locais de moradia, a relação com a Companhia Nitro Química Brasileira, como eram as relações de trabalho, e em torno dos sentidos de existência da fábrica. ES e CM são migrantes de Alagoas, moradoras da Vila Nitro Operária há aproximadamente 68 anos, ambas foram funcionárias da Nitro Química. MS, 90 anos, migrante do Rio Grande do Norte, morou na Vila

Nitro Operária quando chegou a São Miguel Paulista, após uma viagem que, segundo ele, durou 18 dias. ES, 63 anos, é músico, nascido e criado na Vila Nitro Operária, foi funcionário da Nitro Química. AR é professora aposentada, e ambos moraram na vila quando crianças. E OF, 80 anos, migrante do interior de São Paulo, antigo trabalhador da Nitro Química, é morador da Vila Nitro Química há aproximadamente 76 anos.

A potência do discurso que embasa o sistema assistencial, o ideal de “família nitrina”, está presente nos relatos dos entrevistados que trabalharam na Nitro Química. Embora não deixem de recuperar a exploração do trabalho, as longas jornadas e a poluição causada pela fábrica, cada um à sua maneira a partir de suas próprias experiências, a fábrica é reiteradamente mencionada como “mãe de São Miguel” em narrativas que atribuem à empresa a responsabilidade de construção do bairro e melhoria de vida de muitas famílias. Segundo o entrevistado ES,

“tem os dois lados, tinha o lado pesado, mas teve muita gente que trabalhou a vida toda na Nitro, fez a vida lá” (informação verbal)¹⁰⁰

Sendo, provavelmente, um dos moradores mais antigos da Vila Nitro Química, OF se lembra com grande emoção a vivência na vila e os 34 anos de trabalho na fábrica. Tendo ido morar em São Miguel Paulista com seis anos de idade, frequentou a escola primária construída pela empresa na referida vila. Sua ligação com o trabalho é construída a partir de um discurso que não tocou campos de conflito, como a exploração ou a resistência operária. Para ele “a Nitro era praticamente uma mãe” e a relação que se formava entre os trabalhadores como de uma família (informação verbal).¹⁰¹ A formação de laços de amizade e a possibilidade da moradia são indicados como a garantia de sobrevivência da família, na qual todos os irmãos e um tio eram trabalhadores da Nitro Química. Por estes fatores, o entrevistado comentou nunca ter participado de greves, pois tinha consciência de que poderia perder a casa.

Para aqueles que habitavam a Vila Nitro Operária, a importância das formas de vida e sociabilidade estabelecidas foi crucial para a sobrevivência. Embora imbuídos de visão saudosista, desconstruem certas concepções sobre o espaço, rememorando os clubes de futebol, o campo de futebol de várzea, os bares e as festas realizadas nas casas das pessoas como elementos que reforçaram a sociabilidade e laços afetivos. Para ES, a vila era um lugar agregador “onde todo mundo se conhecia, era uma vizinhança, onde tinha migrantes de diversos lugares do Brasil, principalmente do nordeste” (informação verbal).¹⁰² Para estes, a fábrica, a linha do trem, e o rio Tietê são importantes referências espaciais e da paisagem. A fábrica era o lugar de trabalho,

¹⁰⁰ Entrevista concedida à autora em 14 de março de 2017.

¹⁰¹ Entrevista concedida à autora em 18 de fevereiro de 2017.

¹⁰² Entrevista concedida à autora em 14 de março de 2017.

a linha do trem era o limite territorial e o rio Tietê era o lugar para tomar banho, lavar roupas, nadar e pescar. Segundo ES,

“o bairro é um bairro de periferia né, naquele tempo a gente usava o termo suburbano, a Nitro Operária dentro deste contexto do bairro de periferia era mais periférica ainda, porque ela era um lugar onde abrigava as pessoas que não podiam pagar muito aluguel, os terrenos ali eram vendidos a preço bem barato” (informação verbal)¹⁰³



Figura 25. Moradoras da Vila Nitro Operária posam para foto em um campo de futebol de várzea na vila. Ao fundo, o trem da linha variante da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, 1976.

Fonte: Foto: Joselma Manso de Oliveira. Acervo pessoal da autora.

Os depoimentos ES e CM, moradoras da Vila Nitro Operária, abordam também aspectos negativos, como o fato de que conviviam diariamente com o meu cheiro liberado pelas chaminés (informação verbal).¹⁰⁴ O lado conflituoso do trabalho foi motivo do depoimento de um casal em que ambos trabalhavam na fábrica, WL, 92 anos, migrante de Minas Gerais e MS, 90 anos, migrante do Rio Grande do Norte. O discurso sobre suas vidas foi permeado pelo trabalho. Muitas vezes citaram os chefes da Nitro Química, lembrando nome a nome, denotando uma relação que parecia muito próxima. Nos depoimentos de LA, WL, MS, ES e CM a centralidade do trabalho ficou evidente, pouco mencionaram as festas ou o tempo livre como parte de seu

¹⁰³ Entrevista concedida à autora em 14 de março de 2017.

¹⁰⁴ Entrevistas concedidas à autora em 19 de março de 2017.

cotidiano. Segundo LA, funcionária do setor de fiação por 18 anos, “volta e meia eles davam aumento, mas a gente trabalhava, viu! Fazia hora extra, sábado, domingo” (informação verbal)¹⁰⁵.

O apito da fábrica é uma referência para os entrevistados, mencionado como o “relógio do bairro”. Marcava não somente a troca de turnos dos trabalhadores, mas era acionado na celebração de Ano Novo, e também funcionava como marcador temporal para o comércio, o que o torna parte da memória até daqueles que não vivenciaram a Nitro Química como espaço de trabalho. Segundo CM “às seis e meia da manhã não precisava nem de relógio, a Nitro apitava” (informação verbal).¹⁰⁶



Figura 26. Equipamentos assistenciais da Nitro Química. Clube de Regatas, década de 1980, instalado em uma das curvas do rio Tietê (esq. sup.). Clube de Regatas, sem data (dir. sup.). Competição de atletismo em 1944 (esq. inf.). Creche e parque infantil, ao fundo a Sede Social do Clube (dir. inf.).

Fonte: Acervo Memória Votorantim (esq. sup. e dir. inf.). São Miguel Paulista Blogspot (dir. sup. e esq. inf.).

A organização do tempo livre através do incentivo à prática de esportes, como atletismo, natação, boxe, remo, futebol, basquete e vôlei, visavam também introduzir noções de trabalho em equipe, obediência e disciplina. Fontes (1997) e Rocha (1992) permitem perceber que a existência da Nitro Química no bairro partia das relações de trabalho e alcançava dimensões urbanas e sociais de maior escala. Depoimentos como de CM, LA e OF recuperam tais aspectos ao citarem o clube de lazer, os esportes e as festas como momentos importantes para encontros, namoro e descanso. Conforme depoimento de CM “a melhor lembrança era o Clube de Regatas,

¹⁰⁵ Entrevista concedida à autora em 25 de fevereiro de 2017.

¹⁰⁶ Entrevista concedida à autora em 19 de março de 2017.

foi lá onde eu treinei, onde eu fiz salto de altura, corrida e natação” (informação verbal)¹⁰⁷, segundo JS “o Clube da Nitro era a maior referência do bairro, os carnavais, matinês, salão social” (informação verbal).¹⁰⁸

São Miguel Paulista era um bairro carente de infraestrutura, tendo recebido atenção do poder público somente a partir dos anos 1960, após um movimento local que buscou emancipação política justamente pela falta de atuação governamental.¹⁰⁹ Até aquele momento a empresa representava a única provedora de equipamentos assistenciais no bairro. Além disso, Fontes (2008b) demonstra que a marca identitária do bairro deve ser compreendida não como um resultado único da atuação da Nitro Química, mas pelo processo de construção de novos laços identitários de sociabilidade entre os migrantes. Segundo o autor,

“as amizades, reconhecidas pelos operários como importantíssimas para suas vidas, eram fortes instrumentos de elaboração de coesão e solidariedade no cotidiano de trabalho e moradia” (FONTES, 1997, p.97)

Esta visão confere protagonismo aos sujeitos sociais na composição da história da fábrica e na formação da identidade deste grupo, explicitando uma história não-linear e permeada por tensões. A própria Nitro Química, através de discursos oficiais veiculados pelos membros da família Ermínio de Moraes, construiu a ideia de que São Miguel Paulista só cresceu a partir da implantação da indústria, tamanha potência narrativa desta “tradição inventada” (HOBBSAWM; RANGER, 1984, p. 9 apud FONTES, 1997, p. 63).

A atratividade pelo trabalho e moradia a preços populares resultou, a partir dos anos 1940, em altos índices de crescimento populacional em São Miguel Paulista, em grande medida decorrentes de migrações a partir de estados da região nordeste do Brasil. Neste momento os territórios rurais passaram a ser incorporados ao tecido urbano, processo denominado como “fenômeno dos loteamentos” (CALDEIRA, 1984). Segundo Fontes (2008b), entre os anos 1950 e 1960 o bairro apresentou crescimento anual superior à média do município de São Paulo. Em 1950 a população do distrito era de 16 mil habitantes, sendo quatro mil trabalhadores da Nitro Química, e em 1960 era de 65 mil. Bomtempo (1970) salienta que o crescimento do bairro neste período tornou público o esgotamento da atuação da empresa tal como fora estabelecido nas décadas anteriores. Ainda que tenha sido uma das maiores indústrias brasileiras durante a Era

¹⁰⁷ Entrevistas concedidas à autora em 19 de março de 2017.

¹⁰⁸ Entrevistas concedidas à autora em 18 de fevereiro de 2017.

¹⁰⁹ O Movimento Popular Autonomista foi organizado em 1953 por comerciantes e funcionários públicos de São Miguel Paulista com o objetivo de buscar emancipação política para o bairro em função da falta de atenção do poder público no fornecimento de rede de água e esgoto, telefonia, iluminação pública e equipamentos assistenciais. O grupo acreditava que os lucros advindos da Nitro Química seriam suficientes para garantir o desenvolvimento do bairro. Em 1963 a proposta foi levada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo mas não foi aceita. Entretanto, a partir desta década o Movimento teve efeitos na construção do Mercado Municipal de São Miguel Paulista, inaugurado em 1967, em uma delegacia, e ao longo dos anos 1970 e 1980 na ampliação da rede de água, esgoto e iluminação elétrica (FONTES, 2008b; ROCHA, 1992).

Vargas, durante e após a Segunda Guerra Mundial, passou por muitas crises econômicas e tensões decorrentes da exploração do trabalho.

O aumento da demanda por trabalho e os serviços de moradia, educação e saúde não puderam mais ser absorvidos unicamente pela empresa. Desde então, a existência, o papel e a relação com o bairro passou por modificações graduais direcionadas à diminuição de sua presença na vida dos moradores e trabalhadores. Entre os anos 1950 e 1970, a existência da fábrica foi marcada pela relação dialética entre a exploração do trabalho respaldada pela assistência social e pela mobilização operária em busca de direitos, para a qual o instrumento da greve foi fundamental (FONTES, 1997).

As greves organizadas pelos trabalhadores da Nitro Química ocorreram em diversos momentos entre as décadas de 1940 e 1990, contra o recrudescimento das relações de trabalho, demissões em massa e restrições de acesso ao serviço social, externando o esgotamento dos projetos de disciplinarização e dominação implantados pela empresa. Em um quadro mais amplo, estes episódios podem ser entendidos no contexto de luta pela defesa dos direitos do trabalhador, que vinham sendo reivindicados em outras fábricas da cidade. Um exemplo foi a adesão à Greve dos 400 mil, em 1957, quando os operários da Nitro Química paralisaram totalmente a empresa, episódio conhecido como a “Batalha de São Miguel” (FONTES, 1997; 2008b; ROCHA, 1992; TONAKI, 2013).



Figura 27. Greve dos trabalhadores da Nitro Química em 1986.

Fonte: Autora: Vera Jursys. Sindicato dos Químicos de São Paulo. Disponível em <<http://linhadotempo.quimicosp.org.br/noticia/nitro-quimica-responde-por-saude-de-funcionariosa1ec?index=27>>. Acesso em 10 abr. 2017.

Os episódios das greves são rememorados por WL, MS, LA e OF como negativos. Por trabalhar na fábrica, WL tinha o direito de deixar a filha na creche, o que possibilitava as jornadas duplas de trabalho, revezadas entre o trabalho fabril e o trabalho em um bar. Entretanto, pelo fato de o marido ter participado de uma das greves, perderam o direito de deixar a filha na

creche, fato que recuperaram com pesar (informação verbal)¹¹⁰. Todos os outros dizem não ter participado, contando sobre como conseguiam entrar para trabalhar quando as entradas eram bloqueadas, essas menções expressam as dificuldades, resistências e exploração.

A organização das greves em São Miguel Paulista mostra tanto a força da presença da fábrica ali, quanto a capacidade de organização dos trabalhadores, respaldados pelo Sindicato dos Químicos e pelo Partido Comunista. Recuperar a associação de trabalhadores ao Partido e ao Sindicato¹¹¹ são caminhos que Fontes (1997) utilizou para explicar os movimentos de resistência operária e a desconstrução do papel da Nitro Química como empresa provedora de benefícios aos trabalhadores.

A partir de 1980, inserida no contexto de reestruturação urbano industrial da cidade de São Paulo (DEZEN-KEMPTER, 2011), a Nitro Química adotou modos de produção mais enxutos, investindo em setores que se tornaram mais produtivos, como a indústria cosmética e produção de compostos químicos. Alterou a forma como se relacionou com os funcionários, pois com a terceirização do trabalho, os auxílios aos trabalhadores passaram a ser conferidos em forma de pagamento e seguro saúde, por exemplo, fazendo com que os antigos equipamentos assistenciais perdessem sua função. Por isto, foram paulatinamente desativados (TONAKI, 2013).

Ao longo dos anos 1980 o hospital, a creche, o refeitório, a delegacia, e o edifício que abrigou uma Escola Senai foram demolidos. Muitos edifícios produtivos foram relegados à condição de obsoletos, tendo sido demolidos ou abandonados. O único equipamento assistencial não demolido foi a Sede do Clube Social, que funcionou até meados dos anos 1990, quando também foi desativada e abandonada. Como decorrência deste período, as relações entre a Nitro Química e o bairro se modificaram. Nos anos 1990 a empresa perdeu prestígio e poder econômico. Buscou demonstrar-se inserida nas mudanças globais da indústria, com investimento em tecnologia e responsabilidade social, em que a segurança do trabalho tornou-se pauta importante. As transformações tecnológicas da empresa também foram expressas nas mudanças da planta industrial, organizada através de demolição dos edifícios antigos e construção de novos em espaços vazios do terreno. Em 2011 o grupo Votorantim vendeu a empresa para um fundo de investimentos (FONTES, 2021), o Grupo Faro Capital.

¹¹⁰ Entrevista concedida à autora em 15 de fevereiro de 2017.

¹¹¹ Na década de 1940 a Nitro Química foi a indústria que mais mobilizou trabalhadores do setor químico na cidade. Por isto, foi instalada no bairro uma sub-sede do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo. O órgão foi responsável pela representação dos trabalhadores nos períodos de greves e mobilizações, e também por serviços como assistência médica, dentária, advocacia, organização de festas e viagens. E em 1946 formou-se uma célula do Partido Comunista associada ao movimento de resistência dos trabalhadores da Nitro Química. No período da Segunda Guerra Mundial, a célula era composta de aproximadamente 2 mil pessoas. Com o objetivo de fazer frente ao avanço comunista e sindical no bairro, foi criado o Círculo Operário, uma organização liderada pela Nitro Química, em parceria com a igreja católica, e setores conservadores. A empresa posicionou-se contra a atuação do Partido Comunista, tendo demitido funcionários associados ou simpatizantes (FONTES, 1997; ROCHA, 1992).



Figura 28. Situação dos edifícios por volta de 2009, quando começaram a ser demolidos (sup.). Novos equipamentos da Nitro Química, anos 2000 (inf).

Fonte: CONPRESP, Processo nº 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 33 (sup). Nitro Química. Disponível em <<https://www.nitroquimica.com.br/a-nitro>>. Acesso em 22 dez. 2021 (inf).

2.2.2. A Nitro Química como desafio ao tombamento de indústrias “fora do padrão”

A partir de 2003, quando o DPH recebeu a carta de solicitação de tombamento dos remanescentes da Nitro Química, as historiadoras Silvia Haskel do Nascimento e Gláucia Aparecida Ribeiro de Lima, então membros da Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, iniciaram os estudos preliminares sobre o objeto. A construção narrativa decorrente dessa primeira aproximação partiu do processo de industrialização da cidade para enquadrar a implantação da Nitro Química em São Miguel Paulista.

A bibliografia consagrada sobre a história do bairro e construção da fábrica foi mobilizada, tendo como principais referências Sylvio Bomtempo (1970) e Paulo Fontes (1997). Temas como a instalação, a relação com o governo Vargas, o grande número de trabalhadores na fábrica, a contribuição da fábrica para a ocupação e urbanização da região, a força e importância do serviço social, a construção do conceito de “família nitrina”, bem como a atuação da empresa naquele momento foram mobilizados. O valor histórico foi elencado como principal a partir da consideração da influência da empresa na ocupação e crescimento urbano da região. As autoras associaram o conjunto arquitetônico como referência para a população do bairro, indicando que

o processo fosse aberto para os diversos edifícios que compunham o conjunto, tal como solicitado pelo grupo organizado em 2003. Segundo as técnicas,

“É inegável o valor histórico da Nitro Química, tanto para o bairro, como para a cidade de São Paulo, pois foi principalmente graças a ela que o bairro de São Miguel Paulista se desenvolveu e foi também essa área que abrigou trabalhadores vindos de diversas regiões do país, atraídos pela oferta de emprego e pela facilidade de moradia devido ao baixo preço da terra” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 38 e 39)

Neste mesmo ano, o primeiro parecer técnico elaborado pelo arquiteto José Roberto Pinheiro, da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, opôs-se à abertura do processo de tombamento para todo o conjunto. Considerando a inexistência de valor arquitetônico e excepcional, e a grande extensão do complexo industrial, indicou que fossem selecionados alguns elementos para que o tombamento não representasse uma barreira ao desenvolvimento urbano da região (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

“[...] não podemos afirmar que as edificações tenham algum valor arquitetônico, por se tratar de galpões industriais como tantos existentes na cidade, alguns bem mais significativos e singulares” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fls. 57 e 58)

Um grupo de 33 vereadores da Câmara Municipal de São Paulo aderiu ao Fórum pela Preservação da Nitro Química, posicionando-se favoravelmente à transformação do espaço em centro cultural como caminho para a preservação da memória da indústria, do bairro e de seus moradores, expressando interpretação do tombamento como um recurso para viabilizar iniciativas no campo cultural aliado à economia, ao exemplos dos centros culturais.¹¹²

Em 2004, em razão da ocorrência de demolições, o DPH, sob responsabilidade da então diretora substituta Lia Mayumi, enviou ao Conpresp uma minuta de abertura de processo de tombamento para toda a área do imóvel como medida cautelar. Conforme observamos a partir de documentos presentes no processo, entre 2004 e 2008 houve uma pausa nos encaminhamentos decorrentes da dificuldade de aproximação com a empresa Nitro Química para acesso ao local, estudo dos bens e construção de propostas mais elaboradas. Segundo a arquiteta, diante da omissão da Nitro Química, o órgão municipal de patrimônio estaria respaldado pelo Decreto-Lei n.º. 25/37, na ação de proteção compulsória. Mas ao que consta no processo, não houve encaminhamento pelo conselho.

¹¹² Assinaram a carta vereadores à época aliados ao PC do B (2 vereadores), PL (3 vereadores), PMDB (4 vereadores), PTB (4 vereadores), PT (15 vereadores), PRONA (1 vereador), PSDB (3 vereadores). Sendo o Partido dos Trabalhadores representado em maior número por vereadores como João Antônio, Odilon Guedes, Zélia Lopes e Nabil Bonduki (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

A partir de 2008, sob direção do arquiteto Walter Pires, o DPH retomou o processo, desta vez suscitado por uma demanda da própria Nitro Química. A partir de então as relações entre a empresa, o Conpresp e a Secretaria de Cultura, representada por Carlos Augusto Calil, tiveram grande importância nos encaminhamentos do processo. Através da contratação de um escritório de advocacia, a Nitro Química manifestou posição contrária ao tombamento da totalidade da fábrica, negando quaisquer valores arquitetônicos, históricos ou culturais, sugerindo que apenas uma das chaminés fosse tombada, a maior delas, indicada como única edificação de destaque (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

A partir daquele ano, a empresa facilitou o acesso ao conjunto, o que permitiu que as técnicas Dalva Thomaz e Maria Cristina Martini, arquitetas, retomassem os estudos voltados aos equipamentos fabris, em especial a chaminé em razão da demanda da empresa (informação verbal).¹¹³ A primeira ação das técnicas foi a sugestão de um projeto arquitetônico de recuperação dos edifícios para permitir a rememoração da história da Nitro Química através de usos culturais e educativos. A proposta foi aceita pela empresa e pela direção do DPH, que contratou o Escritório Apiacás Arquitetos para elaborar um estudo preliminar de um Centro de Memória com a prerrogativa de que fosse possível manter o funcionamento da fábrica e viabilizar o acesso da população (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

O estudo para abertura do processo de tombamento, coordenado pela arquiteta Dalva Thomaz, cujo histórico foi produzido pela socióloga Fátima Antunes, foi elaborado em 2010. Neste, partiu-se da consideração da indústria como marco referencial para São Miguel Paulista, recuperando a trajetória da empresa da década de 1930 até os anos 2000, ressaltando a importância de seu caráter urbano. Para abordagem ao objeto, foram utilizadas fontes como Bomtempo (1970), Fontes (1997), Teresa Caldeira (2007) e produções da própria Votorantim como “Nitro Química, 70 anos”, e para a associação desta indústria ao processo de industrialização da cidade, recuperaram autores como Richard Morse (1970) e Juergen Langenbuch (1971).

Apoiadas na categoria de patrimônio industrial, as técnicas organizaram a cronologia construtiva do conjunto, produzindo um inventário dos equipamentos fabris e mapas indicando os edifícios demolidos entre 2002 e 2008. É possível observar que a chaminé foi um dos elementos que chamou a atenção da arquiteta desde as primeiras impressões.

“No local reinava uma vegetação típica do vazio abandonado, afora o magnífico exemplar de chaminé que resistentemente se manteve em pé com toda a dignidade. Seu interior é deslumbrante. Trata-se, sem dúvida, de uma peça arquitetônica e construtiva da melhor qualidade. Não deveria e não poderia ter sido demolida. E, nesse sentido, parece ter prevalecido o bom senso”. (Processo CONPRESP n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 282)

¹¹³ Entrevista concedida por Dalva Thomaz à autora em 25 de setembro de 2019.

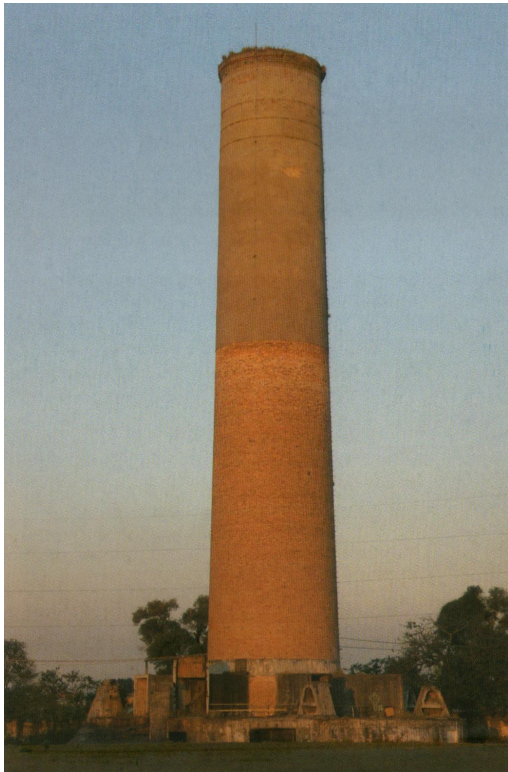


Figura 29. Chaminé de efluentes da Nitro Química.

Fonte: FERREIRA, 2013, p. 24.

Entretanto, ao analisar o tecido urbano do perímetro próximo às instalações industriais, Thomaz notou a existência das vilas operárias, o que a alertou para outros aspectos da existência da fábrica no bairro e para sua importância na constituição da paisagem. Tal percepção permitiu a sensibilização do olhar para dimensão da vivência, do trabalho, da habitação, instigando a arquiteta a compreender a fundo a atuação da Nitro Química. A aproximação à bibliografia de história social do trabalho, representada por Fontes (1997), permitiu a arquiteta perceber a importância de outros elementos componentes do conjunto industrial e a configuração do bairro para além dos muros da fábrica, salientando as vilas habitacionais, escola, creche, ambulatório, refeitório, clube de lazer, delegacia e hospital. E ampliar a análise abordando valores históricos e sociais, como a política assistencialista e as relações conflituosas decorrentes da exploração do trabalho, construindo um outro caminho para interpretação da importância da Nitro Química, para além dos valores econômicos ligados à produção fabril (informação verbal).¹¹⁴

Entretanto, é possível perceber que os valores ligados ao trabalho não compõem o foco do discurso de atribuição de valor. As referências ao trabalho e aos trabalhadores aparecem como forma de compor a história focada na existência e atuação da fábrica. Há algumas menções sobre as condições de trabalho na fábrica, bem como os movimentos de resistência dos

¹¹⁴ Entrevista concedida à autora em 25 de setembro de 2019.

trabalhadores, considerações sobre a exploração do trabalho, e sobre a grande quantidade de acidentes em um dos períodos considerados mais prósperos para a indústria, entre 1940 e 1950.

Com o objetivo de atestar o valor dos objetos, Thomaz apoiou-se na categoria de patrimônio industrial, nos conceitos estabelecidos pela Carta de Nizhny Tagil, e em trabalhos previamente desenvolvidos por ela no DPH, como o estudo do patrimônio industrial da Mooca. Os equipamentos industriais, a materialidade – os arcos, chaminés, portões, portaria, caixilhos, janelas, plantas, modulação, estruturas metálicas, *sheds* – foram incorporados à narrativa como emblemas da industrialização. Reconheceu que a temática do patrimônio industrial vinha sendo introduzida no Brasil e, a partir da construção narrativa da obsolescência destes espaços, defendeu sua potencialidade para valorização social, cultural e ambiental. Pensar na relação entre as áreas industriais abandonadas e sua potencialidade econômica foi central para a aplicação desta categoria ao caso.

A proposta de tombamento buscou articular a história do bairro à história da indústria, sendo os valores históricos, arquitetônicos e paisagísticos aqueles mobilizados para a eleição dos bens indicados. Thomaz mostrou-se sensível à mobilização social decorrente do processo de demolição dos antigos equipamentos industriais. Salientou que não se poderiam criar condições para impossibilitar modificações futuras da fábrica, entretanto entendia a responsabilidade social de oficializar a importância histórica de alguns elementos da indústria. Segundo a arquiteta, as demolições atingiram áreas muito visíveis do conjunto, o que desagradou a população.

“Ao nosso ver, a hipótese de apagamento de uma memória profundamente relacionada à vida útil, ao trabalho, ao crescimento dos filhos, às diversas formas de convívio social teriam influenciado de uma maneira muito mais intensa no desejo de preservação. E a manutenção de um objeto presente na memória coletiva, como o caso da Cia. Nitro Química, vem com toda carga de ambiguidade que uma situação dessas pode efetivamente conter. Não há só fatos bons [...]. Há outros fatos de uma gravidade desconcertante [...] que por suas consequências nos deixaria atônitos diante de um pedido de tombamento partindo de seus ex-operários, não fosse o outro lado da história.” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 357)

Apoiada em Maurice Halbwachs (1990), recuperou a importância da memória coletiva a partir do sentimento de perda, e também das contradições dessa memória, entre a exaltação do trabalho na fábrica, e a memória da exploração, suscitada através de conversas diretas realizadas pelas técnicas com moradores da Vila Nitro Química.¹¹⁵

“[...] aqui nos despojamos do rigor acadêmico que o objeto em questão, como objeto do patrimônio industrial, requereria, para nos centrarmos na apreciação dos elementos materiais que permitam, a nosso ver, legitimar a memória

¹¹⁵ A partir da análise do processo foi possível perceber que ocorreram conversas informais, que não se constituíram como metodologia de obtenção de fontes orais para a produção do dossiê de tombamento.

essencial da presença dessa fábrica nesse lugar, como uma necessária afirmação histórica perante as sociedades presente e futura” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 360).

“Pode parecer curioso, mas a arquitetura fabril, de modo geral e nesse caso em particular, encerra em si uma outra face, pouco revelada, associada à representação da produção, do fazer, do trabalho, da possibilidade de emprego, de um lugar de dignidade onde se é útil e se ganha a sobrevivência. [...] A possibilidade do estabelecimento de tais relações com o lugar, com as formas e espaços do lugar, acaba gerando referências tão incorporadas ao cotidiano de quem o vê e frequenta que passa a assumir, nesse sentido, um papel de representante vivo de uma história que talvez só possa mesmo continuar a ser contada diante de alguns marcos que lhe garantam a legitimidade” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 573)

A proposta consistiu em indicar o tombamento de elementos internos aos terrenos da indústria que, segundo a autora, estabeleciam diálogo com o ambiente externo, selecionados a partir de valores históricos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, sociais e tecnológicos. Buscando compor um interesse em comum, que permitisse a permanência do funcionamento da empresa e a preservação dos bens representativos da presença industrial marcante ao longo do tempo. Indicou onze elementos, quais foram, três chaminés de alvenaria de tijolos, duas casas de força, duas chaminés metálicas, para demonstrar a atualização dos processos produtivos da fábrica, a torre d'água, como um dos primeiros elementos construídos pela Nitro Química, a antiga passagem do ramal ferroviário que dava acesso direto à Nitro Química e a respectiva plataforma, o conjunto de edifícios fabris voltados para a ferrovia, e a antiga portaria principal e o refeitório, que compõem um único edifício.

Esta proposta agregava, ainda, uma segunda sugestão em que Thomaz apontou as vilas habitacionais e residências localizadas internamente aos muros da fábrica como áreas de interesse para preservação e indicou a necessidade de estudos mais aprofundados para um possível tombamento. Embora reconhecesse que não havia mais tamanha homogeneidade nos conjuntos, atribuiu valor a partir da rememoração dos trabalhadores da fábrica, entendendo as casas como expressão dos diferentes graus de hierarquia de trabalho. Para a arquiteta, o reconhecimento dos bens materiais seria capaz de permitir a legitimação da memória, como uma forma de afirmação histórica perante as sociedades presente e futura (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

Após a finalização do dossiê o conselheiro Marcelo Manhães de Almeida elaborou um primeiro parecer expressando consideração de valor somente para uma das chaminés, a maior delas, retomando as ideias que surgiram no início do processo de que um tombamento de toda a área congelaria ações futuras de crescimento das atividades industriais. Como saída, sugeriu que representantes da Nitro Química fossem convidados para uma reunião, e que fosse,

efetivamente, elaborado um projeto para qualificar o entorno da chaminé e instalar um equipamento de cultura que desse conta de tratar da história da fábrica.

Em 2011, em reunião do conselho em que estiveram presentes representantes da Nitro Química, ficou claro que mantinham contato com o então secretário de cultura, Carlos Augusto Calil. Mas não encontramos mais informações sobre as motivações e objetivos desse contato direto. Nesta reunião foi apresentado o projeto arquitetônico preliminar envolvendo a adaptação de uma das antigas casas de força, já desativada, e inserção de um novo volume para criação de um espaço que ora é denominado “Museu do Migrante de São Miguel”, ora “Centro de Memória Nitro Química”. Este projeto foi desenvolvido a partir de mobilização da própria Nitro Química com o Escritório Apicás, com envolvimento da Fundação Tide Setúbal e do movimento Nossa Zona Leste.¹¹⁶ A ação foi vista como positiva pelo DPH por demonstrar que a edificação teria potencialidade de recuperação e reaproveitamento com o uso previsto, ainda que a concretização do projeto não seria exigência necessária para a proteção por meio do tombamento (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

Após esta ocasião, Marcelo Manhães de Almeida elaborou um novo parecer. Em sua visão, o tombamento deveria recair sobre a chaminé de efluentes e a casa de força onde seria implantado o projeto para reutilização, mas manteve-se contrário ao reconhecimento dos outros elementos indicados, entendendo que não possuíam “apelo necessário”. Para ele, o tombamento da chaminé de efluentes e da casa de força, juntamente com a execução do projeto arquitetônico, seria suficiente para garantir um equipamento cultural que espelhasse os diversos momentos da fábrica, sem impor quaisquer impedimentos às futuras atividades e expansão da indústria. Contudo, o conselho abriu processo de tombamento para a maioria dos elementos indicados, excluindo-se as duas chaminés metálicas, a torre d’água e qualquer consideração sobre o valor patrimonial das vilas habitacionais.

Após esta aprovação, a proposta foi rearticulada, dividindo os bens em três segmentos, organizados a partir de reflexões sobre sua importância histórica, características construtivas, localização no terreno, visibilidade na paisagem do bairro, e diferentes critérios de delimitação de área envoltória. Neste ano, entretanto, o DPH recebeu um abaixo-assinado indicando que trabalhadores da empresa e moradores do bairro eram contrários ao tombamento, refletindo um posicionamento confuso se considerarmos que foi assinado por trabalhadores da empresa.

¹¹⁶ Conforme apresentado em documentos presentes no processo de tombamento, o projeto preliminar elaborado pelo Escritório Apicás Arquitetos previa recuperação de alguns edifícios através da adaptação do antigo edifício da casa de força para receber um programa genérico para usos culturais. Além deste, seria construído um outro volume, em estrutura metálica onde seriam inseridas uma sala de cinema, um teatro multiuso, salas de exposições, biblioteca, salas de aula e/ou oficinas, espaços técnicos e administrativos. Neste documento está indicado que o desenvolvimento do projeto aconteceria em parceria entre a Nitro Química, o poder público e outras instituições com interesse cultural da região e da zona leste (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003).

“Nós, moradores do bairro de São Miguel Paulista, abaixo assinados, junto com os trabalhadores da Empresa Cia Nitro Química Brasileira, também signatários deste documento, solicitamos a suspensão do processo de tombamento da Empresa. Nossa solicitação baseia-se na importância que a Empresa tem para a região de São Miguel e para a Zona Leste de São Paulo. Os investimentos previstos para a Zona Leste no próximo período contam com a Empresa como uma das indutoras do crescimento da região, devendo gerar novos empregos nos próximos anos. O tombamento dificultaria esse processo, gerando perdas irreparáveis” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 738)

Não fica claro se houve atuação direta de proprietários da empresa na organização deste abaixo assinado. Mas qual seria a origem e justificativa de um documento como esse após as tratativas com a Nitro Química e um posicionamento, aparentemente, favorável à preservação através do projeto de requalificação? Vale lembrar que as relações com a Nitro Química não foram lineares durante todo o processo. As técnicas do DPH não puderam acessar o local para realizar as vistorias durante os cinco primeiros anos em que o processo esteve em discussão. Somente em 2008 a Nitro Química enviou uma primeira resposta através de um relatório realizado pelo escritório de advocacia Bicalho Molica, solicitando que o tombamento fosse realizado apenas para a chaminé de efluentes, indicada como o símbolo da empresa.

Em 2010, através de outro relatório do escritório de advocacia Peroba, a empresa solicitou ao DPH autorização para demolição de muitos antigos galpões desativados através da justificativa de que estes não possuíam valor histórico. E, no mesmo ano, enviou um laudo de análise estrutural da chaminé de efluentes indicando risco de desabamento e sugerindo sua demolição. Mas, em outro documento elaborado pelo escritório de arquitetura FormArte, enviado em 2011, após conhecimento da proposta de tombamento indicada pro Dalva Thomaz, propunham o tombamento de duas chaminés, como elementos únicos, sendo a chaminé de efluentes incorporada ao projeto de uso cultural. Ou seja, notamos posicionamentos confusos e contraditórios. Teriam os proprietários se apoiado no projeto para um espaço cultural e, aproveitando da desvinculação de sua execução com o tombamento, tentado impedir o tombamento, entendido como instrumento limitador do crescimento da empresa?

A proposta de demolição da chaminé de efluentes ou seu tombamento único, ainda que não tenha sido acatada pelos membros do Conpresp, contribuiu para a definição final do processo. Em resposta ao abaixo assinado, a diretora substituta do DPH Letícia Bandeira de Mello, elaborou um parecer indicando que seria possível tomar alguns elementos mobilizadores da memória da população sem prejudicar “o bom funcionamento e expansão da indústria” (CONPRESP, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 743). Para ela, o fato de a fábrica manter-se em funcionamento era indicador de sua potencialidade na manutenção das construções identitárias, e não um impedidor do tombamento.

O conselheiro, arquiteto José Eduardo de Assis Lefèvre, representante da Secretaria Municipal de Cultura, foi responsável pela elaboração do último parecer do Conpresp, em 2012. Apresentou posicionamento diferente dos pareceristas anteriores, concordando com o tombamento das casas de força, chaminés de caldeira, portaria principal e muro, mas sugerindo que a chaminé de efluentes não fosse tombada. A existência do projeto para um memorial dedicado à memória dos trabalhadores da região de São Miguel Paulista, além da potencialidade que a própria chaminé de efluentes garantiria à valorização da região, parecem ter sido os dois principais fatores para tal posicionamento.

“Considero apropriada a retirada dessa chaminé da listagem do tombamento, recomendando-se, no entanto, que seja considerada pelos proprietários a sua preservação como elementos de valorização da área, como já ocorreu em empreendimentos imobiliários recentes na Mooca e na Lapa” (CONPRES, Processo n.º 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 791).

O tombamento definitivo recaiu sobre três chaminés construídas em alvenaria de tijolos, de uma casa de força, e do edifício que abrigava a portaria principal e refeitório, determinando uma área envoltória de dez metros em torno de cada um destes, conforme apresentado na Figura 30. A Companhia Nitro Química Brasileira foi inscrita no Livro n.º 5 - Edifícios, Sistemas Viários, Conjuntos Arquitetônicos e Urbanos Representativos e Monumentos, em 2014.

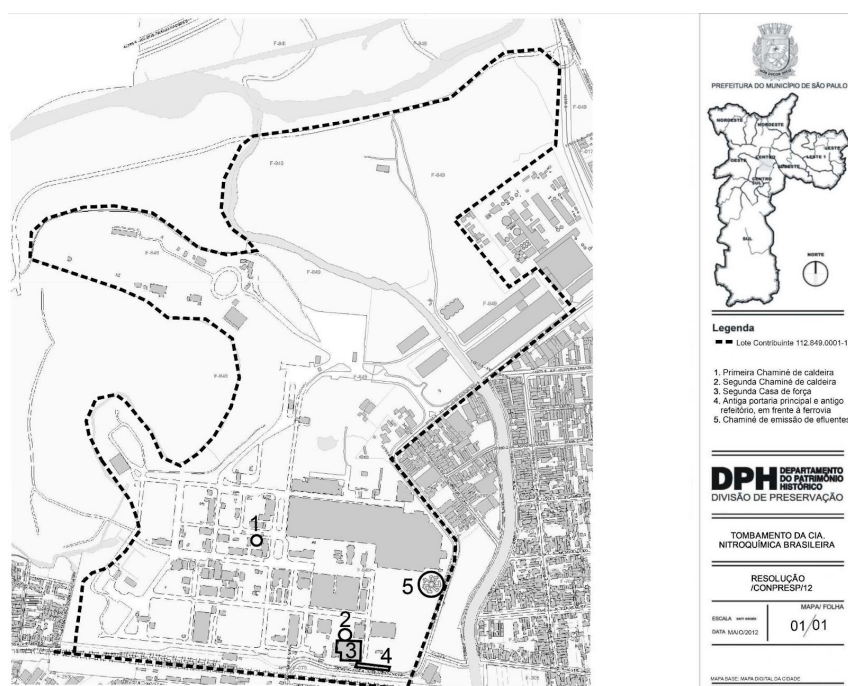


Figura 30. Mapa de bens tombados da Nitro Química.

Fonte: CONPRES, Resolução 10/12, 2012. Disponível em <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>>. Acesso em 23 ago. 2021.

Entretanto, se refletirmos sobre os processos de demolição, apropriação de antigos territórios industriais pelo mercado imobiliário na cidade, assim como os interesses dos órgãos de preservação notaremos que as questões e desafios suscitados em São Miguel Paulista são diversos daqueles presentes na Mooca ou na Lapa, citando os territórios que Lefevre lançou mão para justificar sua proposta. As características arquitetônicas, históricas e, principalmente, urbanas desses patrimônios industriais são diferentes. Os interesses mercadológicos sobre esses territórios mais próximos ao centro da cidade são muito maiores que em São Miguel Paulista, a observar pela quantidade de empreendimentos ali implantados nas últimas décadas e, em contrapartida, um número muito reduzido em São Miguel Paulista.

Ao analisarmos dados da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp), que lista lançamentos imobiliários verticais e horizontais, e o Cadastro Fiscal do Município de São Paulo, considerando as construções referenciadas como verticais, para um raio de 10 km a partir do terreno da Nitro Química, é possível notar que a maioria dos lançamentos imobiliários entre a década de 1980 e 2018 estão concentradas nos entornos das avenidas Nordeste e Jacu Pêssego, além de prevalecerem empreendimentos horizontais formados por poucas unidades. E ao analisarmos os anos de lançamentos desses empreendimentos imobiliários observaremos que desde a década de 1990, antes do tombamento ser solicitado, não há grandes pressões por incorporação imobiliária no bairro.¹¹⁷ Ou seja, não encontramos fatores que poderiam justificar, em termos de interesse mercadológico à terra, e naquele período, entre 2011 e 2012, a proposta de Lefèvre de a região receber empreendimentos imobiliários como ocorre com a Mooca, por exemplo.

Outro caminho seria pensarmos que tanto nos tombamentos definidos para bairros como Mooca, Lapa, Barra Funda, Brás, como em São Miguel Paulista, os sujeitos sociais são pouco, ou nem mesmo, considerados como atribuição de valor. Mas também por questões diferentes. Os exemplares instalados entre finais do século XIX e início do XX compõem um conjunto industrial de características materiais consideradas de grande valor arquitetônico, monumental e excepcional que, em si, justificam tombamentos sem que “seja necessário” considerar a existência de trabalhadores. No caso da Nitro Química, nem mesmo suas características materiais foram consideradas de valor, trata-se de um outro tipo de patrimônio industrial, “fora do padrão” arquitetônico das indústrias tombadas, no qual a presença de sujeitos sociais também é desconsiderada, mas, novamente, por outras questões. Lá trabalharam migrantes mineiros, do interior paulista e especialmente nordestinos que compuseram um modo de vida e construíram a identidade de São Miguel Paulista como um bairro nordestino (FONTES, 2008b), e esse não é um aspecto que vemos identificado como parte do patrimônio cultural paulistano.

¹¹⁷ Esta análise sobre a atuação do mercado imobiliário em São Miguel Paulista foi realizada por Gustavo Marques dos Santos a partir de nosso pedido e a quem agradecemos. Santos analisou os ciclos imobiliários de verticalização paulistana através de sua pesquisa de mestrado (SANTOS, 2020).

Segundo o arquiteto Walter Pires, o momento de definição deste tombamento foi delicado por se tratar de um período de mudança na prefeitura da cidade, na direção do órgão, e na propriedade da empresa. A partir de 2013 na prefeitura de São Paulo, Gilberto Kassab daria lugar à Fernando Haddad, na direção do DPH Walter Pires seria substituído por Nádya Somekh, e a Nitro Química passaria de propriedade da Votorantim a um grupo de acionistas. Nesse sentido, Pires indica que foram tombados aqueles elementos possíveis dentro das condições previstas para manutenção do funcionamento da fábrica. Além de confirmar o acordo firmado entre a prefeitura e a Nitro Química para implantação do Centro de Memória, cuja área seria incorporada pela prefeitura. Porém com as mudanças de governo, direção do órgão e propriedade da indústria, os encaminhamentos diluíram-se (informação verbal).¹¹⁸

2.3. Discursos sobre o patrimônio: tombamentos e referências culturais

2.3.1. O industrial como categoria

Tomando como base o quadro patrimonial estabelecido por meio do tombamento no bairro de São Miguel Paulista e distritos próximos como Itaquera, Ermelino Matarazzo, Vila Jacuí e Jardim Helena¹¹⁹ é possível compreender que o tombamento da Nitro Química representa o início de um processo de reconhecimento oficial, por parte da municipalidade, de exemplares construídos no século XX, associados ao processo de industrialização em bairros do extremo leste da cidade.

Em todo o processo de tombamento da Nitro Química a chaminé foi unanimemente valorizada como exemplar arquitetônico industrial grandioso e marcante no lugar. As dimensões do complexo industrial foram mencionadas desde o primeiro parecer como obstáculo a um tombamento integral. E os elementos reconhecidos oficialmente dizem respeito unicamente aos espaços de produção desativados, ou seja, representantes da atuação da Nitro Química no passado, ameaçados de demolição pela própria empresa.

Ainda existem alguns edifícios construídos pela empresa para além dos limites do muro da fábrica, como as residências da Vila Nitro Química e as ruínas da Sede do Clube Social, mas

¹¹⁸ Entrevista concedida à autora em 17 de setembro de 2019.

¹¹⁹ Em São Miguel Paulista, além da Nitro Química, a Capela de São Miguel Arcanjo foi tombada pelo Iphan em 1938, pelo Condephaat em 1974 e pelo Conpresp em 1991. No Jardim Helena, o edifício Sede da Chácara Biacica foi tombado pelo Conpresp em 1994. Em Itaquera estão tombados a Casa Sede da Fazenda Morganti pelo Conpresp em 2017, a Casa do Chefe da Estação, um Chalé e um Antigo Casarão tombados pelo Conpresp em 2019, e o Casarão Sabbado D'Angelo, tombado pelo Conpresp e pelo Condephaat em 2018. Na Vila Jacuí, o Sítio Mirim é tombado pelo Iphan desde 1973, pelo Condephaat desde 1982 e pelo Conpresp desde 1991. Em Ermelino Matarazzo, o Conjunto de Residências José Lopes Rodrigues foi tombado pelo Conpresp em 2016. Este quadro demonstra como tem sido a atuação dos órgãos de patrimônio em alguns distritos da Zona Leste de São Paulo. Os poucos remanescentes do período colonial, a Capela de São Miguel Arcanjo, Sítio Mirim e edifício Sede da Chácara Biacica, representam os primeiros a serem tombados, sendo os dois primeiros reconhecidos pelas três instâncias. Os edifícios construídos ao longo do século XIX e XX, como os edifícios de linguagem eclética em Itaquera, têm recebido reconhecimento oficial pela municipalidade apenas nos últimos anos. A Nitro Química é o único representante do período industrial tombado. Há ainda um processo de tombamento aberto desde 2016 para a Fábrica Celosul em Ermelino Matarazzo (Geosampa. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. Acesso em 29 jan. 2020).

não tiveram lugar na decisão do Conpresp. Isto mostra que, embora alinhado à categoria de patrimônio industrial - indicado na resolução de tombamento como aglutinador de valores históricos, sociais, tecnológicos e arquitetônicos -, o tombamento não reconheceu outros elementos que permitiriam a compreensão da existência desta indústria naquele ambiente urbano. Segundo Ulpiano de Meneses (2009) os valores culturais não podem ser previstos geneticamente, eles devem ser explicitados.

Considerando que ocorreram e ocorrem grandes processos de demolição em antigas áreas industriais da cidade ameaçadas pelo avanço da fronteira imobiliária, como no caso das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo na Barra Funda, do galpão da Fábrica Alpargatas na Mooca, da Vila João Migliari no Tatuapé, entre outras, o tombamento representa, em muitos casos, o único e último instrumento impeditivo à demolição. Mas, refletir sobre as narrativas impressas nesses tombamentos é fundamental, pois enquanto representantes da industrialização, compõem um conjunto de bens que passaram a ser considerados passíveis de tombamento em decorrência de uma revisão dos conceitos e práticas do campo do patrimônio.

O fato de a Nitro Química ser uma indústria em funcionamento impactou nas escolhas para o tombamento de duas maneiras. Primeiramente, os elementos tombados reproduzem a ideia de que patrimônio é o antigo, o que não está mais em uso, ou que está ameaçado de desaparecimento. E também pelo fato de as edificações construídas em tempos recentes serem usadas como forma de tentar impedir o tombamento. Como apresentado na bibliografia sobre o objeto, no inventário elaborado pelas técnicas do DPH, e também por reflexões de Marly Rodrigues (2010), os espaços industriais sempre passaram por processos de remodelação, com demolições e novas construções, porém as propostas de tombamento parecem voltar-se a um período inicial, em busca do original, sem levar em consideração que a transformação dos espaços produtivos faz parte de sua natureza.

O que parece ter ocorrido para a Nitro Química foi a aplicação de um novo conceito a partir de lógicas antigas, em que a monumentalidade, a ancianidade, mas, principalmente, os valores arquitetônicos excepcionais, prevaleceram. A análise do processo demonstrou que a proposta de aplicação da categoria de patrimônio industrial como capaz de qualificar valores sociais, através do reconhecimento de bens ligados à habitação operária, não encontrou permeabilidade no conselho.

A iminência de destruição, o medo da perda, os impactos sociais e memoriais decorrentes da transformação dos modos de produção industrial tornaram-se objeto do debate acadêmico nos campos da memória, arquitetura, ciências sociais, e história social. Esta discussão teve início na Inglaterra, na década de 1950, apoiada no conceito de arqueologia industrial¹²⁰

¹²⁰ Segundo Beatriz Kühl (1998) arqueologia industrial é um campo de estudo, uma metodologia de pesquisa, levantamento, registro e preservação de bens, e o patrimônio industrial é a classificação, a posteriori, dos bens estudados sobre os quais há interesse para preservação.

(RODRIGUES, 2010; KÜHL, 1998), e foi desenvolvida ao longo dos anos 1960. Conforme abordado por Beatriz Kühl (1998), as demolições causaram conscientização da população e comunidade de pesquisadores pela história industrial como parte de sua herança cultural, mobilizados por valores materiais, estéticos e memoriais.

Na década de 1970 as discussões também apareceram na Itália e na França a partir de preocupações com o futuro das estruturas industriais em processo de abandono, degradação ou reconversão para novos usos, paralelamente ao aprofundamento de debates em torno de definições conceituais mais precisas sobre o tema (RUFINONI, 2013). Na França, em 1971 a demolição do mercado Les Halles, em Paris, alertou para a necessidade de preservação da arquitetura produzida nos séculos XIX e XX. Nesta década ocorreu a preservação das salinas de Chaux, e a criação do Museu do Homem e da Indústria, no complexo de Le Creusot, na França (KÜHL, 2008).

Segundo Manoela Rufinoni (2013), buscava-se identificar e valorizar os aspectos formais e espaciais dos conjuntos industriais a partir do valor histórico, documental e paisagístico, assim como as relações sociais ali originadas e consolidadas. A preservação dos remanescentes industriais era vista como recurso educacional para o estudo da história da técnica, dos processos produtivos, e abertura de novas perspectivas para a releitura histórica sobre a industrialização, transformações sociais, espaciais, econômicas e políticas derivadas da industrialização.

Em 1972 a Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, incorporou à definição de patrimônio cultural a representatividade cultural de conjuntos edificados por valores históricos, artísticos e científicos para além dos monumentos artísticos. Segundo Rufinoni (2013), a ameaça aos bens culturais decorrentes das transformações daquele momento, somada à definição de patrimônio cultural adotada na Convenção, que criou a Lista do Patrimônio Mundial, abriu caminho para a inclusão de representantes do patrimônio industrial (RUFINONI, 2013). Mas ao analisarmos a Lista, notamos que em 1978 foram reconhecidas apenas as Jazidas de Sal de Wieliczka, na Polônia, e um volume mais expressivo de reconhecimentos ocorreu apenas a partir dos anos 1990 (UNESCO, s.d.).

As reflexões de Laurajane Smith (2006) sobre os bens reconhecidos pelas diretrizes estabelecidas nesta Convenção nos leva a compreender a força dessa listagem na legitimação de valores europeus e ocidentais como universais. Se considerarmos que de 1979 a 1990 apenas um bem associado à industrialização foi reconhecido, podemos considerar que os valores que o tema do patrimônio industrial suscita não fizeram parte, em um primeiro momento, da construção narrativa sobre o que comporia o patrimônio mundial. Ainda que em nível nacional o tema tenha

feito parte de ampliações importantes sobre o conceito de patrimônio.¹²¹ As preocupações em âmbito internacional sobre a preservação do patrimônio industrial resultaram na formação, em 1978, do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH). Órgão mundial voltado ao patrimônio industrial, vinculado à Unesco, cuja finalidade é promover a cooperação internacional na preservação, conservação, pesquisa, documentação e valorização do patrimônio industrial (GERIBELLO, 2011).

A partir de 1980 na França, a matriz industrial passa a ser entendida como “novos patrimônios”, compostos por exemplares decorrentes do esforço de descentralização das decisões sobre o que preservar (NASCIMENTO, 2021). Em 1982 foi instituída uma missão do patrimônio industrial e elaborada uma lista de critérios para inscrição desse tipo de patrimônio no Inventário Geral dos Monumentos Históricos da França. Com isto, oportunizou-se o reconhecimento dos lugares de produção por sua representatividade, originalidade, localização, capacidade de reabilitação e valor de uso. As apropriações sociais em torno do patrimônio industrial, protagonizadas por demandas dos grupos sociais por aquilo que identificavam como patrimônio, compôs uma “virada patrimonial” (NASCIMENTO, 2021, p. 374), e permitiu a realização de proteções temáticas, como a estabelecida para o patrimônio ferroviário.

A ótica sobre o patrimônio industrial em âmbito internacional a partir dos aspectos de intervenção sobre o ambiente construído, sobre a transformação de espaços produtivos como parte de um projeto de reutilização e implementação de usos culturais é foco dos estudos de Manoela Ruffinoni. Na Itália, a partir de 1992 a área portuária de Gênova passou por intervenções de caráter urbano, revestida da narrativa de revitalização, em função das celebrações do quinto centenário da descoberta da América e da eleição da cidade como sede da Expo 92. A ocasião foi vista como estímulo à promoção internacional da cidade através da realização de grandes obras arquitetônicas. Como espaço cujas atividades portuária e industrial estavam em declínio desde os anos 1960, a exposição foi vista como oportunidade para alavancar projetos de requalificação do espaço (RUFFINONI, 2013).

A promoção, reconhecimento e preservação de representantes da industrialização são decorrentes de um conjunto de conceitos criados para qualificar aquele momento histórico e os artefatos a ele associados como herança cultural. O campo da arquitetura foi fundamental nesse processo. Por arquitetura industrial, Kühl (1998) entende tanto a produção para a indústria, as fábricas propriamente ditas, como o conjunto de elementos construídos através da tecnologia fomentada pela indústria. Entende que o olhar arquitetônico para o patrimônio industrial não está desvinculado dos sentidos e valores atribuídos a estes pelas práticas sociais, e que o estudo

¹²¹ A partir dos anos 1990 foram incluídas na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco espaços industriais da Alemanha, Suécia, Itália, Bélgica e Áustria. Nos anos 2000 os reconhecimentos foram ampliados para sítios industriais, moinhos, complexos, minas, cidades industriais, usinas, localizados em países da Europa, mas também no Chile, China, Japão e Uruguai (UNESCO, s.d.). Podemos associar tais reconhecimentos em regiões orientais e do sul global às ampliações e reflexões sobre o patrimônio mundial decorrentes da busca por compor uma lista mais diversificada e inclusiva a partir dos anos 2000.

do patrimônio industrial é um campo de reflexão multi e interdisciplinar envolvendo história econômica, social, da técnica, do trabalho, da indústria, os campos das engenharias mecânica e civil, da arquitetura, do urbanismo, da geografia.

Para Manoela Rufinoni (2019) o patrimônio industrial refere-se aos testemunhos materiais, aspectos socioculturais e memoriais relacionados ao mundo do trabalho presentes na dimensão urbana. Ao falar do "patrimônio de uma urbanização industrial", Lara Souza (2011) demonstra interpretação do patrimônio industrial como elemento estruturador do espaço urbano, criando novas lógicas econômicas e sociais. Defende que sua peculiaridade como espaços que deixaram de exercer funções industriais deve ser considerada tendo em vista a potencialidade de apropriação dessas estruturas pelas novas dinâmicas da cidade. Segundo Marly Rodrigues, "quando se fala em patrimônio industrial, se fala na história do trabalho em uma sociedade", que seria viabilizada através da preservação de elementos que permitiram a compreensão do valor do trabalho, do lugar dos sujeitos sociais na fábrica e da memória desse grupo (informação verbal).¹²²

Os desafios da patrimonialização dos bens da industrialização a partir da reflexão sobre a memória social operária são abordados pelos antropólogos José Sérgio Lopes e Rosilene Alvim (2009). Segundo eles, o abandono das instalações industriais a partir dos anos 1970 aumentou a demanda social "pela objetivação da memória coletiva local" (LOPES; ALVIM, 2009, p. 233). Refletindo sobre as consequências sociais do fim da atuação da Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, demonstraram que após mais de 20 anos de fechamento, a história da cidade mantinha profundas relações com a empresa, ainda que a fábrica estivesse em ruínas.

Recuperando a mobilização popular ocorrida nos anos 2000 contra a descaracterização da antiga casa do dono da empresa a favor da ressignificação em museu, demonstram os sentidos simbólicos daquele edifício para a comunidade local, contribuem para o aprofundamento das reflexões sobre como se conformam as demandas de patrimonialização em torno da história da industrialização, mas também da desindustrialização e reestruturação urbano industrial. Pontuam que embora a fábrica e a vila operária tenham feito parte de um mesmo programa no passado, o processo de encerramento das atividades produtivas fez com que estes dois espaços passassem por dinâmicas diferentes no decorrer do tempo.

O patrimônio industrial, assim como o campo no todo, tem sido estudado mormente pelo campo da arquitetura, seguido da história, sendo as produções advindas da antropologia, geografia e sociologia em menor número.¹²³ De toda forma, compreender como patrimônio cultural a produção decorrente das transformações viabilizadas pela industrialização indicou

¹²² Entrevista concedida à autora em 13 de novembro de 2020.

¹²³ Anotações relativas ao debate ocorrido na Jornada Regional do Patrimônio Industrial - Sudeste, organizada pelo TICCIH Brasil em 2019 em Campinas, São Paulo.

uma possibilidade de alargamento do campo de interesse do patrimônio para outras arquiteturas, períodos da história, temas, e questões.

Em 1986 foi realizado o 1º Seminário Nacional de História e Energia em que foram discutidos aspectos do patrimônio industrial. As discussões propostas por alguns participantes, como os historiadores Ulpiano Meneses e Margarida Andreatta e Ruy Gama alertaram para a compreensão do patrimônio industrial a partir de múltiplos olhares e, principalmente, relativizado para a história brasileira no que diz respeito às primeiras instalações de caráter manufatureiro no período colonial, representado pelos engenhos, compreendidos como patrimônio industrial (RODRIGUES, 2012).

No Brasil, desde a década de 1970 alguns bens culturais associados à industrialização foram reconhecidos. Em âmbito municipal foram abrangidos em trabalhos realizados pelo DPH e pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPA) sem que tenham sido efetivamente ou inteiramente relacionados como Z8-200¹²⁴ (RODRIGUES, 2012). Em âmbito estadual ocorreram os tombamentos da Estação Ferroviária de Bananal, em 1974, e da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Iperó, em 1974. No Iphan, essa matriz passou a receber atenção a partir da década de 1980, com o tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia, em 1984, da Estação Ferroviária de Lassance, em Minas Gerais, em 1985, o Engenho do Mate, no Paraná, em 1985, o Casarão do Chá, em São Paulo, em 1985, do Mercado Municipal de Manaus, em 1987.

No início dos anos 1990, ocorreram tombamentos importantes como da Fábrica de Cimento Portland Perus, do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela, e da Vila Maria Zélia nos níveis municipal e estadual. Mas a categoria "patrimônio industrial" foi institucionalizada em 2003, com a publicação da "Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial", resultante da Assembléia Geral do TICCIH realizada em Nizhny Tagil, Rússia. Foi o primeiro documento de abrangência internacional destinado à caracterização, proteção e conservação do patrimônio industrial.

A Carta de Nizhny Tagil define patrimônio industrial como vestígio de uma cultura industrial para a qual podem ser atribuídos valores históricos, tecnológicos, sociais, arquitetônicos ou científicos. Compostos por edifícios, maquinaria, oficinas, fábricas, minas, entrepostos, armazéns, centros de produção, meios de transporte, infra-estruturas, habitações, locais de culto e educação. Tais vestígios devem ser estudados através do método interdisciplinar da arqueologia industrial, responsável por englobar documentos, artefatos, estratigrafia, estruturas, implantações, paisagens naturais e urbanas, e a dimensão imaterial (TICCIH, 2003). Nesta, a dimensão imaterial aparece como objeto de estudo multidisciplinar

¹²⁴ Os trabalhos foram o inventário "Patrimônio Ambiental Zona Metrô-Leste". Um trabalho semelhante para a zona oeste, englobando a Lapa, Água Branca e Barra Funda, ambos solicitados pela Companhia do Metrô ao DPH e SEMPLA com o objetivo de identificar os bens culturais significativos na área imediata de influência das linhas de trem e metrô. E o "Galpões Industriais Significativos", realizado pela Emurb, cujo objetivo foi estudar o uso do solo nos bairros do Brás e Mooca.

dentro do campo da arqueologia industrial, porém não foi incorporada na definição de patrimônio industrial, ou seja, foi indicada como objeto de estudo mas não de preservação.

A especificidade que as estruturas industriais conferiram aos locais onde foram instaladas é considerada de grande valor documental para informar os processos históricos da industrialização. Assim, a Carta confirma que o patrimônio industrial parte da consideração da indústria como o objeto principal da cultura industrial. A universalidade, a raridade e a ancianidade são aspectos marcantes na composição dos valores apresentados.

“As razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais. [...]”

A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e deve ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam valor especial” (TICCIH, 2003, pp. 4 e 5)

Parece existir um limite tênue entre uma abordagem ampla sobre o que constitui esta matriz, e o apego a valores que, no início dos anos 2000 já eram objeto de reflexões críticas a nível mundial.¹²⁵ A atribuição ao conjunto material como raiz dos valores sociais é outro exemplo da reiteração de valores inatos aos bens.

“Estes valores [sociais] são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições” (TICCIH, 2003, p. 4)

A compreensão de que os valores culturais não estão nas coisas em si, mas são construídos a partir de relações sociais está presente nas reflexões como de Meneses (1996), e nos ajuda a compreender os valores a partir da análise das relações sociais que envolvem materialidade e imaterialidade de forma inseparável. A narrativa expressa na Carta confirma valores tradicionais como a autenticidade, integridade e ancianidade, voltados para a importância diferencial da materialidade. Enfocando os conjuntos industriais desativados, confirma que a proteção legal e as políticas de salvaguarda compõem novas narrativas para o patrimônio a partir de um saber organizado com base na história da indústria e da produção, vistos sob a ótica de um passado que deve ser transmitido ao presente.

Embora mencione a importância do valor social e da memória dos trabalhadores, todas as recomendações para inventariação, proteção, manutenção e conservação recaem sobre os

¹²⁵ A Unesco recebeu críticas em relação à pouca representatividade da pluralidade do patrimônio cultural em sua lista, e então buscou estratégias para maior inclusão de valores intangíveis, outros territórios e grupos sociais. A partir disso, em 2003 foi elaborada uma normativa para reconhecimento da natureza imaterial do patrimônio, ampliando o discurso sobre o patrimônio (SMITH, 2006).

elementos fabris. Isto pode levar ao enfraquecimento da discussão sobre a capacidade desta matriz abranger elementos que compõem a cultura operária expressa também na habitação, nas escolas, nos hospitais, nos espaços de culto religioso, de lazer, entre outros. A consideração destes outros elementos agregaria discussões diversas sobre a própria manutenção, proteção legal, e processos de inventariação, pois lidar com a patrimonialização de uma vila operária, por exemplo, é um desafio diferente do reconhecimento de espaços de produção.

Em 2011 o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) publicou os “Princípios de Dublin para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial”, aprovado em Assembleia Geral do ICOMOS, decorrente da cooperação com o TICCIH. Por apresentar interpretação sobre o patrimônio industrial envolvendo os processos industriais em funcionamento, permitindo compreender a importância da continuidade histórica dos processos industriais ativos, podemos considerar que apresenta algumas ampliações conceituais em relação à Carta anterior.¹²⁶ Os Princípios de Dublin incluem a dimensão imaterial na definição de patrimônio industrial, salientando a importância do saber fazer, das memórias, da vida social dos trabalhadores e comunidades, e das práticas sociais e culturais (ICOMOS; TICCIH, 2011).

“O significado e o valor do patrimônio industrial são específicos das estruturas ou dos próprios sítios, do seu tecido material, das suas componentes, da sua maquinaria e contexto, expressos na paisagem industrial, na documentação escrita, e também nas dimensões imateriais contidas nas memórias, artes e costumes” (ICOMOS; TICCIH, 2011, p. 2)

O documento também apresenta visão relativizada sobre a abrangência dos espaços industriais, compreendendo que existem aqueles representativos em nível regional, enquanto outros em nível mundial. Ainda que a Carta de Nizhny Tagil mencione a importância da memória dos trabalhadores, os Princípios de Dublin indicam história oral como fonte, um caminho oportuno dado que trata-se de um campo de pesquisa. Os trabalhos de Eva Blay (1985), Ecléa Bosi (1994 [1979]), José Sérgio Lopes e Rosilene Alvim (2009) demonstram como o uso das fontes orais como metodologia para construção de narrativas a partir das experiências de vida contadas pelos próprios sujeitos agregam e tensionam as narrativas da história oficial e da história da arquitetura. No campo do patrimônio podemos citar os trabalhos de Flávia Brito do Nascimento (2016a, 2019, 2021), mas a metodologia ainda encontra obstáculos, principalmente no âmbito dos tombamentos.

Uma diferença sutil, mas significativa, está que esse documento não elenca os valores patrimoniais, como faz a Carta de Nizhny Tagil, mas indica que tais valores devem ser

¹²⁶ Como consta no site do TICCIH, a cooperação entre ICOMOS e TICCIH ocorre desde os anos 2000, quando de um primeiro acordo de trabalho. Os Princípios de Dublin são uma indicação da cooperação e, em 2014 foi publicado o *Memorandum of Understanding*, que indica a estrutura de colaboração das instituições para a conservação do patrimônio industrial, com validade até o ano de 2019 (TICCIH; ICOMOS, 2014). Não encontramos um documento mais recente.

construídos a partir da investigação da história industrial, socioeconômica de uma região, cidade ou país, assim como da compreensão a dimensão material e imaterial dos objetos. A consideração da história local, nacional e internacional bem como a interação através dos tempos e das culturas é uma dimensão que tende a orientar um olhar em escala ampliada, para reconhecimento de que os processos não são isolados, mas também representativo das práticas sociais relativas a cada caso. De toda forma, nesses documentos a mobilização dos sujeitos ocorre no sentido de reforçar o valor da industrialização.

Através de consulta no site do TICCIH, e também por percepção sobre a forma como estes documentos são mobilizados por autoras como Beatriz Kühn (2008), Eloisa Dezen-Kempton (2011), Vanessa Figueiredo (2014), Denise Geribello (2016), Ana Lara Lessa (2017) e Manoela Rufinoni (2019) e em mesas de debates acompanhadas ao longo da pesquisa, como a II Jornada Regional de Patrimônio Industrial-Sudeste, e o III Congresso Nacional para Conservação do Patrimônio Industrial, organizados pelo TICCIH-Brasil, é possível notar que a Carta de Nizhny Tagil é o principal documento utilizado e citado. É indicada como a Carta do patrimônio industrial no site do TICCIH Internacional. Já para o ICOMOS, o documento base são os Princípios de Dublin. Há ainda a “Declaração de Taipei para o patrimônio industrial asiático”, publicada pelo TICCIH em 2012, a primeira assembleia da instituição na Ásia.¹²⁷ Segundo Meneguello, seria fundamental uma carta de patrimônio industrial no âmbito da Unesco, processo que decorre de anos, mas ainda não resultou em publicação (informação verbal).¹²⁸

A partir destas cartas é possível compreender que o patrimônio industrial consagra-se dentro de uma proposta de ampliação conceitual de patrimônio em escala mundial. No Brasil, a articulação para formação do Comitê Brasileiro do TICCIH ocorreu no início dos anos 2000. Segundo o historiador Paulo Fontes, a proposta era mobilizar profissionais e pesquisadores do campo do patrimônio de diversas matrizes para construir uma discussão multi e interdisciplinar (informação verbal).¹²⁹ A partir da leitura da Carta Manifesto publicada no site do TICCIH Brasil é possível notar que as relações sociais geradas pela industrialização ao papel dos trabalhadores foi uma linha indicada pelo Comitê.¹³⁰

¹²⁷ A “Declaração de Taipei para o patrimônio industrial asiático” parte do reconhecimento sobre o desenvolvimento industrial na Ásia. Indica que a composição desse patrimônio industrial engloba a valorização do trabalho das populações locais, entendendo que ele está intimamente associado à história de vida, às memórias e as mudanças sociais locais, ao saber fazer, aos documentos, à relação com os recursos naturais, à economia vernacular, à paisagem cultural, e aos valores imateriais. A população local é interpretada como parte do processo de conservação. Sugere o pensamento de formas de desenvolvimento sustentável e métodos de conservação flexíveis, indicando a necessidade de atenção aos aspectos arquitetônicos que necessitem ser preservados por valores artísticos e excepcionais. Há proposta de reuso adaptativo para novas funções que assegurem sua conservação, desde que não se sobreponham aos valores universais (TICCIH, 2012).

¹²⁸ Entrevista concedida à autora em 13 de abril de 2021.

¹²⁹ Entrevista concedida à autora em 30 de agosto de 2019.

¹³⁰ O TICCIH Brasil foi formado em 2003 como instância de pesquisa, divulgação da causa preservacionista, articulação de comunidades, organizações da sociedade civil, entidades empresariais e sindicais para a preservação do patrimônio industrial e busca de alternativas para a sua reutilização. Surgiu a partir de discussões de profissionais das áreas de história, sociologia e arquitetura em torno dos fatos decorrentes da destruição e deterioração do parque industrial brasileiro, suscitados por mobilizações como a que ocorreu para a preservação da Nitro Química (TICCIH BRASIL, 2003).

Para Kùhl o campo do patrimônio industrial vem passando por revisões críticas, e a estruturação do TICCIH Brasil é fundamental para a multiplicação de pesquisas sobre o patrimônio industrial a partir de diferentes campos de estudo. Entretanto, reforça a necessidade de estudos interdisciplinares sobre os objetos de forma a compor análises mais aprofundadas das diferentes dimensões de existência dos bens. A falta de diálogo entre os campos prejudica a revisão do próprio processo de industrialização e a elaboração de políticas de preservação para os patrimônios enquadrados nesta categoria (informação verbal).¹³¹

Eventos organizados pelo TICCIH Brasil, como a II Jornada Regional do Patrimônio Industrial - Sudeste, em 2019, e o III Congresso Nacional para Conservação do Patrimônio Industrial, em 2021, demonstram preocupação em compor a visão de patrimônio industrial como um conjunto heterogêneo de objetos e um campo interdisciplinar. Mobilizaram pesquisadores do campo da história, arquitetura e turismo em debates sobre como lidar com a reconfiguração urbana, com os vestígios materiais, com as memórias dos trabalhadores nos espaços industriais, como pensar o planejamento territorial e a musealização. Entretanto, ainda é possível perceber a dificuldade de diálogo expressa pelos próprios membros do TICCIH ao salientarem que a compreensão do campo envolvendo história social do trabalho, arquitetura industrial, história da indústria, história da industrialização, estudos de antropologia ainda está em construção.

Em São Paulo a preservação do patrimônio industrial assume papel estratégico na configuração urbana e na paisagem da cidade face ao interesse do mercado imobiliário (KÜHL, 2008). Reflexões de Beatriz Kùhl expostas em entrevista à autora, Rodrigues (2010) e Rufinoni (2019) voltam-se à necessidade de se pensar a preservação na escala urbana envolvendo instrumentos de planejamento para superar os tombamentos pontuais. A relação entre a preservação e a valorização imobiliária foi objeto de estudo de Ana Lara Lessa para o caso das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo na Água Branca, como já mencionado. A partir deste caso identificou que o patrimônio da industrialização é “um tipo de patrimônio ainda dificilmente compreendido que, por suas características, acaba sendo tratado como estoque de terras disponível ao mercado imobiliário” (LESSA, 2017, p. 19).

Os tombamentos de bens classificados como patrimônio industrial em São Paulo voltaram-se aos bairros que a história, a arquitetura e a literatura confirmaram como bairros industriais, como a Mooca, o Brás, a Lapa, Água Branca, e Barra Funda.¹³² Estes bairros tornam-se foco do avanço da fronteira imobiliária a partir da década de 1990, agravado nos dias atuais, porém as ações preservacionistas emergiram como reação ao desaparecimento iminente de

¹³¹ Entrevista concedida à autora em 01 de novembro de 2019.

¹³² Na década de 1970 as regiões do Brás, Mooca e Bresser foram estudadas pela então Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) pela Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) e pelo DPH por meio de dois inventários, o Cura Brás-Bresser e o Patrimônio Ambiental Zona Metrô-Leste. Identificaram vilas, conjuntos habitacionais e galpões industriais de interesse para a preservação em áreas que seriam afetadas pela implantação da Linha Vermelha do Metrô. Tais inventários não resultaram em instrumentos efetivos de preservação, fazendo com que grande parte dos exemplares fossem, efetivamente, demolidos (ANDRADE, 2012; DARVICHE, 2014).

remanescentes físicos, o que explica a ação de “pronto socorro” denominada por Rodrigues (2010). Segundo Clarissa Gagliardi e Mônica Carvalho (2020), a zona leste de São Paulo foi a região da cidade que mais sofreu impactos decorrentes da desconcentração industrial, em que processos denominados “reconversão econômica” criaram disputas entre o capital imobiliário e os órgãos de preservação.

Rememorando o processo de tombamento da Chaminé da Companhia União dos Refinadores, no bairro da Mooca, Dalva Thomaz indica a dificuldade para estabelecimento do perímetro de proteção no entorno do bem tombado em decorrência da pressão do mercado imobiliário. Fator que, segundo a técnica do DPH, ocasionou na diminuição da área envoltória proposta para um perímetro de 15 metros de raio (informação verbal).¹³³ A implantação do empreendimento “Luzes da Mooca” é um caso emblemático para se pensar a pressão imobiliária, o uso e a apropriação dos bens da industrialização. A Mooca é hoje um dos distritos onde a transformação da paisagem através de projetos de requalificação são mais evidentes. Porém em outros distritos da região leste cujos terrenos são menos atrativos ao mercado, também há pouca participação dos órgãos de patrimônio. A antiga Fábrica Metalúrgica Gazarra, que funcionou entre 1950 e 1978 no Tatuapé, transferindo-se para Itaquera, onde funcionou até 1999, não é tombada por nenhum órgão. Suas instalações ficaram abandonadas até 2013, quando foram desapropriadas pela prefeitura para serem ocupadas pelo Campus Leste da Unifesp, onde hoje estão sediados o Observatório de Políticas Públicas da zona leste e o Instituto das Cidades.



Figura 31. Condomínio Luzes da Mooca, São Paulo.

Fonte: Autor: Sergio Brisola. Descubra Sampa. Disponível em <<https://www.descubrasampa.com.br/2018/11/chamine-da-antiga-fabrica-do-acucar-uniao.html>>. Acesso em 22 dez. 2021.

¹³³ Entrevista concedida à autora em 25 de setembro de 2019.

O Tatuapé, na zona leste da cidade, fez parte do conjunto urbano formado por fábricas, vilas operárias, escolas e outros elementos que o incluem como parte dos bairros operários da cidade, juntamente com a Mooca, o Brás e o Belém. Porém, recebeu pouca atenção dos órgãos de patrimônio e vem sendo incorporado à fronteira imobiliária. O caso da demolição de residências da Vila João Migliari em razão de um novo empreendimento da empresa Porte Engenharia e Urbanismo explicitou essa ausência de reconhecimentos oficiais de patrimônios associados ao período industrial e, especialmente, à habitação do trabalhador. Como reação à demolição de parte do conjunto, em fevereiro de 2019 um grupo formado por moradores do bairro, pesquisadores e ativistas do patrimônio da região leste da cidade organizaram o pedido de tombamento do conjunto que não havia sido demolido. Porém, a ação do órgão municipal de patrimônio não foi tão rápida quanto a incorporadora, que demoliu o quarteirão restante sete meses depois, em 2019. No dia seguinte à demolição, o Conpresp abriu processo de tombamento para casas operárias identificadas como componentes do conjunto de Vilas Operárias João Migliari.¹³⁴



Figura 32. Mobilização contra a demolição de residências da Vila João Migliari, maio de 2019 (sup). E o resultado da demolição do quarteirão pelo qual o grupo lutou pela permanência, setembro de 2019 (inf).

Fonte: Fotos da autora, 2019.

¹³⁴ Na resolução o Conpresp reconheceu que não havia nenhuma vila operária tombada no bairro do Tatuapé, mobilizando o valor histórico referente ao processo de industrialização da cidade de São Paulo, valores afetivos e referenciais no distrito urbano do Tatuapé, e identificando as vilas operárias como parte do processo de industrialização (CONPRESP, 2019). Atualmente, a proposta defendida pela empresa Porte Engenharia e Urbanismo é criar o “Eixo Platina”, um conjunto de empreendimentos de uso misto construídos entre as estações Belém e Carrão, defendido por Marco Antônio Melro, o presidente da Porte, como uma “espécie de Berrini da Zona Leste” (MOLINERO, 2018).

Estes exemplos indicam que a problemática é também territorial. O bairro de São Miguel Paulista não foi incluso nas áreas de interesse do mercado imobiliário tal como ocorrera para a Mooca, Lapa, Água Branca ou Tatuapé, então o risco da demolição para construção de grandes conjuntos residenciais e de serviços nunca mobilizou órgãos públicos contra uma possível demolição da Nitro Química. Além disso, a materialidade daquela indústria cujos valores arquitetônicos não correspondiam a uma excepcionalidade esperada também dificilmente suscitaria algum interesse por parte dos órgãos de patrimônio.

Ao longo da pesquisa nos defrontamos com o debate sobre o limite do tombamento como instrumento capaz de incorporar a memória dos trabalhadores. Observamos que nestes questionamentos subentendia-se que ao tombamento compete a arquitetura, e às ciências sociais ou à história social, a memória. Mas já há pesquisas que expressam esforços em reconhecer não somente a operação industrial, mas sua vinculação com processos identitários e de memória, levando em conta a cidade e sociedade, como as de Denise Geribello (2011; 2016). Porém a autora compreende que tal perspectiva ainda não constitui uma questão central para as análises em torno da proteção oficial dos bens.

Através do estudo da Usina Hidrelétrica de Itatinga, Geribello (2016) estabeleceu reflexões sobre o lugar do patrimônio industrial em operação no campo da preservação em São Paulo. Embora a Usina de Itatinga não seja protegida por tombamento, a autora identificou que o conjunto é considerado patrimônio cultural por tal comunidade. O processo de tombamento foi aberto em 2000 pelo Condephaat e se mantém sem definição. Segundo a autora, as matrizes de valores declaradas ao longo do processo detém-se quase exclusivamente na monumentalidade, na história oficial, e em práticas sociais restritas ao passado, não mais existentes, atrelados às origens da Usina.

O fato de suas estruturas manterem-se em funcionamento a mais de cem anos é, segundo ela, um fator utilizado unicamente para legitimar as qualidades “originais” da usina em detrimento da qualificação das matrizes de valor atuais. Considerar as dimensões tangíveis e intangíveis da Usina possibilitaria uma série de reflexões importantes como a forma como se processaram as inovações tecnológicas, a modificação dos equipamentos para garantir a qualidade da operação, adaptações da legislação trabalhista, as relações de trabalho e as relações de vivência, transformadas pela passagem do tempo que a manutenção da existência de Itatinga proporcionou ao espaço e à comunidade (GERIBELLO, 2016).

Segundo Meneguello, oficialmente o patrimônio industrial está em um lugar inconcluso, pois a arquitetura fabril que não apresenta critérios de excepcionalidade, monumentalidade, tem dificuldade de reconhecimento, assim como os acontecimentos históricos associados ao trabalho

são considerados de menor importância. E, ainda que a memória expressa pelos sujeitos sociais exista, ela em si não garante a preservação dos espaços físicos.¹³⁵

O campo de estudos sobre o patrimônio ferroviário parece basear-se, contudo, em uma fundamentação mais associada aos sujeitos sociais. Segundo Lucina Matos (2020) a valorização e o reconhecimento desta matriz emergiu nos anos 1980 como parte do processo de estruturação do patrimônio a partir do direito à cultura e à identidade. A requisição do direito à memória do passado ferroviário entendido como atributo devido pelo Estado foi uma das dimensões das reivindicações da década em decorrência das transformações na operação e gestão das estradas de ferro brasileiras, com fortes impactos sociais, culturais e aos bens construídos.

Ainda que compreendamos o patrimônio ferroviário inserido na categoria do industrial, há um volume expressivo de estudos específicos às ferrovias, estações e complexos ferroviários que compõem o que Matos (2020) identifica como um segmento de investigação. Esta matriz se aproxima do industrial por fatores históricos, técnicos, econômicos, mas também apresenta especificidades, como a fundamentação na memória ferroviária provocada pelos próprios sujeitos sociais a partir da ideia da perda.

Segundo Matos (2020), as ações preservacionistas da década de 1980 estimularam a formação de associações e o acionamento do Iphan através de pedidos de tombamento. Após a desestatização da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) os espaços ligados ao transporte ferroviário foram assumidos por concessionárias e por municípios em decorrência de mobilizações populares. A Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) foi criada em 1977 com o objetivo de recuperar, restaurar e operar peças e maquinários abandonados ou degradados, assim como administrar museus e operações de trens turísticos como forma de preservação. Tornou-se importante interlocutora com o poder público, participando da cena preservacionista através de campanhas de preservação de estradas de ferro, solicitando tombamentos e reivindicando participação nos processos de reconhecimento, assim como nos projetos de transformação dos antigos espaços ferroviários em espaços turísticos. As associações de preservação ferroviárias serviram de base para a interpretação do patrimônio como uma categoria reivindicada a partir do discurso do direito social e cultural.

Além da ação de associações e do Estado em razão da preservação da memória ferroviária, ela é, em si, um campo de estudos. Matos (2015) observa que as pesquisas acadêmicas sobre a ferrovia se debruçam sobre a memória, a história das estradas de ferro em termos estruturais e culturais, envolvendo o universo do trabalho, tomando a narrativa e experiência de trabalhadores e a história oral como ponto central.

¹³⁵ Anotações da autora durante o III Congresso Nacional para Conservação do Patrimônio Industrial realizado em formato *online* em março de 2021.

Através de reflexões apresentadas por Eduardo de Oliveira (2020), Matos (2020) e Geribello (2011) podemos compreender a inventariação como uma prática bastante difundida nos estudos sobre o tema. Atualmente o grupo de pesquisa Memória Ferroviária coordenado por Eduardo Romero de Oliveira têm produzido pesquisas sobre a escala urbana e regional, os critérios de seleção para patrimonialização oficial, a infraestrutura ferroviária, as memórias e valores sociais, a percepção sobre a população residente em áreas envoltórias de bens ferroviários, a dimensão simbólica, e o usos turísticos. Estes estudos têm buscado construir narrativas de maneira a superar a visão monumentalista sobre os bens ferroviários de valorização sobre a máquina, a locomotiva a vapor, como "patrimônio ferroviário por excelência" (OLIVEIRA, 2020, p. 19) e pensar dinâmicas sociais de preservação.

Pensar no patrimônio do trabalho e dos trabalhadores abre caminho para reflexão sobre quem se identifica com os discursos celebrativos da riqueza econômica paulista legitimada pela categoria de patrimônio industrial. A coletânea de artigos que relacionam patrimônio, trabalho e classes sociais organizada por Laurajane Smith, Paul Shackel e Gary Campbell, publicada em 2011, representa estudos atuais voltados ao tema do trabalho no campo do patrimônio em âmbito internacional. Os autores consideram que é fundamental entender os trabalhadores enquanto classe, e que o esforço do patrimônio deve ser compreender como as classes constroem seu passado, os sentidos de lugar e tradição no presente.

A melhor forma de preservar as memórias e identidades desse grupo seria conhecendo outros caminhos do patrimônio capazes de revelar desigualdades e discordâncias, mais que procurar representações verdadeiras sobre o passado. Compreendem que o patrimônio industrial é parte do patrimônio do trabalho, e não o contrário, como uma forma de qualificar o componente humano da indústria. Identificam que embora o patrimônio industrial tenha sido reconhecido em diversas partes da Europa e dos EUA, os eventos, comunidades e lugares constituintes da classe trabalhadora ainda estão sub-representados nacional e internacionalmente. Segundo eles, o patrimônio industrial ainda não foi capaz de tocar a dimensão das pessoas e das lutas.

“Nós acreditamos que é importante enfatizar a capacidade de auto-expressão das pessoas da classe trabalhadora e das comunidades, e as maneiras pelas quais elas se baseiam no passado, sentidos de lugar e tradição, para reinterpretar e retrabalhar a identidade contemporânea, especialmente em face de fatores econômico, sociais e políticos que corroem laços de longa data de solidariedade de classe” (SMITH, SHACKEL; CAMPBELL, 2011, p. 1, tradução da autora)

As considerações de Smith, Shackel e Campbell (2011) em inverter a compreensão do patrimônio do trabalho, dizendo que este é uma categoria maior dentro da qual está inserido o patrimônio industrial, é um esforço de mostrar a importância do tema e um forte argumento

contra o patrimônio industrial como categoria. E nos instiga ao questionamento se está na categoria do patrimônio industrial a resposta para o reconhecimento do patrimônio do trabalho e dos trabalhadores industriais urbanos.

2.3.2. Referências de uma cultura ligada à indústria em São Miguel Paulista

Embora continue sendo uma empresa atuante na produção de compostos químicos, organizada através de novas edificações, a saída da Nitro Química do quadro assistencial a partir dos anos 1980 tem consequências para a forma como se apresenta na dinâmica do bairro até os dias de hoje. Enquanto esteve ativa, representando possibilidade de emprego, lazer, educação e assistência social, as identidades e sociabilidade do bairro desenvolveram-se de forma bastante específica, em grande escala ligadas à empresa. Mas, quando essa atuação foi reduzida e finalizada na década de 1990, a relação de trabalho, lazer, assistência e moradia, responsável por criar a identidade e pertencimento àquele território foi colocada em questão.

Para ES “a Nitro Química tinha uma representatividade que nós perdemos muito na área de lazer [...] ali era o respiro, acabou aquilo ficou só o sufoco” (informação verbal).¹³⁶ Não somente aqueles que tinham relações diretas com a Nitro Química através do trabalho, mas moradores do bairro frequentavam algumas festas organizadas nas dependências do Clube Social. IP, 62 anos, nascido em São Miguel Paulista, e JS, 68 anos, imigrante português, nunca foram funcionários da Nitro Química, e ainda assim rememoram diversas lembranças sobre as festas e partidas de futebol no campo da fábrica. Segundo JS “o Clube da Nitro era a maior referência do bairro, os carnavais, matinês, salão social” (informação verbal).¹³⁷

Por ao menos 30 anos a Nitro Química foi a principal empregadora e fornecedora de espaços de lazer e assistência no bairro. A partir destas considerações é possível perceber que constitui os sentidos de ser e estar em São Miguel Paulista, compondo memórias e identidades ancoradas tanto na materialidade, representada pelas casas, pelo campo de futebol, pelo salão de festas, portaria, chaminé, creche, como em momentos celebrativos, competições esportivas, e através de expressões, como o apito, ou aspectos conflituosos, como as greves. Muitas memórias mobilizam outros lugares e expressões, como a Vila Nitro Operária, os cinemas do bairro, a Capela de São Miguel Arcanjo, a Praça do Forró, demonstrando que a vida e cultura dos trabalhadores ia muito além dos elementos e momentos articulados pela empresa.

“era nosso divertimento, era o divertimento de toda a [Vila] Nitro Operária, e outros bairros diferentes, vinham tudo pra cá, pra Praça Padre Aleixo, que chama Praça do Forró” (informação verbal)¹³⁸

¹³⁶ Entrevista concedida à autora em 14 de março de 2017.

¹³⁷ Entrevista concedida à autora em 18 de fevereiro de 2017.

¹³⁸ Entrevistas concedidas à autora em 19 março de 2017.

“aqui era a terra do forró, em todo lugar tinha um bailinho, bailes nas casas das pessoas. A praça, você passava lá a noite estava cheio, todo mundo dançando” (informação verbal)¹³⁹

“São Miguel todinha ia nos cinemas, vinha filme do Mazzaropi, todo mundo ia no cinema. O Cine Lapenna era aquele prédio enorme” (informação verbal)¹⁴⁰



Figura 33. Carnaval no Clube da Nitro Química, 1966.

Fonte: São Miguel Paulista Blogspot.

Conforme foi possível observar a partir da pesquisa realizada para o TFG, hoje existe um amplo conjunto de referências culturais no bairro de São Miguel Paulista que expressam o que seria uma cultura ligada à indústria. Para aquela pesquisa nos valem do conceito de referências culturais por considerarmos apropriado para a interpretação dos sentidos de patrimônio expressos pelos entrevistados e, a partir disso, organizamos um inventário tendo como referência o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan (IPHAN, 2000), utilizando a categorização nele proposta, quais foram: edificações, lugares, formas de expressão, celebrações e ofícios.¹⁴¹ De forma geral, o inventário demonstrou que as referências culturais no bairro de São Miguel Paulista possuem significados que ultrapassam as concepções canônicas de patrimônio como aquilo que é monumental, excepcional, e representante de culturas ou grupos sociais que habitam espaços valorizados da cidade.

¹³⁹ Entrevistas concedidas à autora em 19 março de 2017.

¹⁴⁰ Entrevistas concedidas à autora em 15 de fevereiro de 2017.

¹⁴¹ Como edificações identificamos a capela de São Miguel Arcanjo, a Igreja Matriz de São Miguel, a estação de trem de São Miguel Paulista, a Nitro Química, o muro, portaria e chaminés da fábrica, o Clube da Nitro Química, e os cinemas. Como lugares a Praça do Forró, a Avenida Marechal Tito, Avenida Nordeste, e Avenida Doutor José Artur Nova, a Vila Americana, Vila Nitro Química, Vila Nitro Operária, as Casas do Norte e o Rio Tietê. Como formas de expressão identificamos o apito da Nitro Química, as greves dos trabalhadores da fábrica, o jornal Nitro Notícias, o Sindicato dos Químicos, o forró, o futebol e o Partido Comunista. Como celebrações, as festas realizadas no clube da Nitro Química. E como ofícios as funções de trabalho mencionadas pelos antigos trabalhadores da Nitro Química, mecânico, operadora de conicaleira, segurança, encarregado, engenheiro e apontador. Para a relação completa das referências culturais, ver Darviche (2017).

Os sentidos do patrimônio no bairro estão muito ligados ao universo do trabalho como parte do cotidiano dos moradores, como sua forma de vida. No inventário foi possível observar quantidade significativa de edificações, lugares, formas de expressão e ofícios ligados diretamente e indiretamente à Nitro Química, ainda que a maioria delas não sejam praticadas mais, o fato suscita reflexões sobre a existência simbólica da antiga fábrica e dos sentidos de identidade ao bairro. Além destas, há muitas referências que envolvem a Vila Nitro Operária. A vila é em si uma referência cultural, mas agrega outras referências como o futebol de várzea, e uma escola, o antigo Grupo Escolar da Vila Nitro Operária, hoje Escola Estadual Professor Dário de Queiroz. Somente nesta vila foi possível localizar um dos locais onde se praticou o futebol de várzea.

Quando Madeleine Rebérioux (1992) trata dos lugares de memória operária, entende que os relacionamentos que se estabelecem nesses espaços inserem os trabalhadores em uma teia de relações em que se cruzam trabalho, noites nos botecos e relações familiares, fato que explica a relação reiterada dos entrevistados de referências como a fábrica, o clube, a praça, a igreja, a escola, o cinema, elementos que faziam parte do cotidiano do bairro no momento em que a fábrica esteve ativa. Estes elementos se tornaram os símbolos de sua identidade com o bairro.

Desde as demolições dos equipamentos assistenciais até as intervenções nos elementos fabris que mantinham relação funcional e visual próximas do bairro, como o fechamento do acesso da antiga portaria principal com um muro de alvenaria, e as demolições que ocorreram no início dos anos 2000, a implantação dos novos espaços produtivos mais internamente ao terreno, distanciaram a indústria dos olhares do bairro, fazendo com que a população concluísse que a Nitro Química estava encerrando as atividades definitivamente.



Figura 34. Antiga portaria principal da Nitro Química fechada com um muro de alvenaria no início dos anos 2000.

Fonte: CONPRESP, Processo nº 2003-0.077.479-2, 2003, fl. 342.

Em São Miguel Paulista, o Fórum pela Preservação da Nitro Química organizou-se para pedir pelo tombamento do conjunto industrial, mobilizando-o através de sua importância como espaço de trabalho e pela possibilidade de rememoração dos trabalhadores. Para estes, a materialidade dos espaços industriais foi compreendida como fomentadora das memórias e um elo para o fortalecimento das identidades dos moradores do bairro com o lugar. Pensar nos sentidos que o trabalho e a indústria representavam para os trabalhadores no passado e representam nos dias de hoje é uma tarefa importante e foi viabilizada pelas entrevistas. Entretanto, é importante salientar que a mobilização pelo tombamento da fábrica não partiu de antigos trabalhadores. O grupo não havia experienciado o objeto por meio da vivência, pelo cotidiano de trabalho, expressam identidade formada através do uso dos espaços de lazer e pela convivência com os elementos industriais componentes da paisagem do bairro, valores cognitivos e memórias herdadas. Reivindicava, portanto, ao órgão de patrimônio o dever de memória.

Segundo Fontes, embora tivessem buscado agregar antigos trabalhadores nas reuniões do Fórum, a participação destes sujeitos no processo de construção de valores para o patrimônio foi menor que a esperada (informação verbal).¹⁴² O que se apresentou com a carta foi uma narrativa processada por valores memoriais, identitários e cognitivos de descendentes de antigos trabalhadores da Nitro Química, pesquisadores, ou até mesmo moradores do bairro que não tiveram nenhum vínculo de experiência de trabalho fabril. Ou seja, antes do tombamento a Nitro Química já era identificada como patrimônio para aquele grupo, e os valores ratificados pelo tombamento representariam uma nova camada de significação.

Desde a demanda em 2003 até a decisão de tombamento em 2012, a proposta de destinação de uma porção do terreno para elaboração de um Centro de Memória pareceu uma aposta para o futuro da chaminé de efluentes e da casa de força, reinserindo-os nas dinâmicas da cidade como espaço cultural. Ao Centro de Memória caberia a responsabilidade de agregar valores sociais, históricos e imateriais que o tombamento, em teoria, não poderia incorporar. Entretanto, as mudanças de governo, de direção do órgão e de propriedade da empresa representaram entrave à implementação do espaço, até hoje não construído.

Outro processo foi o distanciamento entre o grupo que solicitou o tombamento e o órgão municipal de patrimônio ao longo do processo. Ainda que partindo de uma demanda que associava o edifício ao trabalho e à memória dos trabalhadores, o afastamento com os grupos interessados reduziu-se a uma discussão voltada unicamente para a representatividade arquitetônica, ou não, da chaminé e de outros edifícios pontuais. Este fator expressa também os conflitos disciplinares internos ao órgão e a predominância da discussão sobre o campo da arquitetura como legitimador do tombamento. A narrativa do cotidiano dos trabalhadores da

¹⁴² Entrevista concedida à autora em 30 de agosto de 2019.

Nitro Química tornou-se complementar, não um elemento condutor das escolhas do tombamento.

Por outro lado, os depoimentos fornecidos por Dalva Thomaz e Walter Pires demonstraram os entraves práticos discutidos no DPH e no conselho referentes à escolha pelos elementos a serem tombados. Questionado sobre a desconsideração do valor das residências operárias, Pires comentou que tomar elementos para além dos muros da fábrica geraria um processo complexo e conflituoso por envolver outras questões e interesses, como dos proprietários das residências, o que dificultaria e alongaria mais a definição. O arquiteto não desconsiderou interesse para preservação das vilas, mas comentou que seria mais adequado envolvê-las em um processo separado. Foram necessários ajustes para encaminhamento do processo, sendo a escolha de alguns elementos em detrimento de um conjunto mais amplo, uma estratégia para aprovação do tombamento (informação verbal).¹⁴³

Neste caso, como em muitos outros, o tombamento poderia ser um disparador de articulação de identidade, memória e cidadania no bairro, de forma que as novas gerações pudessem compreender os valores dos objetos ao longo do tempo, os motivos de sua existência e os fatores que o levaram a chegar, no presente, daquela forma. Usado como expressão do direito à cidade, à memória, à valorização local, e para que novas formas de identidade e envolvimento fossem elaboradas. Mas da forma como foi estabelecido, mantém-se isolado da dinâmica do bairro.

A paisagem resultante do processo de transformação industrial, do tombamento e da não execução do projeto do Centro de Memória, é a que se pode ver hoje. Não fosse por um ou outro edifício verticalizado nas imediações do centro de São Miguel Paulista, as chaminés da Nitro Química se manteriam como os únicos elementos marcantes na paisagem. No terreno onde foram instalados os equipamentos assistenciais, nada mais foi edificado desde a demolição nos anos 1980. Embora visivelmente presente no bairro, a Nitro Química está isolada através dos muros.

Os traçados urbanos das três vilas operárias mencionadas mantêm-se praticamente os mesmos, demonstrando a permanência do parcelamento do território durante os anos 1940 e 1950. Nas vilas Nitro Operária e Nitro Química houve alteração de muitas residências, seja em elementos da fachada ou demolição total e construção de novas residências. Porém, a paisagem se mantém através da permanência da característica residencial, ocupação no lote, volumetria do conjunto, além da conservação de algumas residências com características da época da construção. Já a Vila Americana passou por transformações mais intensas em suas construções. A maioria das residências foram demolidas para novas construções voltadas ao comércio e

¹⁴³ Entrevista concedida à autora em 17 de setembro de 2019.

serviços. Algumas foram preservadas, tendo sido transformadas em consultórios médicos, de advocacia, pequenas escolas, ou destinadas a outros usos.



Figura 35. Vista para a avenida Dr. José Artur Nova atualmente, à esquerda o muro da Nitro Química e à direita o terreno onde ficavam localizados os equipamentos assistenciais (sup.). Vista superior do centro de São Miguel Paulista com foco para a área da Nitro Química (inf.).

Fonte: Foto da autora, 2017 (sup.). Autor: Mauro Bonfim. Central Leste Notícias (inf.). Disponível em <http://itaimpaulista.com.br/portal/index.php?secao=news&id_noticia=2615&subsecao=16>. Acesso em 18 mai. 2017.



Figura 36. Residências da Vila Americana atualmente, incorporadas aos usos comerciais do centro do bairro.
Fonte: Fotos da autora, 2017.

Em 2016 o muro da Nitro Química recebeu intervenção artística através de painéis de grafite. O caminho pela avenida Dr. José Artur Nova foi ilustrado com representações da construção da Capela de São Miguel Arcanjo, instalação da Nitro Química, da Estação de Trem, retratando os migrantes e imigrantes do bairro, escolas e equipamentos sociais e de cultura. Esta pintura demonstra a apropriação de um discurso construído sobre a história e o patrimônio de São Miguel Paulista, também corroborado com o tombamento. O primeiro assunto tratado com o entrevistado OF, morador da Vila Nitro Química, foi sobre tal pintura, sugerido pelo próprio interlocutor, “essa vila aqui não tá pintada lá no muro” (informação verbal).¹⁴⁴ Essa observação demonstrou posicionamento crítico sobre a história oficial da indústria e do bairro a partir de suas próprias considerações sobre o que seria importante recuperar.



Figura 37. Muro da Nitro Química após intervenção artística.

Fonte: Fotos da autora, 2017.

Ao visitarmos o local notamos que não há nenhuma ação de preservação sobre os bens tombados.¹⁴⁵ A partir disso podemos questionar sobre qual lógica de reconhecimento o patrimônio atuou. Este processo de patrimonialização expressa o caráter político e conflituoso do campo do patrimônio. O que legitimou o tombamento foram os valores de ancianidade e materiais, construídos pelo saber técnico, influenciados por questões políticas. A abordagem a outros tombamentos, como o da chaminé da Companhia União dos Refinadores indica, contudo, que não se trata de um caso isolado.

É importante refletir sobre a dimensão deste tombamento como parte da construção da oficialidade sobre o patrimônio para a qual são pertinentes as considerações de Smith (2006) em torno do “discurso autorizado do patrimônio”. Segundo a autora, o AHD¹⁴⁶ é produzido pelas narrativas oficiais, de técnicos, e de instituições autorizadas do patrimônio responsáveis por validar uma série de práticas absorvidas nas próprias narrativas populares sobre os bens,

¹⁴⁴ Entrevista concedida à autora em 18 de fevereiro de 2017.

¹⁴⁵ Não foi permitido fotografar o local.

¹⁴⁶ Da sigla em inglês *Authorized Heritage Discourse* (SMITH, 2006).

enfraquecendo ideias alternativas sobre ele. Analisando o contexto do patrimônio mundial ocidental, no qual se insere esta discussão, a autora entende que tal discurso promove um conjunto de valores culturais hegemônicos universalmente aplicáveis. Suas consequências são o privilégio da monumentalidade, a separação entre passado e presente, valorização somente do passado, do discurso do técnico, a exclusão de mulheres, indígenas e classes trabalhadoras e o enfraquecimento de toda sorte de valores que os bens culturais podem oferecer.

Um dos últimos equipamentos a serem desativados, a Sede do Clube Social da Nitro Química é o único ainda não demolido e também não tombado. Conforme mencionado pelos entrevistados, este lugar representou por muito tempo o principal equipamento de lazer, encontro e sociabilidade no bairro. Inegavelmente importante para a compreensão da história dos trabalhadores e da indústria. Em ruínas, nem mesmo a Votorantim, que se mantém proprietária, demonstra interesse em lhe conferir algum destino.



Figura 38. Edifício onde funcionou a Sede Social do Clube da Nitro Química, em profundo estado de deterioração.

Fonte: Fotos da autora, 2017.

Estas reflexões expressam a necessidade da ressignificação do instrumento do tombamento. De colocar em prática a ideia de que o reconhecimento oficial não serve apenas para celebrar as vitórias, os grupos sociais hegemônicos, os territórios enriquecidos economicamente e as áreas centrais das cidades. Mas deve também ser espelho (SMITH, 2011) dos momentos obscurecidos da história do país, das identidades invisibilizadas, das derrotas, da opressão, e das tensões e conflitos de classe, gênero e raça, seja na dimensão tangível ou intangível.

3. Resistência operária e arquitetura

O Estádio 1º de Maio

3.1. O município, a metrópole e o patrimônio

3.1.1. O Estádio na cidade e nas memórias

O Estádio da Vila Euclides, oficialmente denominado Estádio Municipal 1º de Maio, foi construído em 1950 como espaço de esportes da Tecelagem Elni. Inicialmente instalada no bairro do Belém, em São Paulo, a Elni foi transferida para São Bernardo do Campo em 1947 no bairro Vila Euclides. Representou inovações no âmbito das tecnologias produtivas, como a utilização de uma torre de tratamento de água, na concepção do espaço fabril, composto por salões de fiação, tecelagem, depósitos, almoxarifados, laboratórios, edifício de administração, chaminé, estação de tratamento, reservatório de água e uma praça de esportes, e nos materiais construtivos das edificações, pelo uso do concreto armado. A implantação do parque industrial é representativa do momento em que espaços fabris foram projetados para atender à divisão técnica do trabalho, estabelecer controle da produção e sobre o cotidiano dos trabalhadores. Por estes fatores é considerada símbolo das transformações e da modernidade que a cidade vivenciava naquele momento (IPHAN, 2009).



Figura 39. Aerofoto de 1957 com destaque para a área da tecelagem Elni. Nela podemos observar o espaço destinado à prática de esportes, com o campo de futebol.

Fonte: Acervo: Centro de Memória de São Bernardo do Campo. Disponível em:

<https://memoria.saobernardo.sp.gov.br/pages/view.php?ref=7975&search=%21related7956>. Acesso em 03 jun. 2022.

A trajetória da Elni é representativa do processo de industrialização do ABC Paulista¹⁴⁷, região metropolitana de São Paulo. São Bernardo do Campo surgiu como um pequeno povoado ao longo da linha férrea da São Paulo Railway. No primeiro momento de industrialização do estado de São Paulo ali foram instaladas indústrias moveleiras e têxteis, mas foram as transformações do período posterior à Segunda Guerra Mundial que deram condições para emergência de um parque industrial significativo na cidade e a consolidação deste território como um dos principais polos industriais do Brasil (IPHAN, 2009; SILVA, 1994).

As propostas de governo de Juscelino Kubitschek transformaram a região do ABC no centro da política de desenvolvimento da indústria automobilística brasileira. A rodovia Anchieta, inaugurada em 1947, ligou São Paulo ao porto de Santos, cruzando São Bernardo do Campo de norte a sul com o objetivo de viabilizar a produção industrial voltada a montadoras de automóveis, e ao conjunto de indústrias suporte, metalúrgicas, elétricas, auto peças, siderúrgicas e químicas.



Figura 40. Construção da Rodovia Anchieta, década de 1950.

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. MTT Virtual. Disponível em <<http://mttvirtual.org/conteudos/visualizar/Caminho-da-Rodovia>>. Acesso em 22 dez. 2021.

A instalação das rodovias pelo território de São Bernardo do Campo impulsionou o crescimento industrial e urbano nesta cidade (LANGENBUCH, 1971). Entre a década de 1950 e 1970 foi o município de maior arrecadação da região metropolitana de São Paulo, ficando atrás somente da capital. Com as transformações da indústria, somadas aos processos de expulsão dos trabalhadores do campo no interior do Brasil, especialmente de estados do nordeste, o perfil do trabalhador industrial urbano se modificou, de uma composição majoritária de imigrantes para

¹⁴⁷ A região metropolitana de São Paulo é formada por 39 municípios. Sua porção sudeste, denominada ABC Paulista, cuja sigla refere-se aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, atualmente abarca os outros municípios de Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

migrantes. Em São Bernardo do Campo este processo triplicou a população entre 1960 e 1980 (CAMARGO, 2004; MARICATO, 1977).

Ermínia Maricato (1977) observou o papel fundamental da população trabalhadora na construção da cidade em locais em que o Estado não se fazia presente. Ainda que tenha se tornado um dos municípios mais ricos do estado, o crescimento de São Bernardo do Campo como parte da metropolização de São Paulo expressou o “padrão periférico de crescimento” sendo a expansão de loteamentos clandestinos, autoconstrução e favelização a outra face do processo. A partir da inauguração das rodovias Presidente Dutra, Imigrantes, Anhanguera e Castelo Branco novas indústrias migraram para o interior de São Paulo e outros estados do Brasil, configurando o processo de desconcentração industrial no estado. Essa alteração somada à crise econômica que marcou o final da década de 1970 impactou na participação do ABC na produção nacional (SILVA, 1994).

Como uma das primeiras indústrias instaladas em São Bernardo do Campo a trajetória da tecelagem Elni é exemplo deste processo. Ao final dos anos 1960 suas atividades foram encerradas e o conjunto edificado foi desmembrado. O antigo perímetro ocupado pela fábrica foi loteado e demarcado por um novo traçado viário, e as edificações fabris tiveram diferentes destinos. Os galpões foram ocupados pelos Armazéns Gerais e Entrepostos de São Bernardo do Campo, e atualmente abrigam a Secretaria de Desenvolvimento Social e Poupatempo da cidade. E o edifício da torre d'água foi transferido à municipalidade e teve cessão de uso para a Sociedade Amigos do Jardim das Américas (SAJA), onde foi instalada uma guarita para os vigilantes do bairro (COMPAHC, 2002; IPHAN, 2009).

Em 1966 a prefeitura municipal de São Bernardo do Campo desapropriou parte do antigo terreno da Elni onde se localizava o campo de futebol. O espaço passou por reformas e foi transformado em uma praça pública de esportes, nomeado Estádio Distrital General Arthur Costa e Silva. Nele foram realizados diversos eventos esportivos, como o VIII Campeonato Sul Americano Juvenil de Atletismo e o II Campeonato Sul Americano Feminino em 1968, para os quais se instalou uma pista de atletismo (IPHAN, 2009).



Figura 41. Estádio utilizado para os campeonatos sul-americanos em 1968.

Fonte: Acervo de Ademir Medici. IPHAN, 2009, p. 84.



Figura 42. Edificações da tecelagem Elni, década de 1970.

Fonte: Centro de Memória de São Bernardo do Campo. Disponível em:

<https://memoria.saobernardo.sp.gov.br/pages/view.php?ref=28164&search=Elni&order_by=relevance&sort=DESC&offset=0&archive=0&k=>. Acesso em 03 jun. 2022.



Figura 43. Edifícios ocupados atualmente pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Poupatempo.

Fonte: Autora: Simone Scifoni. IPHAN, 2009, p.76 (esq.). Foto da autora, 2019 (dir.).



Figura 44. Torre da Elni utilizada atualmente como guarita.

Fonte: Fotos da autora, 2019.

A crise econômica do final de 1970 representou fortes impactos ao trabalhador através do aumento do custo de vida, da exploração do trabalho, da redução dos salários, das demissões em massa e das más condições de moradia. Segundo Sérgio Silva (1994) entre 1980 e 1983 foram demitidos em torno de 33 mil trabalhadores de empresas da região do ABC. A metalurgia, mecânica e química, ainda que tenham se mantido ativas, sofreram com a crise econômica.

Estes processos sociais e econômicos refletiram-se na organização dos trabalhadores em sindicatos. Dentre os metalúrgicos, o primeiro a ser formado foi o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, seguido dos Sindicatos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Este se articulava através de meios de comunicação como o jornal “Tribuna Metalúrgica” e organização de Congressos, sendo realizado em 1974 o I Congresso de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. As atividades organizadas pelos sindicatos reuniam em suas sedes trabalhadores de diferentes fábricas em torno de objetivos comuns, permitindo trocas de experiências cotidianas de vida e trabalho e organização de grupos inter-fábricas. Essa organização fortaleceu a resistência e luta operária organizada a partir de 1978 (CAMARGO, 2004; IPHAN, 2009).

Naquele ano a greve dos trabalhadores da Fábrica da Scania foi o ponto de partida para uma nova forma de organização de luta operária, uma expressão dos movimentos questionadores do “Milagre Econômico”. Organizada por lideranças da própria fábrica, surpreendeu trabalhadores da categoria e acendeu a possibilidade de mobilização de trabalhadores de outras fábricas. A partir de 1979 o Sindicato dos Metalúrgicos procurou fortalecer o vínculo com as bases preparando-se para um cenário mais aprofundado de embate, configurado com as perseguições aos líderes do movimento pelo regime ditatorial. Em março daquele ano foi organizada a primeira greve geral de uma categoria trabalhista após a instauração da ditadura civil-militar. Diferenciou-se das anteriores por ultrapassar os limites das

fábricas através da realização de piquetes e assembleias com grande participação de trabalhadores, marcando o início do ciclo de greves entre 1978 e 1980 (IPHAN, 2009).



Figura 45. Greve na Fábrica da Scania, 1978.

Fonte: Fundação Perseu Abramo. Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2018/05/12/40-anos-da-greve-na-scania-bracos-cruzados-contra-ditadura/>>. Acesso em 22 dez. 2021.

A tomada de consciência da exploração do trabalho pelos trabalhadores revelou sua capacidade de organização e resistência, escancarando a crise política, econômica e social enfrentada. O Novo Sindicalismo foi o movimento que buscou autonomia dos trabalhadores e resistência contra a subordinação ao tipo de sindicato baseado na verticalização do poder e submissão ao governo, preconizado no governo de Getúlio Vargas e revigorado no regime militar. A tomada de decisões através de assembleias, e não somente pelas lideranças sindicais, foi uma expressão do rompimento com a prática sindical oficial (CAMARGO, 2004).

O aumento do número de trabalhadores sindicalizados e participantes das assembleias, somado ao cerco e intervenção pela polícia às sedes dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, onde até então eram realizadas as assembleias, demandaram a utilização de outros espaços públicos da cidade. Por sua disposição espacial interna, localização central na cidade e facilidade de acesso de transporte público, o Estádio foi visto como potencial espaço de reuniões (CAMARGO, 2004). Com anuência do então prefeito, Antônio Tito Costa (MDB, 1977 - 1983) o Estádio tornou-se o primeiro espaço fora da fábrica e das sedes dos sindicatos a ser utilizado pelo movimento dos trabalhadores. Nele foram realizadas assembleias e celebrações do dia 1º de Maio, como em 1979 quando reuniram-se cerca de 150 mil pessoas.

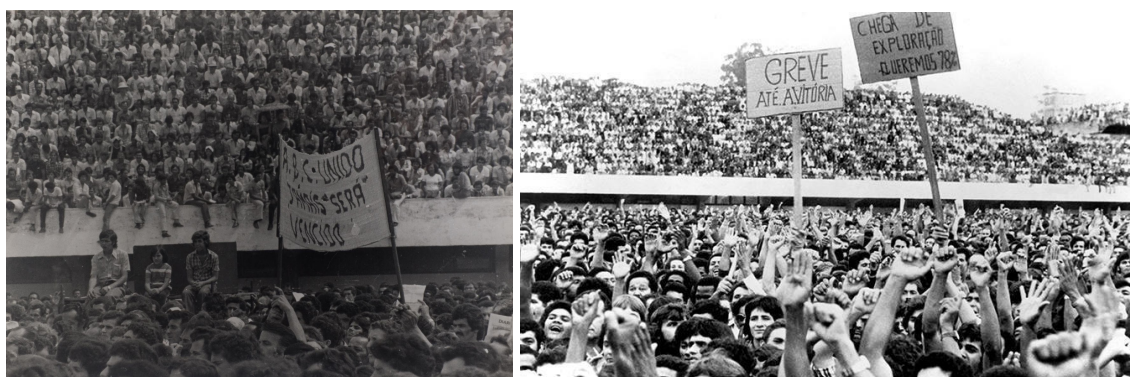


Figura 46. Assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos no Estádio 1º de Maio. Podemos observar a utilização das arquibancadas e o potencial de viabilização de eventos como este no Estádio.

Fonte: Autor: Nivaldo de Almeida. Acervo do Centro de Memória de São Bernardo do Campo (esq.). A Verdade, disponível em <<https://averdade.org.br/2018/05/a-historia-de-luta-do-estadio-1o-de-maio/>>. Acesso em 22 dez. 2021. (dir.)

A partir das reflexões Nádya Camargo (2004), Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni (2015a) compreendemos que o Estádio tornou-se um dos palcos da resistência à exploração do trabalho e à ditadura civil-militar no país. As assembleias sindicais foram mote às reivindicações de outros grupos insatisfeitos com a ditadura, como políticos de oposição, estudantes e professores atraídos pelo desejo de manifestação pública por mudanças no país. Ainda que inicialmente tenha ocorrido recusa pelos trabalhadores em agregar outras pautas, a urgência em reivindicar a retomada do regime democrático tornou-se bandeira destes movimentos (IPHAN, 2009).

Em 1979 e 1980 a polícia empreendeu cerco e interdição do Estádio, perseguições e prisões dos dirigentes dos sindicatos. Com isto, o movimento apropriou-se de outros espaços públicos abertos em São Bernardo do Campo, como o Paço Municipal, a Igreja Matriz, ruas e praças de outros municípios da região metropolitana, como representado na Figura 47. Espaços que passaram a ser cada vez mais vigiados, indicando o estado de sítio e tensão. Estes atos de resistência subverteram a lógica de existência de espaços públicos, domésticos, religiosos, de trabalho e exploração do trabalhador, na medida em que foram transformados em espaços de luta.

Uma nova forma de se reunir e utilizar outros lugares demonstrava um saber construído pelos operários para contornar a impossibilidade de organização nos locais tradicionalmente ocupados. O conhecimento dos espaços de trabalho e do bairro fez com que os participantes do movimento soubessem onde e como se organizar. Camargo (2004) demonstrou que a análise geográfica do movimento operário e das movimentações dos sujeitos é uma maneira de entender a relação entre o movimento e a escala metropolitana, e contribuir com a preservação da memória das lutas operárias.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Ao estudar as fichas dos trabalhadores sindicalizados observou que embora os residentes em São Bernardo do Campo fossem a maioria, havia também trabalhadores residentes em outros distritos como Freguesia do Ó, Casa Verde, Santana, Vila Maria, República, Brás, Penha,



Figura 47. Greve dos Metalúrgicos, concentração no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, 1980.

Fonte: Centro de Memória de São Bernardo do Campo. Disponível em:

<<https://memoria.saobernardo.sp.gov.br/pages/view.php?ref=17890&search=%21related5833>>. Acesso em 03 jun. 2022.

As ações dos trabalhadores ocorreram em diversas frentes, desde campanhas salariais aos esforços para composição de um fundo de greve e produções audiovisuais. A organização de jogos de futebol e shows de música popular brasileira no Estádio são exemplos da diversidade dessas ações, mas na condição de intervenção no sindicato e proibição da realização de assembleias no Estádio, a produção audiovisual tornou-se uma saída. No documentário “Linha de Montagem”, produzido em 1981 por Renato Tapajós, contratado pelo sindicato para abordar o movimento operário do ABC paulista entre 1979 e 1980, são recuperados alguns momentos de assembleias, eventos esportivos e shows como forma de manutenção de vínculos e estímulo à resistência (LINHA..., 2021).¹⁴⁹

Durante a década de 1980 o Estádio passou por reformas exigidas pela Federação Paulista de Futebol, como apresentado na Figura 48. O antigo muro de divisa com a rua foi sobreposto por arquibancadas e as pistas de atletismo foram retiradas (IPHAN, 2009). A partir dos anos 2000, com vistas à profissionalização do São Bernardo Futebol Clube, foram realizadas novas reformas no Estádio, destinando-o a uso exclusivo de atividades esportivas. Assim, o antigo perímetro ocupado pela tecelagem Elni foi incorporado ao espaço urbano, com arruamento e novas edificações, conforme apresentado na Figura 50.

Saúde, Campo Belo, Santo Amaro, Campo Grande, Cidade Ademar, Cursino, Sacomã, Vila Prudente, Água Rasa, São Lucas, Sapopemba, São Mateus, São Rafael, Iguatemi, Cidade Tiradentes, Ferraz de Vasconcelos, Itaim Paulista, Jardim Helena, Itaquera, Ponte Rasa e Vila Matilde, o que demonstra a circulação dos trabalhadores entre espaços de moradia e trabalho (CAMARGO, 2004).

¹⁴⁹ Ao recuperar a atuação dos sindicalistas, o documentário ilustra como se dava a ocupação dos espaços da cidade pelos trabalhadores e também a repressão policial, com trechos da gravação de assembleias no Estádio, da celebração do 1º de Maio de 1979, do uso do muro do Estádio pelos trabalhadores, da ocupação dos espaços nos fundos da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, enquadros policiais e ações da tropa de choque. Torna-se assim parte da memória do movimento operário no Brasil (LINHA..., 2021).



Figura 48. Retirada da pista de atletismo e construção de novas arquibancadas a partir de obras realizadas em 1983 no Estádio.

Fonte: Acervo de Ademir Medici. IPHAN, 2009, p. 91.



Figura 49. Estádio 1º de Maio atualmente.

Fonte: Fotos da autora, 2019 (sup.). Autora: Simone Scifoni. IPHAN, 2009, p. 81 e 90 (inf).



Figura 50. Vista aérea da área do Estádio e antigos galpões da tecelagem Elni. Alterado pela autora.

Fonte: Google Maps.

As ações de resistência dos trabalhadores metalúrgicos desde a organização de campanhas salariais, greves, fundos de greve, jornais, atos contra prisões de lideranças, e a articulação política por meio do apoio a candidaturas e criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980,¹⁵⁰ têm forte apelo na memória daqueles que participaram do movimento, sendo apropriados de diferentes formas até os dias de hoje. No filme “Peões”, lançado em 2004, produzido por Eduardo Coutinho através da coleta de relatos de antigos trabalhadores metalúrgicos em tempos de campanha presidencial, os entrevistados demonstraram esperança no que seria um governo liderado por Lula no sentido de efetivação da garantia de direitos reivindicados nas mobilizações dos 1970 e 1980. Esse clima de esperança é reforçado com a exposição de uma série de relatos de memória, muitos dos quais fazem menções ao Estádio como cenário fundamental das mobilizações.

Nas entrevistas realizadas para esta dissertação também foi possível notar como a luta, a resistência política, as memórias do trabalho e da dor compõem uma identidade e são narrativa condutora dos discursos. Entrevistamos cinco pessoas cujas trajetórias de vida foram atravessadas pelos movimentos operários. Seus depoimentos em certa medida assemelham-se ao que foi exposto em “Peões”, no que diz respeito à percepção das condições de exploração pelo trabalho e importância do movimento, mas a rememoração em 2021 organizou-se por meio de um olhar do passado em perspectiva, em grande medida afetado pela crise política e pela imagem do PT atualmente.

¹⁵⁰ O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980 em São Paulo, a partir de um grupo de militantes que se opunham à Ditadura Militar. Entre eles trotskistas como Mario Pedrosa e Lélia Abramo, socialistas como Antônio Cândido, comunistas Apolônio de Carvalho, cristãos Paulo Freire e Plínio de Arruda Sampaio, e lideranças sindicais, como Luiz Inácio Lula da Silva, presidentes dos sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco, lideranças dos sindicatos dos coureiros, bancários, petroleiros, entre outros. Em sua origem estava a proposta de um partido de trabalhadores, opondo-se à tradição de partidos que se propunham falar em nome e pelos trabalhadores (REIS, 2007).

Os assuntos abordados não tinham como objetivo as questões políticas, mas o Estádio enquanto representativo dessa história política. Em busca da compreensão sobre o cotidiano de trabalho e vida, e a forma como interpretam a existência do Estádio, os entrevistados foram provocados a pensar como suas memórias sobre o movimento operário e sobre o trabalho nas fábricas relacionam-se com os espaços da cidade atualmente, em quais lugares a história dos trabalhadores está presente, e sobre o que poderia ser feito para que estas memórias se mantivessem ligadas à cidade. Três deles, Wanderley Salatiel, Expedito Soares, e Djalma Bom participaram ativamente dos movimentos, estiveram envolvidos com o Sindicato dos Metalúrgicos e com a criação do PT. E dois são membros do sindicato, Rafael Marques ocupava a presidência quando o tombamento do Estádio foi solicitado ao Iphan, e Wagner Santana era presidente no momento de nossa pesquisa.

Wanderley Salatiel nasceu no interior de São Paulo, migrou para São Bernardo do Campo em 1976 e, pouco tempo depois, começou a trabalhar na lanchonete de um tio, localizada em frente ao Estádio. Através desta ocupação teve contato com o movimento operário, pois podia acompanhar as conversas e entender as motivações do movimento. Posteriormente trabalhou nas fábricas Isopor e na Colgate Palmolive por 25 anos. Em 1997 entrou para o Sindicato dos Químicos do ABC, em 1983 se filiou ao PT, e entre 2007 e 2012 foi presidente do Partido em São Bernardo do Campo. O entrevistado atribui esta atuação política aos impactos decorrentes de sua vivência com o movimento operário, fazendo questão de rememorar com detalhes os episódios de repressão policial aos trabalhadores,

“Eu vi uma cena...[...] Num determinado dia eu escutei o barulho de um helicóptero, era um helicóptero do exército que estava sobrevoando aquele movimento. E estava acontecendo uma assembleia, o Lula estava falando, eu vi essa cena. Quando olhei o helicóptero, era verde, grande, do exército, e cheio de soldado com a metralhadora apontada para baixo, eu vi essa cena. E eu comentei com meu tio, eles vão matar o Lula agora né...porque o helicóptero estava descendo, ele tava falando [...] e eu fiquei observando aquela cena, e o helicóptero descendo, ficou bem próximo da cabeça dele, mas em momento algum ele parou de falar [...]”

Ninguém pode esquecer dessa história, só quem acompanhou...eu sei o que é isso, muita gente morreu, tem corpos que até hoje a família não sabe onde está...muitas pessoas foram sacrificadas de uma forma muito cruel” (informação verbal).¹⁵¹

Os espaços que interpreta como fundamentais para o movimento são a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, pelo simbolismo e por ter sofrido intervenção militar, as fábricas da Ford, Mercedes, Volkswagen, e a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, por ter sido o local de realização de reuniões às escondidas e armazenamento dos alimentos arrecadados para as

¹⁵¹ Entrevista concedida à autora em 15 de abril de 2021.

famílias de grevistas. Para ele, foi no Estádio “onde tudo começou”, lugar que o desperta boas e más recordações, um “patrimônio com unanimidade”.



Figura 51. Helicópteros da polícia militar sobrevoando o Estádio 1º de Maio. Cena recorrentemente rememorada pelos entrevistados para esta pesquisa.

Fonte: Acervo Fundação Perseu Abramo. IPHAN, 2009, p. 56.

Djalma Bom é migrante de Minas Gerais, de onde partiu ainda criança com a família. Antes de começar a trabalhar em fábricas, trabalhou como entregador de marmita, garçom e engraxate. Em 1963 começou a trabalhar na Mercedes como controlador de peças, integrou a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), e foi diretor de base de 1975 a 1978. Neste ano foi convidado por Lula para fazer parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. As memórias da luta e da dor foram fio condutor de seu relato, retomando datas e momentos que, para ele, foram fundamentais. Valorizar os acontecimentos dos anos 1970 e 1980 tendo como base a atuação do Novo Sindicalismo foi importante para marcar um posicionamento mais ativo dos sindicatos. Isto, segundo Djalma Bom, foi resultado da percepção de que a indústria automobilística era a indústria de ponta no país e, em contrapartida, as condições de vida dos trabalhadores eram péssimas. Segundo ele,

“a coisa mais importante que a classe trabalhadora, que os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema ganharam foi a consciência de classe [...] não aceitar mais ser tratados como animais dentro das empresas” (informação verbal).¹⁵²

Expedito Soares nasceu em Minas Gerais. Com 14 anos foi morar em São Bernardo Campo e trabalhou nas fábricas Isopor, Multibrás, TRW e Volkswagen. Na década de 1970 iniciou sua militância como metalúrgico e, na Volkswagen, começou a participar do sindicato. Em 1977

¹⁵² Entrevista concedida à autora em 04 de maio de 2021.

foi eleito diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. Esteve presente na organização das greves de 1978, 1979 e 1980, quando foi preso por enquadramento na lei de segurança nacional. Até 1981 trabalhou na Arteb, quando foi demitido e nunca mais pode trabalhar em fábricas. Teve atuação no PT, sendo o primeiro presidente do Diretório Municipal do Partido em São Bernardo do Campo. Após não poder mais trabalhar nas fábricas, se formou em advocacia e continuou prestando serviços ao Sindicato como advogado por 18 anos.

Mobilizando lugares da cidade ou datas específicas dos movimentos, evidenciam-se nas falas de Wanderley Salatiel, Djalma Bom e Expedito Soares os valores memoriais, éticos, cognitivos e afetivos, assim como a identidade e o sentimento de pertencimento com o movimento operário. Entendem-se como responsáveis pela preservação dessa memória e o fazem por meio da reunião de documentos, fotos, vídeos, notícias de jornal que colecionam ao longo de suas vidas. A forma como recuperam os fatos, com pesar e com orgulho, demonstrando um posicionamento ainda militante em defender a importância dos acontecimentos para a história nacional, demonstram que preservar essas memórias é, para eles, uma forma de resistência.

“Se você pesquisar o Estádio da Vila Euclides hoje, para quem mora ali perto muitas pessoas “é um campo de futebol”. Não! Não é um campo de futebol. Ali representa a resistência, o movimento que começou ali, que foi muito importante inclusive para acabar com o regime militar. Não foi só para melhorar as condições de trabalho. O Estádio 1º de Maio representa muito mais, além da classe trabalhadora” (informação verbal)¹⁵³

“A história da Vila Euclides é essa história que eu estou te contando, porque eu estava lá. Eu como operário estava lá. [...] Vi gente chorar, gritar, festejar” (informação verbal)¹⁵⁴

Para eles o Estádio é patrimônio pelo que proporcionou enquanto experiência coletiva, é referencial para o movimento sindical brasileiro, por ter servido de espaço de congregação, de reunião daqueles que se identificavam com os temas que eram reivindicados. Fazem uso dos termos “patrimônio histórico”, “monumento histórico” e “peça histórica” para referirem-se ao Estádio. Para Wanderley Salatiel todos eles poderiam ser tombados como uma forma de impedimento do apagamento desses fatos.

Expedito Soares e Djalma Bom preocupam-se em pontuar claramente as datas que consideram fundamentais para o movimento e para a consagração do Estádio como patrimônio. Citam as greves de 1979, especialmente os dias 13 de março de 1979 como a data da primeira assembleia realizada no Estádio, o dia 1º de maio de 1979, quando foi realizada uma assembleia

¹⁵³ Entrevista concedida por Wanderley Salatiel à autora em 15 de abril de 2021.

¹⁵⁴ Entrevista concedida por Expedito Soares à autora em 19 de abril de 2021.

em comemoração à data e protesto em função da intervenção no Sindicato, quando foram reunidas 150 mil pessoas. Também as greves de 1980 quando o movimento retomou o Estádio da intervenção policial, o dia 20 de outubro de 1980, quando os trabalhadores organizaram um ato político no Estádio contra o enquadramento dos sindicalistas na lei de segurança nacional.

“A categoria consagrou ali como uma arena de luta, de choro, de lágrimas, de pessoas ensanguentadas, da violência da polícia. Onde as mulheres dos trabalhadores choraram as prisões, onde o trabalhador chorou a perda do emprego [...]. É um Estádio que tem uma história de lágrimas, de sangue, de choro, de raiva, de alegria, de grito de extravasar. Grito de vitória, ali também teve grito de vitórias. O Estádio teve um papel muito grande pros trabalhadores aqui do ABC” (informação verbal)¹⁵⁵

“Virou monumento não pela graça de um político nem ninguém, foi pela graça dos trabalhadores. Ele se tornou um patrimônio histórico pela força, pela unidade dos trabalhadores, pela grandeza da sua luta” (informação verbal)¹⁵⁶.

“o estádio se tornou um imã aglutinador de todas as pessoas de diferentes partes do Brasil que lutaram pela democratização e apoiavam as greves” (informação verbal)¹⁵⁷

“o Estádio cumpriu um papel histórico inesquecível para a cidade e para os trabalhadores” (informação verbal)¹⁵⁸

Através dos relatos de membros recentes do sindicato, que não participaram diretamente daqueles movimentos, podemos perceber posicionamentos mais distanciados e outras formas de reconhecimento do Estádio como patrimônio. Rafael Marques tornou-se parte da categoria sindicalizada em 1986 e pouco tempo depois começou a trabalhar na Ford. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entre 2013 e 2017, em 2009 era vice-presidente do sindicato, sendo o responsável pela instituição no apoio ao pedido de tombamento do Estádio ao Iphan. Para ele, a última grande atividade do sindicato no Estádio foi a Marcha Sindical de 1992, reunindo em torno de 50 mil trabalhadores. A escolha por terminar a Marcha no Estádio representou o reconhecimento daquele lugar como palco de importantes transformações na história sindical (informação verbal).¹⁵⁹

Wagner Santana trabalha na Volkswagen desde 1984, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entre 2020 e 2021. Em 1987 começou a participar do movimento sindical e em 1989 entrou para a comissão de fábrica da Volkswagen. Em 1998 foi eleito como um dos dirigentes do sindicato, e desde então vem ocupando cargos na instituição. Por sua atuação

¹⁵⁵ Entrevista concedida por Expedito Soares à autora em 19 de abril de 2021.

¹⁵⁶ Entrevista concedida por Expedito Soares à autora em 19 de abril de 2021.

¹⁵⁷ Entrevista concedida por Djalma Bom à autora em 04 de maio de 2021.

¹⁵⁸ Entrevista concedida por Expedito Soares à autora em 19 de abril de 2021.

¹⁵⁹ Entrevista concedida à autora em 22 de abril de 2021.

mencionou a realização de greves, lutas e acordos feitos após 1980 a partir de processos mais recentes de transformação na indústria da região do ABC, contra o fechamento de fábricas, por exemplo. Retomou a importância do jornal sindical “Tribuna Metalúrgica” como orientador da categoria, o meio encontrado para comunicação com todos os trabalhadores. Para ele, preservar o jornal como um documento da atuação do sindicato é fundamental (informação verbal).¹⁶⁰

Com as falas de Rafael Marques e Wagner Santana foi possível notar que o Estádio ainda é representativo para os trabalhadores industriais de São Bernardo do Campo, pois mesmo como referência territorial é parte das mobilizações recentes. Em 2021, por exemplo, foi utilizado como ponto de partida da carreta de celebração do dia 1º de Maio.



Figura 52. Publicação sobre a carreta do dia 1º de Maio de 2021, que teve o Estádio como ponto de partida.

Fonte: Instagram do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Disponível em <<https://www.instagram.com/sindmetalabc/?hl=pt-br>>. Acesso em 22 dez. 2021.

Há ainda de se considerar um ponto fundamental sobre o objeto em estudo, as diferentes denominações ao longo do tempo e por diferentes grupos. Estádio Distrital General Arthur Costa e Silva, Estádio da Vila Euclides, Estádio da Elni, e Estádio 1º de Maio foram as referências encontradas ao longo da pesquisa. A denominação “Estádio da Vila Euclides” surgiu em decorrência da localização do Estádio em bairro homônimo e, por sua utilização nas mobilizações operárias passou a ser chamado de Estádio 1º de Maio, como forma de posicionamento político. O Estádio passou a se chamar oficialmente Estádio 1º de Maio em 1980, por meio da Lei Municipal n.º 2.422, denominação que vigora até hoje. Há ainda algumas menções à nomeação de Estádio da Elni, como outra referência popular.

¹⁶⁰ Entrevista concedida à autora em 27 de abril de 2021.

Podemos notar que o uso dos nomes ocorre por meio de processos narrativos decorrentes de envolvimento afetivos, memoriais, identitários, e também estratégicos. Essa reflexão e a busca pelos sentidos e significados do Estádio hoje são fundamentais para a análise da proposta de reconhecimento como patrimônio cultural nacional. Djalma Bom entende como uma "coincidência histórica" o fato de um Estádio com nome de um ditador ter sido um dos principais palcos da resistência à ditadura (informação verbal).¹⁶¹ Para ele, a modificação e oficialização do nome como 1º de Maio foi um avanço e uma conquista. Os entrevistados que fizeram parte dos movimentos operários ora fazem uso do nome popular, ora do oficial, o que acendeu a reflexão sobre o uso do nome popular como uma referência identitária desse grupo.

O uso das nomeações também diferencia-se nas ações do campo do patrimônio. No processo de tombamento municipal há referência ao nome oficial, enquanto que no processo de tombamento federal, aparece o nome popular. Acreditamos que este uso por pesquisadores e técnicos do campo do patrimônio reflete um posicionamento estratégico de valoração do Estádio como foi popularmente conhecido, para dar voz e lugar às referências daqueles que o vivenciaram e para confirmar a valoração do Estádio em sua projeção nacional no momento das reivindicações.

Por outro lado, atuais moradores do bairro, mais jovens, conhecem apenas a denominação oficial. Ana Beatriz Pahor cresceu em meio ao envolvimento de sua família com o PT, é filha e sobrinha de desenhistas da Volkswagen. Apresentou visão crítica sobre como a memória e a identidade com o movimento dos trabalhadores e com o passado industrial e operário da cidade são mobilizados atualmente. Ainda que seja habitante de São Bernardo do Campo e pesquisadora da história da arquitetura, da cidade e do patrimônio, a arquiteta mencionou nunca ter ouvido falar da denominação Estádio da Vila Euclides, e também só conhece referências a ele como Estádio 1º de Maio, espaço de prática de esportes (informação pessoal).¹⁶²

Menciona que quando estudavam as greves e movimentos operários as narrativas pareciam referir-se a uma outra São Bernardo do Campo que nada tinha a ver com a cidade em que viviam. Por isto, observa um movimento de esquecimento do passado operário e migrante de São Bernardo do Campo como forma de desvincular-se da figura de Lula, e fazer com que a cidade passe a ser vista a partir de outra narrativa, outro passado, e outra história. Estas considerações decorrem de uma percepção de que não há nada atualmente na cidade que sinalize espaços significativos da luta operária. Para interlocutores como Expedito Soares, São Bernardo do Campo ainda é uma cidade operária se pensada na chave dos trabalhadores em

¹⁶¹ Entrevista concedida à autora em 04 de maio de 2021.

¹⁶² Relato por escrito concedido à autora em abril de 2021.

conceito amplo. Mas apresenta visão semelhante à de Ana Beatriz Pahor em dizer que se preserva muito mal a história operária como parte da história da cidade.

Os relatos de Rafael Marques e Wagner Santana contribuem com a compreensão do que pode ter ocorrido para que moradores mais jovens, como Ana Beatriz Pahor, tenham essa percepção. Discorrendo sobre o quanto a categoria se transformou a partir dos anos 1990, entendem que a classe trabalhadora que deu origem ao Novo Sindicalismo, à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao PT passou por grandes transformações. Em 1989 a categoria chegou a reunir 159 mil metalúrgicos em São Bernardo do Campo e Diadema, mas atualmente reúne em torno de 60 mil, incluindo também os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Atribuem a redução do número de empresas com mais de mil trabalhadores e o aumento de pequenas empresas à menor participação em assembleias, por exemplo, além das diferentes condições e relações de trabalho atualmente (informação verbal).¹⁶³

Todos os entrevistados demonstraram insatisfação sobre a forma como a memória operária é tratada em São Bernardo do Campo, cada um à sua maneira e de acordo com suas trajetórias, experiências e intenções. O que ocorreu na cidade e no Estádio em decorrência da implantação da indústria, e as consequências da transformação e deslocamento da produção para o interior do Brasil, do padrão periférico de crescimento, da tomada de consciência sobre a exploração do trabalho explicam sua inegável importância em escala nacional. Não por acaso foi onde se iniciaram mobilizações operárias que tiveram repercussão política no processo de redemocratização.

Refletir sobre o que significaria e a quem interessaria, atualmente, um tombamento do Estádio, requer que pensemos em escala local, metropolitana e nacional sobre os significados de sua existência. Quem são os agentes que mobilizam a história da cidade, da industrialização, da metropolização, dos trabalhadores, e do Estádio como patrimônio e sob quais narrativas o fazem. E, em âmbito institucional, sobre o tombamento como recurso à preservação de memórias em xeque.

3.1.2. A escala metropolitana e o patrimônio municipal em São Bernardo do Campo

As questões de preservação do patrimônio no ABC Paulista surgiram no contexto dos anos 1980 em que a capilarização da preservação do patrimônio no Brasil, movimentos locais por direito à memória e a cidade¹⁶⁴, e o jornal “Diário do Grande ABC” tiveram papel fundamental. Neste, a preservação passou a ser pauta de reportagens escritas por Ademir Médici ainda na década de 1970. A valorização da memória e do patrimônio, ações positivas e negativas das

¹⁶³ Entrevistas concedidas à autora em 22 e 27 de abril de 2021.

¹⁶⁴ Em nível regional os movimentos sociais foram representados pelo Movimento Pró-Paranapiacaba, o SOS Carlos Gomes e o Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (Gipem).

administrações locais, festas, propostas de criação de museus e necessidade de divulgação dos patrimônios pensando no desenvolvimento local foram temas que refletiram nas formas de gestão locais e fortaleceram organizações da sociedade civil (PASSARELLI; ALVES, 2011).

São Bernardo do Campo e Santo André foram as primeiras cidades do ABC a criarem conselhos de patrimônio.¹⁶⁵ Criado em 1984, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo (Compahc) é um dos conselhos municipais mais antigos da região metropolitana de São Paulo. Surgiu em decorrência dos debates em torno dos valores locais de cidades que percebiam as transformações físicas, econômicas e sociais decorrentes da transformação da indústria, em vistas da característica industrial e operária do ABC. A formação dos conselhos abriu caminho uma ação articulada com o jornal “Diário do Grande ABC” e organizações da sociedade civil em termos de publicização das práticas de proteção e debates públicos sobre o tema (PAIVA, 2017; PASSARELLI, ALVES, 2011).

A proposta de articulação regional refletiu-se em duas organizações formadas nos anos 1990, os Congressos de História do Grande ABC¹⁶⁶ e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. A proximidade temporal da formação dessas duas articulações indicam que os debates oportunizados pelo 1º Congresso de História do ABC, realizado em 1990, podem ter influenciado na criação do Consórcio por oportunizar o pensamento de questões comuns às cidades. Os Congressos passaram a ser organizados com o objetivo de reunir pesquisadores para troca de informações sobre a história regional (PASSARELLI; ALVES, 2011).

No 2º Congresso de História do Grande ABC, denominado “Caminhos e Rumos: índios, escravos e operários”, realizado em 1992, a questão dos trabalhadores, relações de trabalho e luta sindical, foram colocadas em pauta. Segundo Marcelo Paiva (2014), este Congresso envolveu também a preservação do patrimônio histórico e natural, pensando na memória regional. Isto demonstra que o tema do trabalho associado à preservação não é novo no ABC Paulista. O sociólogo Jorge Magyar é funcionário da prefeitura de São Bernardo do Campo desde 1992, atuando no Centro de Memória como pesquisador. Para ele, os Congressos são momentos

¹⁶⁵ A partir do que se obteve com entrevistas, leituras de bibliografia e pesquisa sobre a atuação com o patrimônio nas cidades do ABC Paulista, foi possível notar que alguns conselhos de patrimônio surgiram nos anos 1980, como os conselhos de São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Mauá (PAIVA, 2004). Mas a compreensão sobre sua efetividade e atuação requer pesquisa aprofundada, o que vai além dos objetivos dessa dissertação. Além do Compahc, criado em 1984, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (Comdephaapasa) de Santo André, foi criado em 1991. Em Ribeirão Pires há uma lei de 1983 indicando a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Ribeirão Pires (CODERP), porém não foi encontrada menção à ele no site da prefeitura da cidade, há menção a um Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio (CATP), formado em 2003 como um órgão técnico responsável pela gestão do patrimônio, do acervo dos museus e elaboração de inventários de bens culturais. Estas cidades receberam pesquisas como de Sílvia Passarelli (2005), Angela Armelini (2008), Aguinaldo Gonçalves, Suzana Kleeb, Fátima Leal (2011), Claudio Aurélio e Marina Scalabrini (2004), e Pedro Freitas (2008). Em Diadema há o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico Documental, Artístico e Cultural (CONDEPAD) criado em 1994, vinculado à Secretaria da Cultura. Em Rio Grande da Serra há o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Rio Grande da Serra (CONDEPHAC), criado em 1999. Porém não foi encontrada menção a este conselho no site da prefeitura da cidade. Em Mauá há o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico - Mauá (CONDEPHAAT-MA), criado em 2001, originário do Grupo de Defesa dos Bens Históricos de Mauá. Em São Caetano do Sul o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Caetano do Sul (CONPRESCS), foi criado em 2010, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura.

¹⁶⁶ Os Congressos tiveram como um de seus idealizadores o sociólogo José de Souza Martins, viabilizados pelo então prefeito de Santo André, Celso Daniel. Além de contar com a presença de intelectuais, sindicalistas, e memorialistas ligados ao movimento operário (PAIVA, 2014).

importantes por envolverem não somente acadêmicos, mas também memorialistas, sindicalistas, e interessados em falar da história e das memórias de seus bairros e cidades. Mas avaliou que as reflexões suscitadas nestes eventos ainda tiveram pouca reverberação para políticas públicas de patrimônio no sentido de um reconhecimento mais abrangente (informação verbal).¹⁶⁷

Em São Bernardo do Campo a década de 1990 foram criados canais de comunicação com a população, tendo o conselho recebido demandas, realizado discussões sobre o entorno de bens tombados e estabelecimento de critérios de preservação a partir de visão ampliada sobre o campo. Tais reflexões resultaram em tombamentos municipais significativos, como a Árvore dos Carvoeiros em 1999 valorizada por ter sido ponto de encontro dos trabalhadores que se dirigiam às carvoarias do distrito de Riacho Grande (PAIVA, 2014). Em 1998 foi criada a Divisão de Preservação da Memória como instância de pesquisa de patrimônio cultural, e de suporte ao Compahc. Nesta Divisão foi inserida a Seção de Memória, também chamada de Centro de Memória, departamento responsável pelos documentos históricos e pelo arquivo histórico municipal. Atualmente a Divisão é vinculada à Secretaria da Cultura e Juventude da Prefeitura Municipal.

Ainda que algumas práticas do órgão municipal tenham reproduzido ações associadas a “ortodoxia do patrimônio” (RODRIGUES, 2000), com o estabelecimento de tombamentos defendidos por valores de antiguidade, materialidade e excepcionalidade, destinados à valorização das origens do município, temas como o patrimônio natural foram incorporados. Os tombamentos da Chácara Silvestre, em 1987, e da Cidade da Criança, em 1990, nos quais foram incluídas as áreas verdes, representam a incorporação de pesquisas como a de Simone Scifoni, a partir de visão mais abrangente sobre o patrimônio (PAIVA, 2014).

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC é uma associação pública civil que funciona como uma administração indireta dos municípios. Criado a partir da ideia de regionalidade expressou a necessidade de um governo metropolitano que pensasse o planejamento urbano e ações de caráter regional. Em 1998 organizou em conjunto com o Governo do Estado e representantes de empresas, sindicatos, universidades e organizações não governamentais a Câmara Regional do Grande ABC. Em 2000 esta articulação propôs alternativas para valorização do patrimônio cultural como parte das diretrizes de desenvolvimento regional. Para propostas de requalificação urbana e inclusão social foi estruturada a pesquisa “7Cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC”, realizada em parceria entre a Universidade Municipal de São Caetano do Sul e o Consórcio, com apoio do Programa de Políticas Públicas da FAPESP. Esta pesquisa identificou em torno de 1.500 bens considerados de interesse cultural em todo o ABC Paulista mas que, em sua maioria não recebia nenhum tipo de proteção oficial pelos órgãos de patrimônio (PASSARELLI; ALVES, 2011).

¹⁶⁷ Entrevista concedida à autora em 23 de outubro de 2020.

Em São Bernardo do Campo a partir dos anos 2000 a busca por atuação ampliada sobre o patrimônio cultural ocorreu com a elaboração das “Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural” (PAIVA, 2014). Baseado nas indicações da Constituição Federal de 1988, o documento buscou incorporar o patrimônio natural e o intangível, a educação patrimonial, o patrimônio industrial, e a escala urbana, indicando a aplicação de outras metodologias de identificação, como o inventário, além da reflexão sobre o tombamento e formas de implementar a preservação por meio do planejamento urbano. Podemos entender a organização dessas Diretrizes como uma busca em nível municipal de alinhamento às novas formas de pensar e atuar sobre o patrimônio que vinha sendo desenvolvido no âmbito do Iphan.

Nesse contexto, a torre d’água, popularmente conhecida como Torre da Elni, tornou-se o primeiro elemento do antigo conjunto industrial tombado, em 2001. Como mencionado anteriormente, o encerramento da produção da tecelagem Elni resultou no desmembramento do terreno e atribuição de diferentes usos aos antigos edifícios fabris. Este processo fez com que aqueles objetos da industrialização deixassem de ser compreendidos como parte de um único projeto fabril, tendo sido incorporados ao tecido urbano e dinâmicas da cidade. O processo de tombamento da torre d’água foi aberto por ação da Divisão de Preservação da Memória em razão de ameaças de demolição para ampliação do estacionamento do Estádio 1º de Maio. Foi reconhecida como parte do conjunto industrial da Elni por sua significância econômica, social, urbanística e paisagística, marco do processo de industrialização da cidade (COMPAHC, Processo n.º 5804, 1999).

Como previsto nas “Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural”, em 2002 membros da Divisão de Preservação da Memória de São Bernardo do Campo e do conselho elaboraram o “Inventário de Bens Culturais de São Bernardo do Campo”. Segundo a arquiteta Denise Puertas de Araújo, funcionária Seção de Patrimônio da Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo entre 2006 e 2021, sempre houve preocupação por parte do corpo técnico e do conselho na construção de uma narrativa que englobasse o patrimônio da cidade enquanto conjunto, entendido na escala urbana, e em ações de reconhecimentos que visassem a democratização no campo do patrimônio, do reconhecimento à gestão (informação verbal).¹⁶⁸ O Inventário tornou-se uma ferramenta dessas propostas, pois selecionou bens a por sua importância no território, na paisagem, na memória dos diversos grupos sociais, e a partir de relações discursivas suscitadas (COMPAHC, 2002).

Inicialmente foram elencados 101 bens, porém somente 43 foram estudados com profundidade, dado que nem todos puderam ser vistoriados para produção das fichas. Os bens foram organizados através de eixos: espaço de passagem, subúrbio rural, industrialização, comercialização, urbanização, migração, movimento sindical, espaço da produção de água e

¹⁶⁸ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2019.

energia, sítio físico, e qualidade ambiental (COMPAHC, 2002). O eixo “industrialização” voltou atenção para as primeiras décadas do século XX, consideradas como o primeiro momento de industrialização de São Bernardo do Campo, representado por indústrias têxteis e moveleiras. A Elni foi a única indústria efetivamente inventariada. Referenciada por sua inovação tecnológica para o setor têxtil da cidade, cujo conjunto industrial foi sinalizado como diferencial na paisagem, marco de uma época e da fase de formação industrial e urbana da cidade.

Segundo consta no Inventário, inicialmente foram selecionadas oito indústrias, a Tecelagem Ítalo Setti, uma vila operária, a Fábrica de Móveis Santa Terezinha, a Fábrica de Discos Odeon, a Chaminé da Cerâmica Garcez, as Instalações da Brastemp, a Tecelagem Elni, e a Ala Zero Volkswagen. Porém, a vila operária foi demolida e todos os outros bens, exceto a Elni, foram deixados para uma segunda fase de inventariação. No eixo “movimento sindical” o Estádio foi o único bem relacionado. Recuperado como representativo da memória do movimento operário e valorizado como palco de manifestações que transformaram a cidade em referência nacional (COMPAHC, 2002).

Embora tenham sido elencadas categorias decorrentes de visão ampliada sobre o patrimônio, como industrialização, migração, movimento sindical, qualidade ambiental, sítio físico e espaço de produção de energia e água, a maioria dos bens foram incluídos nas categorias subúrbio rural, comercialização e urbanização. Em 2002 todos bens foram votados e aprovados pelo Conselho para abertura de processo de tombamento. Entretanto, segundo Araújo, houve dificuldade de encaminhamento dos processos porque a partir das notificações dos proprietários houve grande número de contestações e pressões políticas (informação verbal).¹⁶⁹

Em 2012 a Divisão de Preservação contratou o escritório de arquitetura Pindorama para uma segunda fase de inventariação voltada ao aprofundamento de 35 bens relacionados em 2002. O objetivo era prosseguir com a metodologia do inventário para ampliar o conhecimento sobre o patrimônio da cidade e abrir processos de tombamento. Os eixos foram revisados sendo definidos em função dos processos de formação da cidade: espaço de passagem, subúrbio rural, urbanização, industrialização, religiosidade, e qualidade ambiental. Os galpões da Elni também foram inseridos como únicos na categoria “industrialização”, valorizados como representante do início do processo de industrialização na cidade a partir da abertura da rodovia Anchieta.

Diferentemente do inventário produzido em 2002, nesta ficha foram incorporados valores memoriais associados às mobilizações operárias dos anos 1970 e 1980, e o uso a partir da década de 1970 como espaço prestador de serviços à população. Além de propor o tombamento, sugeriram articulação deste bem à Torre da Elni, tombada em 2001, de forma a permitir a compreensão de suas relações no passado (COMPAHC, 2012). O processo de tombamento dos Galpões da Elni foi aberto em 2002, por terem sido inseridos no primeiro inventário. O Estádio

¹⁶⁹ Entrevista concedida à autora em 05 de dezembro de 2019.

não foi inventariado em 2012, pois os técnicos da Divisão de Preservação da Memória e membros do Compahc julgaram desnecessário tendo em vista que em 2009 havia sido produzido o dossiê para pedido de tombamento ao Iphan. Tal dossiê foi utilizado para composição do processo de tombamento do Estádio na instância municipal, aberto em 2015, mas não encaminhado até o momento em que pesquisamos (COMPAHC, Processo SB 020343/2015-69, 2015).

Refletindo sobre a forma como a memória da indústria e do trabalho foram incorporadas pela atuação municipal, Marcelo Paiva (2014) identificou ausência de tombamentos em eixos representativos da industrialização da cidade, como as rodovias Anchieta e Imigrantes, locais onde estavam e estão instaladas indústrias automobilísticas e os bairros onde moravam e moram seus trabalhadores. Segundo ele, o reconhecimento de bens nestas áreas oportunizaria a abordagem de temas como o trabalho, as migrações, a formação das periferias, a mobilidade urbana e as condições de vida da população.

Com base nestas reflexões e análise dos bens tombados pelo Compahc é possível notar que, de fato, o número de tombamentos de bens associados à industrialização e ao trabalho industrial é pequeno. Conforme disponibilizado pela prefeitura, os tombamentos que podemos relacionar aos temas são a Árvore dos Carvoeiros, tombada em 1999, reconhecida por valores naturais, paisagísticos e históricos, como marco e referência na rota dos carvoeiros, a Torre da Elni e a Chaminé da Avenida Pery Ronchetti, tombadas em 2001, reconhecidas por valores associados à industrialização e como marcos na paisagem (BENS CULTURAIS TOMBADOS / SÃO BERNARDO DO CAMPO, s.d).



Figura 53. Chaminé da avenida Pery Ronchetti (esq.). Árvore dos Carvoeiros (dir.). São Bernardo do Campo.

Fonte: Autora: Luana Prado. Prefeitura de São Bernardo do Campo. Disponível em <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/>>. Acesso em 22 dez. 2021 (esq.). Prefeitura de São Bernardo do Campo. Disponível em <<https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/arvore-dos-carvoeiros>>. Acesso em 22 dez. 2021 (dir.).

Segundo Paiva (2014), reivindicações por reconhecimentos voltados à indústrias envolvendo a memória operária nem sempre conseguiram efetiva proteção municipal, o que torna essa memória sub representada no conjunto de bens, memórias e identidades reconhecidas. A trajetória e ações empreendidas pelo órgão municipal de patrimônio em São Bernardo do Campo ainda foi pouco estudada em âmbito acadêmico. No âmbito do ABC a preservação do patrimônio ainda se realiza de forma tímida e descontínua, segundo Silvia Passarelli e Luiz Alves (2011). Observaram que dentro do conjunto de bens indicados no “Diário do Grande ABC” como de interesse à preservação não há menção a bens que não apresentam características de monumentalidade ou excepcionalidade, como os conjuntos operários, vilas residências, edifícios industriais, conjuntos e estações ferroviárias, considerados representativos da evolução da sociedade e das “culturas do trabalho” (PASSARELLI, ALVES, 2011, p. 14).

No âmbito do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC o Grupo Temático História e Memória¹⁷⁰, formado em 2012, com o objetivo de atuar em prol de políticas de preservação, recuperação e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios, passou a ser responsável pela organização dos Congressos de História do Grande ABC. Tornou-se, então, a entidade que articula questões de memória e patrimônio em nível regional. A partir de 2015 passou a organizar também os Encontros de Arquivos, os Fórum de Memória e Patrimônio, e a Jornada do Patrimônio do ABC (CONSÓRCIO..., 2017).

A partir dos relatos dos funcionários da Divisão de Preservação da Memória de São Bernardo do Campo, Denise Araújo e Jorge Magyar, é possível notar que ainda há pouca articulação entre as temáticas e problemáticas tratadas nos Fóruns e Congressos e o campo da preservação do patrimônio, tanto na área técnica, no conselho, como na formação de políticas culturais. Pois embora sejam próximos na temática, tratam de campos disciplinares distintos. Poucas cidades do ABC têm conselhos e órgãos de patrimônio ativos, sendo São Bernardo do Campo e Santo André aquelas com conselhos de maior longevidade. Estabelecer vínculos entre o Consórcio, através do Grupo Temático História e Memória, com as instâncias municipais de patrimônio, de forma a pensar o tema a partir da dimensão regional, em escala metropolitana, é um desafio de gestão, mas também político, de atribuição de responsabilidades e jurisdição.

¹⁷⁰ O setor executivo do Consórcio é formado pelo Núcleo Infraestrutura Regional, Núcleo Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental, Núcleo Desenvolvimento Econômico Regional e Núcleo Inclusão Social e Direitos Humanos; dentro dos quais estão os Grupos de Trabalho (GT), que por sua vez dividem-se em Grupos Temáticos (GTe). No Grupo de Trabalho de Turismo, associado ao Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Regional, está indicada a possibilidade de exploração não predatória do patrimônio ecológico, cultural e histórico, com destaque ao turismo ecológico, empresarial, cultural e esportivo. E no Grupo de Trabalho de Cultura, dentro do qual estão os Grupo Temático História e Memória e o Grupo Temático Arquivos.

Durante a gestão do Secretário da Cultura Leopoldo Nunes da Silva Filho⁷¹ em São Bernardo do Campo, entre 2009 e 2011, foram implementados esforços em fortalecer a relação do município com o governo federal para desenvolver uma política de patrimônio que envolvesse o valor nacional do patrimônio cultural da cidade (MARTINS, 2010). Interlocução oportunizada pela conjuntura política à época. Foram solicitados ao Iphan os tombamentos do Estádio 1º de Maio - utilizando-se da denominação “Estádio de Vila Euclides” - da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e da Chácara Silvestre. Estas iniciativas demonstraram as possíveis relações entre municípios da região metropolitana e a Superintendência Regional do Iphan em São Paulo em envolver objetos e temas que já vinham configurando-se como importantes para a história, a memória e o patrimônio em municípios da região metropolitana.

A proposta de tombamento do Estádio expressou a historicidade da organização municipal, pois o pedido foi levado ao Iphan pelo reconhecimento de seu valor nacional através do órgão municipal. Mas o tema coloca ainda em questão se deveria haver um instrumento regional de tombamento. Entender como essas cidades constroem suas políticas de preservação em termos municipais, do reconhecimento à gestão, como se relacionam entre si e como se relacionam com a capital e a federação é um caminho que pode ampliar o campo de argumentações do patrimônio tendo em vista o protagonismo da dimensão metropolitana e os desafios que apresenta atualmente ao patrimônio.

3.2. Objetos culturais e fatos históricos, um tombamento em questão

3.2.1. A democratização do patrimônio no Iphan

A partir de 1970, as reivindicações populares contra a especulação imobiliária, a destruição de recursos naturais, e na direção de melhor qualidade de vida, direito à cidade, à memória, à cidadania, à habitação e ao patrimônio em decorrência da crise econômica provocada pela política desenvolvimentista, indicaram a necessária mudança e ampliação de perspectiva sobre o patrimônio cultural brasileiro que, até a década de 1960 valia-se unicamente do valor artístico voltado à arquitetura típica dos séculos XVII e XVIII (NASCIMENTO, 2016b; MOTTA, 2000; RODRIGUES, 2000).

Os debates propiciados pela Carta de Veneza afluíram no ambiente brasileiro na década de 1970 através dos cursos de Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Urbanos realizados em São Paulo, Recife e Belo Horizonte. A experiência de Bolonha, na Itália, tornou-se

⁷¹ Tendo trabalhado anteriormente como cineasta e integrado a diretoria do Congresso Brasileiro de Cinema entre 2001 e 2004, Leopoldo Nunes da Silva Filho atuou na produção audiovisual brasileira durante os governos do PT. Foi chefe de gabinete na Secretaria do Audiovisual na gestão de Gilberto Gil do Ministério da Cultura, Diretor de Patrocínios da Secretaria de Comunicação, em 2006 nomeado Diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine), e diretor de Conteúdo e Programação da TV Brasil. No governo de Dilma Rousseff, foi secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura na gestão de Marta Suplicy, após ter sido secretário de Cultura de São Bernardo do Campo (LAUTERJUNG, 2020).

referência sobre intervenções em espaços urbanos que tinham como foco as dinâmicas cotidianas, moradores e políticas de habitação. A ambiência urbana, a arquitetura “menor”, os usos do patrimônio, as políticas urbanas e a relação com habitantes e comunidades locais, o valor documental da cidade e da arquitetura foram temas que orientaram o alargamento de conceitos sobre o patrimônio, colocando em debate o “quadro social de memória das práticas históricas de preservação no Brasil” (NASCIMENTO, 2016a, p. 124).

Construiu-se, assim, um novo pensamento sobre o documento material e a relação com a preservação, para o qual os aportes da tradição historiográfica francesa da Escola dos *Annales* foram apropriados. Historicamente a atuação do órgão federal de patrimônio esteve alinhada à escrita da história, justificando-se mutuamente desde a década de 1930. O que ocorrerá a partir da década de 1980, será a consideração da produção de uma “nova história”, baseada na ampliação e interpretação das fontes, compondo a “história-problema”, contraposta à história positivista. O alcance desta metodologia no Brasil contribuiu para um novo tipo de produção historiográfica nos anos 1980. Com isto, o tradicional discurso da história da arquitetura, instrumentalizado pelo tombamento, passou a ser questionado pelas novas produções do campo da história e da arquitetura (NASCIMENTO, 2016a; 2016b; 2020).

Em 1975, Aloísio Magalhães criou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) como uma instituição fora das esferas governamentais com o pressuposto de buscar raízes vivas da identidade nacional em contextos excluídos pelas atividades do Iphan. Trabalhava na atribuição de valor às manifestações culturais a partir do protagonismo dos sujeitos sociais para a que o conceito de referência cultural representava a reavaliação das formas de salvaguarda dos bens culturais. Em 1979 o Instituto do Patrimônio foi transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória com vistas a possibilitar um trabalho mais abrangente e ágil a partir de novas concepções de patrimônio. O patrimônio nacional ficou, então, a cargo dessas duas instituições, sob direção de Aloísio Magalhães entre 1979 e 1981. A inclusão da cultura popular em novas diretrizes da política de patrimônio federal, é atribuída à incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) à Fundação Nacional Pró-Memória em 1979, e ao trabalho de Aloísio Magalhães (IPHAN, 2000; FONSECA, 2000; CHUVA, 2017; MOTTA, 2020).

Utilizar-se do conceito de referência cultural demandava, necessariamente, que se pensasse “para quem” tal prática cultural, objeto, lugar ou edifício eram significativos. Este processo conferia sentidos patrimoniais às referências culturais e também fomentava a ideia de economia associada ao patrimônio, valorizando e buscando garantir a manutenção de práticas culturais como meio de sobrevivência das pessoas (informação verbal).¹⁷² A partir da

¹⁷² Considerações de Luciano Teixeira durante o Seminário “Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva” realizado em junho de 2019 na FAU USP.

incorporação do CNRC ao Iphan, em 1979, o conceito passou a ser estudado como meio de identificação dos patrimônios culturais brasileiros. Mas a proposta se concretizou apenas a partir dos anos 2000, com o Decreto n.º 3551 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2000; FONSECA, 2000, CHUVA, 2017).

Os novos discursos empregados a partir dos anos 1980 basearam-se em uma visão antropológica de cultura, na consideração da diversidade do patrimônio e na transformação de critérios e métodos para a seleção. A superação da ideia de patrimônio histórico a partir do termo patrimônio cultural permitiu aproximações ao universo da cultura popular entendida como processo, abrindo espaço para outros “quadros sociais de memória” (MOTTA, 2000). O novo papel do Estado, o afloramento dos interesses da sociedade civil e a inclusão de outras esferas de proteção conferiram ao patrimônio a possibilidade de reconhecimento de bens, temporalidades e territorialidades diversas. E, no momento em que tudo poderia ser patrimônio, o Iphan passou a encarregar-se de demandas que não possuía anteriormente (informação verbal).¹⁷³

De acordo com Marly Rodrigues (2000), Lia Motta (2000) e Flávia Brito do Nascimento (2016a) buscava-se modificar o campo do patrimônio por meio de ampliação conceitual e através de práticas de preservação. Em termos conceituais, procurava-se considerar novos valores para além da arquitetura, da estética e da monumentalidade. Em termos práticos, buscava-se reformular os métodos e procedimentos de estudo e reconhecimento dos bens culturais. E, como mencionamos nos capítulos anteriores, foi o momento em que o tema do patrimônio ambiental urbano entrou em pauta como uma maneira de responder a estas demandas.¹⁷⁴ Segundo Nascimento (2020) os conceitos de referência cultural e patrimônio ambiental urbano foram catalisadores das demandas pela valorização dos usos cotidianos e da participação social como parte das políticas de patrimônio.

A relação entre moradia e patrimônio foi um dos focos da preocupação com o ambiente urbano na década de 1980 como decorrência das apropriações locais e entendimento dos sujeitos sociais no centro do pensamento sobre novos conceitos e práticas. Tal preocupação foi expressa em âmbito nacional na Carta de Petrópolis, de 1987 (NASCIMENTO, 2020). O reconhecimento e preservação do patrimônio urbano colocaram em reflexão, dentro e fora o Iphan, os limites jurídicos do tombamento e o papel do planejamento urbano tendo em vista a análise crítica da relação entre preservação e alteração de usos, especialmente quando se tratou

¹⁷³ Considerações de Lia Motta durante o Seminário “Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva” realizado em junho de 2019 na FAU USP.

¹⁷⁴ Em escala internacional, se buscou processar a mundialização dos valores do patrimônio, representada pelas Conferências da Unesco, em especial a Conferência Geral de Genebra realizada em 1972, quando a categoria de patrimônio cultural mundial foi institucionalizada.

da expulsão de moradores pobres de edificações de interesse à preservação, como foi o caso do Pelourinho em Salvador.

Para Nascimento (2016a; 2016b) o marco do campo do patrimônio federal nos anos 1980 foi a realização de tombamentos de centros urbanos entendidos como documento e a arquitetura como fonte documental, citando como emblemático o tombamento da cidade de Laguna, em Santa Catarina, em 1985. A discussão da história social a partir da atuação de historiadores no campo do patrimônio abriu caminho para consideração do centro desta cidade como fonte documental. Esta compreensão viabilizou a proteção de bens imóveis que dificilmente teriam lugar no patrimônio a partir de visões calcadas nos conceitos de excepcionalidade. De acordo com Lia Motta, o uso do instrumento do entorno dos bens tombados e revalorização dos núcleos urbanos já tombados, somados à visão de cidade como documento permitiu a compreensão das cidades no campo do patrimônio (informação verbal).¹⁷⁵

O centro do Rio de Janeiro, por exemplo, que até então possuía somente exemplares do período colonial tombados, tornou-se de interesse para o Iphan a partir da incorporação do patrimônio urbano. Desenvolveu projetos de preservação para a Praça XV e Morro da Conceição focando no caráter histórico, urbano e social. Isto resultou no tombamento da Praça XV na década de 1980 e na delimitação da área de entorno do Morro da Conceição, para o qual se pensou a permanência da população local e das atividades existentes (NASCIMENTO, 2020).

Tombamentos como o da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia, na Paraíba, em 1984, do Conjunto de Habitação Coletiva denominado Avenida Modelo, no Rio de Janeiro, em 1985, do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, da Serra da Barriga, em Alagoas, do Casarão do Chá de Mogi das Cruzes, São Paulo, em 1986, da Fábrica Santa Amélia, em São Luís do Maranhão, em 1987, são alguns dos exemplos de tombamentos que representam a incorporação de temas como a industrialização, a habitação social, a matriz africana e a imigração. Temas que, contudo, não foram facilmente incorporados à prática oficial.

Segundo Márcia Sant'Anna, o processo de reconhecimento do Terreiro da Casa Branca explicitou as tensões internas ao órgão naquele momento. O pedido partiu da sociedade civil e dentro do Iphan não existia conhecimento sobre o patrimônio afro-brasileiro, então tornou-se necessário que membros do terreiro participassem ativamente na produção de conhecimento sobre o sítio. Colocando em discussão, inclusive, se o tombamento seria um instrumento de preservação adequado.¹⁷⁶ Lia Motta (2000) entende que houve descompasso entre as práticas discursivas e seletivas do patrimônio. Os processos de seleção de imóveis e fragmentos de

¹⁷⁵ Considerações de Lia Motta durante o Seminário "Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva" realizado em junho de 2019 na FAU USP.

¹⁷⁶ Márcia Sant'Anna ressalta a luta e as tensões para construção do processo, encaminhamento ao conselho, aprovação e inscrição no livro do tomo histórico, não somente etnológico. Após este tombamento, outro terreiro - Axé Opô Afonjá - veio a ser tombado apenas 15 anos depois. Considerações de Márcia Sant'Anna durante o Seminário "Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva" realizado em junho de 2019 na FAU USP.

idades a partir de critérios de uniformidade estilística continuaram sendo praticados e limitaram a efetivação da inclusão da memória social, do direito à história, à cultura e à qualidade de vida como elementos de valoração do patrimônio cultural.

Os autores que se debruçam sobre a atuação do órgão federal nesta década concordam em dizer que os novos discursos não foram capazes de transformar as tradicionais práticas de seleção e proteção dos bens culturais, porque os desafios de “aceitação” das mudanças eram muitos. A habitação como política de permanência de uso, por exemplo, foi experimentada pontualmente, mas não levou o patrimônio para a esfera do cotidiano, como observa Nascimento (2020). A importância das comunidades como protagonistas do patrimônio tornou-se narrativa bastante utilizada, mas pouco colocada em prática. Para Nascimento, não estava claro nos anos 1980 qual caminho seguir, havia desconfiança sobre essas novas propostas como política cultural (informação verbal),¹⁷⁷ até mesmo porque até 1988 o único instrumento normativo sobre o patrimônio era o Decreto-Lei n.º 25/37.

No final desta década a promulgação da Constituição Federal de 1988 institucionalizou a proteção do patrimônio nas instâncias federal, estadual e municipal. Os Artigos 215 e 216 consagraram novo conceito e atribuições ao patrimônio, enfocando os sujeitos sociais como fundamentais na consideração sobre como, o que, porque e para quem definir patrimônio cultural. Para Ulpiano de Meneses (2009), o Artigo 216 é importante por deslocar do Estado para a sociedade civil a capacidade de construção e determinação dos valores culturais a serem reconhecidos. Para Lia Motta, o avanço implementado com Constituição foi, pela primeira vez, adotar um conceito de patrimônio, oferecendo um caminho para se atribuir valor a qualquer coisa portadora de referências à memória e identidade dos grupos. Segundo a arquiteta, a contribuição da Constituição foi abrir a possibilidade de ouvir grupos interessados, produzir novos conhecimentos sobre os bens e construir estratégias de preservação da configuração urbana (informação verbal).¹⁷⁸ Para Marly Rodrigues, a Constituição redefiniu o patrimônio e expressou o amadurecimento do que seria o papel do Estado de reconhecer a validade de todas as manifestações culturais (informação verbal).¹⁷⁹

Embora o novo discurso de atuação no campo do patrimônio não tenha sido capaz de transformar em definitivo as tradicionais práticas discursivas e seletivas (MOTTA, 2000), se iniciou um processo de transformações no campo que encontrará maior respaldo a partir dos anos 2000, porque as ações implementadas na década seguinte não corresponderam à preservação do patrimônio da forma preconizada na Constituição. A partir de 1990 o avanço da

¹⁷⁷ Considerações de Flávia Brito do Nascimento durante o Seminário “Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva” realizado em junho de 2019 na FAU USP.

¹⁷⁸ Considerações de Lia Motta durante o Seminário “Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva” realizado em junho de 2019 na FAU USP.

¹⁷⁹ Entrevista concedida à autora em 13 de novembro de 2021.

política econômica neoliberal teve reflexos negativos no patrimônio, em especial no âmbito das cidades brasileiras.

No Iphan ocorreu a extinção da Fundação Nacional Pró-Memória/Sphan, e foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que englobava os dois órgãos. O período foi marcado por redução do orçamento, demissões e redução do corpo técnico quase pela metade, o que paralisou a instituição e fez com que esta deixasse de ser o *locus* principal da ação preservacionista (PISSATO, 2018). A compreensão do patrimônio como um recurso econômico resultou em políticas culturais sobre as cidades voltadas ao turismo, modificando áreas centrais e históricas de algumas cidades como Salvador, tornando-as suscetíveis às lógicas do consumo cultural (SANT'ANNA, 2017; PISSATO, 2018). Estes fatos adiaram para os anos 2000 o alcance de práticas mais democráticas, e a efetiva aplicação dos preceitos constitucionais.

De acordo com Paula Porta (2012), a partir dos anos 2000 o Iphan se reergueu. A importância conferida ao patrimônio inserido nas políticas de desenvolvimento econômico do país viabilizou a modernização de suas mentalidades e práticas, extrapolando os limites do campo da cultura, colocando em prática a “ampliação do estoque patrimonial”. Para Lia Motta (2012) o fortalecimento da nova política institucional baseou-se em “bandeiras”: democracia, abrangência territorial, inclusão social e diversidade cultural. Como autoras de publicações oficiais do Iphan preocupam-se em salientar a atuação do órgão em frentes como a proteção do patrimônio ferroviário, dos quilombos, e da paisagem cultural, a promoção de educação patrimonial, a criação do Programa de Especialização em Patrimônio, o fortalecimento da instituição em âmbito internacional, e a abertura de duas frentes de trabalho, o Sistema Nacional de Patrimônio e o Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH).

Os bens culturais de natureza imaterial passaram a receber atenção oficial do patrimônio ainda antes da era Lula. A partir do Decreto n.º 3.551 de 2000 foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) que consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) como metodologia de identificação e reconhecimento dos bens a serem registrados. Em 2004 foi criado o Departamento do Patrimônio Imaterial.¹⁸⁰ Os avanços proporcionados por tal política permitiram que novos sujeitos sociais e práticas populares deixassem de ser

¹⁸⁰ No patrimônio imaterial os bens são categorizados como saberes, formas de expressão, lugares e celebrações. Considerar as práticas e a vida social produzidas por indivíduos e grupos como patrimônio também é uma forma de oportunizar que aspectos associados ao trabalho sejam incorporados ao patrimônio oficial brasileiro. Registros como o ofício das Paneleiras de Goiabeiras, de 2002, das Baianas de Acarajé, de 2005, dos Mestres de Capoeira, de 2008, do modo artesanal de fazer Queijo de Minas, de 2008, do ofício de Sineiro, de 2009, das práticas associadas aos modos de fazer bonecas Karajá, de 2012, do modo de fazer cuias do Baixo Amazonas, de 2015, e do sistema agrícola tradicional de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, de 2018, se associam diretamente ao trabalho manual, à técnica, aos materiais, demonstrando uma forma de reconhecer o trabalho. Porém percebemos que se trata de um outro tipo de trabalho, o artesanal, rural, em muitas vezes de auto sustento familiar e para economias locais. Há ainda alguns trabalhos que podem dialogar com o tema desta pesquisa, como o Inventário das técnicas construtivas tradicionais brasileiras, realizado pelo Iphan em parceria com o Programa Monumenta e a Unesco, através do projeto Mestres e Artífices, entre 2010 e 2011. Enfocou a construção civil em um processo de reconhecimento que partia do conceito de referência cultural e envolvia os sujeitos sociais a partir dos sentidos e valores por eles atribuídos. Segundo Leonardo Castriota e Vilmar Souza (2015), a iniciativa do projeto seria uma primeira etapa para um processo de certificação desses mestres, e criação de instrumentos legais de melhoria da mão de obra envolvida com processos de restauro, associado aos projetos do PAC Cidades Históricas. Em decorrência desse projeto, foram elaborados INRC dos Mestres e Artífices de Pernambuco, Chapada Diamantina, Minas Gerais e Santa Catarina.

marginalizadas através do reconhecimento oficial. Segundo Martha Abreu (2007, p. 355), a prática rompeu “inteiramente com uma antiga noção de patrimônio” e configurou uma “nova concepção sobre o que deve, ou não, ser valorizado e preservado como cultura e história nacionais”.

Contudo, o avanço no fortalecimento institucional é atribuído à implantação de políticas públicas de preservação a partir da era Lula para a qual a atuação de Gilberto Gil no Ministério da Cultura foi fundamental (PEREIRA, 2015; PAIVA, 2019; BRANDÃO, 2020). Em 2006 e 2009 foram realizados os primeiros concursos públicos da instituição desde sua fundação (MOTTA, 2012). A renovação do quadro técnico injetou ânimo nas superintendências, agregando não somente novas propostas, mas novas narrativas e práticas fundamentais para a atualização da ideia de preservação do patrimônio brasileiro (informação verbal).¹⁸¹ O campo de atuação do patrimônio deixou de ser local de atuação exclusiva de arquitetos, conferindo a antropólogos, sociólogos e historiadores a capacidade de romper com visões elitistas e excludentes de cultura (FONSECA, 2009). De forma geral Martha Abreu (2007), Maria Cecília Fonseca (2009), Lia Motta (2012) e Paula Porta (2012) entendem o reconhecimento oficial da diversidade cultural brasileira como norteador de uma concepção ampliada sobre o patrimônio, defendendo que houve mudança no conceito de patrimônio.

Pesquisas desenvolvidas a partir da segunda década dos anos 2000 por Danilo Pereira (2015), Daniela Pistorello (2015), Marcelo Paiva (2019), Catherina Pissato (2018) e Marina Brandão (2020), por exemplo, refletem sobre a ideia de “novo momento” no Iphan, e concordam em dizer que as políticas implementadas a partir dos anos 2000 proporcionaram maior reconhecimento, ou incentivaram estudos em torno de práticas culturais e sujeitos sociais até então marginalizados pelas práticas oficiais de reconhecimento. Cada um deles abordou “temas-chave” considerados importantes por marcar o processo de redemocratização do patrimônio a partir dos anos 2000, sendo eles o conceito de referência cultural, a política de patrimônio imaterial, o patrimônio ferroviário, a chancela da paisagem cultural e a relação entre patrimônio e desenvolvimento. No que diz respeito aos grupos envolvidos nas práticas do órgão, citam os negros, indígenas, ferroviários, quilombolas, caçaras, pescadores artesanais, artesãos, imigrantes e o trabalhadores rurais como grupos cujas práticas, lugares, expressões e edificações ganharam espaço na “nova agenda patrimonial”.

Segundo Pereira (2015) embora a preocupação com as cidades não tenha sido uma novidade no Iphan a partir dos anos 2000, a diferença foi o esforço em redimensionar sua presença no território nacional através da retomada de práticas discursivas e metodológicas elaboradas nos anos 1980. Salientou ações de reconhecimento como o da cidade de Parnaíba, no Piauí, alinhado à ideia de cidade-território, mas não deixou de criticar a heterogeneidade e as tensões do patrimônio, como no caso do tombamento de Goiânia, em Goiás, pautado por sua

¹⁸¹ Considerações de Simone Scifoni durante o Exame de Qualificação da autora em maio de 2020.

excepcionalidade estética. Lia Motta (2012), Paulo Garcez Marins (2016) e Danilo Pereira (2015) concordam em dizer que os tombamentos de cidades foram responsáveis por ampliar a ação do Iphan em territórios até então desconsiderados, como o norte, sul e centro-oeste, mas não foram capazes de superar a prevalência do nordeste e do sudeste.

O conceito de referência cultural é compreendido por Motta (2012) como uma expressão do avanço no reconhecimento e metodologia de pesquisa sobre o patrimônio nos anos 2000, traduzido como conceito base para aplicação do INRC. Segundo Pereira (2015), os inventários conformaram-se como instrumento importante no conhecimento dos bens, na determinação de políticas públicas e na definição da salvaguarda. Com eles foi possível mapear melhor a diversidade cultural do território brasileiro, com enfoques voltados à migrações e imigrações, por exemplo. O Inventário de Referências Culturais para o bairro do Bom Retiro em São Paulo, enfocando o multiculturalismo, é ressaltado por Marcelo Paiva (2019) por focar a cidade de São Paulo, aplicar o conceito de referência cultural e a metodologia do inventário em contexto urbano.

Tratando do Projeto “Roteiros Nacionais da Imigração”, Pistorello (2015) observou que o Projeto foi responsável por estabelecer ação de salvaguarda sobre o patrimônio de imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos localizados em Santa Catarina. Iniciado nos anos 1980 através de uma parceria entre o Iphan, a Fundação Catarinense de Cultura e os municípios, tratou-se de uma inventariação dos bens culturais significativos do processo de imigração no sul do Brasil, com proposta de salvaguardá-los nos níveis municipal, estadual, federal, e instituir rotas e roteiros turísticos de forma a valorizá-los e garantir permanência dos sujeitos sociais em seus locais de vida e trabalho. A pesquisa é entendida como exemplar no estudo do tema da imigração no contexto de ampliação do Iphan nos anos 2000, quando 61 bens identificados como patrimônio cultural foram tombados. Contudo, Pistorello (2015) entendeu que, para além do projeto de fortalecimento de uma identidade cultural a nível nacional, o projeto resultou na difusão de uma imagem do patrimônio do imigrante da região sul em sentido cenográfico, como um produto turístico. Os tombamentos realizados concentraram-se somente em áreas de colonização alemã e italiana, e o material produzido sobre o projeto valorizou somente os de matriz italiana.

O patrimônio ferroviário passou a ser atribuição do Iphan a partir da extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), em 2007. A Lei Federal n.º 11.483/2007 definiu que os bens móveis e imóveis da extinta RFFSA fossem transferidos para a União. Ao Iphan coube a responsabilidade de receber, administrar e zelar pela guarda e manutenção daqueles com valor artístico, histórico e cultural (BRASIL, 2007). Nesta lei foi indicada a necessidade de preservação e difusão da “memória ferroviária”, o que indicava a preservação de bens a partir de uma nova categoria. Com a Portaria n.º 407/2010 o processo de reconhecimento foi regulamentado e a

preservação estabelecida por meio da inscrição em uma lista (CAVALCANTI; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2012).

Como forma de atuar sobre esse campo foi criada a Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário (CTPF), dentro do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), responsável por analisar os pedidos de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (LPCF) (PROCHNOW, 2014). A LPCF representou um instrumento de preservação da matriz ferroviária a partir de novos critérios e metodologia de valoração. A inclusão dessa matriz foi importante por obrigar o Iphan a colocar em prática os Inventários de Conhecimento, especialmente pela dimensão do espólio da extinta RFFSA (CAVALCANTI; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2012). Apresentam como exemplo o caso da cidade de Maracajá, em Santa Catarina, na qual o órgão reconheceu o significado simbólico das “casas de turma” para a memória do município e buscou trabalhar junto com a prefeitura na transformação do espaço em um centro de cultura. Segundo Paiva (2019), a criação da CTPF apontou direção importante para extensão cronológica, temática e social para o patrimônio nacional, tendo reconhecido a existência de comunidades que se relacionavam com estes espaços através da memória e da identidade com o trabalho.

No que diz respeito à proposta de proteção da paisagem cultural através do instrumento da chancela, Danilo Pereira observou que a introdução da categoria suscitou estudos pioneiros em torno de contextos culturais diversos daqueles reiterados pela trajetória do órgão. Os projetos desenvolvidos nos anos 2000 voltados para imigrantes camponeses, pescadores, carpinteiros navais, caiçaras, quilombolas e indígenas, além de possibilitarem aproximação com o universo do cotidiano e do trabalho, foram inovadores no campo do patrimônio. A chancela da paisagem cultural representou mais uma tentativa de combater distorções quanto à presença do Iphan em território nacional, identificando bens em lugares que ainda não faziam parte do “mapa do patrimônio cultural do Brasil” (PEREIRA, 2018, p. 137). Mesmo que ainda não tenha sido transformada em instrumento de salvaguarda, se desdobrou em diversos inventários de conhecimento a partir de recortes temáticos e territoriais, como o Inventário de Conhecimento do Vale do Ribeira de Iguape, em São Paulo, e o Inventário de Conhecimento do Rio São Francisco, que abarcou os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Em recuperar algumas mobilizações sociais em torno do tombamento e as respostas do órgão federal, Paiva (2019) buscou entender em que medida o órgão tornou-se permeável aos valores e sentidos atribuídos aos bens pelos grupos sociais. Identificou o trabalho como um dos fatores identitários movimentados por grupos sociais como a Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil em torno do tombamento do Edifício e da Estação Ferroviária Dom Pedro II no Rio de Janeiro, o grupo organizado em defesa do tombamento da Estrada de

Ferro Madeira Mamoré, e dos grupos envolvidos com a preservação da memória de Chico Mendes.

A demanda pelo tombamento da Casa de Chico Mendes à Superintendência Regional do Iphan em Rondônia, no Acre, surgiu em 2006 por meio da Fundação Chico Mendes e o Comitê Chico Mendes¹⁸². Partiram da valorização de Chico Mendes como protagonista da luta pela reforma agrária, defesa do meio ambiente e permanência dos povos da floresta, e o tombamento como meio de valorização da memória e identidade do estado do Acre. Segundo Stélia Castro (2014) a casa passou a ser entendida pelos grupos locais como espaço de memória e patrimônio comunitário desde o assassinato de Chico Mendes.



Figura 54. Casa de Chico Mendes, Acre, hoje transformada em museu.

Fonte: Portal Iphan. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/ac/noticias/detalhes/4179/casa-de-chico-mendes-e-reaberta-em-xapuri-ac>>. Acesso em 22. dez. 2021.

O estudo de tombamento interpretou a Casa como lugar simbólico de referência à memória de Chico e aos acontecimentos em que esteve envolvido, defendendo o tombamento por valores históricos, memoriais e simbólicos. Em 2008 o historiador Ulpiano de Meneses, conselheiro responsável pelo parecer, demonstrou compreensão das questões memoriais vinculadas aos fatos e à figura de Chico Mendes, não no sentido “culto ao herói” mas de compreensão das transformações sociais decorrentes de sua trajetória e ações. O enfoque para a sociedade permitiu que Ulpiano entendesse que aquele grupo se auto-reconhecia na imagem de Chico Mendes (IPHAN, Processo n.º 1549-T-07, 2007).

Em 2008 o conselho aprovou o tombamento em uma ocasião em que ficou evidente a admiração dos próprios conselheiros e do então Ministro da Cultura, Juca Ferreira, a Chico

¹⁸² Instituições formadas logo após o assassinato de Chico Mendes, formadas por conselhos de amigos, simpatizantes e sindicalistas organizados juridicamente para reivindicar justiça por sua morte. Foram elas as protagonistas do primeiro processo de preservação da memória, atuando sobre a casa como um lugar representativo da luta (CASTRO, 2014).

Mendes. A conselheira Maria Cecília Fonseca retomou a importância que os movimentos sociais tiveram na Constituinte e entendeu o tombamento como fundamental para conferir relevância histórica àqueles movimentos sociais (IPHAN, Processo n.º 1549-T-07, 2007). Este tombamento é considerado emblemático por envolver um objeto fora dos padrões normativos do Iphan.¹⁸³ O exemplo da Casa de Chico Mendes pode ser base para compreensão do processo do Estádio 1º de Maio, pois trata-se de um caso que envolve uma figura representante da luta dos trabalhadores da floresta. Assim como no pedido de tombamento do Estádio, a solicitação de tombamento expressou a tentativa de aproveitamento de oportunidades oferecidas pela conformação do órgão naquele momento.

Além deste, podem ser citados os tombamentos da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em São Paulo, em 2008, da Vila Serra do Navio, no Amapá, em 2012, os Bens da Imigração Japonesa em Registro e Iguape, no âmbito do estudo do patrimônio cultural do Vale do Ribeira, no qual foram inseridas fábricas de chá, residências, engenho, sede social da colônia, a Sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), uma igreja episcopal anglicana, e as primeiras mudas de chá, em São Paulo, em 2013, e do Sesc Pompeia, em São Paulo, em 2015. Como potenciais para pensarmos como o Iphan tem envolvido o tema do trabalho nos tombamentos.

O caso de Iguape é considerado um dos mais importantes já desenvolvidos no âmbito do Iphan (PEREIRA, 2015; PISSATO, 2018). Coordenado por Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni, entre 2008 e 2009, viram na solicitação de tombamento pela municipalidade e nas características geográficas, históricas e sociais da área uma oportunidade à aplicação das novas visões e metodologias de patrimonialização. A partir do conceito de paisagem cultural o projeto denominado “Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento de Bens Culturais no Vale do Ribeira” estabeleceu um processo participativo baseado em oficinas de educação patrimonial com vistas a envolver diversos agentes da cidade e entender quais eram as referências culturais e demandas locais e como o patrimônio poderia contribuir com a manutenção das práticas culturais e sociais (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015c; PISSATO, 2018).

Teve como produtos o Dossiê para a Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, finalizado em 2009, o Dossiê de tombamento do Centro Histórico de Iguape, que levou a seu tombamento em 2011, o Dossiê de tombamento dos bens da Imigração Japonesa em Registro e Iguape, que foram tombados em 2013, e o Dossiê de registro do Tooro Nagashi¹⁸⁴. Os Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira foram entendidos parte do patrimônio

¹⁸³ O estudo de Castro (2014), realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, permite compreensão crítica sobre o caso a partir de reflexão sobre a existência atual da Casa. Para a autora este tombamento visava valorizar a memória social, o movimento social dos sindicalistas, trabalhadores rurais, seringueiros do Acre, tendo a casa como um elemento chave de identidade, mas que através da gestão, passou a centralizar toda discussão em uma única figura. Salientou que o Iphan foi responsável pela consagração dos valores históricos e culturais, mas a preservação conferiu desafios de gestão que acabaram construindo uma outra narrativa para o objeto.

¹⁸⁴ O registro do Tooro Nagashi como celebração está em tramitação no Iphan, e a Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira não teve apoio interno da Superintendência Regional do Iphan em São Paulo e foi arquivado (PISSATO, 2018).

cultural brasileiro a partir do trabalho e do cotidiano como esfera de formação e prática dos valores culturais dos imigrantes japoneses na paisagem dos municípios de Registro e Iguape. Compunham um conjunto paisagístico formado por fábricas, residências e terras onde cultivam o chá representativo de uma paisagem decorrente do trabalho humano (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015c).

Tema pouco explorado pelos autores, as mobilizações sociais ou determinações oficiais em torno da memória do trabalho e do reconhecimento dos trabalhadores industriais urbanos, ainda parece ser uma lacuna dos anos 2000. Segundo Marcelo Paiva, existiram algumas mobilizações de grupos sociais que envolveram a preservação da memória do trabalho, envolvidos em narrativas baseadas na identidade dos grupos, mas tais narrativas dificilmente eram consideradas pelos técnicos do Iphan ao longo do processo e da instrução técnica (informação verbal).¹⁸⁵ O Projeto “Roteiros Nacionais da Imigração”, conforme anteriormente mencionado, reconheceu bens representativos dos primeiros imigrantes que vieram ao Brasil em busca de terra própria e se voltaram para o trabalho rural. Entretanto, segundo Pistorello (2015) e Paiva (2019), ao dar prioridade para este grupo, o órgão esquivou-se de reconhecer os testemunhos das grandes levas dos imigrantes que foram para as cidades, tornaram-se operários, proprietários de oficinas e outros estabelecimentos urbanos (PISTORELLO, 2015; PAIVA, 2019).

Segundo Pereira (2015) embora os avanços no campo ao longo dos anos 2000 não tenham sido amplos o suficiente para abarcar a complexidade da sociedade brasileira, foram significativos, haja vista os governos autoritários e exclusão do debate democrático do campo da cultura até então estabelecido. Para Paiva (2019) incorporar preceitos democráticos é executar o compartilhamento de responsabilidades com os sujeitos sociais, desde a escolha dos elementos a serem tombados e registrados até a gestão dos bens, apresentando sensibilidade para as narrativas apresentadas pelos sujeitos sociais.

Analisar os processos abertos ou indeferidos nos anos 1980 e 2000, é um caminho que também contribui para questionamento sobre os processos de democratização do órgão. Processos como o da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, no Paraná, da Fábrica de Tecidos São Luiz, em São Paulo, e da Vila Operária em Fernão Velho, Alagoas, estão abertos e aguardam instrução desde a década de 1980. Outros como a Capela Cristo Operário, em São Paulo, a Vila Industrial Modernista, denominada Destilaria Central, em Alagoas, uma série de complexos e estações ferroviárias, como a Estação Ferroviária de Engenheiro Passos, no Rio de Janeiro, o Complexo Ferro-Portuário de Camocim, no Ceará, a Sede Social da Real Fábrica de Pólvora da Estrela Magé, no Rio de Janeiro, foram abertos nos anos 2000 e ainda não foram encaminhados.

¹⁸⁵ Entrevista concedida à autora em 18 de dezembro de 2019.

A Estação Ferroviária da antiga Central do Brasil de Guaratinguetá, em São Paulo, Conjunto Habitacional Operário em Goiana, Pernambuco, e a Vila Operária em Delmiro Gouveia, em Alagoas, abertos nos anos 1980 foram indeferidos. O Sistema de Bondes de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, os Edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco (USP), da rua Maria Antônia, em São Paulo, o Conjunto Arquitetônico da antiga Fábrica Rheingantz, no Rio Grande do Sul, do Conjunto da Estação Ferroviária Conde de Araruama, no Rio de Janeiro, da Usina Hidrelétrica de Saia Velha, em Goiás, do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, em Pernambuco, abertos nos anos 2000 também foram indeferidos. Além destes, os dois pedidos de tombamento enviados ao Iphan pelo Secretário de Cultura de São Bernardo do Campo em 2009, da Chácara Silvestre e o da Companhia Cinematográfica Vera Cruz também foram indeferidos. Estas condições expressam os interesses e prioridades do órgão justificados por diversos motivos, desde interesses políticos a casos emergenciais, e revelam quanto esses objetos são desafiadores.



Figura 55. Vila Operária de Delmiro Gouveia, Alagoas.

Fonte: Amigos de Delmiro Gouveia. Disponível em

<<http://amigosdedelmirogouveia.blogspot.com/2010/09/vila-operaria-258-casas.html>>. Acesso em 22 dez. 2021.

A Companhia Cinematográfica Vera Cruz foi criada em 1949¹⁸⁶ e suas atividades foram encerradas em 1954. Em 1970 foi embargada por dívidas, e o espaço passou a ser usado pelo Banco do Estado como almoxarifado. Tempos depois, parte dos estúdios foram demolidos para a construção de um shopping, e parte tornou-se propriedade da prefeitura, que alocou os pavilhões para realização de feiras, exposições e gravações. Em 1983, com risco de demolição dos galpões remanescentes, a população mobilizou-se contra a venda, reconhecendo-a como

¹⁸⁶ Era composta por estúdios de filmagem, gravação, mixagem e montagem, oficinas mecânicas e marcenarias. Responsável por impulsionar a produção do cinema paulista, buscando fazer frente ao Rio de Janeiro como principal polo produtor de cinema brasileiro. Nela foram produzidos filmes de curta, média e longa metragem e documentários, como “Caiçara” (1950), a primeira produção da Companhia; “Sai da Frente” (1952), o primeiro filme da Companhia a mostrar São Paulo; “Tico-Tico no Fubá” (1952); “Uma Pulga na Balança” (1953); e “O Cangaceiro” (1953), de Lima Barreto, reconhecido como o maior sucesso comercial e artístico da Companhia (POROGER, 2021). O encerramento das atividades se deu em função dos altos investimentos sem retorno esperado, da dispendiosa manutenção, falta de apoio estatal e concorrência desigual com o cinema estrangeiro.

patrimônio da cidade. Em 1987 foi tombada em nível municipal. A partir de então é usada para atividades culturais, e em 2009 foi finalizado um projeto de reativação do espaço como centro cultural (MINISTÉRIO DA CULTURA, et al., 2009).

O processo de tombamento da Companhia Cinematográfica Vera Cruz recebeu parecer do historiador Carlos Gutierrez Cerqueira, em 2014. Neste, reconheceu o valor do conjunto no passado, associado à importância da atuação da Companhia, porém salientou que o que restava de mais significativo era o acervo da produção fílmica, que naquele momento já estava armazenado na Cinemateca Brasileira. O técnico André Bazzanella, da área de ciências sociais, foi o responsável por um segundo parecer, em 2016. Bazzanella entendeu que em termos de solução arquitetônica o conjunto não apresentava valor significativo, considerando que já havia sido modificado em função de outros usos, e que não restava mais relações físicas entre a construção e a antiga produção cinematográfica. Concordando com Cerqueira em entender que a memória da Companhia estava presente no acervo já, em tese, tutelado pela Cinemateca, somado ao fato que o edifício já era tombado em nível municipal, julgaram como medidas suficientes para o reconhecimento do bem (IPHAN, Processo n.º 1625-T-11, 2011). Através da análise do processo foi possível notar que o dossiê de estudo de tombamento foi composto por um breve histórico da Companhia, um levantamento fotográfico, e do processo de tombamento do Compahc, datado de 1987. No Iphan não foi produzido nenhum estudo aprofundado sobre o caso. Quando chegou ao Depam, os argumentos dos técnicos de São Paulo foram acatados, e o processo foi indeferido.

Além desses processos de tombamento, a participação de São Bernardo do Campo na primeira fase do PAC-CH foi contemporânea aos pedidos de tombamento enviados por Leopoldo Nunes, representando um caminho para refletirmos sobre a atuação do Iphan no estado de São Paulo nos anos 2000. O PAC-CH foi uma política pública de patrimônio implantada a partir de 2009, voltada para a recuperação de centros históricos a partir da associação entre patrimônio e desenvolvimento. Em São Paulo, 12 municípios participaram da primeira etapa através da elaboração de Planos de Ação¹⁸⁷, sendo um deles São Bernardo do Campo. De acordo com Marina Brandão (2020) muitas dessas cidades, como foi o caso de São Bernardo do Campo, viram no PAC-CH uma oportunidade de reconhecimento do patrimônio como forma de receber incentivos do governo federal para investimento em melhorias dos bens culturais. A participação de São Bernardo do Campo foi possível tendo em vista a solicitação de tombamento do Estádio, realizada no mesmo ano.

As propostas do município estavam relacionadas à preocupação com a qualidade de vida dos habitantes, indicando como linhas de ação prioritárias o “Fomento às atividades produtivas locais”, “Recuperação e uso do patrimônio cultural”, “Fortalecimento institucional” e “Difusão e

¹⁸⁷ Os Planos de Ação deveriam ser elaborados pelos próprios municípios, como parte da construção das propostas de forma horizontalizada e prática do compartilhamento da gestão, presentes no pensamento sobre o patrimônio cultural desde os anos 1970, retomada dos anos 2000, sendo o PAC-CH uma expressão das ideias (BRANDÃO, 2020).

promoção do patrimônio cultural”.¹⁸⁸ Estas indicações visavam viabilizar através do PAC-CH um projeto de implementação e um centro de atividades ligadas ao setor audiovisual no pavilhão e antigas edificações dos estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Porém, a concentração da proposta em um projeto não foi bem recebida no Iphan, que considerou que o município tinha condições de pensar projetos mais ampliados tendo em vista seu já aprofundado conhecimento sobre o patrimônio cultural. Por isso, a proposta não foi adiante e a cidade participou apenas desta etapa (BRANDÃO, 2020).

Os anos 2000 marcaram o momento que o estado de São Paulo passou a ter mais expressividade nas ações do Iphan. Pela primeira vez foi alvo de tombamentos de conjuntos urbanos como os de Paranapiacaba, em 2008, Iguape, em 2011, e São Luís do Paraitinga, 2012. O PAC-CH foi fator fundamental nessa atuação, pois incluiu São Paulo na agenda de desenvolvimento nacional a partir do patrimônio, buscando superar o histórico distanciamento de sua atuação com a sociedade civil (PISSATO, 2018; BRANDÃO, 2020).

Os pedidos de tombamento encaminhados por Leopoldo Nunes demonstram o que Brandão (2020) indicou como o papel do PAC-CH (mas também do Monumenta, anteriormente) no fortalecimento dos municípios no processo de compartilhamento da gestão do patrimônio. A aproximação com o patrimônio local, pensando em suas potencialidades, e o preenchimento das fichas, onde tiveram que relacionar o histórico e os valores dos bens tornaram-se, como no caso da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e da Chácara Silvestre, meio de solicitação do tombamento federal. Foram processos contemporâneos e relacionados demonstrando que a prefeitura de São Bernardo do Campo buscou relações com o governo federal através destas oportunidades.

A mudança na mentalidade preservacionista está presente em alguns casos, como buscamos demonstrar, mas ainda há permanência de práticas tradicionais do período de formação do Iphan, o que indica contradições inerentes à prática. O caminho entre o conceito de patrimônio e a política nacional de salvaguarda é complexo. A retomada de alguns processos indeferidos ou em espera indicam que a análise sobre os anos 2000 deve levar em consideração que os processos de tombamento são, sobretudo, construções estratégicas. O quadro que se configurou para o início do novo milênio já é drasticamente diferente nos dias atuais, em que vemos o escancarado aparelhamento do Iphan pelo governo. A gestão de Gilberto Gil, seguida de Juca Ferreira, entre 2003 e 2010 configuraram uma política. Mas ainda que o PT tenha se mantido no governo, a partir de 2013 o quadro começou a se alterar, com a alteração da presidência do Iphan de Luiz Fernando de Almeida para Jurema Machado, em 2012, e alguns

¹⁸⁸ A elaboração do Plano de Ação foi realizada pelas Secretarias de Cultura e de Planejamento Urbano. De acordo com o “Levantamento para Diagnóstico Preliminar - Plano de Ação” os responsáveis pelo preenchimento das fichas foram: Laércio Costa Nunes, Doraci Sponchiato, Marcos Tatyama, Jorge Magyar, Luzia Stucchi, Fernando Ortiz, Ives de Freitas e Renata Ferreira. Agradeço à Marina Brandão pelo compartilhamento desses documentos.

processos considerados de grande potencialidade para a ampliação do campo encontram entraves, como a regulamentação da chancela da paisagem cultural, e o próprio caso do Estádio 1º de Maio.

3.2.2. O Estádio 1º de Maio e o Iphan

Diferentemente dos pedidos de tombamento da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e da Chácara Silvestre, o encaminhamento do pedido de tombamento do Estádio 1º de Maio aconteceu por meio de outra articulação, vinculada à trajetória da geógrafa Simone Scifoni no Compahc. Desde o início de sua trajetória como pesquisadora, Scifoni envolveu-se com temas do patrimônio natural, com a trajetória do campo do patrimônio cultural no estado de São Paulo, com a identidade e memória do trabalho e dos trabalhadores operários, e com a cidade de São Bernardo do Campo (SCIFONI, 1994; 2013; 2019; 2021).

Como professora da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, tornou-se membro do Compahc, no qual atuou também como representante da sociedade civil, e da Universidade de São Paulo. Em 2002 participou da produção do Inventário de Referências Culturais de São Bernardo do Campo, colaborando com a criação de três categorias: sítio físico, qualidade ambiental e espaço de produção de água e energia (PAIVA, 2014). Por suas aproximações ao tema da memória e identidade dos trabalhadores operários, fundada na interpretação marxista que entende os trabalhadores como detentores da riqueza produzida, identificou a relevante importância do Estádio no conjunto inventariado. O potencial da narrativa na mobilização da memória nacional foi o motivo pelo qual a técnica empenhou-se em levar a proposta ao Iphan (informação verbal).¹⁸⁹

A atuação como representante da sociedade civil no Compahc permitiu à Scifoni contato com organizações civis como o SOS Chácara Silvestre, um grupo formado para defender o tombamento da área verde da Chácara Silvestre. A articulação política construída para o tombamento da Chácara por meio do SOS fez com que Scifoni visse nessa ação um caminho para levar, via municipalidade, o pedido de tombamento do Estádio ao Iphan. Segundo ela, também houve articulação com o jornalista e memorialista Ademir Médici e com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que apoiaram a ideia.¹⁹⁰ Segundo Rafael Marques, o posicionamento do sindicato justificou-se por este grupo entender como natural o valor de patrimônio do Estádio (informação verbal).¹⁹¹

Em 2006 Simone Scifoni ingressou no corpo técnico do Iphan, e nesta atuação levou suas experiências como membro do conselho municipal de São Bernardo do Campo oferecendo

¹⁸⁹ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

¹⁹⁰ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

¹⁹¹ Entrevista concedida à autora em 22 de abril de 2021.

outras visões sobre patrimônio a partir do campo da geografia urbana. Dentro do órgão federal produziu um Plano de Ação (PA) com objetivo de obtenção de recursos financeiros para elaboração do dossiê de estudo de tombamento do Estádio 1º de Maio. Este PA foi aprovado pelo Depam - à época dirigido por Dalmo Vieira -, refletindo um quadro de interesse deste setor superior, em Brasília, em abrir espaço para o que se propunha interpretar como patrimônio do trabalhador (informação verbal).¹⁹²

É importante lembrar que nos anos 2000 a política de preservação foi tornada política de Estado e a ampliação conceitual e de práticas envolvendo participação social representaram um caminho para a democratização do patrimônio (PORTA, 2000). Pensar o patrimônio do trabalhador seria uma forma de incorporar a democratização e a diversidade cultural ao campo. Neste momento o estado de São Paulo passou a ter mais expressividade nas ações do Iphan. Entre 2005 e 2008 foi realizado o Inventário Nacional de Referências Culturais do Bom Retiro, enfocando o multiculturalismo em situação urbana. Conjuntos urbanos como o de Paranapiacaba, cujo processo estava aberto no Iphan desde 1987 teve aprovação em 2008, o de Iguape foi aberto em 2009 e aprovado em 2011, e o de São Luís do Paraitinga, foi aberto em 2010 e aprovado em 2012 (BRANDÃO, 2020; PISSATO, 2018).

Conforme já mencionamos, o tombamento de Iguape é entendido como caso paradigmático das políticas de preservação do Iphan sobre cidades históricas. Foi possibilitado pela conformação dos setores superiores de decisão em Brasília representado por Dalmo Vieira e Luis Fernando de Almeida, que reconheceram no dossiê qualidades alinhadas com as propostas do Iphan naquele momento (PISSATO, 2018). As esperanças criadas na primeira década dos anos 2000 sobre possíveis aberturas do órgão federal oportunizaram encaminhamentos de processos e pedidos de tombamento que indicavam novas narrativas para o patrimônio cultural brasileiro, como do Estádio 1º de Maio.

Em 2008 o SOS Chácara Silvestre, sob a figura do presidente Paulismar Duarte, protocolou no Iphan o pedido de tombamento para o Estádio. Neste pedido, o objeto foi mobilizado como testemunho histórico do movimento operário responsável por iniciar o processo de redemocratização brasileira, como espaço de mobilização e greve fora da fábrica, e como parte da memória social e política dos trabalhadores. Baseados na Constituição Federal de 1988, interpretaram o Estádio como parte do patrimônio cultural brasileiro, alertando para a inexistência de tombamentos pelo Iphan que remetesse à memória operária e àquele momento político do Brasil.

O dossiê de tombamento foi elaborado por uma equipe multidisciplinar formada pela arquiteta e historiadora Flávia Brito do Nascimento, pelos geógrafos Isabel A. P. Alvarez, e Ricardo Alvares, coordenados por Simone Scifoni. Sua narrativa foi pautada na interpretação do

¹⁹² Considerações de Simone Scifoni durante o Exame de Qualificação da autora em maio de 2020.

Estádio em três dimensões: social, política e de cidadã. Defendido como um dos principais marcos espaciais do processo de tomada de consciência da exploração operária e como lugar de representação das lutas políticas dos trabalhadores nos anos 1970 e 1980. Partindo da percepção da perda de espaço de discussão dos temas ligados ao trabalho e trabalhadores urbanos ao longo dos anos 1990 (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015a), o tombamento seria um caminho para colocar em discussão a existência e ação dos sujeitos sociais no território urbano, através do posicionamento político e na defesa de direitos sociais, civis e trabalhistas.¹⁹³

O estudo abordou o surgimento e os desdobramentos da industrialização e da urbanização em São Bernardo do Campo, enfocando a crise do capitalismo da década de 1970, como aspectos constituintes e impulsionadores da tomada de consciência de classe por parte dos trabalhadores. Foi fundamental salientar a relação entre a eclosão do movimento operário naquele território da metrópole paulistana, como confirmação das contradições do sistema capitalista. O dossiê teve como foco a identidade e memória dos trabalhadores, compreendidos enquanto classe social consciente de sua exploração e de sua identidade. As greves dos anos 1970 e 1980 foram ressaltadas como representativas da organização dos trabalhadores, expressando vínculos sociais produzidos a partir do convívio, da identificação de histórias de vida baseadas em origens comuns, no cotidiano sob repressão, pelo trabalho e pelo modo de vida urbano. O Estádio seria, portanto, o suporte dessa memória.

“Valorizar os marcos espaciais desta luta, entre os quais o Estádio de Vila Euclides, é uma tarefa que visa garantir a preservação da memória nacional, referenciada na luta dos trabalhadores que transcendeu os limites da reivindicação econômica para firmar-se como um movimento de transformação política do país rumo à redemocratização” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 16)

Os autores destacaram a relação entre a cidade e o movimento dos trabalhadores de modo a demonstrar a importância do movimento de resistência em ultrapassar os limites da fábrica, apropriando-se, alterando e recriando funções da cidade (IPHAN, 2009). O primeiro lugar que identificaram como representativo foi a Sede do Sindicato dos Metalúrgicos como espaço de assembleias, reuniões, organização da produção do material gráfico, da casa do operário como lugar de resistência, seguido da fábrica, como o lugar onde a mobilização começava, onde tomavam noção da exploração de sua força de trabalho e, posteriormente, salientaram a ocupação de espaços fora da fábrica, como a Igreja Matriz, o Paço Municipal e o Estádio, entendidos como representação da prática do direito à cidade, que transformou tais espaços em lugares de luta (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014). A ocupação do espaço foi uma

¹⁹³ Como forma de agregar valor às narrativas construídas pelos técnicos de patrimônio e corroborar seu valor, os técnicos realizaram entrevistas com ex-metalúrgicos, sindicalistas, diretores e presidentes do sindicato, como Djalma Bom e Rubão, o ex-prefeito da cidade, Tito Costa, o ex-presidente da Fiesp e do Sindipeças, Luís Eulálio Vidigal, para representar os sindicatos patronais, e o jornalista Ademir Médiçi. Tais entrevistas deram origem ao documentário denominado “Vila Euclides, da República de São Bernardo”, anexado ao dossiê.

dimensão fundamental para a defesa da relação da forma arquitetônica como propulsora ao uso, a utilização do muro como arquibancada tornou-se, então, um dos principais aspectos explorados.

Para os autores, formou-se no ABC uma identidade enquanto lugar de trabalho, de organização e reivindicação contra a exploração e a repressão, baseada em orgulho e identidade política, principalmente após o ciclo de greves de 1979 a 1980. São, de fato, a identidade e o sentimento de orgulho e revolta identificados durante as entrevistas realizadas para esta pesquisa. Segundo Scifoni, houve preocupação em não tornar o dossiê um instrumento de celebração personalista embora fosse necessário recuperar nomes-chaves, como o de Lula e do prefeito Tito Costa. Para ela, estas questões foram desafiadoras para a construção narrativa (informação verbal).¹⁹⁴

O dossiê defendeu o tombamento do Estádio como capaz de agregar valor à memória nacional através de sua consideração como lugar de memória dos trabalhadores, compreendidos como grupo social não contemplado pelo patrimônio nacional. O sentido de lugar expresso no estudo refletiu a utilização do conceito cunhado por Pierre Nora (1997), interpretado para a realidade brasileira. Não se tratava de ressaltar o valor arquitetônico do Estádio em si, mas entender a dimensão espacial como referencial para a memória operária. A transformação do antigo campo de futebol, construído dentro da lógica capitalista de controle dos trabalhadores, em palco de contestações sobre a exploração do trabalho, organizadas pelos próprios trabalhadores, reforçou a narrativa sobre a importância do lugar.

A utilização do nome “Estádio da Vila Euclides” pode ser entendida como uma forma de defesa do nome popular como referência cultural para as pessoas que participaram do movimento e/ou assim o reconhecem por seu simbolismo. De espaço de lazer a espaço de luta, foi considerado lugar de memória referencial para este grupo social, sem forjar excepcionalidade arquitetônica ao objeto, mas ainda assim ressaltar sua configuração física na viabilização das assembleias (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014).

“de lugar concebido para controlar o trabalhador, tornou-se o lugar da afirmação de sua liberdade e da sua constituição como sujeito coletivo, capaz de fazer sua própria história (...)” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 96).

Com esta proposta sugerem uma outra possibilidade de entendimento sobre o patrimônio industrial a partir da percepção de que a categoria vinha sendo utilizada como meio de celebração das elites paulistas. Segundo Scifoni, encaminhar um bem ligado ao espaço industrial que não fosse a fábrica decorreu da observação da lacuna expressa pela prática do

¹⁹⁴ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

patrimônio industrial em não reconhecer a memória operária naquilo que ela pode contar sobre a organização e luta dos trabalhadores (informação verbal).¹⁹⁵

“O patrimônio industrial não pode ser visto apenas na perspectiva dos meios de produção - fábricas e maquinário -, mas também a partir daquele que é criador de valor e de riqueza material, ou seja, o trabalhador.” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 8)

“A hipótese do tombamento do Estádio de Vila Euclides coloca-se dentro da perspectiva de reconhecer o movimento operário como parte da história da industrialização e do desenvolvimento nacional.” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 17)

Os aspectos construtivos e as transformações físicas da tecelagem Elni foram retomados como meio de embasamento da análise territorial e arquitetônica dos objetos, recuperando o valor da materialidade dos edifícios construídos em concreto armado entendidos como parte da arquitetura moderna. As modificações físicas foram interpretadas como parte do uso ao longo do tempo, como condição de permanência na cidade, com preocupação em indicar que elementos que remetiam ao “original”, como o muro, se mantinham presentes. O tombamento foi indicado para o Estádio e para edificações anexas, considerando uma área envoltória que englobasse os antigos galpões da Elni, a torre d’água e quadras próximas, como apresentado na Figura 56.

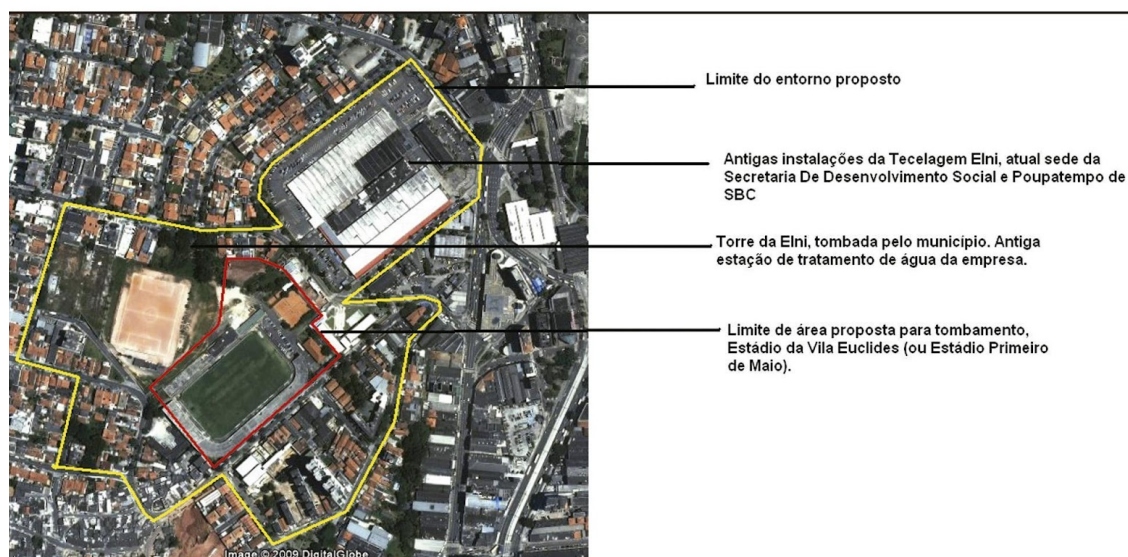


Figura 56. Mapa da proposta de tombamento do Estádio 1º de Maio.

Fonte: IPHAN, 2009, p. 93.

¹⁹⁵ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

Antes mesmo da apresentação oficial do dossiê de tombamento ao Iphan, dois membros da Superintendência Regional do Iphan em São Paulo demonstraram reconhecimento da importância do tombamento do Estádio, foram eles o técnico Carlos Gutierrez Cerqueira, e o então Superintendente Regional, Victor Hugo Mori. Nesta primeira manifestação, Cerqueira alertou para a potencialidade da narrativa desenvolvida para o Estádio na reconsideração de outros lugares da cidade em que os movimentos sociais pela redemocratização se fizeram presentes.

“Porém, há que se considerar, de antemão, que a abertura de processo de tombamento sob os mesmos pontos de vista indicados (político e histórico), daria ensejo a que outros tantos igualmente importantes para a sociedade brasileira venham a merecer a atenção deste órgão federal de preservação, como os palcos de manifestação das "diretas-já"- em S. Paulo, o Vale do Anhangabaú, remodelado posteriormente -, bem como outras manifestações dessa mesma conjuntura histórica como aquelas que tiveram por palco os prédios da antiga Faculdade de Filosofia da USP, recentemente analisado por esta 9ª SR - fossem talvez objeto de reconsideração.” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 07)

Em 2009 o dossiê de tombamento foi apresentado ao Iphan. Houve uma primeira manifestação de Marly Rodrigues, então chefe da Divisão Técnica, demonstrando concordância em reconhecer o Estádio como lugar de memória da sociedade brasileira, em especial por valorizar a organização dos trabalhadores, e para a redemocratização do país. Em 2010 Rodrigues encaminhou o processo ao historiador Carlos Gutierrez Cerqueira para avaliação. Neste momento a proposta encontrou o primeiro entrave dentro da Superintendência Regional do Iphan em São Paulo. Embora reconhecesse o valor dos fatos históricos mobilizados no dossiê, Cerqueira defendeu que não havia informação suficiente sobre a arquitetura do objeto para tombá-lo.

“o tombamento, por si só, não dá conta de tudo quanto representam esses espaços enquanto lugares de acontecimentos que assinalam a culminância de um processo histórico decisivo para o que hoje se tornou lugar comum chamar de Estado Democrático de Direito” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 269).

Compreendeu que os valores elencados dissessem mais respeito ao patrimônio imaterial. Para ele, o que se buscava preservar era a “natureza imaterial do fato histórico” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 269) sugerindo, inicialmente, o reconhecimento por meio do patrimônio imaterial. Porém, também o considerou inapropriado por ser instrumento de reconhecimento de práticas sociais ativas. Interpretando como pontuais e finalizados os movimentos sociais no Estádio, conclui pela impossibilidade de registro do patrimônio imaterial.

Demonstrou preocupação sobre as transformações físicas do espaço, como a construção de arquibancadas sobre o muro utilizado durante as assembleias, indicando que o tombamento acarretaria em impedimentos a possíveis transformações futuras. A solução proposta pelo historiador baseou-se então, em um outro caso no qual participou, o tombamento da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo, recuperada por Cerqueira como uma saída encontrada uma única vez no Iphan para solucionar um impasse que julgou semelhante.

Em discussão no Iphan na década de 1990, a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo em São Paulo oferecia desafios por ser constituída de um conjunto de edificações de diferentes tempos. Em 1995 os técnicos das áreas centrais do Iphan produziram um parecer em que propunham o tombamento de todas as edificações considerando a historicidade do bem cultural e o valor das soluções arquitetônicas adotadas em decorrência de transformações urbanas da cidade. Porém, o posicionamento do conselheiro Augusto Carlos da Silva Telles foi diferente. A partir do argumento de que a feição das frontarias laterais e posterior da capela não apresentavam interesse como obra histórica ou solução arquitetônica, o arquiteto sugeriu um tombamento restrito aos originais da capela, salientando especial interesse para as pinturas de padre Jesuíno do Monte Carmelo.¹⁹⁶ Indicou as frontarias laterais, posterior, e anexos acrescidos posteriormente como entorno. A proposição de Telles foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros em 1996 (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014). Para Carlos Cerqueira, o tombamento da Igreja da Ordem Terceira do Carmo foi uma boa solução conciliatória (informação verbal).¹⁹⁷

A partir dessa experiência, Cerqueira indicou que caso o tombamento do Estádio fosse considerado adequado pelos membros do Conselho, que recaísse somente sobre os elementos “originais” conservados, como o muro, e que fosse indicado onde foram posicionados o palanque e a mesa em que Lula discursou sem microfone durante a primeira assembleia no Estádio, em 1979. E que os elementos restantes fossem reconhecidos como entorno. Segundo o historiador, essa solução confirmaria a tutela do Iphan e permitiria realização de alterações na materialidade da construção (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014).

Interpretando como pontuais os fatos históricos que mobilizaram o pedido de tombamento, Cerqueira entendeu que os lugares de memória deveriam ser reconhecidos por outro instrumento. Assim, colocou em questão a dificuldade de pensar um instrumento que desse conta de preservar manifestações pontuais de grupos sociais brasileiros. Segundo o historiador, no caso do Estádio o tombamento não daria conta de abarcar a totalidade da manifestação (informação verbal).¹⁹⁸

¹⁹⁶ Áreas do “edifício primitivo” construído entre 1747 e 1776, correspondentes aos espaços de culto e administração da irmandade, incluindo a ornamentação e acervo pictórico.

¹⁹⁷ Entrevista concedida à autora em 05 de maio de 2020.

¹⁹⁸ Entrevista concedida à autora em 05 de maio de 2021.

Carlos Gutierrez Cerqueira é historiador. Trabalhou como técnico do Iphan por 35 anos, onde ingressou em 1983 e se aposentou em 2019. Segundo o próprio historiador, por ter trabalhado com José Saia, formou-se a partir da mentalidade preservacionista que entende o tombamento como instrumento de reconhecimento do objeto cultural, como meio de recuperação física do patrimônio levando em consideração suas características originais (informação verbal).¹⁹⁹ Este posicionamento demonstra a manutenção de uma lógica preservacionista que corrobora a hegemonia dos valores arquitetônicos. A visão, posicionamento e trajetória de atuação dos técnicos que elaboraram o dossiê é diferente da do técnico responsável pelo parecer, para quem o tombamento é um instrumento que serve ao restauro²⁰⁰, à gestão, à discussão da materialidade.

Ainda com tais diferenças, esse entrave expressa uma contradição dado que instâncias superiores do órgão já haviam se mostrado abertas à proposta, com o financiamento do PA que gerou o dossiê. Este posicionamento dentro da Superintendência Regional do Iphan em São Paulo enfraqueceu a proposta e o processo foi encaminhado ao Depam somente em 2014, quando já era dirigido por Andrey Schlee.²⁰¹ Em 2015, a Coordenadora Geral de Identificação e Reconhecimento do Iphan em Brasília, Anna Eliza Finger, elaborou um segundo parecer técnico. A arquiteta lançou mão dos artifícios do Decreto-Lei n.º 25/37 para confirmar a pertinência do tombamento do Estádio por mobilizar fatos memoráveis da história do país. Ao analisar o parecer elaborado por Carlos Cerqueira, considerou que houve “um equívoco de entendimento acerca do propósito e dos efeitos do instrumento” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 292). Assim, sinalizou a observância de o bem não necessitar de destaque arquitetônico para ser digno de tombamento. Reconheceu que o objeto

“(…) vincula à temática do “patrimônio industrial”, como fundamental para a compreensão da identidade paulista, visto sob a ótica do papel do trabalhador, para além dos meios de produção (fábricas e maquinário)” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, p. 297).

Reconheceu os valores elencados no dossiê, além de ressaltar a inexistência de bens tombados com valores associados ao movimento operário e ao período da redemocratização brasileira, se posicionando favorável ao tombamento. Com isso, o encaminhamento desmotivado pela Superintendência Regional do Iphan em São Paulo foi, por outro lado, motivado por uma instância superior em Brasília, que aprovou a abertura do processo.

¹⁹⁹ Entrevista concedida à autora em 05 de maio de 2021.

²⁰⁰ Vale ressaltar que trata-se de um entendimento sobre o restauro como intervenção exclusiva sobre a materialidade dos objetos, com vistas à recuperação de características arquitetônicas originais.

²⁰¹ Além das mudanças na direção do Depam, em 2014 todo o quadro de dirigentes também havia mudado. A gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura encerrou-se em 2008, sendo sucedido por Juca Ferreira (2008-2010), Ana de Hollanda (2011-2012), Marta Suplicy (2012-2014) e Ana Cristina Wanzeler (2014). Na presidência do Iphan, Luís Fernando de Almeida (2006-2012) foi substituído por Jurema Machado (2012-2016).

Em 2016 na Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, do Conselho Consultivo do Iphan, reunião em que estiveram presentes o então diretor do Depam Andrey Schlee, os conselheiros Carlos Eduardo Comas, Cléo Alves de Oliveira, Leonardo Castriota e Maria da Conceição Guimaraens, houve manifestação favorável ao tombamento. O conselho reconheceu que a configuração espacial do Estádio foi fundamental para a concentração de trabalhadores e evitou ações de repressão, e que as assembleias ali realizadas resultaram em conquistas trabalhistas para o país, indicando o tombamento pelo valor histórico. Ademais, o uso como praça de esportes foi ressaltado como destinação que permitiu a manutenção da configuração física da construção, devendo ser preservado (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014).

Nesta mesma reunião foi discutido o processo de tombamento dos edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco (USP), na rua Maria Antônia, em São Paulo. Para este caso a decisão da Câmara Setorial foi de arquivamento por não reconhecerem os fatos como importantes em nível nacional, e que a materialidade do conjunto não foi decisiva para os acontecimentos. Por tais considerações, o processo de tombamento do Estádio também poderia ter sido arquivado, não fosse pelo posicionamento do arquiteto Leonardo Castriota em reconhecer os fatos históricos suscitados pelo Estádio como relevantes em nível nacional e que sua materialidade deveria ser preservada porque fora essencial para a organização dos trabalhadores, posicionando-se favorável ao tombamento (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014). Segundo Finger, nesta reunião os casos dos edifícios da rua Maria Antônia e do Estádio suscitaram reflexões sobre a ausência de um instrumento que reconhecesse que em determinado lugar aconteceram eventos históricos de importância, mas que não impactassem ou restringissem seus aspectos materiais (informação pessoal).²⁰²

Porém, a crise do governo Dilma Rousseff, a nova conjuntura na presidência do Iphan e na direção do Depam já davam sinais para um novo entrave ao processo. A recomendação de encaminhamento do tombamento por parte de Castriota pode ter sido uma tentativa de impedir que o processo fosse esquecido, dadas as grandes transformações políticas que desde ali vinham se configurando, porém, ainda assim, o Depam não acatou a decisão final do Conselho Consultivo do Iphan. O último documento do processo, datado de 2018, refere-se à indicações de Andrey Schlee para que o caso aguardasse a possibilidade de criação de um instrumento de reconhecimento de “lugares de memória” (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014, fl. 158). Desde então o processo aguarda instrução.

²⁰² Anna Finger. Destinatária: Yasmin Darviche. outubro de 2020. mensagem eletrônica.

3.3. Memórias, trabalhadores e museus

3.3.1. O Iphan e os desafios sobre a memória nacional

A possibilidade de tombamento do Estádio nos anos 2000 expressou seu reconhecimento como patrimônio nacional e desafiou as práticas e ampliação conceitual. Tratou-se da proposta de valorização de um uso, de uma prática social como patrimônio cultural, sendo os trabalhadores os agentes dessa prática, e o tombamento o instrumento de reconhecimento do espaço onde uma prática com desdobramentos em escala nacional foi viabilizada.

Há uma série de camadas históricas que informam sobre a existência do Estádio 1º de Maio ao longo do tempo. Desde espaço de práticas esportivas vinculado à tecelagem Elni, transformado em estádio e cuja propriedade fora transmitida à prefeitura de São Bernardo do Campo, até espaço de mobilização social nacional contra a ditadura civil-militar, celebrações, e expressão da modificação das relações de trabalho e da industrialização no Brasil, o lugar demonstra uma multiplicidade de valores que o patrimônio poderia abarcar, sendo o tombamento mais uma camada que geraria novas interpretações. Do conjunto de espaços públicos apropriados pelo movimento dos trabalhadores, o Estádio é compreendido como símbolo da resistência operária e civil.

O não encaminhamento e a proposta de uma nova classificação para o objeto é fundamental para a compreensão de como o caso reflete os desafios de um campo em constante construção. Na década de 1980 buscou-se atrelar o campo do patrimônio ao fortalecimento de um estado democrático de direito com enfoque aos valores coletivos, não necessariamente unos, sobre os individuais (MOTTA, 2000), porém ações mais efetivas e desafios reais foram praticados e enfrentados apenas nos anos 2000. Parecia estar aberto, nos anos 2000, um caminho para que narrativas como a do Estádio fossem construídas no campo do patrimônio. Ainda se lembrarmos que os movimentos ocorridos no estádio, em São Bernardo do Campo, e na cidade como um todo tem estreita ligação com a formação do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, a valorização do universo do trabalho e dos trabalhadores - rurais, urbanos, escravizados, industriais - como parte do patrimônio brasileiro ainda é um tema pouco discutido, o que se agrava se refletirmos sobre a imagem nacional construída a partir das narrativas e dos grupos sociais representados pelos bens tombados.

No que diz respeito ao patrimônio industrial, o caso expõe a observação crítica de que a categoria vinha sendo utilizada como chave para a constituição da identidade paulista através do patrimônio, cujas narrativas são associadas à história do capital, com pouca ou nenhuma consideração aos valores sociais. A leitura de Simone Scifoni orientou a narrativa do dossiê em propor uma história do patrimônio industrial lida a partir de quem produz valor, os

trabalhadores, e não para a fábrica por sua materialidade em si mesma. Para ela, incorporar valores sociais ao patrimônio industrial é abordar a memória operária associada ao saber fazer da fábrica, a partir do que os próprios trabalhadores organizam e constroem. A atividade sindical e as lutas dos trabalhadores são, para Scifoni, a essência do patrimônio industrial (informação verbal).²⁰³

“Como eles se organizam, porque se organizam? Porque resolvem trabalhar debaixo dos panos para se organizar? Como surgiu a rádio peão? Então isso que para mim era o maior dos saberes, que era saber se organizar num momento de ditadura. E aí como eu via que nada disso estava presente no patrimônio industrial, foi o que me alimentou a propor” (informação verbal)²⁰⁴

Defendeu o tombamento como meio de valorização do espaço pela memória que o Estádio, como lugar, faz aflorar, e acende-nos a reflexão sobre como, quanto, e se a memória do trabalho é uma preocupação do Iphan. Podemos partir das considerações expressas por Nascimento e Scifoni (2015a) e Paiva (2019) em observar que no órgão federal o patrimônio industrial ainda é muito timidamente representado e discutido. Nos anos 1980 há alguns reconhecimentos como da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia na Paraíba, em 1984, do Casarão do Chá, em São Paulo, em 1986, da Fábrica Santa Amélia, no Maranhão, em 1987, da Estação Ferroviária em Lassance, Minas Gerais, em 1985, do Complexo Ferroviário de São João del Rei a Tiradentes, em Minas Gerais, em 1989, e de engenhos, como o Engenho do Murucutu, no Pará, em 1981, e o Engenho do Mate, atual Museu Do Mate, no Paraná, em 1984.

Nos anos 2000 podem ser citados os bens associados ao patrimônio ferroviário, a Estação Ferroviária de Mayrink, em São Paulo, em 2004, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em Rondônia, em 2005, Estação Ferroviária de Engenheiro Passos, no Rio de Janeiro, em 2007, Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em São Paulo, em 2008, o Complexo Ferro-Portuário de Camocim, no Ceará, em 2010, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho, em Minas Gerais, em 2014, o Engenho de Gaipó, no Ceará, em 2010, e outros exemplos pontuais como a Vila Industrial Modernista denominada Destilaria Central, em Alagoas, em 2010, a Sede Social da Real Fábrica de Pólvora da Estrela Magé, no Rio de Janeiro, em 2015. E os Bens Agroindustriais da Imigração Japonesa em Registro e Iguape, em São Paulo, tombados em 2013. Mas para identificar se os valores mobilizados em cada caso foram relacionados à industrialização, ao trabalho, e à memória do trabalho são necessários estudos aprofundados para cada um deles.

Ao considerarmos que os estudos de patrimônio ferroviário têm sido o campo em que a memória operária tem maior expressividade, compreender como a Coordenação Técnica do

²⁰³ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

²⁰⁴ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

Patrimônio Ferroviário (CTPF) tem trabalhado pode ser um caminho para entender em que medida a memória social, por meio da memória ferroviária, é relevante para o Iphan. Lucas Prochnow (2014) entende que esses bens se inserem no conjunto de “novos patrimônios”, demandando novos conceitos - o de memória ferroviária -, novas práticas - a inventariação -, e instrumentos de proteção - a listagem. Dentro do órgão o tema foi entendido como novo, para o qual o instrumento do tombamento não seria adequado em termos operacionais, haja vista a complexidade da produção dos processos e encaminhamentos internos.

A listagem foi uma forma ágil de promover a proteção de um grande número de bens. Mas foi a partir dessa diferenciação que Prochnow (2014) colocou em discussão as tensões entre a proteção por meio do tombamento e por meio da inscrição na Lista, levando em consideração questões de valoração e relevância. Para ele, desde a Lei Federal n.º 11.483/2007 há uma certa confusão entre o que seria o patrimônio ferroviário e a memória ferroviária, denotando a compreensão de que o patrimônio e a memória seriam a mesma coisa. Identificou que a primeira preocupação enfrentada pelo Iphan foi inventariar e proceder a preservação, mas o processo de construção de conhecimento sobre a memória ferroviária não foi abordado de modo claro.

“A patrimonialização dos bens ferroviários partiu da admissão de que a memória ferroviária equivalia ao patrimônio ferroviário e, assim, que o patrimônio ferroviário era a própria memória ferroviária, um valor intrínseco e imanente” (PROCHNOW, 2014, p. 12).

Segundo Prochnow (2014) a memória ferroviária expressa na listagem associou-se a concepção de memória coletiva no sentido de uma totalização de recordações individuais sobrepostas, inseridas em um quadro social de memórias, como abordado por Maurice Halbwachs (1990), em um processo de instrumentalização do uso. Mas que demonstram a positividade da história ferroviária, das sociabilidades, do passado.

Conforme consta no site do Iphan, até 2015 haviam sido listados 639 bens. São armazéns, depósitos, garagens, galpões, caixas d'água, almoxarifados, oficinas, pontes, trechos de ferrovias, mas predominantemente conjuntos ferroviários e edifícios de estações ferroviárias. Há algumas exceções como o antigo Clube Recreativo dos Ferroviários, na Bahia, listado em 2014, residências de agentes ferroviários, residências (sem maiores definições), algumas vilas no Paraná, listadas em 2010, 2014 e 2015, vilas no Rio Grande do Sul, listada em 2008, em Santa Catarina, listadas em 2010, 2012, a antiga lanchonete, cooperativa e posto médico, no Piauí, listada em 2013, e o prédio da Escola Municipal Durival de Brito, no Paraná, listado em 2009 (LISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO, 2021). Podemos observar que tratam, ainda, de espaços construídos.

Ao analisar as atas das reuniões do conselho em que se discutiram os tombamentos de bens ferroviários, Prochnow (2014) observou que não houve, por parte dos conselheiros,

nenhuma referência ao termo memória ferroviária mesmo após a publicação das normativas referentes ao patrimônio ferroviário. Ou seja, embora tenha sido um novo instrumento para um “novo conceito” que exigiria o envolvimento direto dos sujeitos portadores da memória no reconhecimento e gestão, as dimensões da memória enquanto experiência de vida dos ferroviários, e as referências atuais aos suportes físicos dessas memórias não participaram desse novo processo de patrimonialização.

O tombamento da Estrada de Ferro Madeira Mamoré é indicado por Prochnow (2014) como diferencial por expressar uma abertura do órgão às demandas dos sujeitos sociais, e por Paiva como o único em que a questão operária foi expressada com um pouco mais de clareza pelo Iphan. Paiva atribuiu o tombamento ao empenho pessoal do arquiteto José Leme Galvão Júnior - que esteve envolvido com os inventários realizados pela Fundação Pró-Memória nos anos 1980 - em organizar e encaminhar este processo aberto por solicitação popular no final da década de 1970, sobre o qual a população permaneceu mobilizada por mais de 20 anos. Tratou-se, sobretudo, de um processo estratégico de sensibilização dos conselheiros através dos valores da arquitetura industrial, e não pelos valores da memória do trabalho e do trabalhador (informação verbal).²⁰⁵

Para Scifoni, o tombamento do Estádio representaria ganhos para a valorização do movimento operário, abriria novas possibilidades para que outros bens suscitados por estes valores fossem tombados (informação verbal),²⁰⁶ indicando um caminho para ressignificação do instrumento. O dossiê de tombamento do Estádio expressou a aplicação da compreensão de patrimônio e memória difundidos pela bibliografia consagrada do campo desde os anos 1970, presente nas reflexões de Ulpiano de Meneses (1978; 2006; 2017) e Ecléa Bosi (1994 [1979]), por exemplo. Ou seja, não se tratou de uma proposta pautada em conceitos nunca antes discutidos, a novidade está no fato de propor que valores afetivos, memoriais cognitivos, éticos, façam parte da prática operativa do órgão, que sejam validados como capazes de identificar um bem para o tombamento.

Ao recuperarmos as narrativas apresentadas pelos pareceres de Carlos Cerqueira e Anna Finger, observaremos que os técnicos não discordam dos valores do bem, ambos o reconheceram como patrimônio. Entretanto, apresentam posicionamentos diferentes quando refletem sobre a finalidade do tombamento. Cerqueira adotou, conscientemente, um posicionamento associado aos valores tradicionais da ortodoxia do órgão, e distanciamento dos valores que a sociedade confere, ou conferiu. Com isto, percebemos que apropriar-se de uma narrativa de limitação do instrumento é uma expressão do discurso autorizado do patrimônio (SMITH, 2006).

²⁰⁵ Entrevista concedida à autora em 18 de dezembro de 2019.

²⁰⁶ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

No que se refere à discussão sobre o valor arquitetônico, Simone Scifoni reforça que ainda que a narrativa do dossiê não tenha sido construída para valorização dos aspectos arquitetônicos, o muro como elemento que marcou o uso do Estádio permanece, mesmo que sobreposto por arquibancadas. Nesse sentido, identificou que a “originalidade” existe, mas não é o tipo de originalidade almejada. E que a materialidade não era de interesse por ser “de segunda categoria”, não assinada, não excepcional, sem critérios estéticos da ortodoxia do patrimônio (informação verbal).²⁰⁷

Há ainda de se ressaltar a lentidão de encaminhamento e entender quais fatores poderiam justificá-la. Após o parecer de Cerqueira, em 2010, o processo passou quatro anos parado, para então ser enviado à Brasília, e mais quatro anos para o último posicionamento do então diretor, Andrey Schlee. Enquanto que processos como o tombamento da Sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil em São Paulo, por exemplo, foi aberto e aprovado em 2015. Quais são as prioridades da Superintendência Regional do Iphan em São Paulo e do Depam?

A conformação dos cargos de chefia do Iphan em 2014 já era diferente daquela de 2009, e continua sofrendo grandes mudanças atreladas aos interesses políticos sobre o patrimônio e sobre as narrativas de nacionalidade. O lugar do saber técnico tem grande potencialidade tanto para encaminhar como para retardar os processos. E o posicionamento de Cerqueira não é, certamente, uma exceção do corpo técnico, o que consolida os desafios na prática cotidiana. Por isto, a diversidade de posicionamentos revela a complexidade da prática interna.

Há também conflitos disciplinares. A hegemonia do discurso da arquitetura no campo do patrimônio é uma das principais justificativas para a forma como o patrimônio federal atuou ao longo de sua trajetória. Nos anos 1980 as rearticulações do campo da história social, das ciências sociais e da antropologia tensionaram o campo do patrimônio oferecendo possibilidades de reconhecimento e atribuições de valor até então não praticadas. Nos anos 2000 a agregação de profissionais antropólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos ao corpo técnico contribuiu para considerações de que o campo de atuação havia deixado de ser exclusivo de arquitetos (ABREU, 2007).

Tornou-se evidente a dificuldade de se encaminhar um processo de tombamento que não se organizou tendo os valores arquitetônicos como fio condutor. O caso demonstra o tensionamento do discurso hegemônico da arquitetura, pois não se encaixa em nenhum dos padrões arquitetônicos historicamente caros aos técnicos e conselheiros do Iphan. Há um embate claro sobre as concepções de patrimônio e finalidade do tombamento entre e técnicos de áreas e trajetórias diferentes, ingressantes no corpo técnico em momentos distintos da instituição. Utilizar do instrumento do tombamento seria fundamental para que a materialidade onde os elementos que corroboram aquele espaço como lugar da memória dos trabalhadores

²⁰⁷ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

fosse mantido como gatilho para a rememoração e discussão. Ou seja, trata-se de uma necessidade em ampliar o olhar sobre a arquitetura em si.

Mas entre essa nova composição dos quadros técnicos e a efetivação do rompimento com antigas noções de patrimônio há um longo e não linear caminho que expressa o embate de ideias e as contradições do campo. No caso de tombamento da Casa de Chico Mendes, por exemplo, Simone Scifoni atribuiu ao parecer elaborado pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses um ponto de inflexão em um processo que, segundo ela, se encaminharia como o do Estádio, por não ter sido atribuído valor à materialidade da casa. Mas a construção narrativa empenhada por Meneses reverteu o processo, fazendo com que a Casa fosse tombada (informação verbal).²⁰⁸

Para Cerqueira o tombamento do Estádio é desafiador porque representou uma tentativa de introduzir novos elementos ao trabalho de preservação a partir de visões, segundo ele, "mais generosas, amplas, de ver o objeto cultural redimensionado". Cerqueira reconheceu seu posicionamento revelando que se elaborasse um parecer favorável à proposta do dossiê iria contra seus próprios pensamentos sobre o patrimônio e quanto à finalidade do tombamento (informação verbal).²⁰⁹

"Tudo aquilo que era dito no dossiê, tudo aquilo que era argumentado, documentado muito bem, eu concordava! Concordo até hoje. Essa concordância e a minha posição em relação ao instrumento do tombamento entram no mesmo conflito que eles enfrentaram ao desenvolver o dossiê. E aí acaba acontecendo que você entra numa espécie de momento de contradição, e você tem que lidar com ele. E aí o caminho, para mim, era apontar para necessidade de um outro elemento, de um outro conceito. No conceito [...] já apontado [...] no despacho da Marly. É muito mais claro, sabe [...] A solução desse caso é o lugar de memória" (informação verbal)²¹⁰

Esses conflitos e contradições expõem a micro-política interna (informação verbal)²¹¹ do órgão. Não basta que um conjunto da sociedade ou um conjunto de especialistas posicionem-se a favor de um tombamento, é fundamental que internamente haja articulação estratégica de narrativas e ações. O caminho que parecia aberto com a conjuntura política do início dos anos 2000 na esfera municipal de São Bernardo do Campo, no Iphan e no executivo federal, com a aprovação do PA, encontrou um primeiro entrave interno, posteriormente foi levado ao Depam, quando houve um aceno à aprovação pelos setores superiores e, alguns anos depois, foi novamente questionado. Ou seja, as pontes estratégicas para encaminhamento, iniciadas em São Paulo, não alcançaram os membros das chefias em Brasília.

²⁰⁸ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

²⁰⁹ Entrevista concedida à autora em 05 de maio de 2020.

²¹⁰ Entrevista concedida à autora em 05 de maio de 2020.

²¹¹ Expressão utilizada por Simone Scifoni durante o Exame de Qualificação da autora em maio de 2020.

Podemos entender como uma expressão da resistência às transformações na prática cotidiana de reconhecimentos, que vai contra o que vem sendo implementado em nível internacional, como a Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, 1972, a Declaração de Amsterdã, 1975, a Convenção de Faro, 2005, e nacional, desde a Constituição de 1988. Contra o próprio processo de tomada de consciência social do patrimônio como parte dos diferentes modos de vida, de afirmação de identidade, de reivindicação de memórias e direitos, de questionamento das narrativas oficiais, por diversos grupos sociais.

O caso também abre reflexões para uso do tombamento como questionador da ideia de celebração. Rememorando o período da ditadura civil-militar brasileira, os entrevistados expressam vinculações memoriais e identitárias aos lugares através da memória da dor, diferentemente dos processos de memória presentes nos depoimentos abordados nos capítulos anteriores que tendem à positivação. São memórias que indicam o processo de desconcentração industrial, a exploração do trabalho, a pressão política, a repressão. Entendem que o tombamento seria uma forma de oportunizar a discussão de como lidar com momentos conflituosos da história do Brasil, uma forma de validação de sua existência não pelo que é agradável lembrar, mas pelo que não se pode esquecer.

Mas conforme indicado por Andrey Schlee, a saída seria o reconhecimento oficial do Estádio como lugar de memória, ainda que tal classificação não exista enquanto instrumento oficial de proteção. No dossiê de tombamento o conceito de “lugar de memória” foi utilizado como uma alternativa para superação da visão monumentalista e estético-estilística do órgão, no sentido de ampliar as narrativas incorporadas através do instrumento do tombamento, e não para demandar um novo instrumento.

O conceito de “*Lieux de mémoire*” foi cunhado pelo historiador francês Pierre Nora durante a década de 1980 e tem sido utilizado em tempos recentes no Brasil e na América Latina por pesquisadores das áreas de história, arquitetura e patrimônio cultural.²¹² A coletânea “Lugares de Memória” é contemporânea ao contexto das reivindicações populares por direitos civis, sociais, memoriais, e aos estudos de história social do trabalho, de memória, de história oral, aflorados nos anos 1980. Concebido no campo da história, o conceito extrapolou as fronteiras nacionais e disciplinares, sendo apropriado e ressignificado em novos usos que não estavam, necessariamente, previstos por Nora (GONÇALVES, 2015).

²¹² A coletânea “Lugares de Memória” foi produzida por Pierre Nora por meio de solicitação do governo francês em razão da celebração do centenário da Revolução Francesa, publicada entre 1984 e 1992. É a fonte principal do conceito. É composta por quatro livros, denominados “A República”, “A Nação” (dois volumes) e “As Franças”. Por sua destinação, a construção do conceito por Nora tomou como base os lugares em que a identidade, a memória nacional francesa, em risco de perda em função das transformações da década de 1980, estaria encarnada. Partiu da percepção do quanto a mundialização, a massificação e a midiática colocaram novos desafios à percepção do tempo, consequentemente da produção historiográfica, indicando as diferenças entre história e memória, e do papel da historiografia face àquele momento de grandes transformações em escala mundial. A memória, entendida como coletiva, foi indicada como parte da operação, como metodologia de construção narrativa e fonte de pesquisa. Para ele, o que mobilizaria os lugares seria a percepção da perda (NORA, 1993). Os lugares de memória são ações de memorização como forma de manutenção de vínculos afetivos e associados à nação.

Conhecemos de forma pouco aprofundada a obra de Nora. O único texto traduzido para o português trata-se de um capítulo do primeiro livro da coletânea, intitulado “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. O autor trata de patrimônio nos livros dois e três, denominados “A Nação”, em um percurso de escrita em que chega na relação entre lugar de memória e patrimônio e entende a memória como ferramenta para considerar bens como herança coletiva. Em Janice Gonçalves (2012; 2015) encontramos algumas críticas sobre a construção do conceito e análise do percurso de produção da obra, e em Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni (2015a) contribuições aos estudos no campo do patrimônio, e reflexões sobre a aplicação do conceito para a realidade brasileira.

Gonçalves (2012) evidenciou a necessidade de entender o momento e o objetivo da escrita do texto de Nora, salientando que o próprio autor alterou seus significados e questionou a apropriação do conceito ao longo da década em que os livros foram publicados. Através deste percurso identificou que Nora percebeu alterações de uso e a necessidade de revisões sobre o conceito. A percepção de seu uso reduzido à bens materiais, da rememoração como instrumento para a comemoração, e da construção narrativa sobre qualquer bem visando celebrar fatos vistos como positivos, apaziguando narrativas contraditórias, tensas, não lineares foram apropriações que, segundo Gonçalves (2012) “escaparam” do controle do autor, extrapolando a esfera acadêmica, ganhando novos contornos por vezes imprecisos. De acordo com a historiadora Cristina Meneguello, que tem buscado relacionar temas da memória com o patrimônio industrial e da saúde²¹³, lugares de memória não são lugares reais, físicos, e sim uma construção narrativa para explicar a história, mas por serem assim considerados, banalizam, superficializam e deixam de explicar o que queriam (informação verbal).²¹⁴

Embora a conceituação sobre lugares de memória tenha sido elaborada nos anos 1980, a introdução do tema no Brasil é recente. Afora a abordagem pela historiadora francesa Madeleine Rebérioux (1992) em que associou o conceito à reflexão sobre a memória operária, seu uso tem se difundido a partir da segunda década dos anos 2000. Vem sendo discutido na América Latina e no Brasil por historiadores como Paulo Fontes²¹⁵, Cristina Meneguello (2020), Deborah Neves (2013; 2018), e arquitetos como Renato Cymbalista (2019), Rebeca Cabral (2019)²¹⁶.

A abordagem desses pesquisadores envolve os lugares como parte do pensamento sobre os direitos humanos e o direito à memória em busca de justiça social, a partir do que surge a preocupação com a memória da ditadura, inseridas em programas do Estado de reparação

²¹³ Reflexões sobre estes temas foram abordados pela historiadora durante o Seminário “Patrimônios difíceis, memórias da dor”, promovido pelo Centro de Memória da Unicamp em 2021.

²¹⁴ Entrevista concedida à autora em 14 de abril de 2021.

²¹⁵ O historiador Paulo Fontes é professor da UFRJ, onde coordena o Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho (LEHMT), em que uma das linhas de pesquisa são os lugares de memória do trabalho.

²¹⁶ Pesquisas que decorrem do Grupo de Pesquisa CNPq Lugares de Memória e Consciência, formado em 2014, coordenado por Renato Cymbalista (FAU-USP/UNINOVE).

simbólica das violações de direitos humanos.²¹⁷ Seus usos apresentam reflexões críticas quanto à denominação e indicação de outras possibilidades como “lugares de memória difícil” e “lugares controversos”, presentes nas pesquisas de Cabral (2019), Cymbalista (2019), Neves (2013). Um exemplo é a referência ao próprio Estádio 1º de Maio (a partir do uso do nome Estádio da Vila Euclides) no “Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo”. Inserido na seção “Resistências” é recuperado como lugar de memória dos movimentos operários contra a ditadura civil-militar nos anos 1970 e 1980 (CYMBALISTA, 2019).

No campo do patrimônio passou a ser utilizado como uma possibilidade de viabilização do discurso de preservação, uma tentativa de sair da institucionalidade por outra entrada, associado ao risco da perda. Está presente em reflexões de Scifoni (2013, 2021) e de Leonardo Castriota (2019), que associam o conceito aos direitos à memória e ao patrimônio vinculado a temas como desastres naturais, por ação antrópica, e pelas transformações do trabalho.

A partir da proposta de interpretação do conceito para a realidade brasileira, Nascimento e Scifoni (2015a) entendem os lugares de memória como capazes de articular práticas, agentes, referenciais e conteúdos de memória, e assim explicitar a necessidade de superação da visão monumentalista e estético-estilista das políticas de patrimônio oficiais. Entendem que os lugares de memória do trabalho são lugares nos quais foi possível compartilhar experiências sociais e cotidianas que surgiram no trabalho, e que não são necessariamente os espaços de produção, salientando a importância dos lugares de moradia - para o que citam os conjuntos habitacionais dos IAPs, construídos entre as décadas de 1930 e 1960 - e de luta - para o que citam o Estádio 1º de Maio. A justificativa desta atribuição partiu do reconhecimento e concordância com os historiadores sobre a perda de espaço de discussão dos temas ligados ao trabalho e trabalhadores urbanos ao longo dos anos 1990, que intensificou o risco de perda dessa memória e evidenciou a necessidade de sua preservação.

O conceito também tem servido de referência a novas denominações de patrimônio, como “patrimônios sensíveis”, “patrimônios difíceis”, “patrimônios sombrios” por Meneguello (2020), Cymbalista (2019) e Neves (2013). Como técnica do órgão estadual de patrimônio em São Paulo e pesquisadora do tema, Deborah Neves tem buscado associar os estudos de memória, história e patrimônio. Sua atuação na defesa do tombamento do Departamento de Operações e Informações-Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo foi um exemplo emblemático disso (NEVES, 2018).

Mobilizar o conceito de lugar de memória a partir do caso do Estádio tem, portanto, sua potencialidade se pensarmos na constituição do conceito e nas tentativas de aplicação na institucionalidade do patrimônio. Se pensarmos ainda na forte vinculação ao nome 1º de Maio

²¹⁷ Processos associados às Comissões Nacional, Estadual e Municipal da Verdade, que contribuíram para o reconhecimento dos lugares de tortura, desaparecimento e mortes como processo de reparação simbólica à violência de Estado.

como a expressão do Dia do Trabalhador, podemos considerar que a data é, em si, um lugar de memória dos trabalhadores.

O uso do conceito aparece também em outros dois casos mencionados. No tombamento da Casa de Chico Mendes, quando Luis Fernando de Almeida expressou sua compreensão de que o bem proposto para o tombamento era a casa como lugar de memória (IPHAN, 2007). Também no caso do tombamento da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em que o técnico André Bazzanella indicou que o valor do espaço como lugar era prejudicado pela não continuidade do uso como estúdio cinematográfico, mas que deveriam ser avaliados seus aspectos como lugar de memória (IPHAN, Processo n.º 1625-T-11, 2011).

Ainda que esse conceito tenha sido fio condutor do dossiê de tombamento do Estádio, e tenha sido mobilizado por profissionais atuantes no Iphan, não parece ser um conceito representativo como foi, por exemplo, o da paisagem cultural. Segundo Smith (2006) “lugar” é uma categoria de pensamento e uma realidade construída. A autora observou que esta condição encontrou desafios no campo do patrimônio em termos práticos, pois para os instrumentos de gestão a dimensão de realidade construída é reduzida pelos limites das práticas de gerenciamento, classificação, por exigirem definições de limites físicos. É o que ocorre no caso do Estádio.

Em 2018 foi aprovada a Política do Patrimônio Cultural Material do Iphan, a primeira normativa desta categoria de patrimônio produzida pelo Depam através da Portaria n.º 375. Apresentada como um ponto de partida para a renovação em função das comemorações dos 80 anos do órgão. A normativa levou em consideração a importância do tempo presente, dos processos históricos, do direito ao ambiente urbano, da indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais para os sentidos e significados dos bens culturais. Indicou a educação patrimonial como o primeiro processo de atuação com o patrimônio, e defendeu a proteção a partir de três momentos, patrimonialização, vigilância e interação (IPHAN, 2018).

Estas premissas e propostas organizativas foram ratificadas como diretrizes a serem aplicadas na atuação com o patrimônio, o tombamento foi indicado como aplicável a qualquer bem material, mas apresentou a seleção de “temas específicos” para os quais haveria necessidade de “diretrizes específicas” de preservação, foram eles o “cadastro” para bens arqueológicos, a “valoração” para bens ferroviários, a “chancela” para as paisagens culturais, e a “declaração” para os lugares de memória. Sobre este último, a Lei indicou que o reconhecimento deveria ser normatizado por meio de portaria específica. A partir disso, entendemos que os lugares de memória foram indicados como uma categoria de reconhecimento dentro da política de patrimônio material.

Esta política marcou uma revisão fundamental do órgão, porém é vaga ao tratar de temas ainda pouco incorporados na prática oficial, como os lugares de memória, para o que não apresentam uma definição. Se pensarmos que o conceito de lugares de memória é, em si, um tema que ainda pouco interpretado para a realidade brasileira, e tem sido usado de diferentes maneiras por diferentes áreas do conhecimento, as possibilidades de uso pelo campo do patrimônio, com vistas a preservação, necessitam de conceituação, metodologia e formas de gestão claras.

Há ainda um último ponto a ser discutido. Desde as primeiras ações no órgão municipal de São Bernardo do Campo até a articulação do Plano de Ação e produção do dossiê no Iphan em São Paulo, o caso representa uma trajetória de engajamento de técnicos do patrimônio mobilizados por valores cognitivos. Não se trata de um pedido de tombamento que partiu de antigos trabalhadores metalúrgicos ou membros do Sindicatos ou do Consórcio do ABC, por exemplo. Afora algumas tratativas para o tombamento da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, encabeçada por Wanderley Salatiel quando era presidente do PT em São Bernardo do Campo, sem apoio necessário (informação verbal),²¹⁸ os sujeitos participantes do movimento operário, antigos trabalhadores metalúrgicos, membros atuais do sindicato, ou envolvidos com a formação do PT, nunca se organizaram no sentido de preservar os lugares significativos para a memória dos trabalhadores por meio do tombamento.

Ao estudar as demandas municipais por preservação em São Bernardo do Campo, Paiva (2014) também notou que o Sindicato dos Metalúrgicos, embora tenha seu próprio centro de documentação, nunca reivindicou no conselho municipal alguma medida de preservação e valorização de sua memória através do tombamento. Ou seja, quem disputa a preservação do Estádio são os especialistas do campo da preservação. Mas qual seria o papel do Sindicato e do PT nesse processo?

O fato de essas instituições nunca terem se mobilizado em função do tombamento de espaços simbólicos não significa, necessariamente, que não se preocupam com a preservação da memória. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC possui um Centro de Memória, Pesquisa e Informação (CENPI) e o PT possui a Fundação Perseu Abramo (FPA), à qual está articulado o Centro Sérgio Buarque de Holanda. Em 2019 a Fundação realizou o projeto “História Oral - PT 40 anos” em parceria com os historiadores Jean Rodrigues Sales e Alexandre Fortes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como parte das comemorações dos 40 anos do Partido. Constituído por uma série de entrevistas individuais com os integrantes das primeiras Comissões Executivas Nacionais (CEN) em que retomam suas trajetórias de vida e envolvimento político,

²¹⁸ Para Wanderley Salatiel o tombamento seria um caminho para garantir a permanência desses espaços simbólicos, reforçando a importância da atuação do Sindicato, por representar o início da atuação PT, e por fomentar a discussão sobre a repressão exercida pelos militares durante a ditadura. Mas na época não obteve apoio dos demais membros e abandonou a ideia. Entrevista concedida à autora em 15 de abril de 2021.

com o objetivo de reforçar a identidade partidária, análise e reflexão sobre a trajetória do partido (FUNDAÇÃO..., 2019). O esfacelamento e a perda de popularidade em que o Partido se encontra atualmente tem refletido na preocupação com a memória, organizada no sentido de reconstruir os elos e valores identitários que fizeram parte de sua constituição.

Na interpretação de Djalma Bom esta ausência na atuação do PT e do sindicato é decorrente de pouca consideração aos valores históricos. Embora tenha contato com o sindicato, mencionou nunca ter ouvido falar na proposta de tombamento (informação verbal).²¹⁹ A disputa do trabalho tornou-se uma questão do patrimônio por meio de especialistas do campo, cuja ação é de inegável valor se percebermos que talvez seja a única instância que ainda pode tentar reconhecer esses espaços simbólicos como parte da história e memória brasileira. Em 2009 os fatos históricos associados ao Estádio justificavam aquele momento da história brasileira. Embora fosse um fato inegável de confirmação da importância dos movimentos, a trajetória pessoal e política de Lula não foi utilizada como narrativa condutora do pedido. Mas a sobreposição do viés político-ideológico sobre os fatos históricos teve influência crucial no processo. O desenrolar da política brasileira já não justifica mais um pedido desta ordem, pelo contrário, confirma sua impossibilidade de encaminhamento.

3.3.2. Museu do Trabalho e dos Trabalhadores em São Bernardo do Campo

Em expor e aprofundar-se no conceito de “discurso autorizado do patrimônio” Laurajane Smith afirma, patrimônio é discurso. O discurso é uma ação social decorrente e formativa de ideias, conceitos, e categorizações a partir de realidades sociais e físicas diversas. Não se trata de uma única voz, mas de um conjunto de narrativas dissonantes e inter-relacionadas com efeitos sociais de resistência, manutenção ou legitimação de hierarquias. No século XIX, no contexto europeu do norte global, os museus foram elaborados como espaços discursivos da ideia de nacionalidade unificadora, de representação da verdade, da moral, da ordem e da conduta, dentro de uma sociedade em crescente urbanização e mudanças sociais decorrentes da industrialização (SMITH, 2006).

A partir da década de 1960 o campo alterou-se no sentido de superar a ideia de museu como um lugar nobre. A Nova Museologia representou modificações em termos tipológicos, temáticos e tecnológicos a partir de novas estratégias interpretativas. Essas ideias deram início aos ecomuseus e museus temáticos. O termo “ecomuseu” foi estabelecido oficialmente em 1971, na 9ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM). São espaços em que as narrativas orientam-se a partir de noções de território, patrimônio e população. Consolidaram-se inicialmente na França como uma proposta de conferir poder político à população a partir da contextualização de experiências pessoais e históricas. Na década de 1970 a

²¹⁹ Entrevista concedida à autora em 04 de maio de 2021.

quantidade de museus, ecomuseus e museus ao ar livre voltados às histórias regionais, histórica e social aumentou, desafiando as ideias tradicionais de museus (SMITH, 2006; GONÇALEZ, 2018).

Este conceito teve permeabilidade no cenário museológico brasileiro a partir da década de 1980, com a sociomuseologia inaugurada por Waldisa Rússio. Em seu doutorado, Rússio desenvolveu um programa museológico para um Museu da Indústria em São Paulo, como um espaço que estimularia consciência crítica sobre a industrialização no Brasil e a valorização do trabalho como fruto da ação humana (GONÇALEZ, 2018; GOUVEIA, 2020). Indicando que os temas da industrialização e do trabalho, de fato, estavam inseridos na atualização dos campos da memória, da história, do patrimônio, e também da museologia.

Conforme nos indica Paulo Fontes (2008a), na Europa há museus sobre a história do trabalho desde o segundo pós-Guerra, constituídos como espaços que enfocavam a atuação política dos trabalhadores, sindicalismo, partidos políticos e processos revolucionários. Mas a mudança da historiografia do trabalho, a reestruturação urbano industrial, a história oral, a Nova Museologia, a patrimonialização de edifícios industriais e os estudos de memória, durante as décadas de 1970 e 1980, impactaram em transformações na forma e conteúdo das abordagens desses museus. Para além do processo produtivo ou da militância, passaram a abordar um universo maior da experiência da classe, cultura, lazer, moradia, relações étnicas, de gênero e migração (FONTES, 2008a).

As transformações internas à classe operária e o avanço da política neoliberal a partir da década de 1990 alertaram para um possível desaparecimento da classe trabalhadora, tendo sido os museus do trabalho da Europa e dos EUA uma estratégia de manutenção dessa história (FONTES; CHALHOUB, 2009). Enfocando museus de história social do trabalho na Europa e nos Estados Unidos organizados por comunidades locais, Smith (2006) associa seu surgimento como uma alternativa aos processos de desindustrialização de cidades, uma forma de aliviar o sofrimento social da perda da indústria e criar empregos para membros das comunidades locais como “compensação econômica”. Smith (2006), Fontes e Chalhoub (2009) veem nesses museus um caminho de viabilização da história social como história pública, dentro do processo de democratização do campo.

No Museu da Ciência e Indústria em Manchester os espaços foram elaborados a partir de memórias pessoais e familiares para viabilizar a construção de experiências, desconstruindo a ideia de passividade do visitante. Isto fez com que visitantes se envolvessem emocionalmente com as histórias ali apresentadas porque, de alguma forma, com elas se reconheciam. No Museu ao Ar Livre do Norte da Inglaterra, Beamish, moradores da cidade conduzem as visitas guiadas e entendem-se como representantes de suas histórias e experiências pessoais. No Museu Nacional de Mineração de Carvão da Inglaterra, a visita das minas de carvão é guiada por ex-mineiros

exprimindo sua impressão da história, e não se propõem a uma reconstrução de experiência exatamente como era, tendo consciência de que isto seria impossível (SMITH, 2006).²²⁰

Smith (2006) entende que o ato de visitar sítios ou museus é uma declaração ativa de identidade na qual visitantes envolvem-se em uma performance da qual são também público. Observou que atraem visitantes de diferentes origens sociais, mas tendem a ter maior número de visitantes da classe trabalhadora que os museus tradicionais e nacionais. E em termos narrativos, empregar antigos mineiros como intérpretes dos locais, guiando visitantes, possibilita o compartilhamento de visões críticas sobre a desindustrialização.

Há ainda os exemplos de apartamentos-museus, ou museus-testemunho, na França, inspirados no interesse sobre a vida cotidiana de trabalhadores. Segundo Nascimento (2021) os apartamentos-museus das Unidades de Habitação projetadas por Le Corbusier em Rezé, Firminy-Vert, Le Havre e Marselha fizeram parte da prática francesa de expor casas modernas e suas domesticidades, como forma de ensinar novos hábitos durante as décadas de 1930 e 1950. A musealização desses espaços, como um outro processo de construção de significados, andou conjuntamente às demandas por patrimonialização das obras de arquitetos famosos. Hoje constituem-se de apartamentos destinados ao uso turístico, geridos por associações de moradores dos conjuntos (NASCIMENTO, 2021).

São apartamentos em que o mobiliário, revestimentos, louças, utensílios domésticos, roupas, e outros elementos são apresentados a partir de projetos de curadoria com objetivo de representar uma síntese das formas de habitar. Mobilizam temas como o espaço da cozinha, o papel feminino, a vida em conjunto e a família nuclear. No apartamento museu da porteira da cidade-jardim de Suresnes o projeto curatorial focou na reconstituição de um apartamento dos anos 1930 para representar a vida cotidiana da época, com objetos, móveis e ambientação. Trata-se de um espaço de moradia da porteira, onde se conciliava moradia e trabalho (NASCIMENTO, 2021).

Na constituição desses apartamentos-museus são fundadas novas práticas de memória e patrimônio que Nascimento (2021, p. 245) entende como "patrimônio dos estilos de vida". Indicam o que seriam os modos de vida idealizados das famílias nucleares de trabalhadores franceses dos anos 1930 a 1950. Desde a escolha dos móveis, excluindo-se móveis contemporâneos ou não, na medida em que eles podem contar do que se pretende, nas cores, os utensílios, e também na narrativa empreendida nas visitas guiadas. Se nos museus de história do trabalho mencionados por Smith (2006) organizados em antigos espaços fabris a mobilização do público ocorre por

²²⁰ Estes são alguns exemplos dos museus dedicados ao tema do trabalho industrial e urbano e relacionam-se, especificamente, com a ressignificação do uso de antigos espaços produtivos. Há ainda uma associação internacional de museus do trabalho, chamada *WorkLab*, fundada em 1997, uma rede de museus voltada ao patrimônio do trabalho e história social do trabalho. Dela fazem parte o *Pump House Museum* da Inglaterra, *The Worker's Museum*, dinamarquês, *Museum der Arbeit* de Hamburgo, Alemanha, o *Norwegian Industrial and Labour Museum* da Noruega e o *Museum of Work* da Suécia. Disponível em: <<https://www.facebook.com/WORKLABmuseums/>>. Acesso em 10 dez. 2021.

meio da luta, das contradições inerentes à industrialização, como uma ação de análise crítica do sistema capitalista, nos apartamentos-museus o interesse é pela esfera privada, pelos modos de vida do trabalhador.

Segundo Fontes (2008a) há dificuldade dos museus brasileiros incorporarem uma história social que reconheça a importância dos trabalhadores na trajetória das sociedades contemporâneas. O tema aparece em museus de empresas, de ciência e tecnologia, também em museus da cidade em que o passado industrial é forte, tendendo a destacar o trabalho associado ao desenvolvimento urbano. Tomemos como exemplo o Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte.

O Museu de Artes e Ofícios (MAO) de Belo Horizonte foi instalado na região central da cidade. É contemporâneo e parte do processo de requalificação urbana da Praça da Estação e restauro dos edifícios da antiga estação ferroviária recuperados para a instalação do museu. Trata-se de uma experiência pioneira no cenário museológico brasileiro por abrigar um acervo pouco comum, uma coleção de instrumentos de trabalho associados a ofícios manuais pré-industriais, entendidos como patrimônio do trabalho, por tratar de um tema pouco mobilizado no Brasil, e por ter sido idealizado a partir da estratégia expositiva dos ecomuseus. A instalação do museu representa um debate dos anos 2000 sobre a requalificação de centros urbanos, sobre a história social do trabalho, sobre a ampliação conceitual de patrimônio com vistas a maior representatividade social, memorial, identitária, e sobre os museus, pensando em seu “papel social”, como espaço de inclusão e discussão da sociedade (GONÇALEZ, 2018).

Segundo Sofia Gonzalez (2018), o conceito gerador do MAO era “musealizar o trabalho” a partir de uma perspectiva alargada de patrimônio. Mobilizar o ser humano como elemento central, analisá-lo em sua historicidade, questionar o universo conflituoso do trabalho no Brasil tratando de ofícios extrativistas, rurais, urbanos, ambulantes, corporativos; mobilizar lugares, relações de trabalho, organização espacial, gênero, interseccionalidades; tratar do trabalho no presente e oportunizar discussões sobre o futuro. A empresa Expomus foi responsável pelo desenvolvimento do projeto, compondo uma equipe multidisciplinar em que o historiador Nicolau Sevcenko ficou responsável pela pesquisa histórica e Maria Cristina Bruno, formada no cenário museológico brasileiro dos anos 1980, pela museologia.

O MAO foi projetado como um museu em que o visitante era considerado produtor de significados (GONÇALEZ, 2018). Seria um museu popular, instalado em um lugar que receberia grande fluxo de pessoas pela instalação de uma estação de metrô, e a ideia era atrair esse público através da identificação com o tema, onde os trabalhadores se encontrassem consigo mesmos, assim como Smith (2006) observou nas propostas na Europa e EUA. Porém, após tensões e descompassos a Expomus desligou-se do projeto, e a ideia de trazer a discussão do trabalho para o tempo presente diluiu-se, tendo impactos na narrativa expográfica.

O MAO deixou de seguir a concepção de museus ligada à Nova Museologia e aos ecomuseus. O que ocorreu foi que se passou a expor, sob uma mesma lógica de apresentação, um grande número de atividades diversas. Garimpeiros, carregadores, comerciantes, vendedores, mascates, lavradores, tropeiros, entre outras, todas tomadas como “ofícios”. As primeiras tratativas para elaboração do museu ocorreram em 2000, com objetivo de inauguração em 2002, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, porém não foi possível, e o museu foi inaugurado em 2005 já no governo Lula (GONÇALEZ, 2018).



Figura 57. Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte (esq.). Destaque para a área expositiva do Ofício do Fio e do Tecido (dir.).

Fonte: Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte. Disponível em <<http://mao.org.br/>> Acesso em 22 dez. 2021 (esq.). Mineiros na Estrada. Disponível em <<http://www.mineirosnaestrada.com.br/museu-de-artes-e-oficios/>>. Acesso em 22 dez. 2021 (dir.).

Entender os museus dedicados ao trabalho e aos trabalhadores como fomentadores de experiências coloca o envolvimento social, afetivo, identitário e memorial em primeiro plano e torna estas práticas parte do processo de preservação. Têm papel fundamental na negociação sobre os significados do passado e do presente e desafia as premissas ideológicas que sustentam o discurso do patrimônio autorizado. São lugares que provocam experiências físicas de “fazer” e experiências emocionais de “ser” (SMITH, 2006). A inauguração do MAO compôs um momento privilegiado para se pensar a questão dos museus do trabalho no Brasil, pensando na associação entre os avanços da historiografia da história social do trabalho em sua dimensão nacional para a construção de uma história pública contra o esquecimento do papel fundamental dos trabalhadores na sociedade (FONTES, 2008a).

Em São Bernardo do Campo, uma proposta de instalação de um Museu dos Trabalhadores no Estádio 1º de Maio caminhou, inicialmente, em paralelo ao pedido de tombamento para o Iphan. Diante desses dois processos voltados à preservação da memória, podemos nos perguntar porque um lugar entendido como patrimônio cultural deveria também receber um museu? O que significa a proposta de tombamento do Estádio e a idealização de um Museu do Trabalhador ao mesmo tempo em São Bernardo do Campo? O museu serviria como ratificação do valor do Estádio como lugar de memória ou o tombamento legitimaria tal “uso cultural”?

A proposta de construção de um museu é antiga em São Bernardo do Campo. Segundo Jorge Magyar, o Centro de Memória da cidade possui um rico acervo decorrente de pesquisas e doações formado por fotografias, objetos, documentos e gravações de relatos orais colhidos por funcionários do Centro desde a década de 1970. A ideia de criar um Museu da Cidade para este acervo sempre permeou as discussões, envolvendo o trabalho industrial como conceito gerador (informação verbal).²²¹

Em Santo André a ideia de construção de um Museu do Trabalho e do Trabalhador surgiu entre 2005 e 2006 na segunda gestão do ex-sindicalista João Avamileno (PT, 2002-2008) como prefeito, inserido nos debates acerca da revisão do Plano Diretor e do Plano Municipal de Preservação do patrimônio andreense. Porém em 2008 o candidato do PT à prefeitura de Santo André, Vanderlei Siraque, perdeu a eleição, mas em São Bernardo do Campo o partido venceu com o candidato Luiz Marinho (PT, 2009-2016). Com isto a proposta foi levada para este outro município juntamente com funcionários do Museu de Santo André, que passaram a integrar a gestão em São Bernardo do Campo.²²² Em 2009 foi criada uma secretaria específica para a área da cultura, e o cargo de secretário da cultura foi ocupado por Celso Frateschi. Com experiência na Secretaria da Cultura de Santo André durante as gestões de Celso Daniel (PT, 1989-1992, 1997-2000, 2001-2002), e de São Paulo entre 2003 e 2004, durante a gestão de Marta Suplicy (PT, 2001-2004), Frateschi buscou desenvolver em São Bernardo do Campo ideias referenciadas no Museu da Cidade de São Paulo.

Segundo funcionários da prefeitura, as primeiras propostas de Frateschi seriam de associar as ideias anteriores de um Museu da Cidade a um Museu do Trabalho, para a qual foram contratadas a empresa Expomus e a museóloga Maria Cristina Bruno. A discussão era organizada a partir do Centro de Memória de São Bernardo do Campo, que criou grupos de trabalho para pensar a proposta e o local, tendo-se levantado a possibilidade de utilização de algum espaço da antiga tecelagem Elni (informação verbal).²²³

²²¹ Entrevista concedida à autora em 23 de outubro de 2020.

²²² Informações compartilhadas pelo parecerista da Fapesp em análise ao Relatório Científico 3, referente à bolsa de mestrado concedida à autora para a realização desta pesquisa.

²²³ Entrevistas concedidas à autora em 05 de dezembro de 2019 e 23 de outubro de 2020.

Esta proposta foi veiculada no “O Diário do Grande ABC” nos anos de 2009 e 2010, indicando interesse e iniciativa da prefeitura. Segundo Médici (2010) seria a versão operária em São Bernardo do Museu do Futebol instalado no Estádio do Pacaembu. Tendo em mente que esse assunto já existia em nível municipal, Scifoni afirmou que elaborar um Museu do Trabalho a ser instalado no Estádio,²²⁴ como uma proposta simples de um memorial e centro de documentação, seria uma forma de convergir esforços para o pedido de tombamento, como confirmação daquele espaço como lugar de memória do trabalhador (informação verbal).²²⁵

Na gestão seguinte da Secretaria de Cultura, gerida por Leopoldo Nunes, não houve continuidade de um projeto de Museu do Trabalho como o Museu da Cidade e nem vinculado às instalações do Estádio. Pouco tempo depois, ainda na gestão de Luiz Marinho, foi lançada a construção de um Museu do Trabalho e dos Trabalhadores (MTT) cuja idealização e obra seriam subsidiadas pela prefeitura municipal e pelo Ministério da Cultura. Conforme consta em notícias veiculadas pela Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT/SP e pelo Jornal “Estadão” a “recuperação” do local que abrigava o antigo mercado municipal de São Bernardo do Campo e a construção de um Museu do Trabalho e do Trabalhador faziam parte do plano de governo de Luis Marinho, que optou pela demolição do mercado e construção de um outro edifício no local, projetado especificamente para abrigar o Museu. A partir desse momento a prefeitura de São Bernardo do Campo contratou o Escritório de Arquitetura Brasil Arquitetura para elaborar o projeto arquitetônico e a empresa Base7 Projetos Culturais para elaborar o projeto museográfico.

Conforme consta no Plano Museológico do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores (BASE7, 2016), nos produtos gráficos disponíveis nos Portais Vitruvius, ArchDaily, nas considerações de Fontes (2016) e a partir do que foi mencionado por Cristina Meneguello (informação verbal)²²⁶, o museu seria um espaço destinado a tratar da história do trabalho de um modo amplo e universal, desde a pré-história até os dias atuais, em diálogo com outros museus do trabalho mundo afora. Concebido como espaço para valorização da riqueza e da diversidade das experiências dos trabalhadores e trabalhadoras comuns em seus locais de trabalho, moradia e luta, levando em consideração suas múltiplas formas de sociabilidade e de ação coletiva. Aproveitando o papel histórico de São Bernardo do Campo no desenvolvimento industrial do setor automobilístico brasileiro, trataria de especificidades nacionais e locais, tendo como fio condutor os temas e a historicidade do trabalho na região do ABC Paulista, em especial da cidade de São Bernardo do Campo. Segundo Meneguello, representavam uma forma de recuperar a história nacional e internacional, atravessadas pela história local (informação verbal).²²⁷

²²⁴ No que diz respeito ao posicionamento do Iphan, tanto Carlos Cerqueira como Anna Finger sugeriram que o Museu do Trabalhador funcionasse como um centro de memória em outras instalações do antigo complexo da Elni, de forma a evitar que as instalações do Estádio passassem por mais modificações (IPHAN, Processo n.º 1705-T-14, 2014).

²²⁵ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 2020.

²²⁶ Entrevista concedida à autora em 14 de abril de 2021.

²²⁷ Entrevista concedida à autora em 14 de abril de 2021.

As primeiras discussões sobre o projeto foram iniciadas em 2011, e o projeto final, incluindo plano museológico, memorial descritivo, projeto educativo, expográfico, gráfico, entre outros, foram finalizados em 2016. O edifício se constituiria de dois blocos de edifícios conectados por passarelas, um deles dedicado às funções administrativas e de apoio, como a reserva técnica e o sistema de circulação vertical. O outro bloco, elevado, seria destinado aos espaços expositivos. A coleção seria composta por objetos museológicos, arquivísticos, bibliográficos, iconográficos, documentos multimídia, obras de arte, gravações de depoimentos orais e memorabilia variada (BASE7, 2016).

Como tratou-se de uma proposta diferente da primeira, envolvendo diretamente o gabinete do prefeito e a contratação de empresas para o projeto museográfico, curadoria, educativo e arquitetônico, o Centro de Memória participou de forma mais distanciada, segundo Magyar (informação verbal).²²⁸ Paiva (2014) também observou que a proposta do Museu manteve-se distante das associações e instituições historicamente envolvidas com o patrimônio e a memória em São Bernardo do Campo, como o Gipem, pesquisas de jornalistas como Ademir Médici, o Compahc, o Sindicato dos Metalúrgicos e o jornal “Diário do Grande ABC”.

Dentre os nomes indicados como responsáveis pela pesquisa histórica inicial, criação e concepção expográfica estão os historiadores Francisco de Barbosa Macedo, Hélio da Costa Dantas e Paulo Fontes em conjunto com o arquiteto Giancarlo Latorraca. Como responsável pelo projeto de comunicação visual estava o designer Chico Homem de Mello, e pelo projeto educativo a historiadora Cristina Meneguello. Além do projeto arquitetônico, sob responsabilidade do Escritório Brasil Arquitetura (MUSEU DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES, 2018).

A exposição seria organizada com diversidade de recursos tecnológicos e cenários, buscando interatividade do público através de imersões sensoriais, instalações e terminais multimídia. Começaria desde a parte externa do museu, no jardim, onde foi pensada uma área de piquenique e um jardim de esculturas com máquinas inativas, pedaços de engrenagens, instrumentos de trabalho e artefatos, espaço que seria denominado “jardim público do trabalho”. Nos espaços internos a exposição seria organizada em quatro módulos. No módulo 1, denominado “Trabalho e mobilidade” começaria desde a entrada no Museu, no pavimento térreo, abordando aspectos relacionados à diversidade dos sujeitos envolvidos nos processos de territorialização em São Bernardo do Campo, enfocando os caminhos indígenas, os tropeiros, a instalação das ferrovias e das rodovias, envolvendo também a abordagem ao conceito de trabalho (BASE7, 2016).

²²⁸ Entrevista concedida à autora em 23 de outubro de 2020.



Figura 58. Museu do Trabalho e do Trabalhador, São Bernardo do Campo. Corte esquemático (sup.), vistas externa e interna (inf.).

Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em

<<https://www.archdaily.com.br/br/891910/conheca-o-projeto-do-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador-de-brasil-arquitetura>>. Acesso em 22 dez. 2021.

No primeiro pavimento, seriam organizados os módulos 2 “Experiências do Trabalho”, em que seria dado destaque às experiências dos trabalhadores em seus locais de trabalho, lazer e descanso. Seriam abordadas a relação com o tempo, os ofícios, com destaque para história de São Bernardo do Campo. E o módulo 3 “Trabalhadores, Comunidades e Cultura”, onde se apresentariam aspectos da cultura e do cotidiano, das dimensões da vida privada e comunitária, como as relações entre trabalho e habitação, os modos de morar, e a casa como trabalho, abrindo a discussão sobre o trabalho doméstico feminino (BASE7, 2016; FONTES, 2016).

No segundo pavimento seria instalado o módulo 4 “Cidadania, Trabalho e Democracia”, com temas que abririam para a discussão sobre como foram conquistados os direitos trabalhistas. As dimensões associativas, políticas e lutas sociais que marcaram a trajetória dos trabalhadores, o significado do dia 1º de Maio, o trabalho escravizado, as organizações de trabalhadores durante a Primeira República, os períodos democráticos e ditatoriais, e o desenvolvimentismo. Nesta parte as greves operárias dos anos 1978, 1979 e 1980 no ABC seriam apresentadas a partir de sua importância para a redemocratização brasileira (BASE7, 2016; FONTES, 2016). Esta proposta encontrou desafios porque, segundo Meneguello, inevitavelmente

apresentaria a figura de Lula e sua chegada à presidência (informação verbal),²²⁹ entendido como fato histórico cuja menção justificava-se pela proposta de abordagem do Museu.

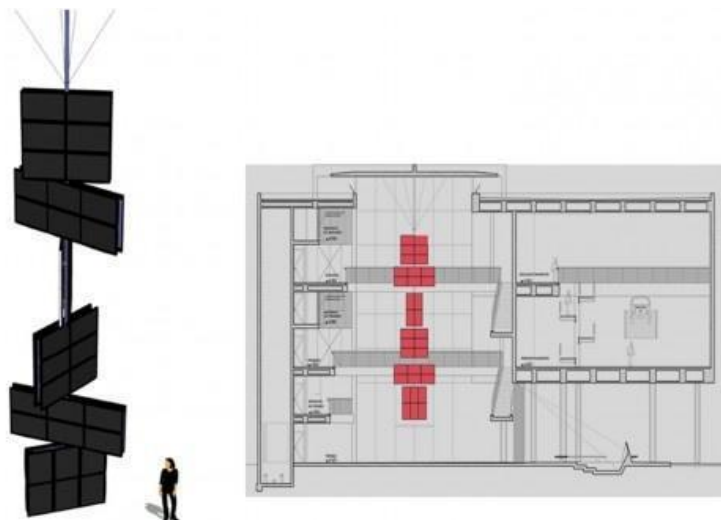


Figura 59. Museu do Trabalho e do Trabalhador, São Bernardo do Campo. Proposta de instalação audiovisual "Trabalho, trabalhador, trabalhar". Videowall suspenso, imaginário do mundo do trabalho e diversas visões sobre o que é trabalho.

Fonte: Vitruvius. Disponível em

<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/18.207/6924?page=2>>. Acesso em 22 dez. 2021.

Entretanto, a associação do projeto museológico a um projeto político-partidário, como espaço destinado à celebração pessoal do então presidente da república, conferindo-lhe o apelido de "Museu do Lula" (SILVA, 2009), prejudicou a implantação do Museu. Tal associação começou a ocorrer ainda em 2009, quando se discutia a instalação do memorial no Estádio, em notícias veiculadas por alguns jornais, como "O Diário do Grande ABC", o "Estadão", e "Folha de S.Paulo".

A expressão "Museu do Lula" tornou-se frequente, foram publicadas notícias com manchetes como "São Bernardo irá criar memorial e imortalizar Lula" (SILVA, 2009), "O museu no ABC terá como grande estrela o presidente Lula" (REINA, 2010), "Lula será destaque no Museu do Trabalho e do Trabalhador" (MARTINS, 2011), "Museu do Lula ou do trabalhador? Quem seria o verdadeiro homenageado? Quem é o real beneficiário?" (SARMENTO, 2015). Indicam a visão de que o projeto seria uma ferramenta tendenciosa de homenagem ao movimento sindical brasileiro e a Lula (DANTAS, 2015).

As críticas somaram-se ao prolongamento do tempo de obra, cuja previsão de término seria para 2012, mas se estendeu até 2015, pois estavam paralisadas desde 2013 pelo Tribunal de Contas do Estádio, sob acusação de irregularidades na licitação. E alcançaram o questionamento

²²⁹ Entrevista concedida à autora em 14 de abril de 2021.

sobre a necessidade de um museu com tal temática, como pode ser visto na discussão provocada pelo advogado Leonardo Sarmento no site JusBrasil em 2015.

“É importante ter um "museu do trabalhador"? Creio que não. São Bernardo do Campo está péssima, com trânsito caótico, IPTU alto, ruas esburacadas, enfim... É importante ter um "museu do trabalhador"? questiono novamente? Mais de R\$20milhões para apresentar o quê para quem?”

“Trabalhador não precisa de museus, precisa que seus direitos e garantias fundamentais sejam respeitados, precisa que seus governantes invistam na saúde, educação, etc. Precisa acima de tudo que, fatos como este, se comprovados, levem punição severa a quem estiver envolvido”

“Quantos seriam os visitantes voluntários do tal museu ao ano? Em que eles teriam aumentado sua cultura e conhecimentos? Quanto custaria a manutenção do prédio e do acervo? Quantas salas de aula ou leitos hospitalares poderiam ser feitos e mantidos com tais recursos? Meu Deus, estes PTistas perderam a noção das necessidades do povo e buscam apenas se divinizar” (SARMENTO, 2015)

A partir de 2016 a “Operação Hefesto”, da Operação Lava Jato, foi deflagrada com o objetivo de investigar suspeitas de desvio de verbas na licitação e obras do Museu (MACEDO, 2016). Foram colocados sob suspeição os políticos e empresas envolvidas, mas também a equipe de arquitetos, historiadores e museólogos, acusados de fraudes em procedimentos licitatórios e desvio de recursos públicos (MINISTÉRIO..., 2017). Os meandros do processo envolvendo ataque aos envolvidos com o projeto do museu é nebuloso, tendo ocorrido conduções coercitivas e prisões dos profissionais de arquitetura, história e museus considerados criminosos. Esse enquadramento aos pesquisadores inviabilizou o prosseguimento do projeto, que já se encontrava em estágio avançado.

Nos anos seguintes a ideia de que o Museu seria uma obra do PT para celebrar as glórias do partido continuou sendo propagada pela mídia, em notícias do jornal “Folha de S. Paulo” com manchete como “Candidatos a prefeito em São Bernardo rejeitam museu sobre Lula” (FLORA, 2016). No período eleitoral de 2016 os candidatos Orlando Morando (PSDB) e Alex Manente (PPS) prometeram outras propostas para o espaço, como a instalação de uma fábrica de cultura, por Morando, e uma pinacoteca e um restaurante Bom Prato, por Manente (FLORA, 2016). Ou seja, o que passou a ser rejeitada foi a ideia de um museu do trabalho, pois ambos mantiveram propostas de usos culturais para o espaço. A associação metonímica entre o museu e a figura de Lula ceifou a possibilidade de criar um espaço em que a questão dos trabalhadores da própria cidade fosse abordada.

A mais antiga proposta de museu do trabalho que encontramos foi para o Museu do Trabalho de Porto Alegre, em 1982, como forma de preservação da antiga Usina do Gasômetro contra a demolição. Ainda que a proposta de uso não tenha ido adiante, se formou uma

associação civil com vistas à constituição do Museu, que passou a ocupar galpões da Marinha como sede provisória, onde funciona até hoje como espaço independente (RODRIGUES, 2011). Em São Paulo, uma primeira proposta de museu focando o trabalho surgiu durante a gestão de Luiza Erundina como prefeita da capital, no final dos anos 1980. É interessante perceber que em São Paulo o assunto, surgido no final da década de 1980 voltou à pauta nos municípios da região metropolitana nos anos 2000. Embora sejam dois projetos separados pelo tempo, assemelham-se por terem sido gestados durante gestões do PT, e também pela atuação de Celso Frateschi em Santo André, São Paulo e São Bernardo do Campo.

O ressurgimento da proposta do museu nesta região, especialmente em São Bernardo do Campo, dá condições para refletirmos sobre a dimensão metropolitana das questões identitárias, memoriais e patrimoniais do trabalho e dos trabalhadores no estado de São Paulo. A importância em elaborar um museu com esse tema decorre da observação de sua ausência em um país em que a industrialização fora muito presente, e o trabalho como elemento fundamental na construção de identidades coletivas é negligenciado e desvalorizado (FONTES, 2008a; RODRIGUES, 2011).

A partir de conversas com profissionais envolvidos no projeto, foi possível notar que a equipe de pesquisa teve cuidado com as narrativas que envolviam o tema de forma a elaborar um museu que não poderia deixar de mencionar Lula, mas que não deveria ser um “Museu do Lula”. O principal posicionamento público contra as acusações de celebração à personalidade ocorreu em 2016, por meio da publicação de um artigo escrito pelo historiador Paulo Fontes no jornal “CartaCapital”, como resposta à publicação do jornal “Folha de S. Paulo” (FLORA, 2016). O historiador posicionou-se contrariamente à ideia de que o Museu seria uma iniciativa político-partidária de culto à personalidade. Criticou também os posicionamentos de Orlando Morando e Alex Manente em não dar continuidade ao projeto do museu, entendendo que isto deveria ser um compromisso público (FONTES, 2016).

Em um artigo publicado pela revista “ISTOÉ” em 2019 fica evidente quão importante politicamente foi destruir uma proposta do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores. Intitulada “Adeus Lula”, a despedida de Lula da cena política brasileira foi associada à não consolidação do Museu (ESTEVAM, 2019). Marcando, assim, uma década de veiculação de notícias reiterando a proposta como um projeto político ideológico em celebração à figura de Lula. Em 2020 o ex-prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho e mais 15 pessoas indicadas como réus foram inocentadas das acusações de fraudes (ARAÚJO; LARA, 2020).

Na gestão de Orlando Morando (PSDB, 2017-atual) o projeto político ideológico de apagar as ações do PT na cidade reforçou a associação do Museu à corrupção, culminando na necessidade de abandonar qualquer ideia de uso museológico para o edifício. Obteve apoio do atual governador do estado, João Dória, que o julgou como “museu da inutilidade” (MARTINS,

2019). A partir dessa narrativa e também sob o discurso de que a população demandava outra destinação ao equipamento, atribuíram à Fábrica de Cultura a qualidade de um equipamento voltado a todos.²³⁰ O apego à grandiosidade do edifício e da proposta de uso se manteve, defendido como espaço de “megafábrica” de cultura, onde seria produzida “tecnologia 4.0”, baseada na “economia criativa” (MARTINS, 2019; ESTEVAM, 2019). A finalização das obras do edifício ocorreu em 2020, quando o espaço foi inaugurado como “Fábrica de Cultura 4.0 de São Bernardo do Campo”.



Figura 60. Edificação finalizada, uso atual como Fábrica de Cultura.

Fonte: Fábrica de Cultura. Disponível em

<<https://www.fabricadecultura.org.br/sao-bernardo>>. Acesso em 22 dez. 2021.

Contudo, a pesquisa histórica e o projeto expográfico do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores não se perderam por completo, pois a Base7 transformou-os em um museu virtual. É organizado através dos mesmos quatro módulos previamente pensados, com textos, imagens, mapas, gravações de depoimentos e outras produções audiovisuais que seriam apresentadas no espaço físico do Museu, ajustados para os meios digitais (MEMORIAL DO TRABALHO E DO TRABALHADOR, s.d.).

Considerando que o resultado desse processo foi a deslegitimação de um Museu destinado aos assuntos do trabalho e dos trabalhadores brasileiros, percebemos os reflexos da Operação Lava Jato nas questões da memória nacional. Recuperando o depoimento de Ana Beatriz Pahor sobre a reduzida menção aos fatos históricos que ocorreram no Estádio em escolas ou por ações culturais do município, entenderemos a dimensão de um projeto de desmobilização

²³⁰ A Fábrica de Cultura é um projeto associado aos programa de governo do PSDB, cujo objetivo é oferecer atividades artísticas de acesso gratuito como cursos de iniciação artística, formação em música, dança, teatro, programações de shows, espetáculos teatrais, biblioteca, estúdios de gravação de áudio e vídeo à população (PROGRAMA..., s.d.).

e apagamento do passado operário de São Bernardo do Campo. Os fatos que antes representavam orgulho agora expressam vergonha (informação pessoal).²³¹

Os sujeitos sociais entrevistados para esta pesquisa apresentam visão crítica quanto à não concretização de um espaço que contribuiria com a valorização da memória da cidade. Entendem que fez parte de um projeto de apagamento, desfoque e distorção da história. Ressaltando, inclusive, o viés político do projeto de instalação da Fábrica de Cultura. Segundo o entrevistado Wagner Santana,

“Bastou dizer que a gente ia construir um museu do trabalhador com uso de recurso público, esse museu entrou na lista de alvos preferenciais de tudo quanto é conservadorismo obscurantista da nossa região. E a gente só queria contar nossa história” (informação verbal)²³²

Nem o tombamento e nem o museu se concretizaram. Em que essas duas políticas culturais associadas à valorização da memória se diferenciariam ou se somariam caso fossem concretizadas? A não concretização é uma expressão do “fim do trabalho” no Brasil? Quais os entraves para a elaboração de um museu do trabalho entendido como espaço de construção narrativa coletiva e crítica sobre o trabalho em sua historicidade, tendo os trabalhadores como protagonistas?

Pensar em museus do trabalho e dos trabalhadores toca fundamentalmente as tensões sobre a descrição da vida dos trabalhadores, daquilo que é traumático, socialmente desconfortável e problemático (SMITH, 2006). Enquanto espaços de exposição estes museus dedicados ao trabalho têm grande responsabilidade por aquilo que narram. Entender a exposição como uma “situação de comunicação” (GONÇALEZ, 2018, p. 68), ou seja, que sua existência se dá no momento da visita é uma forma de ratificar o valor da experiência como construtora de significados. Argumento que também usamos para pensar práticas mais abrangentes sobre o patrimônio.

Em ressaltar que a maioria do público visitante dos museus de história do trabalho estudados na Europa e dos EUA era composta por trabalhadores, Smith (2006) observou que os visitantes teciam considerações mais críticas sobre as narrativas oficiais sobre o passado, por entenderem-se no contexto das exclusões. Nestes exemplos os museus tornaram-se ferramentas culturais para que as pessoas lembrassem de suas próprias histórias, sendo a autenticidade emocional tão válida quanto a autenticidade física dos espaços, sua beleza ou monumentalidade.

²³¹ Relato concedido por escrito à autora em abril de 2020.

²³² Entrevista concedida à autora em 27 de abril de 2021.

No MAO a alteração dos responsáveis pela curadoria resultou em transformações sobre a narrativa do museu. A curadoria passou a entender o trabalhador a partir de visão idealizada sobre a classe, um “trabalhador enquanto personagem sem temporalidade, inserção social ou conflito” (GONÇALEZ, 2018, p. 100). Os objetos, os processos produtivos e os produtos apresentam-se a si mesmos, tomando protagonismo no lugar dos trabalhadores, que aparecem de forma despersonalizada, sem rosto, como um tipo único. E assim diluiu-se a ideia de um museu que se democratizaria a partir da exposição voltada ao trabalho (GONÇALEZ, 2018).

No processo de musealização de espaços domésticos também há críticas. Nascimento (2021) observou que o papel feminino na casa é central nas narrativas desses espaços, mas os sinais da emancipação feminina no espaço doméstico são raramente mobilizados nos apartamentos, privilegiando a família nuclear e o papel socialmente definido da mulher como dona de casa. Em uma crítica semelhante à crítica de Gonzalez (2018) ao MAO, a autora entende que esses apartamentos-museus buscaram representar uma síntese das formas de habitar, recaindo em narrativas generalizantes.

Embora entenda que os museus de história social da classe trabalhadora tenham surgido no contexto da desindustrialização, não devem ser entendidos como subsídios para o “fim do trabalho”, mas como ferramenta e compreensão do presente, negociação e renegociações em torno do trabalho na sociedade contemporânea (SMITH, 2006). Porém os exemplos brasileiros demonstram dificuldade de inserir o debate sobre o trabalho em sua historicidade no próprio campo dos museus, ainda que, de fato, observamos que o pensamento sobre a finalidade dos museus do trabalho seja, talvez, tratar de “algo que não existe mais”.

Quando questionados sobre como preservar a memória dos movimentos políticos, os entrevistados concordaram com o tombamento, mas indicam o projeto do Museu do Trabalho e do Trabalhador como principal alternativa de preservação e educação das gerações que não vivenciaram os fatos. É necessário refletir porque o tombamento não foi entendido pelo sindicato ou pelo PT como meio de preservação da memória operária e até mesmo institucional, como algo que eles mesmos pudessem organizar e solicitar. Sem o tombamento e sem o museu como instrumentos que poderiam organizar e viabilizar de modo mais ampliado a discussão de preservação da memória, estas pessoas e instituições realizam seus processos de preservação à sua maneira.

Recuperando um dos comentários escritos no JusBrasil em 2015, “Trabalhador não precisa de museus, precisa que seus direitos e garantias fundamentais sejam respeitados” (SARMENTO, 2005), resta-nos questionar se o direito à memória não é, inclusive, um direito fundamental e qual o papel do patrimônio na defesa desse direito. Aparentemente impertinentes aos museus, o valor cultural do trabalho e a experiência dos trabalhadores urbanos parecem ser também temas impossíveis ao patrimônio.

Considerações finais

O primeiro projeto de elaboração de um Museu do Trabalho e do Trabalhador em São Paulo ocorreu durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, proposta abandonada em razão das questões do tombamento do edifício. A concepção de um museu do trabalhador na antiga residência de um dos mais conhecidos industriais da história do país foi interpretada como uma espécie de vingança de classe organizada pelo governo petista (ROSA, 2018). Ao voltar atrás na proposta de tombamento da Mansão Matarazzo como decorrência de tentativas de demolição do edifício, Carlos Lemos comentou em uma matéria no jornal Folha de S. Paulo,

“[...] preservar um parque e uma casa que, se não merece um tombamento, também não mereceu as bombas de gente assustada, sem saudade e amor à memória de seus antigos. [...] Afinal, acabaram merecendo o castigo esdrúxulo de Erundina” (LEMOS, 1989, p. A.3)

No início dos anos 2000, o Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte demonstrou a problemática quanto à incorporação do tema do trabalho na narrativa expositiva a partir de perspectiva crítica (GONÇALEZ, 2018). Os casos da Brasital e da Nitro Química trazem discussões quanto ao destino das edificações fabris para as quais o uso como centro cultural ou museu são saídas possíveis, ou até mesmo "óbvias", dada sua condição de reconhecimento como patrimônio cultural. E em São Bernardo do Campo, a proposta de instalação de um museu do trabalho inicialmente no Estádio 1º de Maio e, posteriormente, ampliada para um edifício próprio, foi fortemente repelida sob perspectiva política semelhante à do museu proposto anos antes por Erundina.

Ao analisar as narrativas expressas nos museus de história social da classe trabalhadora e compartilhada pelos visitantes, Laurajane Smith (2006) observou que estas visões não estavam presentes na narrativa oficial do patrimônio na Inglaterra. Naqueles museus a capacidade de invocar, significar e se conectar com as experiências sociais das pessoas era a questão chave. O enfoque para a autenticidade de experiências sociais abre uma fronteira para formas não autorizadas de tratar a história dos trabalhadores e oportuniza outra visão sobre o patrimônio a partir de conexões identitárias, afetivas e memoriais.

Os processos de alteração na indústria culminaram na desvalorização histórica do trabalho e dos trabalhadores industriais e urbanos. Estamos diante de um ciclo de acumulação capitalista baseado na desconstrução das relações de trabalho respaldado pela narrativa de invisibilização da figura do trabalhador (ANTUNES, 2020). Rafael Marques, que entrevistamos para esta pesquisa, trabalhou na Fábrica da Ford em São Bernardo do Campo até 2019, quando foi

fechada. Revelou profundo sentimento de perda e clima de preocupação na cidade quanto ao fechamento dessas grandes empresas. Para ele, as marcas da transformação da indústria e do trabalho são sólidas, mas a efetivação dos fechamentos das empresas e a perda dos postos de trabalho colocam em xeque o futuro da região (informação verbal).²³³ Para o trabalhador da Ford em Taubaté entrevistado pelo Fantástico, o uniforme tornou-se o símbolo de uma história a ser guardada como lembrança (TRABALHADORES..., 2021).

Tanto nos exemplos internacionais como na realidade nacional, os museus representam uma alternativa a algo que se estava perdendo, ou se perdera, um recurso à sobrevivência de comunidades industriais e como meio de debate. Embora relacionadas, museus e patrimônio são duas disciplinas distintas. Os museus podem estabelecer práticas de fortalecimento de identidades, memórias, laços sociais, identificação com narrativas de grupos, mas não devem ser entendidos como subsidiários do "fim do trabalho" (SMITH, 2006). Quando, então, a disputa sobre as narrativas do trabalho se torna uma questão para o patrimônio?

Esta pesquisa buscou entender o que constitui o patrimônio do trabalho à luz de reflexões sobre suas representações para os sujeitos sociais, bem como para os órgãos oficiais de patrimônio que atuam no estado de São Paulo, tendo em vista a década de 1980 e os anos 2000 como períodos de ampliação conceitual e de práticas. Para isto, abordamos casos de patrimonialização de espaços produtivos industriais e equipamentos assistenciais construídos entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, que sofreram as transformações do sistema capitalista, tendo sido desativados, abandonados e/ou apropriados pelo Estado, com propostas de conversão de uso, e tornados objetos do campo do patrimônio a partir dos anos 2000. Enfocamos seus processos de tombamento, a bibliografia sobre cada objeto, e realizamos entrevistas com sujeitos sociais, respaldadas pelas discussões do campo da arquitetura, da história social do trabalho e do patrimônio. Buscamos entender as inter-relações, influências e diferenças entre as narrativas sobre cada caso, expressas nos dossiês, ao longo dos processos de reconhecimento oficial, e pelos sujeitos sociais, e assim compusemos uma análise crítica sobre as políticas do patrimônio cultural em São Paulo.

Se no Condephaat o tombamento de bens da industrialização ocorre desde os anos 1970, o caso da Brasital demonstra o esforço do corpo técnico em incorporar visões mais alinhadas à história social do trabalho construída a partir dos anos 2000, para agregar ao campo do patrimônio um conjunto mais diverso daquilo que já havia sido reconhecido como patrimônio industrial. A prática preservacionista demonstrou-se, contudo, contraditória, pois o instrumento voltou-se aos bens entendidos como objetos, não por sua natureza enquanto referência cultural. E em não considerá-los desta forma, tiram os sujeitos sociais do foco da ação preservacionista.

²³³ Entrevista concedida à autora em 22 de abril de 2021.

Consequentemente, a história do trabalho e dos trabalhadores tornou-se complemento da narrativa que valorizou o industrial como monumento.

O caso da Brasital não diz respeito somente ao tempo em que se constituiu como fábrica e as casas foram ocupadas por operários, mas também sobre seus processos de apropriação e sentidos de existência atual. Trata-se de um exemplo de preservação do patrimônio industrial na década de 1980 por meio de iniciativas municipais que não envolveram o campo do patrimônio, pois o Condephaat passou a fazer parte da história do edifício somente a partir dos anos 2000. Desde nossas primeiras visitas ao local nos deparamos com discursos de valorização da permanência daquele espaço por seu potencial de uso como equipamento cultural na cidade. A aquisição e transformação do uso tirou-o da condição de abandono, reforçando vínculos memoriais e identitários fortemente associados ao trabalho, assim como possibilita a criação de novos valores no presente.

Ainda que o tombamento não incida sobre o uso, tema problemático para o patrimônio como um todo, observamos que a narrativa para reconhecimento oficial do edifício se baseia em sua função como tecelagem, na excepcionalidade dos valores arquitetônicos do edifício fabril, e pouco incorpora os trinta anos mais recentes da trajetória do espaço. Nenhum dos agentes envolvidos com este caso questiona o valor arquitetônico, monumental histórico, e memorial dos antigos espaços produtivos da Brasital pela via da excepcionalidade. Enquanto que espaços que serviram de moradia dos trabalhadores suscitam tensões. Com esta problemática, chegamos a dois pontos que anunciam o capítulo seguinte: os desafios sobre a construção de valores para espaços de produção entendidos como espaços representativos para os trabalhadores, e a valorização do tempo passado como justificativa à proteção oficial.

Em São Paulo o tombamento de bens culturais da industrialização também faz parte das ações municipais desde o início da atuação do Conpresp. Mas com a Nitro Química, cujo pedido de tombamento demonstrou-se como recurso à perda de edifícios fabris, observamos o desafio imposto por uma indústria do nacional desenvolvimentismo localizada na periferia da cidade. No órgão municipal, a extensão do complexo industrial, a inexistência de características arquitetônicas das “indústrias padrão” da virada do século XIX para o XX, e o fato de ser uma indústria ativa dificultaram a conceituação do objeto como patrimônio cultural, ainda que a solicitação e o dossiê de tombamento tenham sido elaborados sob uma narrativa que entendia a importância dos componentes humanos deste patrimônio e de sua historicidade.

O processo é permeado de contradições narrativas e interesses particulares que diluíram o valor das dimensões do cotidiano de trabalho, luta, lazer e sociabilidade dos trabalhadores. Ao utilizarmos o conceito de referência cultural para identificar e interpretar o patrimônio para os sujeitos sociais, demonstramos como ele é capaz de ampliar o olhar para o conjunto de símbolos que permeiam o patrimônio, e assim oferecer mais condições para construção de valor sobre o

que poderia ser oficialmente reconhecido. Embora seja um conceito institucionalizado nos anos 2000 no âmbito do patrimônio imaterial no Iphan (FONSECA, 2000), em muito contribuiria para as análises sobre o patrimônio tangível nas diferentes esferas de preservação e para muitos temas ainda pouco contemplados oficialmente.

O caso do Estádio 1º de Maio demonstrou a possibilidade de reconhecimento oficial do protagonismo dos trabalhadores em um espaço fora da fábrica. Além do uso do conceito de lugar de memória, nos oportunizando à abordagem questionadora sobre seu uso no Brasil, o dossiê de tombamento desafia o patrimônio industrial em defender que este objeto também poderia assim ser reconhecido como forma de contornar o reforço à obscuridade do trabalhador reiterada pela categoria. Analisar o caso do Estádio possibilitou reflexão crítica de como, e se, o Iphan lidou com temas do trabalho e da industrialização como parte da ampliação conceitual nos anos 1980. E como os anos 2000 dialogam, ampliam, tensionam ou apaziguam discussões sobre os temas.

Enfocando a Superintendência do Iphan em São Paulo como instância que adquiriu notoriedade em ações a partir dos anos 2000, podemos destacar dois pontos. As questões da industrialização, do patrimônio industrial, da memória do trabalho, do espaço urbano marcado pela presença da indústria, dos galpões, armazéns, vilas operárias, não são objeto de interesse do órgão. Além disso, os entraves ao reconhecimento do Estádio são tanto específicos desta unidade como também refletem outros desafios de ordem federal. Dentre os três casos, é o que permanece sem definição, em instrução desde 2018. Demonstra que não ocorreu uma revisão sobre a capacidade de o tombamento incidir sobre outros objetos cujos valores não são baseados em critérios de anciandade, monumentalidade, e excepcionalidade, como tradicionalmente considerados. Reconhecer o Estádio através do tombamento representaria avanço na prática do Iphan em ampliar sua visão sobre a arquitetura, e proteger um bem cujos valores materiais não se justificam por si, mas pelos fatos sociais associados a eles.

A permanência desses espaços, ainda que não em sua total integridade, como é o caso da Nitro Química, permite que antigos elementos continuem sendo apreendidos e reinterpretados. É possível que as memórias e identidades dos entrevistados estejam ancoradas nessa materialidade existente carregada de sentidos simbólicos que o confirmam como patrimônios culturais. Mas inseridos na prática preservacionista demonstram devolutivas do Estado filtradas por questões técnicas, políticas e narrativas oficiais. O alinhamento dos conselhos de patrimônio às gestões governamentais, formado cada vez menos por setores da sociedade e mais por membros de governo, acabou se sobrepondo às propostas dos grupos solicitantes dos tombamentos e também dos corpos técnicos.

Se na década de 1980 o trabalhador teve papel fundamental no cenário político brasileiro, e suas questões memoriais e identitárias permearam os debates no campo do patrimônio,

abrindo espaço para outros temas, o avanço da política neoliberal nos anos 1990 inviabilizou este processo. No campo do patrimônio a dissolução do trabalhador formal é reforçada com a prática do discurso autorizado, que contribui para a não consideração de suas contribuições ao valor cultural dos bens a serem tombados e nem inserção dos sujeitos sociais nos processos de reconhecimento.

As ações implementadas no Iphan a partir dos anos 2000 representaram uma proposta de atuação do órgão federal de patrimônio. Os autores estudados demonstram que são inegáveis os avanços práticos e conceituais, mas indicam a dificuldade de uso do instrumento do tombamento de forma a superar critérios tradicionais de atribuição de valor aos bens. A desestruturação dos conselhos e o discurso político atual de negação da necessidade de uma instância oficial de preservação do patrimônio cultural demonstram que já estamos distantes daquilo que foi construído na primeira década dos anos 2000.

Ao retornarmos à questão inicial observaremos que, no âmbito das instituições de patrimônio, as práticas preservacionistas pouco avançaram. Nos dois casos já tombados, a Brasital e a Nitro Química, o universo do trabalho como tema e os trabalhadores como sujeitos sociais não apareceram como norteadores dos valores oficiais. Quando presentes são complementares à narrativa da industrialização, e não entendidos como patrimônio do trabalho. Ou seja, os desafios apresentados pelos casos não mobilizaram os órgãos para uma outra lógica preservacionista baseada na compreensão do patrimônio a partir da ação, do fazer, e das referências dos sujeitos, como representativos da democratização do campo.

A problemática da inserção deste tema nos órgãos de patrimônio é estrutural, no sentido de que muito dificilmente encontrará permeabilidade em todas as instâncias até a definição final, demonstrando que os processos de tombamento são, sobretudo, construções estratégicas. De acordo com Marly Rodrigues,

“Atentando, porém, para os resquícios escravistas presentes em nossa sociedade, indago se seria de esperar a valorização do trabalho organizado em moldes capitalistas como um fato cultural, em torno do qual se geram formas diferenciadas de experiência, percepção e representação do mundo e se seria possível esperar a valorização dos espaços fabris como lugares em que, além das relações de trabalho, desenvolvem-se práticas de sociabilidade, de solidariedade e de confronto, todas integrantes da cultura dos trabalhadores” (RODRIGUES, 2010, p. 38)

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com o questionamento sobre a capacidade do instrumento do tombamento tocar a dimensão memorial, afetiva e política do que constitui o patrimônio do trabalho pensado a partir do que ele representa para os trabalhadores. No caso do Estádio a “ausência” de valores arquitetônicos resultou no posicionamento de espera por outro instrumento de reconhecimento. No caso da Brasital, o desafio foi a incorporação de uma

proposta mais ampliada de reconhecimento dos lugares do trabalhador na cidade, sufocada por uma prática de uso do tombamento como instrumento de preservação da materialidade por si mesma.

Embora o tombamento não seja a única narrativa sobre um bem cultural, a autoridade do discurso (SMITH, 2006) dos órgãos influencia a forma como a sociedade vai interagir e interpretar os bens culturais reconhecidos oficialmente. Não reconhecer, por exemplo, as chaminés metálicas da Nitro Química, construídas em período posterior à instalação da fábrica indica predominância da valorização do tempo passado. A proposta de um tombamento que não impedisse a ampliação do setor produtivo, acabou por congelar o tempo ao qual se atribuiu valor.

Por isto, entendemos que a discussão entre tomar ou não tomar não resolve a questão maior, que é a da necessária mudança de interpretação sobre o próprio instrumento. O tema apareceu nas análises mas não teve lugar nos debates dos conselhos e nas resoluções de tombamento, documentos oficiais orientadores de ações sobre o patrimônio. A redução a esses valores práticos corroboram a instrumentalização do tombamento como voltado unicamente à materialidade e é um aspecto que inviabiliza o pensamento da preservação de forma ampliada.

Nos valem de exemplos pontuais que demonstram avanços do campo sobre o tema, como o tombamento da Vila Economizadora, em 1980, e da Vila Maria Zélia, em 1982, pelo Condephaat, da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, em 1992, pelo Conpresp, da Casa de Chico Mendes, em 2008, e dos Bens da Imigração Japonesa em Registro e Iguape, tombados em 2013 pelo Iphan. Mas há um conjunto mais amplo que confirma nossas observações, como o caso das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo na Água Branca nos anos 1980, e o Conjunto Residencial da Mooca (IAPI-Mooca) nos anos 2000. E também os exemplos da Vila Operária em Delmiro Gouveia, em Alagoas, e da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, cujos processos foram indeferidos pelo Iphan.

O que há hoje, em termos de tombamento, são indústrias, fábricas, estações de trem, conjuntos ferroviários, residências e vilas operárias tombadas isoladamente ou em conjunto, que em pouco tocam os aspectos associados à exploração do trabalho e a ação dos trabalhadores enquanto sujeitos. A preservação de áreas industriais têm ocorrido no sentido de reconhecer lugares e histórias a partir da valorização das conquistas tecnológicas e econômicas, como monumentos aos industriais em tombamentos de espaços produtivos. A prevalência dos valores da materialidade e análise da arquitetura por ela mesma lateralizam uma discussão sobre a dimensão humana da industrialização e neutralizam o debate sobre o trabalho industrial. Em conjunto, os três casos aqui estudados demonstram que há um tipo arquitetônico específico de indústrias e fábricas “aceitas” pelo patrimônio oficial, que aqui chamamos de “indústria-patrimônio”. O patrimônio industrial consagra-se dentro de uma proposta de ampliação conceitual de patrimônio em escala mundial nos anos 1980 baseado na iminência de

destruição, o medo da perda, os impactos sociais e memoriais decorrentes da transformação dos modos de produção industrial, mas está preservado a partir da lógica da monumentalidade.

Os emblemáticos casos das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo na Água Branca e da Mansão Matarazzo, demonstraram que a participação do empresariado industrial nas discussões sobre a preservação de suas propriedades é um tema insurgente no campo. Nestes casos os Matarazzo tornaram-se os principais atores do processo de desmonte de seu patrimônio a partir do interesse exclusivo no potencial econômico dos terrenos, buscando barrar os processos de tombamento de diversas formas (RODRIGUES, 2011; LESSA, 2017). Mas em outros exemplos citados, em especial o da Nitro Química, os grandes proprietários têm presença propositalmente ausente ou enigmática. Celebrados como personagens ímpares do progresso urbano, social e econômico nos reconhecimentos oficiais, são os agentes menos interessados na preservação de seu patrimônio construído.

No âmbito dos sujeitos sociais, observamos que para aqueles envolvidos com a Brasital e com a Nitro Química, o patrimônio do trabalho é mobilizado a partir de memórias positivadas e pouco associadas aos aspectos da exploração do trabalho. São a vivência dentro dos espaços de trabalho, o manejo das máquinas, a troca de saberes, a convivência no perímetro fabril composto pela portaria, o refeitório, o armazéns de alimentos. São os gestos, as roupas, os uniformes. O apito da chaminé. As amizades duradouras. Os contatos entre funcionários e chefias facilitando o emprego de várias pessoas da mesma família. O processo de adaptação a um novo local de vida, um novo país, cidade, bairro, casa. A moradia, a divisão interna dos cômodos, a proximidade com a fábrica. O uso da cidade, da casa, da escola, do clube, do campo de futebol, do bar, da igreja, do cinema, da rua, da estação de trem. São as festividades e atividades de lazer organizadas pelas empresas, pelos funcionários, os laços de sociabilidade nas vilas operárias, a ajuda mútua.

Enquanto que para aqueles cujas vidas foram atravessadas pelos fatos ocorridos no Estádio 1º de Maio as memórias da dor e da militância compõem uma identidade e são narrativa condutora dos discursos. São a exploração, os longos turnos, as condições precárias de trabalho, a perseguição política, a organização em função de melhoria salarial, redução de carga horária, direitos à creche, escola primária, a melhores condições de trabalho. Aspectos que afloram em maior medida em torno dos lugares de luta se comparados àqueles voltados aos locais de produção. Ou seja, o que colocou em questionamento o sistema assistencialista e a lógica paternalista, foi o espaço de luta fora da fábrica.

Estas referências possuem significados diferentes para cada entrevistado de acordo com suas experiências individuais e coletivas, trajetórias de vida e gênero. Demonstram a existência e profundidade da “cultura industrial” que sobrevive à indústria (WRAY, 2011), passa por diferentes realidades, e nos fazem questionar as contradições, ou não, na forma como estes grupos têm interpretado os processos de desindustrialização, seja pelas memórias positivadas ou da dor. Nos

mostram as considerações sobre os lugares de memória, sobre inseparabilidade dos aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio, como estão presentes nas reflexões de Pierre Nora (1993), Madeleine Rebérioux (1992), Ecléa Bosi (1994 [1979]), Laurajane Smith (2006), Simone Scifoni (2013, 2015a, 2015c, 2021), Flávia Brito do Nascimento (2015a, 2015c, 2016a, 2019, 2021) e Aline Cruvinel (2020).

Pensar o patrimônio industrial como meio de preservação da memória dos sujeitos sociais que participaram da existência dos bens ao longo do tempo ampliaria sua compreensão para além da celebração, acessaria o campo dos direitos, contribuindo para a valorização da memória do trabalho e dos trabalhadores, e para reflexão crítica do papel da indústria na construção do imaginário paulista e paulistano. De acordo com Laurajane Smith, Paul Shackel e Gary Campbell (2011) o patrimônio industrial está presente em muitos lugares da Europa e nos EUA, mas os eventos, comunidades e lugares constituintes do patrimônio da classe trabalhadora ainda estão sub representados nacional e internacionalmente. Entendemos que isso também acontece na realidade brasileira, e podemos tomar como exemplo a questão do tombamento da habitação operária. As antigas moradias operárias estão, hoje, incorporadas ao tecido urbano, mas são pouco apropriadas como parte da história social do trabalho e do trabalhador, assim como é ainda incipiente a compreensão dos espaços de moradia em transformação (NASCIMENTO, 2021).

É importante pensar se não há, realmente, um valor comum de patrimônio compartilhado entre os moradores em São Roque, ou se a negativa desse valor surge para fazer frente à ideia de direito difuso exposta pelos técnicos, como estratégia para "defender-se do tombamento". Ainda que tenham ocorrido atividades organizadas pelos técnicos em busca da construção de um sentido comum entre dois agentes interessados e responsáveis pela preservação das casas, o processo de tombamento não foi elaborado de forma participativa e o encontro entre técnicos e proprietários aconteceu como um rescaldo, em contexto de forte tensão. Nesse sentido, resta refletir se a narrativa do direito difuso não se conforma como uma reflexão do discurso autorizado do patrimônio, como expresso por Smith (2006). Entender e aceitar a presença de outros moradores deve ser parte da narrativa de compreensão atual sobre o que compõe o patrimônio do trabalho. E a descaracterização, tal como usada pelos moradores/proprietários para defender-se, não pode ser um elemento de desconsideração sobre o valor das casas enquanto patrimônio.

Tais análises também estão presentes na dissertação de Aline Cruvinel (2020), que enfoca o patrimônio do trabalho olhando para o bairro de Bangu no Rio de Janeiro. Pensar o patrimônio do trabalho lhe permitiu a percepção de que o patrimônio industrial, da forma como foi constituído e é operacionalizado, não só não dá conta do trabalho por ser associado à narrativa do progresso, mas também não dá conta de lidar com o trabalho como um processo em

constante mudança, como se explicita atualmente com o trabalho remoto, terceirizado e fragmentado. O patrimônio do trabalho é um tema que desafia o discurso do patrimônio autorizado pelas diferentes materialidades com as quais os sujeitos sociais se identificam, pelos atores envolvidos com os discursos e com a preservação. Acende a discussão sobre a dificuldade de lidar com traumas históricos e passados dolorosos como patrimônio porque são expressões de identidade nacional que questionam versões autorizadas de herança (SMITH, 2006).

Entendemos que hoje a narrativa sobre o trabalho enquanto componente cultural e meio de reivindicação de direitos é protagonizada por coletivos como o Quilombaque, Centro de Memória Queixadas e o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás (CPDOC Guaianás). Suas articulações, projetos e pesquisas têm como ponto de partida os territórios, as identidades e as memórias ligadas ao trabalho na metrópole paulista. Identificam-se com o tema a partir de suas trajetórias pessoais, como trabalhadores e como descendentes de trabalhadores migrantes do interior do Brasil. Em Perus, os coletivos atuam sobre um museu a céu aberto e um centro de documentação próprio, abordando a temática do trabalho e dos trabalhadores da fábrica de cimento a partir da história dos Queixadas. Demonstam apropriação de suas próprias histórias, não aceitando apenas estarem nelas representados, mas como atores em um processo de produção cotidiana (COMUNIDADE..., s.d.; CMQUEIXADAS, s.d.; CENTRO..., s.d.). Estruturante na fala dos coletivos, no patrimônio é tido como tema difícil.

A partir dessas reflexões questionamos se a saída estaria em uma nova categorização, o “patrimônio do trabalho”. Acreditamos em uma necessária mudança de perspectiva e prática sobre a preservação, no sentido de compreensão do patrimônio a partir do fazer, das referências culturais, em um processo de construção coletiva de valores sobre o que, como e para quem preservar. Quem se identifica com o discurso celebrativo da riqueza econômica paulista legitimado pela categoria de patrimônio industrial? A que custos o estado de São Paulo chegou à posição de “locomotiva da nação”? O campo do patrimônio tem se colocado como espaço de questionamento destas narrativas oficiais sobre a história e a arquitetura?

Não incorporar o universo do trabalho ao patrimônio revela uma política estratégica que o relega ao esquecimento, atribuindo somente à memória individual e, cada vez menos, coletiva a tarefa de dar conta do “fim do trabalho”. Pensar em um lugar para este tema no patrimônio é permitir que esses sujeitos tenham espaço compatível com sua importância social. Se os tombamentos da Brasital e da Nitro Química contribuem com a ideia de riqueza e de progresso paulistas advindos da industrialização, os argumentos que subsidiam a consideração do Estádio como patrimônio necessariamente a contradizem.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 351-370.

ALMEIDA, Eneida de. Aspectos teórico-metodológicos da reutilização do patrimônio industrial. Uma apreciação acerca do caso do antigo matadouro municipal, atual sede da Cinemateca Brasileira. In: **VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial**. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2012.

ALONSO, Gema Francisca Masetto. **Ontem, hoje, amanhã**. A história da minha vida. São Roque, 2019.

ANDRADE, Paula Rodrigues. **O patrimônio da cidade**: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Rebeldia do trabalho** - o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.

ANVERSA, Júlia Savaglia. **Gênero e patrimônio**: o Solar da Marquesa de Santos e a memória de Domitila. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. **Produção cultural e revitalização em bairros populares**: o caso de São Miguel Paulista. São Paulo, 1978, (mimeo.).

_____. (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo : Brasiliense/ Secretaria de Estado da Cultura/ CONDEPHAAT, 1984.

ARMELINI, Angela Ines Micheletti da Silva Quintino. **A preservação do patrimônio em Santo André**: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AURELIO, Claudio Rogerio; SCALABRINI, Marina Veiga. Patrimônio e Cidade: "Sobrevivências" do passado em Ribeirão Pires. **Arquitextos**, n. 048, maio de 2004.

AZEVEDO, Aroldo Edgar de. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese (Cadeira de Geografia do Brasil) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1945.

BANDEIRA JUNIOR, Antônio Francisco. **A Indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo, Diário Oficial, 1901.

BARBOUR, Vivian Moreno. **O patrimônio existe?** Os sentidos da Vila Itoororó. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 145-158.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOMTEMPI, Sylvio. **O bairro de São Miguel Paulista**. São Paulo: Oficinas de Artes Gráficas Bisordi S.A, 1970.v. VII. (Coleção História dos Bairros de São Paulo. Prefeitura Municipal - Secretaria da Educação de Cultura).

BONDUKI, Nabil. **Arquitetura e habitação social em São Paulo (1989-1992)**. São Carlos: USP/Escola de Engenharia de São Carlos, 1993.

_____. **Construindo territórios da utopia**: a luta pela autogestão em Projetos Habitacionais em São Paulo 1982/1986. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

BORTOTO, Regina Célia Soares; BEZERRA, Maria Helena Bertolini. Fábrica de Cimento Portland Perus: articulação pedagógica entre movimentos populares e escolas no bairro de Perus. **Revista CPC**, v. 14, n. 27 esp, p. 185-210, 30 ago. 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: TAQ Editor, 1979.

_____. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 3.ed.

BRANDÃO, Marina Chagas. **Patrimônio na agenda do desenvolvimento e o PAC-CH em São Paulo**: estratégias e debates nos anos 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CABRAL, Rebeca Lopes. **Memórias de dor em Buenos Aires**: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CALDEIRA, Jorge. **Votorantim 90 anos**: uma história de trabalho e superação. São Paulo: Mameluco, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. Apresentação: A habitação na aproximação entre universidade, poder público e sociedade. **Revista CPC**, [S. l.], n. 22, p. 05-10, 2017.

CAMARGO, Nádia Aparecida Lopes de. **A geografia das lutas metalúrgicas do ABC na virada dos anos 70 do século XX**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**. Debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CASTRIOTA, Leonardo. Lidando com um patrimônio sensível. O caso de Bento Rodrigues, Mariana MG. **Vitruvius**, ano 20, julho, 2019.

_____ ; SOUZA, Vilmar Pereira de. Um inventário das técnicas construtivas tradicionais brasileiras. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.5, n.12, Jan./Jun.2015.

CASTRO, Sônia Rabello de. O Futuro da Preservação do Patrimônio Cultural Imobiliário Urbano e os Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade. In: CUNHA Filho, Francisco Humberto et all (orgs). **Direitos Culturais – Múltiplas perspectivas**. vol. V. Fortaleza: Ed. UECE. 2021. p. 184 - 218.

_____. Tombamento e Legislação Urbanística: competência e gestão. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (org.). **Revisitando o Instituto do Tombamento**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 1ª ed. 2010, p. 37-49.

CASTRO, Stélia Braga. **Casa de Chico Mendes e o entorno**: formas de consagração e preservação do patrimônio cultural. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

CAVALCANTI NETO, José Rodrigues; CARNEIRO, Fernanda Gilbertoni; GIANNECCHINI, Ana Clara. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **VI Colóquio latino americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial**. São Paulo, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio. In: **O Direito à memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, p.79-103, 2017.

CORREIA, Telma de Barros. Ornato e despojamento no mundo fabril. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 19, n.1, Jun 2011.

_____. **Pedra**: plano e cotidiano operário no Sertão – o projeto urbano de Delmiro Gouveia. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

COSTA, Sabrina Studart Fontenele; OKSMAN, Silvio. Questões contemporâneas do patrimônio cultural. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC**, n. 7, p. 243 - 254, novembro de 2018.

CRUVINEL, Aline Cristina Fortunato. **Patrimônio e classe trabalhadora**: entre o patrimônio industrial e a memória operária no bairro de Bangu. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio Histórico e Cidadania: uma discussão necessária. In: **O Direito à memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992. p. 09-11.

CYMBALISTA, Renato (org.). **Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.

DARVICHE, Yasmin. **Os sentidos patrimoniais na periferia**. Inventário de Referências Culturais para São Miguel Paulista. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. **Patrimônio Edificado do Brás**. Relatório final de Iniciação Científica - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo - 1927-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. Patrimônio Industrial: em busca da sobrevivência. In: **XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Leopoldo: Unisinos. Anais [...], 2007. p. 1-12.

_____. Territórios fabris resilientes: cinco casos a considerar. In: **VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**. São Paulo, 2012.

DOCUMENTÁRIO ILUSTRADO do 3º Centenário de São Roque. **Arquivo Histórico Digital de São Roque**. 1957.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo : Brasiliense/ Secretaria de Estado da Cultura/ CONDEPHAAT, 1984. p. 23 - 58.

FENELON, Déa Ribeiro. Os (des)caminhos da preservação In: **O Direito à memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 211- 225.

FERREIRA, Carlos Alberto Prata. **São Miguel Paulista**, 391 anos, 391 fotos. São Paulo: Editora Do Autor, 2013.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas**: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Desindustrialização e reestruturação do espaço na metrópole de São Paulo: o caso do Jaguaré. In: **XII Encuentro de Geógrafos da América Latina**. Montevideo, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (org). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 59-79.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília, IPHAN/MinC/DID, 2000. p. 11-21.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. LMT#100: Companhia Nitro Química Brasileira, São Paulo (SP). Lugares de Memória dos Trabalhadores. **Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho**, n.100, outubro, 2021.

_____. Museu e História do Trabalho: algumas experiências internacionais. **Perseu**: história, memória e política, n. 02, 2008a.

_____. **Trabalhadores e cidadãos**. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). São Paulo: FGV, 2008b.

_____; CHALHOUB, Sidney. História social do trabalho, história pública. **Perseu**: história, memória e política. São Paulo, n. 04, ano 3, 2009, p. 219-228.

_____; FORTES, Alexandre, MAYER, David. Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. **International Review of Social History**, 62(S25), p. 1-22, 2017.

FRANCISCO, Rita de Cássia. **Construtores anônimos em Campinas (1892-1933)**: fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FREITAS, Pedro Murilo Gonçalves de. A história da cidade como instrumento de projeto e intervenção: o Núcleo Colonial de Ribeirão Pires, um estudo de caso. **Revista CPC**, São Paulo, n.06, maio/outubro 2008.

GAGLIARDI, Clarissa Maria; CARVALHO, Mônica. Devir da fábrica: patrimônio industrial em disputa na zona leste de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material. v. 28, 2020.

GARCIA, Marco Aurélio. Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: **O Direito à memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992. p. 169-174.

GERIBELLO, Denise Fernandes. **A patrimonialização de estruturas industriais**: o caso da Usina de Itatinga. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. **Habitar o patrimônio cultural**: o caso do ramal ferroviário Anhumas-Jaguariúna. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. **Ventos do mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo/Santos: Editora Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALEZ, Sofia. **Museu de Artes e Ofícios**: o trabalho em exposição. Dissertação (Mestrado em Museologia), Interunidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GONÇALVES, Aguinaldo; KLEEB, Suzana Cecília; LEAL, Fátima Regina Talavella. Reconhecimento de paisagens em Santo André, SP, Brasil: uma experiência de inventário de bens culturais. **Revista CPC**, São Paulo, n.12, maio/outubro de 2011.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015.

_____. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 27-46, 2013.

GOUVEIA, Inês. Waldisa Rússio: museologia e política nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-29, 2020.

HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva e o espaço. In: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, 1990. p. 90-111.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Trabalhadores**. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília, IPHAN/MinC/DID, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

_____. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos do restauro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo**. Estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE/IBG, 1971.

LESSA, Ana Lara Barbosa. **Patrimônio como campo de conflitos**: o processo de preservação das Indústrias Matarazzo na Água Branca. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

LESSA, Beatriz Cepelowicz; RIBEIRO, Rafael Winter; GONÇALVES, Renata de Sá. Território e Referências Culturais em Cachoeira. In: CHUVA, Márcia Regina Romeiro (org.). **Rotas da Alforria: trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira**, Bahia. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008. p. 15-88.

LOPES, João Marcos; e LIRA, José Correia Tavares de (org). **Memória, Trabalho e Arquitetura**. Estudos CPC 3. São Paulo: Edusp, 2013.

LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

_____; ALVIM, Rosilene. Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização indústria". In: **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009.

MARICATO, Ermínia. **A proletarização do espaço sob a grande indústria**. O caso de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

MARINS, Paulo César Garcez. “Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, janeiro-abril, 2016.

MATOS, Lucina Ferreira. **Memória ferroviária: da mobilização social à política pública de patrimônio**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Memória nos trilhos: o patrimônio ferroviário e sua contribuição às práticas preservacionistas brasileiras na década de 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-21, 2020.

MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

MENEGUELLO, Cristina; SILVA, Anaxsuell Fernando; RODRIGUES, Wagner do Nascimento. As Ruínas do Futuro e o Novo Patrimônio Industrial - Entrevista com Cristina Meneguello. **CONTEXTO (MOSSORÓ)**, v. 4, p. 249-255, 2013.

MENEGUZZI, Clarissa Rech. **Construir no construído: o caso da fábrica Fiat Lingotto**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A Cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: **Patrimônio: atualizando o debate**. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 31-53, 2006.

_____. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafio, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. v.02. Brasília-DF: Iphan, p. 127-135, 2009.

_____. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99.

_____. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **CJ Arquitetura**, v. 19, p. 45-46, 1978.

_____. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio e Histórico e Artístico Nacional**, v. 36, p. 39-52, 2017.

MONEGATTO, Karina Raimo Benassi. **Do artífice ao peão: a constituição e a quebra do reconhecimento do trabalhador da construção civil - referencial teórico e histórico**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOTTA, Lia. Notas sobre o IPHAN na década de 2000. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 317-328.

_____. **Patrimônio urbano e memória social:** práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990. Dissertação (Mestrado) - UniRio, Rio de Janeiro, 2000.

MUNIZ, Claudia Andreoli. **Os cortiços no patrimônio:** projetos, estratégias e limites nas práticas do Departamento do Patrimônio Histórico na Bela Vista, em São Paulo, nos anos 1980. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

NAHAS, Patricia Viceconti. **Antigo e novo nas intervenções em pré existências históricas:** a experiência brasileira (1980-2010). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. A arquitetura moderna e o Condephaat no desafio das práticas seletivas. **Revista CPC**, v. 13, n. 26esp, out/dez. 2018a, p. 116-140.

_____. A década de 1980 em debate: novas fronteiras do patrimônio cultural no Brasil. In: Arqmemória 5, 2017, Salvador. In: **V Encontro Internacional do sobre Preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador, 2017. Anais [...]. Salvador: IAB-BA, 2017.

_____. Ao sul do Corredor Cultural: moradia e patrimônio na área central do Rio de Janeiro durante a década de 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-39, 2020.

_____. **Blocos de memórias:** habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2016a.

_____. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: debates e combates pelo patrimônio cultural urbano nos anos 1970/*Cultural Corridor of Rio de Janeiro: debates and combats for the urban culture heritage in the 1970s*. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 117-139, 2018b.

_____. **Cotidiano conjunto.** Domesticidade e patrimonialização da habitação social moderna. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

_____. Habitar o presente, construir o passado: história oral e patrimônio nos conjuntos residenciais modernos em São Paulo. **Arq. Urb.**, n. 26, p. 117-137, setembro - dezembro de 2019.

_____. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 3, p. 121-147, dez 2016b.

_____; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Introdução. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.28, p. 1-12, nov 2020.

_____; SCIFONI, Simone. Condephaat 50 anos. **Revista CPC**, v. 13, n. 26esp, p. 5-19, out/dez. 2018.

_____. Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia. **Memória em Rede**. Pelotas, v. 7, n. 13, p. 69-82, julho/dezembro 2015a.

_____. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**. Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan/mar. 2015b.

_____. Paisagem cultural: trabalho e cotidiano da imigração japonesa no Vale do Ribeira/São Paulo. **ID Identidades Território Projeto e Patrimônio**, v. 2, p. 26-51, dez. 2015c.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

_____. A preservação de lugares controversos: a atuação do órgão de preservação do patrimônio em São Paulo. In: **IV Jornadas Espacios, lugares y marcas territoriales de la violencia política y la represión estatal**. Buenos Aires, 2013.

_____. Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural. **arq.urb**, n. 26, p. 61-79, 1 set. 2019.

_____; ZAGATO, José Antônio Chinelato. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista. **Revista CPC**, v. 13, 2018, p. 162-190, n. 26esp.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-28, 1993.

_____. **Les Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. **A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de (org). **Memória Ferroviária e Cultura do Trabalho: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. v.2.

PADUA, Rafael Faleiros de. **Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Refletindo sobre a desindustrialização em São Paulo. **Confins. Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n. 7, 2009.

PAIVA, Marcelo Cardoso de. **Fabricando o patrimônio municipal**. As ações de preservação do COMPAHC de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. **O Brasil segundo o IPHAN: a preservação do patrimônio cultural brasileiro durante a gestão de Gilberto Gil no MinC (2003-2008)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. Políticas municipais de preservação: perspectivas de participação social na proteção do patrimônio cultural. **Revista Memorare**. Tubarão: Unisul, v.4, n.1, p. 93-119, jan/abr, 2017.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 53-101.

PARETO JÚNIOR, Lindener. **Pândegos, rábulas, gamelas**: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960). Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

PASSARELLI, Silvia Helena Facciolla. **Proteção da paisagem ferroviária**: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. ; ALVES, Luiz Roberto. Patrimônio cultural: valores e visões na região do Grande ABC. In: **ENAPEGS, V Encontro Anual de Pesquisadores em Gestão Social**. Florianópolis, 2011.

PEIXOTO, Elane Ribeiro. Um ponto de vista acerca do patrimônio industrial. **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], n. 17, p. 88-101, 2005.

PEREIRA, Danilo. **Cidades Patrimônio**. Uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. **Paisagem como patrimônio**: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PISSATO, Catherina Sarantto de Paula. **Tombamento e gestão em Iguape/SP**: políticas do patrimônio cultural nos anos 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PISTORELLO, Daniela. **O Brasil da diversidade?**: patrimônio e paisagem cultural no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, 1989.

POROGER, Felipe Arrojo. **A São Paulo que o cinema inventou**: representações urbanas da metrópole nos filmes, 1949-1968. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**: Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010). Brasília: Iphan. Ministério da Cultura, 2012.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade**: práticas de preservação em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2013.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE. **Brasital 115 anos**. Mostra de artes . Divisão de Cultura. São Roque, 2005.

PROCHNOW, Lucas Neves. **O Iphan e o patrimônio ferroviário**: a memória ferroviária como instrumento de preservação. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

REBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: **O Direito à memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992. p. 47-56.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores - trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia** (1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil, v.3).

ROCHA, Antônia Sarah Aziz. **O bairro à sombra da chaminé**. Um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Cia Nitro Química de São Miguel Paulista (1935-1960). Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. **Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo - São Roque**. 2.ed. São Paulo, Condephaat, 2005.

RODRIGUES, Angela Rosch. Patrimônio industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo. **Revista CPC**, n. 14, p. 30-56, 7 out. 2012.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. Patrimônio cultural e território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 78, p. 45-76, 2017.

RODRIGUES, Jaime. Do Museu inexistente. In: **XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011. Anais [...]. São Paulo, 2011, p. 1 - 21.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, Universidade São Judas Tadeu, n. 3, p. 31-40, 2010.

_____. Passados 50 anos... **Revista CPC**, v. 13, n. 26esp, p. 20-44, out/dez. 2018.

ROSA, Thales Marreti. **O concurso de ideias para o Bexiga (1989-1992)**: considerações sobre as relações entre patrimônio cultural, planejamento urbano e participação democrática. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROSSI, Anicleide Zequini. **O quintal da fábrica**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do CONDEPHAAT (1968-2018). **arq.urb**, n. 26, p. 44-60, 1 set. 2019.

_____. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais.** São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. **A Cidade-Atração:** a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 1990. Salvador: Edufba, 2017.

SANTOS, Gustavo Marques do. **Ciclos imobiliários da verticalização paulistana:** indícios, condicionantes e caracterização. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Joaquim Silveira. **São Roque de outrora.** São Roque: Merlot Comunicação, 2010.

SÃO ROQUE: **TRÊS DÉCADAS DE CONQUISTAS.** Uma retrospectiva histórica. Sem data.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 2019.

_____. Lugares de Memória dos Trabalhadores - Vila Maria Zélia. Rio de Janeiro: **Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho**, 2021.

_____. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **GEOUSP: Espaço e tempo**, n. 33, São Paulo: Departamento de Geografia - USP, p. 98 - 110, 2013.

_____. O patrimônio como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **O verde do ABC:** reflexões sobre a questão ambiental urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Tombamento e participação social: experiência da Vila Maria Zélia, São Paulo-SP. **Revista CPC**, n. 22, p. 176-192, 20 abr. 2017.

SILVA, Sérgio Luiz de Cerqueira. **Crise e ajuste da indústria da Grande São Paulo - 1980/1993:** um estudo do caso da região do ABC. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

SILVEIRA, Ayr (realização). **Projeto Memória.** O retrato de São Roque no século XX. São Roque: Sambei Editoração, 1989.

SMITH, Laurajane. *El "espejo patrimonial".¿ Ilusión narcisista o reflexiones múltiples?.* **Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología**, n. 12, p. 39-63, 2011.

_____. **Uses of Heritage.** Londres: Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

SMITH, Laurajane; SHACKEL, Paul A.; CAMPBELL, Gary (org.). **Heritage, labour, and the working classes.** Londres: Routledge, 2011.

_____. *Introduction: Class Still Matters.* In: SMITH, Laurajane; SHACKEL, Paul A.; CAMPBELL, Gary (org.). **Heritage, labour, and the working classes.** Londres: Routledge, 2011. p. 1-16.

SMITH, Laurajane; CAMPBELL, Gary. *Don't mourn organize: heritage, recognition and memory in Castleford, West Yorkshire*. In: SMITH, Laurajane; SHACKEL, Paul A.; CAMPBELL, Gary (org.). **Heritage, labour, and the working classes**. Londres: Routledge, 2011. p. 85-105.

SOARES, Moisés Julierme Stival. **O espaço do patrimônio na "cidade-modelo"**: instrumentos, práticas e conflitos no Centro Antigo de Curitiba. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Lara Melo. **Chaminés e arranha-céus**: uma abordagem sobre o processos e prática da preservação na metrópole paulista. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONAKI, Luciana Lepe. **A Companhia Nitro Química Brasileira**: indústria e vila operária em São Miguel Paulista. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. **Zonas de Conflito?** Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo. 1975-2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TOURINHO, Andréa de Oliveira, e RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p. 70-91, jul./dez. 2016.

VALDERRAMA, Berna Bruit; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. Novos usos e significados das vilas operárias da antiga fábrica Brasital . **Revista CPC**, n. 5, p. 53-75, 1 abr. 2008.

VOTORANTIM QUÍMICA. **Nitro Química. 70 anos**. São Paulo: DBA, 2005.

WOLFF, Silvia. Visitando a trajetória ou (re)produzindo o passado do Condephaat. **Revista CPC**, v. 13, n. 26 esp, p. 45-62, 2018.

WRAY, David. *Images, icons and artefacts: maintaining an industrial culture in a post-industrial environment*. In: SMITH, Laurajane; SHACKEL, Paul A.; CAMPBELL, Gary. **Heritage, labour, and the working classes**. Londres: Routledge, 2011. p. 106-118.

ZAGATO, José Antônio Chinelato. **Governos locais, participação social e patrimônio cultural**: análise da experiência de Iguape na preservação de seu conjunto urbano tombado. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2017.

Sites e reportagens

ACONTECEU: Brasital S.A. está com os portões fechados. **O Democrata**, São Roque, 22 ago. 1970.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. Para que servem afinal os conselhos de patrimônio? **Nexo Jornal**, São Paulo, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Para-que-servem-afinal-os-conselhos-de-patrim%C3%B4nio>>. Acesso em 11 nov. 2021.

ARAÚJO, Glauco; LARA, Wallace. Justiça inocenta ex-prefeito do PT Luiz Marinho e mais 15 por fraude e desvios de recursos do Museu do Trabalhador. **G1**, São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/17/justica-federal-inocenta-ex-prefeito-do-pt-luiz-marinho-e-mais-15-por-fraude-e-desvios-de-recursos-do-museu-do-trabalhador.g.html>>. Acesso em 18 mai. 2020.

ARQUIVO Histórico Digital de São Roque. Disponível em: <<http://www.arquivosaoroque.com.br>>.

BASE7. Disponível em: <<http://www.base7.com.br/home/>>.

BRISOLA, Sérgio. Chaminé da antiga fábrica do Açúcar União. **Descubra Sampa**. São Paulo, 10 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.descubrasampa.com.br/2018/11/chamine-da-antiga-fabrica-do-acucar-uniao.html>>. Acesso em 22 dez. 2021.

CARTA aberta de professores da FAU mostra preocupação contra a concessão do ginásio Ibirapuera. **Labcidade**, São Paulo, 24 de novembro de 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/carta-aberta-de-professores-da-fau-mostra-preocupacao-contra-a-privatizacao-do-ginasio-ibirapuera/>>. Acesso em 08 jun. 2021.

CENTRAL Leste Notícias. Disponível em: <http://itaimpaulista.com.br/portal/index.php?secao=news&id_noticia=2615&subsecao=16>. Acesso em 18 mai. 2017.

CENTRO de Memória de São Bernardo do Campo. Disponível em: <<https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/centro-de-memoria-de-sao-bernardo-do-campo>>

CENTRO de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás. Página inicial. Facebook: Cpdoc Guaianás. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cpdocguaianasoficial>>. Acesso em 14 fev. 2022.

CENTRO Municipal de Educação Adamastor. Disponível em: <<http://grucultura.guarulhos.sp.gov.br/espaco/13241/>>. Acesso em 23 set. 2019.

CESAR, Pedro; LEÃO, Victor. A história de luta do Estádio 1º de Maio. **A Verdade**. 31 de maio de 2018. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2018/05/a-historia-de-luta-do-estadio-1o-de-maio/>>. Acesso em 22 dez. 2021.

CINCO curiosidades sobre o Sesc Belenzinho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, novembro, 2015. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cinco-curiosidades-sobre-o-sesc-belenzinho,1794880>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CMQUEIXADAS - Centro de Memória Queixadas. Página inicial. Instagram: @cm_queixadas. Disponível em: <https://www.instagram.com/cm_queixadas/?hl=pt-br>. Acesso em 14 fev. 2022.

COM MUITA emoção, povo de S. Roque retomou patrimônio da Brasital. **O Democrata**, São Roque, 9 mai. 1987.

COMUNIDADE Cultural Quilombaque. Página inicial. Facebook: Comunidade Cultural Quilombaque. Disponível em: <https://www.facebook.com/quilombaque/?ref=page_internal>. Acesso em 14 fev. 2022.

CONGER, Kate. Funcionários da Google nos EUA criam sindicato e contrariam a empresa. **Estadão**, São Paulo, 06 jan. 2021. Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,funcionarios-do-google-nos-eua-criam-sindicato-e-contrariam-a-empresa,70003571648>>. Acesso em 29 dez. 2021.

CONSELHO do Condephaat é empossado em cerimônia na Secretaria. **Secretaria da Cultura e Economia Criativa**, São Paulo, Junho, 2019. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/conselho-do-condephaat-e-empossado-em-cerimonia-na-secretaria-de-cultura-e-economia-criativa/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

DANTAS, Humberto. A pauta é do leitor. **Estadão**, São Paulo, 01 jun. 2015. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/humberto-dantas/a-pauta-e-do-leitor/>>. Acesso em 18 mai. 2020.

DARCY PENTEADO. Guia das Artes. sem data. Disponível em: <<https://www.guiadasartes.com.br/darcy-penteado/biografia>>. Acesso em 03 jun. 2021.

“ENTREGADOR ANTIFASCISTA” crítica precarização do trabalho e omissão de veículos da imprensa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/entregador-antifascista-critica-precarizacao-do-trabalho-e-omissao-de-veiculos-da-imprensa.shtml>>. Acesso em 29 dez. 2021.

ERUNDINA, Luiza. In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luisa-erundina-de-sousa>>. Acesso em 25 nov. 2021. Verbetes da Enciclopédia.

ESPAÇO Fábrica São Luiz terá "Feira das Velharias" nesse domingo. **Itu Turismo**. Itu, 7 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.itu.com.br/turismo/noticia/espaco-fabrica-sao-luiz-tera-feira-das-velharias-ness-domingo-20190607>>. Acesso em 21 dez. 2021.

ESTEVAM, Walter. Orlando publica edital para iniciar Fábrica de Cultura. **ABC Repórter**, 29 mar. 2019. Disponível em: <<https://abcreporter.com.br/2019/03/29/orlando-publica-edital-para-iniciar-fabrica-de-cultura>>. Acesso em 18 mai. 2020.

EUROPEAN Route of Industrial Heritage (ERIH). Disponível em: <<https://www.erih.net/about-erih>>. Acesso em 14 jun. 2021.

EXPEDITO Soares (Ex-Parlamentar). In: **ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo**. São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300126>>. Acesso em 19 abr. 2021.

FLORA, Kátia. Candidatos a prefeito em São Bernardo rejeitam museu sobre Lula. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 set. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1811946-candidatos-a-prefeito-em-sao-bernardo-rejeitam-museu-sobre-lula.shtml>>. Acesso em 18 mai. 2020.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. Por um Museu do Trabalho e dos trabalhadores em São Bernardo do Campo. **Carta Capital**, São Paulo, 16 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-um-museu-do-trabalho-e-dos-trabalhadores-em-sao-bernardo-do-campo/>>. Acesso em 18 mai. 2020.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/>>.

FPA realiza debate sobre políticas de preservação da memória e do patrimônio. **Fundação Perseu Abramo**. 21 set. 2018. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2018/09/21/fpa-realiza-debate-sobre-politicas-de-preservacao-da-memoria-e-do-patrimonio/>>. Acesso em 01 out. 2021.

GALIONI, Cesar. A fábrica da Ford no ABC: uma novela em 4 atos. **Nexo**, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/06/17/A-f%C3%A1brica-da-Ford-no-ABC-um-a-novela-em-4-atos>>. Acesso em 29 dez. 2021.

GEOSAMPA. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa Fábricas de Cultura. **Secretaria da Cultura**, São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://www.fabricasdecultura.org.br/programa-fabricas-de-cultura/>>. Acesso em 10 set. 2021.

GREVE PARCIAL. **O Sãoroquense**. São Roque, ano IIIV, n. 365, 12 dez. 1909.

GUTO ISSA COBRA DO PREFEITO ações contra destruição do patrimônio histórico do município e reativação do CONPREHA. **Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque**. 16 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.camarasaoroque.sp.gov.br/noticias/guto-issa-cobra-do-prefeito-acoes-contra-d-estruicao-do-patrimonio-historico-do-municipio-e-reativacao-do-conpreha>>. Acesso em 03 jun. 2021.

HISTÓRIA Oral - PT 40 anos. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLtsJqckMj3D5C5COIb5tGC_0cl_JONqh1>.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Como articular um breque à dominação dos apps. **Outras mídias**, 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-articular-um-breque-a-dominacao-dos-apps/>>. Acesso em 29 dez. 2021.

LABORATÓRIO de Estudos dos Mundos do Trabalho (LEHMT). Disponível em: <<https://lehmt.org/>>. Acesso em 29 dez. 2021.

LAUTERJUNG, Fernando. Morre o cineasta e gestor público Leopoldo Nunes. **Tela Viva**. 26 de maio de 2020. 2020. Disponível em: <<https://telaviva.com.br/26/05/2020/morre-o-cineasta-e-gestor-publico-leopoldo-nunes/>>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

LEMOS, Carlos. A casa dos Matarazzo. **Folha de S. Paulo**, Opinião, São Paulo, 25 abr. 1989, p. A.3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10579&anchor=4089280&origem=busca&originURL=&pd=0761b9e4000370792afa78c06730ce8a>>. Acesso em 09 set. 2021.

LINHA de Montagem. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra70108/linha-de-montagem>>. Acesso em: 26 de agosto de 2021. Verbete da Enciclopédia.

LISTA de bens tombados pelo Compahc. Disponível em:
<<https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/benstombados>>. Acesso em 09 set. 2021.

LISTA de bens tombados pelo Condephaat. Disponível em:
<<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em 09 set. 2021.

LISTA de bens tombados pelo Conpresp. Disponível em:
<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>>. Acesso em 12 mar. 2021.

LISTA do Patrimônio Cultural Ferroviário. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>>. Acesso em 23 set. 2021.

LISTA do Patrimônio Mundial da Unesco. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em 12 dez. 2021.

MACEDO, Fausto. Operação aponta desvios de R\$ 7,9 milhões no Museu do Trabalhador. **Estadão**, São Paulo, 13 dez. 2016. Disponível em:
<<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/operacao-aponta-desvios-de-r-79-milhoes-no-museu-do-trabalhador/>>. Acesso em 18 mai. 2020.

MARTINS, Ana Carolina. Secretário de Cultura recebe presidente do Iphan. **Prefeitura de São Bernardo do Campo**. 19 de março de 2010. Disponível em:
<https://www.saobernardo.sp.gov.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.saobernardo.sp.gov.br%2Fweb%2Fweb%2Fbusca%3Fp_auth%3DskofPeKj%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=212514&_101_type=content&_101_urlTitle=secretario-de-cultura-recebe-presidente-do-iphan&inheritRedirect=true>. Acesso em 26 ago. 2021.

MARTINS, Fábio. Museu para inutilidade será megafabrica até julho, diz Dória. **Diário do Grande ABC**, Grande ABC, 02 out. 2019. Disponível em:
<<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3140159/museu-para-inutilidade-sera-megafabrica-ate-julho-diz-doria>>. Acesso em 18 mai. 2020.

MARTINS, Magno. Lula será destaque no Museu do Trabalho e do Trabalhador. **Blog do Magno**. 06 abr. 2011. Disponível em:
<https://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=76477&pagina=11863>. Acesso em 18 mai. 2020.

MEDICI, Ademir. São Caetano ensaia o Museu do Trabalho e do Trabalhador. **Diário do Grande ABC**, Grande ABC, 29 mar. 2010. Disponível em:
<<https://www.dgabc.com.br/Noticia/424681/sao-caetano-ensaia-o-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador>>. Acesso em 18 mai. 2020.

MEMORIAL do Trabalho e do Trabalhador. Disponível em: <<http://mttvirtual.org/>>. Acesso em 16 set. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Op. Hefesta: MPF em São Bernardo do Campo/SP denuncia 22 pessoas por fraudes e desvio de recursos do Museu do Trabalhador. **JusBrasil**, 2017. Disponível em:
<<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/477772019/op-hefesta-mpf-em-sao-bernardo-do-campo-sp-denuncia-22-pessoas-por-fraudes-e-desvio-de-recursos-do-museu-do-trabalhador>>. Acesso em 18 mai. 2021.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. A intervenção do MP em ações cíveis envolvendo o patrimônio cultural. **Consultor Jurídico**, 9 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jan-09/ambiente-juridico-intervencao-mp-acoes-civeis-envolvendo-patrimonio-cultural>>. Acesso em 12 fev. 2021.

MELLO, Silvia. Socialistas lideram greve na tecelagem. **Blog Andiamo...Memória Italiana em São Roque**, junho, 2011. Disponível em: <<http://andiamomemoriaitalianaemsr.blogspot.com/2011/06/socialistas-lideram-greve-natecelagem.html>>. Acessado em 18 jun. 2018.

_____. Tecelãs italianas geram nova greve. **Blog Andiamo...Memória Italiana em São Roque**, junho, 2011. Disponível em: <<http://andiamomemoriaitalianaemsr.blogspot.com/2011/06/tecelas-italianas-geram-nova-greve.html>>. Acessado em 18 jun. 2018.

MOLINERO, Bruno. Tatuapé prepara sua versão da Berrini com hotéis, lojas e pequenos apartamentos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, março, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2018/03/1960910-tatuape-prepara-sua-versao-da-berrini-com-hoteis-lojas-e-pequenos-apartamentos.shtml>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MOREIRA, Jéssica. Dos Queixadas à Vala Clandestina: resistências e resquícios da ditadura em Perus (SP). **Memorial da Resistência de São Paulo**. Disponível em: <<http://memorialdarestenciasp.org.br/nos-mulheres-da-periferia-perus/>>. Acesso em 22 dez. 2021.

MUSEU de Artes e Ofícios de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://mao.org.br/>>.

MUSEU do Trabalho e dos Trabalhadores. **Vitruvius**, Projetos, ano 18, março, 2018. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/projetos/18.207/6924>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

_____. O tombamento do Ginásio do Ibirapuera: a cidade como negócio e o patrimônio como farsa. **Jornal da USP**, São Paulo, 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/o-tombamento-do-ginasio-do-ibirapuera-a-cidade-como-negocio-e-o-patrimonio-como-farsa/>>. Acesso em 04 jun. 2021.

MUSEU do Trabalho e dos Trabalhadores Virtual. Disponível em: <<http://mttvirtual.org/>>.

NITRO Química. Disponível em: <<https://www.nitroquimica.com.br/a-nitro>>.

OKSMAN, Silvio. O conjunto esportivo do Ibirapuera e os processos de decisões sobre a cidade. **Labcidade**, São Paulo, 03 de dezembro de 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/o-conjunto-esportivo-do-ibirapuera-e-os-processos-de-decisoes-sobre-a-cidade/>>. Acesso em 08 jun. 2021.

O MARAVILHOSO Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. **Mineiros na Estrada**. 7 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.mineirosnaestrada.com.br/museu-de-artes-e-oficios/>> Acesso em 22 dez. 2021.

PRIVATIZAÇÃO do Ibirapuera é suspensa pela Justiça de São Paulo. **Rede Brasil Atual**. 18 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/12/privatizacao-ibirapuera-suspensa-justica/>>. Acesso em 08 jun. 2021.

REINA, Eduardo. São Bernardo vai construir o Museu do Trabalhador. **Estadão**, São Paulo, 25 nov. 2010. Disponível em:
<<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/eduardo-reina/sao-bernardo-vai-construir-o-museu-do-trabalhador/>>. Acesso em 18 mai. 2020.

ROLNIK, Raquel. Quem quer a destruição do ginásio do Ibirapuera? Eu não... e você?. **Labcidade**, São Paulo, 04 de dezembro de 2020. Disponível em:
<<http://www.labcidade.fau.usp.br/quem-quer-a-destruicao-do-ginasio-do-ibirapuera-eu-nao-e-voce/>>. Acesso em 08 jun. 2021.

ROMANO, Roberto. Dell'Acqua, Enrico. **Dizionario Biografico degli Italiani**. 1988, v. 36. Disponível em:
<http://www.treccani.it/enciclopedia/enrico-dell-acqua_%28Dizionario-Biografico%29/>. Acesso em 14 mai. 2021.

ROUBICEK, Marcelo. O papel de incentivos fiscais na indústria automobilística. **Nexo**, São Paulo, 16 jan. 2021. Disponível em:
<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/01/16/O-papel-de-incentivos-fiscais-na-ind%C3%BAstria-automobil%C3%ADstica>>. Acesso em 29 dez. 2021.

SÃOMIGUEL Paulistablogspot. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/S%C3%A3omiguel-Paulistablogspot-587612101268493/>>.

SARMENTO, Leonardo. Museu do Lula ou do trabalhador? Quem seria o verdadeiro homenageado? Quem é o real beneficiário?. **JusBrasil**. 2015. Disponível em:
<<https://leonardosarmento.jusbrasil.com.br/artigos/209669926/museu-do-lula-ou-do-trabalhador-quem-seria-o-verdadeiro-homenageado-quem-e-o-real-beneficiario>>. Acesso em 12 dez. 2020.

SILVA, Beto. São Bernardo irá criar memorial e imortalizar Lula. **Diário do Grande ABC**, Grande ABC, 13 mar. 2009. Disponível em:
<[https://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(3o10140q40fdagcpn2vlbnvj\)\)/Noticia/927638/sao-bernardo-ira-criar-memorial-e-imortalizar-lula](https://www.dgabc.com.br/(X(1)S(3o10140q40fdagcpn2vlbnvj))/Noticia/927638/sao-bernardo-ira-criar-memorial-e-imortalizar-lula)>. Acesso em 18 mai. 2020.

SINDICATO dos Químicos de São Paulo. Disponível em:
<<http://linhadotempo.quimicosp.org.br/noticia/nitro-quimica-responde-por-saude-de-funcionariosalec?index=27>> Acesso em 10 abr. 2017.

SOUZA, Eduardo. Conheça o projeto do Museu do Trabalho e do Trabalhador, de Brasil Arquitetura. **ArchDaily Brasil**. 4 de abril de 2018. Disponível em:
<<https://www.archdaily.com.br/br/891910/conheca-o-projeto-do-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador-de-brasil-arquitetura>>. Acesso em 22 dez. 2021.

TAVARES, César. Vila Operária: 258 casas. **Amigos de Delmiro Gouveia**. 9 de setembro de 2010. Disponível em
<<http://amigosdedelmirogouveia.blogspot.com/2010/09/vila-operaria-258-casas.html>> Acesso em 22 dez. 2021.

TERMOS de Ajustamento de Conduta firmados. **Portal da Transparência**. sem data. Disponível em:
<<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/atividade-fim/termos-de-ajustamento-de-conduta#:~:text=O%20termo%20de%20ajustamento%20de,e%20evitar%20a%20a%C3%A7%C3%A3o%20judicial>>. Acesso em 29 jan. 2021.

TOMBAMENTO do Sesc Pompeia (SP) é aprovado. **Iphan**. Março, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1219>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

TRABALHADORES da Ford protestam contra fechamento de fábrica em Camaçari. **G1**, Bahia, 12 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/01/12/trabalhadores-da-ford-protestam-contrafechamento-de-fabrica-em-camacari.ghtml>>. Acesso em 29 dez. 2021.

WORKLAB - International Association of Labour Museums. Disponível em: <<https://www.facebook.com/WORKLABmuseums/>>. Acesso em 16 out. 2021.

YANG, Philip. O complexo do Ibirapuera e a 'guerra fria' em São Paulo. **Nexo Jornal**. São Paulo, 04 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/O-complexo-do-Ibirapuera-e-a-%E2%80%99guerra-fria%E2%80%99-em-S%C3%A3o-Paulo>>. Acesso em 08 jun. 2021.

Fontes documentais

BASE7. **Plano Museológico. Museu do Trabalho e dos Trabalhadores**, São Bernardo do Campo. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://mttvirtual.org/pesquisa>>. Acesso em 01 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em 13 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11483.htm>. Acesso em 13 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em 23 ago. 2021.

CAU/BR. **Carta-Aberta à Sociedade e aos (às) Candidatos (as) nas Eleições Municipais de 2020 – Um projeto de cidades pós-pandemia**. 2020. Disponível em: <www.caubr.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F08%2FCarta-aberta31082020.pdf&clen=351637&chunk=true> Acesso em 21 ago. 2021.

COMPAHC. **Inventário dos Bens Culturais de São Bernardo do Campo**. 2002.

COMPAHC. **Inventário dos Bens Culturais de São Bernardo do Campo**. 2012.

COMPAHC. **Processo n.º 5804/1999. Tombamento da Torre Elni**. 1999.

COMPAHC. **Processo n.º SB 020343/2015-69. Tombamento do Estádio 1º de Maio**. 2015.

CONDEPHAAT. **Ata n.º 1838, da Sessão Ordinária realizada em 06.06.2016**. 2016.

CONDEPHAAT. **Estudo em conjunto de Oito Indústrias Têxteis com processos na unidade.** 2012.

CONDEPHAAT. **Oficina de Patrimônio.** Ciclo 2. Etapa: São Roque. Novembro, 2017.

CONDEPHAAT. **Processo n.º 59254. Estudo de tombamento da antiga fábrica têxtil Brasital, localizada na Av. Aracá, n.º 250; Antiga Vila de operários da Fábrica Brasital, localizadas à Av. Santa Rita, n.ºs 148/164/168/184 206/226; Rua: Jamil Chad, n.ºs 10/20/40/60/5/15/25/35/45; Rua: Pedro Dante Pieroni, n.ºs 10/20/30/40/50/60 - São Roque.** 2009.

CONPRES. **Processo n.º 2003-0.077.479-2. Imóveis integrantes do Complexo Cia Nitro Química.** 2003.

CONPRES. **Resolução n.º 12/19.** APT Conjunto de Vilas Operárias Migliari. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re1219aptconjuntovilasoperariasmigliaripdfve_1568922885.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

CONPRES. **Resolução n.º 27/92.** Tombamento Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland. 1992. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/178ba_27_T_Estrada_de_Ferro_Perus.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

CONPRES. **Resolução n.º 18/18.** Tombamento Conjunto Residencial Mooca IAPI. 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re1818tombamentonconjuntoresidencialmooca_iapipdf_1526052557.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

CONPRES. **Resolução n.º 05/10.** Tombamento Chaminé da União. 2010. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/res_05_10_1283185862.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

CONPRES. **Resolução n.º 42/17.** Tombamento Edifício da Creche Marina Crespi. 2017. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re4217tombamentoedificiocrechemarinacrespipdf_1513355200.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

CONPRES. **Resolução n.º 10/12.** Tombamento Elementos integrantes do Complexo da Cia Nitro Química. 2012. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/1012_1339439632.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

CONPRES. **Resolução n.º 05/91.** Tombamento ex-officio. 1991. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d833c_05_TEO_89_itens.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção de Faro,** 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/col%C3%B3quio%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20%201%202009.pdf>>. Acesso em 01 out. 2021.

CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã,** 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em 01 out. 2021.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. **Estatuto.** 2017. Disponível em: <<https://www.consorcioabc.sp.gov.br/fimagens/pagina/FESTATUTO%2520CONS%2>>

5C3%2593RCIO%2520P%25C3%259ABLICO%25202017.pdf&clen=321228&chunk=true>. Acesso em 26 set. 2021.

IPHAN. **Dossiê de Tombamento do Estádio da Vila Euclides**, São Bernardo do Campo/SP. São Paulo: Iphan, 2009.

IPHAN. **Política do Patrimônio Cultural Material**, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf>. Acesso em 01 out. 2021.

IPHAN. **Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/doI-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031>. Acesso em 01 out. 2021.

IPHAN. **Processo n.º 1549-T-07. Casa de Chico Mendes e seu acervo**. 2007.

IPHAN. **Processo n.º 1625-T-11. Conjunto arquitetônico dos estúdios da Cia. Cinematográfica Vera Cruz**. 2011.

IPHAN. **Processo n.º 1705-T-14. Estádio de Vila Euclides**. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA/IPHAN/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Planos de Ação: São Bernardo do Campo**. São Paulo, 2009.

NEVES, Deborah Regina Leal. **Parecer Técnico UPPH n.ºGEI-138-2011**. Condephaat. São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Município). **Decreto Municipal n.º 27.727, de 11 de abril de 1989**. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel situado no 17 subdistrito - Bela Vista, necessário a implantação da Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-27727-de-11-de-abril-de-1989>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SÃO ROQUE. **Decreto Municipal n.º 1.426, de 9 de outubro de 1987**. Declara de utilidade pública área de terreno situada à Av. Santa Rita, nesta cidade, necessária à prática de esportes. Disponível em: <<https://www.legislacaodigital.com.br/SaoRoque-SP>>. Acesso em 11 set. 2020.

SÃO ROQUE. **Decreto Municipal n.º 5.221, de 02 de setembro de 1998**. Indica bens imóveis passíveis de tombamento e dá outras providências. 1998b. Disponível em: <<https://www.legislacaodigital.com.br/SaoRoque-SP/DecretosMunicipais/5221-1998#artlunico>>. Acesso em 03 jun. 2021.

SÃO ROQUE. **Inquérito Civil n.º 37/00**. Imóveis passíveis de tombamento que estariam sendo objetos de demolição. Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente de São Roque. 2000.

SÃO ROQUE. **Lei Complementar n.º 09, de 05 de agosto de 1998**. Dispõe sobre a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural da Estância Turística de São Roque, e dá outras providências. 1998a. Disponível em: <<https://www.legislacaodigital.com.br/SaoRoque-SP/LeisComplementares/9-1998>>. Acesso em 03 jun. 2021.

SÃO ROQUE. **Lei Complementar n.º 39, de 8 de novembro de 2006**. Institui o Plano Diretor do Município da Estância Turística de São Roque e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.saoroque.sp.gov.br/portal/servicos/112/plano-diretor-municipal/>>. Acesso em 04 nov. 2021.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE.

Carta de Nizhny Tagil, 2003. Disponível em:

<<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>>.

Acesso em: 30 jan. 2020.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE.

Declaração de Taipei para o patrimônio industrial asiático, 2012. Disponível em:

<<https://ticcih.org/about/charter/taipei-declaration-for-asian-industrial-heritage/>>. Acesso

em: 30 jul. 2021.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE;

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Memorandum of understanding**,

2014. Disponível: <<https://ticcih.org/about/icomosticcih-memorandum-of-understanding/>>.

Acesso em: 30 jul. 2021.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE;

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Princípios de Dublin para a**

Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial, 2011. Disponível

em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE
- BRASIL. **Carta Manifesto**. 2003. Disponível em:

<<https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-manifesto-2003/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

Filmes e vídeos

LINHA de Montagem. Direção: Renato Tapajós. Roteiro: Renato Tapajós. Produção: Tapiri Cinematográfica Ltda e Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1981. Longa-metragem, 90 min, sonoro, colorido.

PEÕES. Direção: Eduardo Coutinho. Roteiro: Eduardo Coutinho. Produção: João Moreira Salles, Mauricio Andrade Ramos. Estúdio VideoFilmes, 2004. Documentário, 85 min, sonoro, colorido.

SÃO ROQUE Memória 1 Mário Luiz e o Projeto Brasital. Produção: Silvia Mello. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=0Q7Zp-Gg00o>>. Acesso em 02 jun. 2021.

